



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Deborah Moraes Souza Lopes

**Em nome da democracia? As consequências das sanções econômicas
impostas pelos Estados Unidos na sociedade cubana**

Rio de Janeiro

2023

Deborah Moraes Souza Lopes

**Em nome da democracia? As consequências das sanções econômicas impostas pelos
Estados Unidos na sociedade cubana**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Alexis Toríbio Dantas

Coorientador: Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour

Rio de Janeiro

2023

Deborah Moraes Souza Lopes

**Em nome da democracia? As consequências das sanções econômicas impostas pelos
Estados Unidos na sociedade cubana**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 30 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexis Toríbio Dantas (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour (Coorientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Luiz Fernando Cerqueira Fonseca

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial, meus pais e meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por sempre incentivarem meus estudos, objetivos e sonhos. Desde pequena os observava estudando e, de alguma forma, contribuindo para a pesquisa no Brasil. Além disso, lembro das intensas conversas sobre os mais diversos temas relativos aos Direitos Humanos, especialmente, os direitos sociais, eles também estimulavam leituras consideradas “fora do padrão” para uma criança, como sociologia, filosofia e ciências humanas de forma geral. Crescer neste ambiente fez surgir dentro de mim um gosto sobre assuntos relacionados aos Direitos Humanos, assim como implementou em mim uma sementinha que evoluiu para um desejo de seguir a carreira acadêmica.

Agradeço ao meu irmão, Matheus, aos meus avós e a minha tia Christiane pelos incentivos e pelo apoio em todas as minhas decisões e escolhas. Igualmente agradeço a minha madrinha Carolina pelas conversas e pelo apoio durante todo o meu processo, certamente isso o tornou mais leve e colaborou para eu aprimorar e expandir ainda mais minha visão de mundo.

Agradeço também aos meus amigos que trilharam comigo nessa trajetória acadêmica, especialmente à Alyssa, à Ana Lúcia, à Melissa, ao Gustavo e ao Marcos. Todos me proporcionaram debates incríveis sobre temas da vida acadêmica e da vida pessoal que contribuíram para a expansão da minha visão de mundo. Também sou grata ao meu companheiro Daniel por todo o companheirismo, apoio, conversas e desabafos ao longo desse processo. Isso tudo contribuiu para que minha trajetória e escrita fossem mais leve, prazerosa e de grande riqueza devido às trocas de experiências.

Agradeço igualmente aos meus outros ciclos de amigos que constantemente me lembravam que existia vida além da Acadêmica e da minha escrita. Com certeza isso foi essencial para o meu processo, pois, assim, eu conseguia me reconectar comigo mesma e tirar um tempo para o lazer, o que ajudou na minha concentração e no processo de escrita da dissertação. Isso também colaborou com a minha pesquisa acadêmica e para a expansão da minha visão de mundo devido às trocas e debates sobre diversos outros assuntos que acabaram atravessando a temática da minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todes que cruzaram meu caminho e de alguma forma contribuíram para este meu processo de desenvolvimento pessoal e de pesquisa, pois, conforme demonstrado acima, um trabalho de pesquisa não se faz sozinho, sempre há outras mãos muitas vezes invisibilizadas que ajudaram tanto no apoio psicológico e moral quanto no apoio material, referente aos debates e trocas de ideias.

“O presente contém todo o passado.”

Antonio Gramsci

“¿Por qué me describí como una ‘combatiente’? Esa palabra resume nuestro compromiso de cambiar el status quo.”

Aleida March

“América Latina sua sina es luchar. Su estória es um grito a clamar por libertad.”

Fábio Brazza

RESUMO

LOPES, Deborah Moraes Souza. **Em nome da democracia?** As consequências das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos na sociedade cubana. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos nos Direitos Humanos da sociedade civil cubana, especialmente nos setores da saúde e da educação. Para tanto, estabeleceu-se o marco temporal entre os anos de 1959 e início dos anos 2000, com foco na década de 1990. Cuba vem sofrendo com as consequências dessas medidas desde a década de 1960, pouco depois da Revolução ter sido vitoriosa no ano de 1959. Como todo país latino com passado colonial, a ilha sofreu diversas influências dos Estados Unidos desde seu processo de independência até a Revolução, fato que modificou as relações entre Cuba e Estados Unidos e as tornaram mais conflituosas. Desejando tornar-se independente de todas as esferas de influência dos Estados Unidos, somado ao contexto de Guerra Fria, Cuba ousou criar uma alternativa às políticas capitalistas e neoliberais, lideradas pelos Estados Unidos, implementando o viés socialista com ênfase na justiça social em sua forma de fazer política. Essa nova política à Cuba gerou ganhos significativos para a sociedade cubana, aumentando sua qualidade de vida. No entanto, nesse contexto de embate ideológico, promovido pela Guerra Fria, os Estados Unidos ficaram preocupados com a influência que a ilha poderia causar em outros países de buscarem sair de sua esfera de influência tendo em vista os ganhos gerados em Cuba, assim como eles ficaram receosos da aproximação da ilha com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tendo isso em vista, os Estados Unidos sancionaram a ilha e suas justificativas para manter as sanções se modificaram ao longo do tempo. Desse modo, a pesquisa argumenta que este país implementou as sanções econômicas de forma coercitiva com o objetivo de pressionar e manter sua hegemonia na região. Contudo, essa ação acabou gerando efeitos colaterais severos à sociedade cubana e aos ganhos que a Revolução trouxe para a sociedade. À vista disso, a pergunta que o trabalho se propõe a responder é: de que maneira as sanções econômicas impostas de maneira coercitiva pelos Estados Unidos impactam os Direitos Humanos da sociedade cubana? A fim de respondê-la e analisar tais relações, a pesquisa está estruturada em três capítulos: o primeiro analisará conceitos importantes que ajudarão a entender a atuação coercitiva dos Estados Unidos em Cuba, já o segundo versará sobre as relações entre ambos os países, assim como analisará as sanções econômicas e, por fim, o terceiro capítulo irá analisar os impactos nos Direitos Humanos da sociedade cubana advindos das sanções. Metodologicamente a pesquisa utilizou fontes primárias, como leis e normativas internas de Cuba e dos Estados Unidos, bem como fontes secundárias de grande relevância para o tema.

Palavras-chave: sanções econômicas; Estados Unidos; Cuba; imperialismo; direitos humanos.

ABSTRACT

LOPES, Deborah Moraes Souza. **In the name of democracy?** The consequences of economic sanctions imposed by the United States on Cuban society. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This research aims to analyze the impacts of economic sanctions imposed by the United States on the human rights of Cuban civil society, especially in the health and education sectors. To this end, the time frame between the years 1959 and early 2000s was established, focusing on the 1990s. Cuba has suffered the consequences of these measures since the 1960s, shortly after the Revolution was victorious in 1959. Like every Latin country with a colonial past, the island suffered several influences from the United States from its process of independence to the Revolution, a fact that changed relations between Cuba and the United States and made them more conflicting. Desiring to become independent of all spheres of influence of the United States, added to the context of the Cold War, Cuba dared to create an alternative to capitalist and neoliberal policies, led by the United States, implementing the socialist bias with emphasis on social justice in its way of doing politics. This new policy towards Cuba generated significant gains for Cuban society, increasing their quality of life. However, in this context of ideological conflict, promoted by the Cold War, the United States was concerned about the island influencing other countries to leave their sphere of influence in view of the gains generated in Cuba, as they feared the island's rapprochement with the Union of Soviet Socialist Republics. With this in view, the United States sanctioned the island and its justifications for maintaining sanctions have changed over time. Thus, the research argues that this country implemented economic sanctions in a coercive way in order to press and maintain its hegemony in the region. However, this action ended up causing severe side effects to Cuban society and the gains that the Revolution brought to society. In view of this, the question that the work proposes to answer is: how do the economic sanctions imposed in a coercive manner by the United States impact the Human Rights of Cuban society? In order to answer it and analyze such relations, the research is structured in three chapters: the first will analyze important concepts that will help to understand the coercive action of the United States in Cuba, the second will deal with the relations between both countries, as well as analyzing economic sanctions and, finally, the third chapter will analyze the impacts on human rights of Cuban society arising from sanctions. Methodologically, the research used primary sources, such as internal laws and regulations of Cuba and the United States, as well as secondary sources of great relevance to the subject.

Keywords: economic sanctions; United States; Cuba; imperialism; human rights.

SUMÁRIO

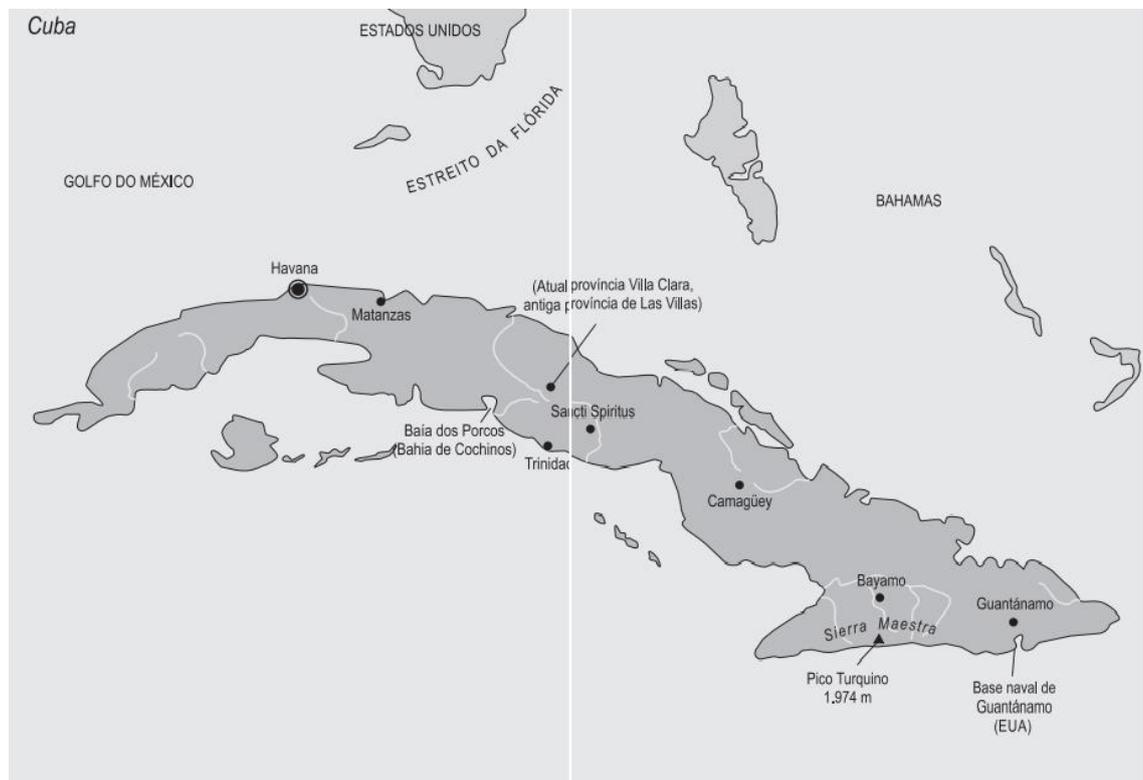
	INTRODUÇÃO	9
1	INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS ESTADOS UNIDOS E SUAS	
	CRÍTICAS.....	19
1.1	Capitalismo, imperialismo e a vertente estadunidense	19
1.2	EUA e a hegemonia na região latino-americana.....	33
1.3	A justificativa estadunidense: a democracia em jogo.....	42
1.4	Quais Direitos Humanos são protegidos? Breves reflexões sobre o conceito.....	55
2	A EXTENSÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA: AS SANÇÕES	
	ECONÔMICAS	62
2.1	Destrinchando as sanções econômicas: uma análise sobre o conceito	62
2.2	O caminho até a Revolução.....	73
2.3	Operacionalização das sanções: as sanções impostas a Cuba após a Revolução de	
	1959	85
3	OS EFEITOS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NOS DIREITOS HUMANOS	
	NA SOCIEDADE CUBANA	119
3.1	De igual para igual? Um debate sobre as motivações estadunidenses acerca da	
	implementação das sanções	119
3.2	De exemplo mundial à respiração por aparelhos: o impacto no setor da saúde	
	129	129
3.3	Território livre de analfabetismo e a “fuga de cérebros”: o impacto no setor da	
	educação	143
3.4	Balanço geral sobre os efeitos das sanções nos direitos humanos da sociedade	
	cubana.....	153
	CONCLUSÃO.....	158
	REFERÊNCIAS	165

INTRODUÇÃO

Cuba e Estados Unidos têm uma relação histórica que passa por momentos de maior e menor aproximação a depender do contexto histórico analisado, contudo, a Revolução de 1959 se tornou um marco das relações cubano-estadunidenses, pois a partir dela essas relações tomaram rumos que modificaram o cenário internacional e suas consequências são percebidas até os dias de hoje. Antes de adentrar nessas relações, precisamos compreender a influência que os Estados Unidos da América (EUA) têm na América Latina para podermos compreender a extensão de sua atuação em Cuba.

Desde a independência dos EUA, este país vem influenciando os países latino-americanos sempre com uma lógica de dependência destes frente à potência do Norte, essa lógica é mais acentuada entre os países da América Central e o Caribe devido à proximidade com os EUA. Diferentemente dos outros países latino-americanos, Cuba esteve sempre presente nos principais debates internos dos EUA devido a sua importância geopolítica e aos interesses políticos e econômicos estadunidenses.

Figura 1 – Cuba, o mar do Caribe e a proximidade com os EUA



Fonte: AYERBE, 2004, s/n.

O processo das independências dos países latino-americanos coincidiu com a Doutrina Monroe, a qual os EUA puderam estender sua política isolacionista em relação à Europa ao hemisfério, assim como manifestaram preocupações com as intenções da Espanha de reverter o processo de independência latino-americana. Com isso, os EUA puderam limitar as intervenções das potências europeias no continente e passaram a assumir a posição de guardião da segurança hemisférica com base em três argumentos: (i) as suas próprias ambições expansionistas, (ii) a exportação do regime político republicano e (iii) a defesa das recentes repúblicas latinas criadas no processo de independência. Essa Doutrina norteia a política externa estadunidense e nunca foi formalmente abandonada, ao contrário, ela é reformulada dependendo do contexto e dos interesses os quais os EUA estão inseridos (AYERBE, 2004).

Como consequência de duas guerras de independência, uma iniciada no ano de 1868 e outra em 1879, Cuba se tornou independente somente no ano de 1898, sendo o último país da América Latina a se tornar independente. Em paralelo, o fim da Guerra Civil nos EUA, em 1865, representou o início da expansão econômica deste país. Como parte desse processo há o crescente interesse em controlar o acesso a matérias-primas, sobretudo o açúcar, minério de ferro, manganês e tabaco. Assim, os EUA buscaram nos países latinos-americanos, principalmente em Cuba, acesso a esses mercados para continuar com o seu desenvolvimento industrial, além de buscar acumular e concentrar riquezas (AYERBE, 2004; COCKCROFT, 2001).

No final do século XIX, os EUA ultrapassaram a Inglaterra e a Alemanha em termos de desenvolvimento industrial, tornando sua economia altamente concentrada e de grande potencial de competição no mercado internacional. As características da economia estadunidense tornaram-se monopolísticas, houve a fusão de diversas empresas e, por conseguinte, a concentração e formação de trustes. Esse processo de aprofundamento do capitalismo foi fundamental para que os EUA pudessem se tornar uma potência e, mais tarde, poder praticar seu imperialismo (AYERBE, 2004; BANDEIRA, 2016; BANDEIRA, 2009). Isso também se manifestou na estrutura da propriedade cubana, levando a um processo de concentração no controle de terras, de centrais açucareiras e de engenhos por empresas estadunidenses, assim como impactou na política cubana uma vez que os EUA também exerceram sua influência nessa área controlando praticamente toda a sua jurisdição por meio da Emenda Platt, já em meados do século XX (AYERBE, 2004).

Segundo Ayerbe (2004), a presença estadunidense em Cuba introduziu aspectos diferenciados em seu processo de independência em relação aos demais países latino-americanos e “envolve realidades próprias de uma forma de colonialismo em retração e de um

novo imperialismo emergente que combina a expansão econômica de interesses privados nacionais com uma política externa intervencionista” (AYERBE, 2004, p.25).

A conclusão da expansão das fronteiras estadunidenses devido à política do Destino Manifesto também influenciou nesse processo. A partir disso, os EUA tornaram-se um país continental, logo, houve a necessidade de garantir a proteção de suas recentes fronteiras de ataques inimigos e, como observado na Imagem 1, há muitas rotas estratégicas no mar do caribe e nas proximidades de Cuba e dos EUA. Essa política em conjunto com a Doutrina Monroe corroboraram o fortalecimento do desenvolvimento industrial estadunidense e permitiram que eles expandissem suas empresas para os países latino-americanos (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009).

Infere-se que a Doutrina Monroe influenciou as relações cubano-estadunidenses nesse período pós-independência cubana por meio da ambição dos EUA em expulsar os europeus de terras americanas para a consolidação de seu poder regional seja por meio da nova forma e sistema de governo criadas por eles, seja pela expansão de seu poder econômico. Além disso, esse processo de consolidação de poder foi acentuado pelas transformações do capitalismo, gerando a necessidade de garantir mercados e áreas de matérias-primas que eram essenciais para um país marcar sua posição de poder dentro do cenário internacional. Dessa maneira, devido às expansões territorial, econômica e política dos EUA, este precisou garantir acesso a mais recursos a fim de que pudesse continuar seu desenvolvimento industrial. Igualmente, pela via econômica, os EUA poderiam manter este desenvolvimento e o controle regional por meio de suas empresas. (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015, VASCONCELOS, 2016a; WOOD, 2004).

Com a evolução do capitalismo, as influências estadunidenses na política e na economia dos países latino-americanos começaram a ficar cada vez mais enraizadas nessas sociedades de modo que criou-se uma relação de profunda dependência que é acentuada devido à lógica do sistema capitalista de acumulação de riquezas por meio da captação infinita de recursos limitados. Na prática, o capitalismo opera no sentido de incentivar cada vez mais as grandes potências a buscarem cada vez mais acesso aos mercados internacionais. No entanto, nota-se uma contradição sistêmica: ao mesmo tempo em que se busca o acúmulo de riquezas, estas riquezas são finitas. Não há recursos infinitos no mundo. Portanto, para tentar sanar essa contradição, as potências estão em constante processo de adaptação tecnológica para continuar com o seu processo de acumulação (HARVEY, 2018; MARX, 2014).

Devido às transformações profundas do século XIX e XX, o capitalismo foi sendo modificado e suas contradições e características foram exacerbadas. Uma dessas modificações

do capitalismo, conforme Lênin (2010) ressaltou, foi o imperialismo que, segundo o autor, seria uma etapa superior do capitalismo que seria representado pelo capitalismo monopolista. Seguindo a lógica acumulativa infinita do capitalismo, os Estados, dentro da concorrência por recursos e mercados, iriam ser levados a uma concentração de poderes de caráter monopolista. As empresas financiadas por esses Estados iriam, então, controlar todos os acessos aos recursos naturais, bem como aos mercados internacionais (LÊNIN, 2010; HARVEY, 2018). Nesta nova etapa do capitalismo, as empresas e os bancos passariam a ter um papel principal de controle político e econômico em razão da formação dos monopólios, cartéis e trustes (LÊNIN, 2010).

Ocorre que o imperialismo, bem como o capitalismo, são vivos, isto é, não são estáticos no tempo. Eles se alteram e se modificam dado as circunstâncias e políticas dentro de cada contexto histórico. Na formação e consolidação dos EUA como pária internacional, este foi exercendo sua influência política por meio de intervenções diretas e indiretas nos países latino-americanos. Cuba foi ocupada pelos EUA pós-independência durante os anos de 1898-1902 e durante os anos 1906-1909, ao longo desse período, os EUA instauraram governos provisórios que atuavam de acordo com os seus interesses. Além disso, também controlavam setores estratégicos da ilha como o setor açucareiro, de infraestrutura e de mineração (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009). Já no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (2GM), com a Europa destruída pelas guerras, os EUA emergiram como uma potência econômica importante e se tornaram o grande centro no cenário internacional.

Em relação à América Latina, no entendimento dos EUA pós 2GM, essa região já estava controlada, as relações de exploração e dependência já estavam estabelecidas. Assim, aproveitaram o enfraquecimento da Europa para expandir seu afã de segurança hemisférica, assim como para exportar seus valores liberais para o resto do mundo. Dessa maneira, os EUA se manteriam como o eixo principal de todas as negociações acerca da segurança mundial, bem como conseguiriam moldar a visão de mundo de outros países (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015). Conforme Wood (2004) salienta, após as guerras mundiais as intervenções diretas e com teor belicista passaram a não serem mais aceitas no cenário internacional, assim os EUA tiveram que adaptar o jeito pelo qual ele exercia seu imperialismo. Ainda de acordo com a autora, a saída estadunidense foi de manter essas relações por meio da influência econômica pela presença de empresas estadunidenses (WOOD, 2004).

Além disso, os EUA também passaram a executar seu imperialismo por meio das instituições internacionais que foram criadas no pós 2GM e que sofreram muita influência dos valores liberais exportados dos EUA, como por exemplo: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a própria Organização das

Nações Unidas (ONU), dentre outros acordos e tratados regionais e/ou pontuais (HARVEY, 2018; BANDEIRA, 2009). Tendo essas instituições aparelhadas à política estadunidense, este país as utilizou como instrumentos de sua política imperialista e para a manutenção de sua hegemonia (BANDEIRA, 2009). Dentro dessas organizações, os EUA possuíam mais influência e mais articulação para fazer suas concertações políticas em prol de seus objetivos de política externa. Com isso, os EUA passaram a defender a ordem liberal e a impor para os demais países do mundo, com certo grau de coerção aos países latino-americanos (BANDEIRA, 2009). Nessa ordem, os valores liberais mais importantes eram o individualismo e a garantia dos direitos políticos de todos os cidadãos, ou seja, era a defesa de uma democracia liberal, a qual o comunismo faria a contraposição desse valor elegido pelos EUA como necessário à segurança mundial. Assim, a potência começou a travar uma batalha não apenas no campo físico, mas também no campo da ideologia (BANDEIRA, 2009).

Nesse ínterim, as relações entre Cuba e EUA foram atravessadas por essas condicionantes. Como observado, no pós-independência cubana, os EUA influenciaram o modelo político do recente país independente como forma de manter sua atuação política ativa. Além dessa influência política, os EUA exportaram diversas empresas estrangeiras para o solo cubano em setores estratégicos como o da mineração e extração de matéria-prima, mas principalmente no setor açucareiro. O monopólio dos EUA na ilha cubana gerou impactos gravíssimos à sociedade civil, pois concentrou a estrutura da propriedade cubana e o controle de terras passou a ser gerido por empresas estadunidenses, sobretudo as empresas açucareiras. Com isso, Cuba passou a ter uma relação de extrema dependência na sua produção de açúcar com os EUA, que também era seu maior mercado consumidor, o que acentuou essa relação. Isso, além de apresentar uma dificuldade de diversificação na pauta exportadora, aumentou a dependência econômica de Cuba, que passou a depender dos EUA em toda a sua cadeia produtiva (AYERBE, 2004; VASCONCELOS, 2016b; LEON, 2003). A concentração dessa indústria pelos EUA fez com que Cuba ficasse completamente submetida às necessidades estadunidenses. Dessa forma, essa relação gerou funções de necessidade, vantagem e grandeza para o centro hegemônico estadunidense, consolidando seu poder imperial (FERNANDES, 2007).

As ocupações estadunidenses em Cuba alavancou essa relação de dependência, pois fortaleceu os grandes grupos empresariais estadunidenses e fez com que estes aumentassem ainda mais seu domínio e controle de terras e recursos. A partir dos anos 1920, diversos países latino-americanos passaram por um processo de ebulição político-social e houve o avanço de ideias comunistas e foram criados Partidos Comunistas. Nesse contexto, em Cuba surgiram

diversas entidades sociais em prol dos direitos trabalhistas, inclusive houve a criação do Partido Comunista de Cuba. Esse movimento nacionalista cubano atingiu também o Exército e foi crucial para fortalecer a figura de Fulgêncio Batista na política cubana (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004; LEON, 2003).

Após a 2ª GM, observando as ebulições sociais ocorridas na América Latina e o avanço das influências soviéticas, os EUA assumiram o papel internacional de guardião do mundo livre contra o avanço do comunismo em um resgate da Doutrina Monroe. Em plena formação do contexto da Guerra Fria, a postura estadunidense ganhou proporções mais altivas e os países latino-americanos sofreram severas intervenções estadunidenses. Por meio da OEA, os EUA coagiram os países latino-americanos acerca da ameaça comunista e estabeleceu que o domínio ou qualquer controle das instituições políticas de qualquer Estado americano pelo movimento comunista internacional consistia em ameaça à soberania e à independência política desses Estados. Ainda, os EUA abriram margem para que se o poder fosse tomado por comunistas, uma intervenção direta poderia ser acionada no âmbito da OEA (AYERBE, 2004; BANDEIRA, 2009).

No âmbito da política interna de Cuba, devido às interferências estadunidenses, os poderes político e econômico cubano sempre foram subordinados aos interesses dos EUA. Os governantes cubanos sempre fizeram sua política interna ser alinhada aos interesses estadunidenses, inclusive Fulgêncio Batista, figura que sempre esteve presente na política cubana, mas que passou a ser mais influente nos anos 1940. Em virtude disso, começaram a surgir diferentes grupos de caráter nacionalistas e anti-EUA e que ganharam força na ilha a partir dos anos 1950. Dentre esses grupos, muitos também eram contrários à política subserviente de Batista e começaram a pressionar o governo, haja vista Batista instaurou uma ditadura e reprimiu duramente a oposição. Seguindo a lógica anti-comunista, os EUA ajudaram Cuba financiando o governo para derrotar os rebeldes (BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004).

Após a coalizão de diferentes grupos contrários à ditadura de Batista e diversas investidas contra o governo, a Revolução Cubana foi vitoriosa em 1959, encerrando a ditadura de Batista e iniciando uma nova era de mudanças estruturais que abalariam as relações entre EUA e Cuba. A Revolução ocorreu no final do governo Eisenhower (1953-1961), cuja marca característica foi o endurecimento da Guerra Fria e a desestabilização de governos cuja trajetória indicava uma maior proximidade com a URSS (AYERBE, 2004, p.45). Ao novo governo revolucionário, liderado por Fidel Castro, lhe foi incumbido o desafio de superar a dependência econômica e política dos EUA, além de tornar Cuba um país verdadeiramente independente e soberano.

A Revolução para manter-se vitoriosa e operante nos diversos campos da ilha passou por diversas fases, porém duas merecem destaque: a primeira, na década de 1960, período em que o governo implementou várias medidas radicais para tentar sair da influência dos EUA e para diminuir a dependência do açúcar. Essas medidas também tinham a finalidade de melhorar a qualidade de vida do povo cubano, pois em todos os anos pré-revolucionários, os índices sociais em Cuba eram decadentes (VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 1998; CHOMSKY, 2015). A segunda fase pode ser compreendida entre os anos de 1970 e 1986, a qual foi marcada pela influência e dependência da URSS. Nesse período ocorreu uma sovietação de Cuba, o que gerou diversos confrontos sociais e discussões políticas sobre os rumos da Revolução. A segunda fase termina com a queda do bloco soviético, que por conta da dependência econômica da ilha, acabou afetando severamente o país, fato que fez com que Castro anunciasse que Cuba estaria passando por um “Período Especial em tempos de paz”, nos anos 1990 (CHOMSKY, 2015).

Ocorre que todas essas investidas revolucionárias mexeram nas estruturas políticas e sociais de Cuba e, por consequência, deram maior autonomia para o povo cubano. Quando Cuba reorientou suas diretrizes aos moldes socialistas, as relações entre EUA e a ilha iriam necessariamente apresentar mudanças significativas. As medidas implementadas por Cuba visavam tirar seus cidadãos da miséria, buscavam elevar os níveis de sua educação, assim como buscavam melhorar os padrões de vida. Com isso, Cuba apresentou-se como uma via alternativa ao estilo de política dos EUA, no entanto, temendo que Cuba influenciasse os demais países da região por sua política socialista em meio ao contexto da Guerra Fria, os EUA se viram duplamente impactados: por uma parte, observou que o país de sua esfera de influência estava resgatando sua autonomia e soberania interna de modo que impactou seus objetivos e interesses em controlar esses mercados e o acesso à matéria-prima. E por outra, a busca de autonomia desse mesmo país era por meio de uma política socialista, com fortes influências soviéticas. Isso fez reacender a Doutrina Monroe, pois um país não-americano estava exercendo sua influência em um território controlado pelos EUA (SADER, 1985; LEON, 2003; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004; CHOMSKY, 2015, VASCONCELOS, 2016b).

Dessa forma, os EUA, para evidenciar seu poder de influência e controle por aspectos econômicos, uma vez que a essa altura uma guerra não o traria mais benefícios, o então governo Eisenhower começou a “era das sanções econômicas”. Em março de 1960, aprovou o Programa de Ação Encoberta contra o Regime de Castro, o que gerou diversas ações agressivas e desproporcionais contra os cubanos. Em outubro desse mesmo ano, impôs quarentena nas exportações com destino a Cuba, que na prática proibiu todas as exportações de chegarem à

ilha. Em janeiro de 1961, os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba. No mesmo ano, entrou em vigor a Lei de Assistência Externa que autorizou o estabelecimento e a manutenção do embargo total sobre o comércio entre Cuba e EUA. No ano seguinte, o embargo foi ampliado com a proibição de importações estadunidenses de qualquer produto que contenha insumos cubanos, aqui os EUA incluíram terceiros países que produziam produtos com insumos cubanos. No âmbito da OEA, os EUA expulsaram Cuba sob o pretexto de incompatibilidade da ilha com os princípios americanos, bem como expulsaram Cuba de outros acordos assinados no âmbito desta organização. Outrossim, implementou medidas coletivas contra Cuba que iam na direção de eliminar o intercâmbio comercial da ilha com os demais países da organização (MÁRQUEZ; OCHOA, LÓPEZ, 2005; BANDEIRA, 2009).

O Memorando Mallory, publicizado nessa época, reafirmou essa intenção dos EUA em debilitar a economia cubana por meio do fomento da fome e da destruição dos serviços públicos e do sufocamento econômico, o objetivo era levar o desespero para a população cubana. Com isso, os EUA conseguiriam desestabilizar o governo e restaurar a ordem em Cuba (FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1963, p.886). Em 1963, funcionários do governo estadunidense insistiam que o embargo só poderia ter êxito se acompanhado de um programa de sabotagens em diversos setores de Cuba. Um informe da Agência Central de Inteligência indicou que para obter o máximo de impacto na economia cubana, as sanções deveriam ser coordenadas com operações de sabotagens. Isso contribuiria para o isolamento político e econômico de Cuba (FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1963, p.830; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1964, p.552-561).

Já na administração Kennedy (1961-1963), por sua vez, o governo ampliou as sanções econômicas e impuseram o caráter extraterritorial ao proibir produtos que se encontravam em portos cubanos de entrarem nos EUA. Já na administração Reagan (1981-1989), restringiu-se às viagens de cidadãos estadunidenses a Cuba. Como se essas medidas já não trouxessem muitos efeitos colaterais para a sociedade cubana, foi na década de 1990 que a situação se deteriorou. A década de 1990 foi um período conturbado para Cuba, pois sua principal apoiadora e financiadora, a URSS, colapsou, ainda, os EUA endureceram as sanções econômicas nesse período com as Leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996). Ambas as leis restringiam ainda mais o comércio, o transporte marítimo e aéreo e concedia ao Departamento do Tesouro autoridade para impor multas aos civis que violassem essas sanções. Durante esse período, o governo estadunidense multou diversas empresas e bancos estrangeiros que atuavam na ilha. A Lei Helms-Burton fortaleceu aspectos importantes da Lei Torricelli e instou os países estrangeiros a cortarem relações comerciais e de crédito com Cuba, os que não respeitassem

tais normativas, estariam suscetíveis a sofrer sanções, bem como poderiam ser levados aos tribunais internos dos EUA para julgamento (ESTADOS UNIDOS, 1996; GORDON, 2019).

As sanções econômicas durante toda a história da humanidade foram usadas em contexto de guerra ou de conflito com a finalidade de estrangular o inimigo economicamente. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as sanções ainda são usadas em situações de conflito, no entanto, assumem uma posição punitivista. Conforme o exposto, depreende-se que as sanções a Cuba são uma forma de punição ao país por não seguir as diretrizes dos EUA. Nesse caso, percebe-se que todos os métodos de sanções foram utilizados: controle do comércio, suspensão de assistência e ajuda, congelamento de ativos financeiros e impedimento a fontes de financiamento, o que evidencia um caráter desproporcional dos EUA, bem como de suas justificativas de punir Cuba (NOSSAL, 1989; HUFBAUER et al., 2007; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; BALDWIN, 2020).

Essas sanções tiveram como alvo o governo revolucionário, mas seus efeitos ecoaram na sociedade cubana fazendo com que todos os ganhos sociais da Revolução se perdessem. As sanções impactaram significativamente na vida dos cubanos, as políticas públicas de saúde e de educação, apesar de terem sido protegidas pelo governo, apresentou queda nos índices sociais. Igualmente, a qualidade de vida e os padrões de vida dos cubanos, que foram aumentados nos anos da Revolução, apresentaram queda abrupta. Isso tudo acentuou as desigualdades sociais que a Revolução tentou diminuir, gerou fome, miséria, desabastecimento interno de quase todos os produtos. Além disso, tirou de Cuba o direito ao desenvolvimento. Como é sabido, para um país ter condições de se desenvolver, é necessário ter financiamento externo, precisa de uma fonte de renda interna e externa e com as sanções isso se tornou impossível para Cuba. Depreende-se, portanto, que as sanções econômicas impostas pelos EUA são um obstáculo ao desenvolvimento cubano pois dificultam a implementação e a continuidade das políticas públicas cubanas.

Diante do exposto, o presente trabalho visa analisar os impactos das sanções econômicas nos Direitos Humanos (DH) da sociedade cubana. Para isso, o recorte temporal estabelecido foi de 1959, com o triunfo da Revolução, até o início da década de 2000, pois assim consegue-se analisar as consequências das políticas e sanções implementadas durante a década de 1990. Os eixos principais que o trabalho irá analisar são os setores da educação e da saúde, pois estes foram os setores que mais se destacaram dentro do plano revolucionário, sem embargo, secundariamente, também será feito um balanço geral sobre a diminuição dos DH na sociedade cubana nesse período. Objetiva-se, com isso, argumentar que as sanções econômicas são parte da política imperialista dos EUA que visa assegurar a sua hegemonia, é por meio das sanções

econômicas que este país passa a mensagem internacional de que se algum país não seguir com as políticas e diretrizes estabelecidos pelos EUA poderá ser punido. Igualmente se argumenta que essa política imperialista tem consequências prejudiciais à sociedade cubana uma vez que diminuem seus direitos humanos em razão da diminuição da capacidade do governo em implementar políticas públicas que permitam acesso a esses direitos.

Para analisar esses impactos, o presente trabalho retomará a relação entre Cuba e EUA dando ênfase nos períodos de proximidade e de afastamento com o objetivo de demonstrar que as relações entre ambos os países se caracterizaram pela dependência e subserviência até a Revolução. Tendo isso estabelecido, esse resgate histórico dará substância para a compreensão da Revolução de 1959 e de suas consequências na sociedade cubana. Para tanto, a pesquisa propõe estabelecer um debate acerca de conceitos que serão úteis para tal compreensão, para isso ela se valeu de autores como Lênin, Marx, Moniz Bandeira, Chomsky e Gramsci. Sendo assim, a pesquisa está estruturada em três capítulos: o primeiro versará sobre os conceitos de imperialismo, hegemonia, democracia e Direitos Humanos; primordiais para o entendimento das diferentes visões de mundo entre os países supracitados. O segundo capítulo irá retomar as relações bilaterais entre ambos, assim como irá analisar o conceito das sanções e sua aplicação ao caso cubano. Por fim, o terceiro capítulo irá examinar as consequências das sanções econômicas nos Direitos Humanos da sociedade cubana¹.

¹ É necessário fazer uma observação acerca da pesquisa uma vez que Cuba sofre com uma política austera de sanções econômicas e, conseqüentemente, afetou a busca de dados sobre o país. Devido às sanções, as buscas em bancos de dados cubanos, *sites* oficiais do governo e *sites* de armazenamento de conhecimento científico foram prejudicadas, sendo impedido o acesso a esses sítios pelo bloqueio. Por diversas vezes, a pesquisa encontrou obstáculos na obtenção de dados que seriam de extrema relevância para os assuntos aqui tratados em decorrência das sanções. Contudo, a pesquisa nasceu com os dados e informações que consegui ter acesso. Seguimos resistentes às políticas imperialistas dos EUA.

1. INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS ESTADOS UNIDOS E SUAS CRÍTICAS

Neste capítulo serão trabalhados os conceitos teóricos que nortearam a pesquisa e darão sentido ao objeto estudado: as sanções econômicas e seus impactos nos direitos humanos da sociedade cubana. O esforço de fazer um prévio resgate teórico ajudará no entendimento dos argumentos pleiteados na presente dissertação, assim como é necessário para compreender o ponto de partida da argumentação da pesquisa.

As próximas seções terão o intuito de estabelecer um debate acerca dos conceitos que guiarão o trabalho, a começar pelo conceito de imperialismo e como os EUA o adaptaram e criaram uma nova vertente desse fenômeno, além de analisar sua instrumentalização na imposição das sanções econômicas de forma unilateral. Após, será analisado o conceito da hegemonia, devido à importância que este tem na América Latina e porque é por meio dele que os EUA se autoafirmam. Ainda, serão examinados de forma crítica com viés marxista os conceitos da democracia e dos Direitos Humanos, uma vez que são as justificativas mais recorrentes dos EUA para continuar com a política sancionatória em Cuba.

1.1 Capitalismo, imperialismo e a vertente estadunidense

O conceito de imperialismo ganhou maior notoriedade pela obra de Lênin “Imperialismo: fase superior do capitalismo” e, apesar de sofrer algumas adaptações ao longo dos anos, ainda é um instrumento de grande valor para analisar a política internacional. Em sua obra clássica, Lênin (2010) analisa esse fenômeno à luz de Marx partindo do pressuposto de que o imperialismo é um fenômeno que se desenvolveu a partir do capitalismo, logo possui características tanto similares ao capitalismo quanto próprias, o que gera contradições e conflitos sistêmicos (LÊNIN, 2010).

Antes de compreendermos o imperialismo, precisamos esclarecer alguns pontos acerca do capitalismo uma vez que aquele possui características similares a este. Nota-se que o capitalismo é histórico e tem dimensões sociais, econômicas e políticas que se relacionam entre si. Apesar do capitalismo sofrer modificações ao longo do tempo, há características que são intrínsecas a ele e por isso pode-se conceituar dada sociedade como capitalista, são elas: a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes, a instituição de um mercado de trabalho livre, a centralidade do mercado e a dinâmica de acumulação de capital que está

ancorada na valorização do capital em oposição ao consumo e orientada pela lógica do lucro (FRASER; JAEGGI, 2020).

Samir Amin (2005) analisou as fases do capitalismo ao longo do tempo e ressaltou que o capitalismo passou por essas fases com a finalidade de se adaptar aos contextos históricos, assim como para lidar com as contradições sistêmicas intrínsecas ao seu sistema. O autor destaca três estágios, sendo todos alvos de levantes contrassistêmicos: o primeiro data de finais do século XVIII com a conquista das Américas, cuja resposta foi o levante de libertação política iniciado pelo Haiti. Já o segundo, diz respeito à expansão de novos mercados em direção à Ásia e à África com a finalidade de conquistar mais fontes de recursos naturais, cuja resposta veio pela onda de revoluções socialistas e nacionalistas de libertação; por fim, o terceiro estágio, é marcado pela derrota dos nacionalismos e dos movimentos populistas, assim como do colapso da URSS. No entanto, o autor ressalta que o objetivo do capitalismo, que ainda gere o sistema internacional, permanece o mesmo: controlar mercados e explorar a mão de obra de países em desenvolvimento (AMIN, 2005).

Fraser e Jaeggi (2020) também conceitualizaram os estágios do capitalismo, porém de uma forma mais econômica. O primeiro estágio, de acordo com as autoras, foi o chamado capitalismo mercantil. Essa fase inicial foi predominante entre os séculos XVI e XVIII, onde a terra e o trabalho não eram vistos como mercadorias ainda e normas econômico-morais eram impostas pelos governantes. O capitalismo nessa época era parcialmente separado do Estado, pois havia uma divisão entre o interno e o externo, internamente havia uma regulação comercial, mas externamente era aplicada a lei do valor “de fora”. Em razão das transformações sociais que esse sistema implicou, a lógica entre proprietários e dependentes se modificou ao longo dos anos, fomentando ambientes profissionais e empresariais em centros urbanos, que se tornaram a semente do pensamento liberal. Dada essa combinação de fatores em conjunto com a questão política, o capitalismo mercantil foi suplantado pelo capitalismo liberal (FRASER; JAEGGI, 2020).

As turbulências políticas da época e o advento do Iluminismo no século XVIII, auxiliou esse processo de evolução do sistema econômico e político. O principal expoente deste novo sistema foi Adam Smith, para ele o principal elemento que geraria a riqueza das nações era o trabalho e seu potencial produtivo. Esse pensamento era guiado pela defesa da individualidade e, portanto, da liberdade individual de escolhas. Esta ideia é explicada pelo fato de os agentes econômicos serem movidos a impulsos, que poderiam ser entendidos como ambição individual. A partir do momento que diversos agentes têm esses impulsos individuais, esta soma promoveria uma evolução e crescimento econômico (O’ROURKE, 2008).

Esta produtividade a qual Smith se referiu foi impulsionada pela divisão do trabalho, a qual seria um dos principais fatores para a prosperidade das nações, segundo o autor. Foi por meio dela que houve a especialização do trabalho ao concentrar o trabalhador em uma única tarefa, permitindo o aumento da produtividade da mão de obra e, conseqüentemente, da produção. A divisão do trabalho, na visão de Smith, surgiu da propensão à troca dos indivíduos, isto é, a divisão do trabalho aconteceria de modo espontâneo, pois os trabalhadores iriam se especializar em determinada função do trabalho não precisando mais que ele fizesse o “todo” do trabalho produtivo. Isso causou um aperfeiçoamento das forças produtivas por três razões: (i) aumentou a destreza de cada trabalhador, (ii) economizou tempo de trabalho dos trabalhadores e (iii) incluiu máquinas nesse processo que aceleraram tanto a produtividade quanto essa divisão do trabalho (O’ROURKE, 2008).

Então, para Smith, a produtividade estaria ligada às liberdades individuais as quais se dariam sem a intervenção do Estado. Para o autor, o papel do Estado não seria o de regular as ações dos indivíduos, esses teriam de ser livres para melhor gerirem suas vidas e, por conseguinte, suas escolhas econômicas. Em síntese, quanto maior fossem suas liberdades, maior seria a produtividade. É a partir dessa ideia que se origina a teoria da mão invisível utilizada para descrever a busca individual por melhores condições de vida e de rendimento do capital. A harmonia entre esses interesses resultaria no direcionamento do interesse privado em atender ao interesse social pela ótica da racionalização do indivíduo. Um ser racional busca sempre a melhor escolha possível e esta iria, em consequência, beneficiar o todo. Smith salientava que o Estado deveria ser mínimo com funções limitadas para não prejudicar essa harmonia descrita por ele, assim, a função estatal iria ao sentido de garantir o Estado de direito para que as relações econômicas pudessem existir garantindo o cumprimento dos contratos, a proteção à propriedade privada e as liberdades individuais (O’ROURKE, 2008).

As ideias de Smith e de outros teóricos liberais deram base para a construção de uma nova ordem que valorizava a supremacia dos contratos, da propriedade privada, dos mercados e estabeleceram padrões sociais como o mito do homem racional. O indivíduo, na nova concepção, faria escolhas racionais que visavam maximizar sua utilidade e, para isso, necessitava de liberdades individuais para conseguir exercer plenamente suas escolhas. Isso tudo deu base para o capitalismo liberal se fortalecer e se institucionalizar dentro dos aparelhos do Estado (FRASER; JAEGGI, 2020). Os EUA absorveram essas ideias de liberdade e Estado mínimo e as adotaram em seu modelo republicano. Na formulação de seu Estado, os EUA desejavam rechaçar a tradição europeia e por isso era fundamental criar um novo modelo para

a criação da nova nação cuja influência maior seria o conceito de liberdade (FERNANDES; MORAIS, 2020).

À luz desse sentimento de nação da liberdade, o então presidente dos EUA James Monroe proferiu em 1823 um discurso que se tornaria a Doutrina Monroe que, por sua vez, se tornaria o guia para a política externa estadunidense. Foi por meio dela que os EUA se colocaram, pela primeira vez, como guardião de todas as questões que envolvessem a América. Essa posição foi guiada pelo sentimento dos governantes em levar a liberdade para o resto do continente uma vez que eles teriam saído da influência europeia e, portanto, tomaram consciência do sentimento de ser livre. Isso, então, o legitimaria para ser o guardião dos assuntos hemisféricos, sobretudo de segurança (FERNANDES; MORAIS, 2020).

De acordo com Fraser e Jaeggi (2020), a separação entre política e economia promovida pelo capitalismo liberal deu origem a periódicas crises econômicas e intensos conflitos entre as classes. Durante o século XVIII, Marx analisou as transformações entre as relações de trabalho e as sociais. Ele concorda com a teoria da mão invisível de Smith, contudo, para Marx, a mão invisível representa o trabalho, não o capital. Ademais, em seu livro “O Capital”, o autor se propõe a explicar como as liberdades do mercado não produzem resultados benéficos para todos, conforme Smith defendia. Na verdade, elas produziam uma distopia de miséria para as massas e uma enorme riqueza para a classe proprietária capitalista. Nessa obra, Marx examina a valorização do capital com toda a sua complexidade e detalhe, além das formas de exploração de trabalho na produção sob essas condições de igualdade na troca do livre mercado e chega à conclusão de que os capitalistas pagam aos trabalhadores o valor de sua força de trabalho e os usam para produzir mais valor do que eles recebem pela venda da sua força de trabalho. Essa geração de valor a mais, Marx conceitua como sendo a mais-valia. Assim, a base da produção e da acumulação de capital está na exploração da força de trabalho no processo de produção e não no mercado (HARVEY, 2018; MARX, 2014).

Tendo em vista as crises sistêmicas e os levantes contrassistêmicos que ocorreram nesse período, o capitalismo mais uma vez adaptou-se para a instalação de um novo estágio já no século XX. Devido às crises financeiras do século XIX, os gastos e impactos das duas guerras mundiais, os Estados ressignificaram a relação entre economia e política. Diferentemente do capitalismo liberal, nesse novo modelo, os Estados assumiram uma postura mais pró-ativa em seus territórios para poder reconstruir suas estruturas que foram abaladas depois das guerras. No pós 2GM, os EUA já tinham se tornado o polo de poder no sistema internacional, então, além dele elaborar o plano de reconstrução da Europa com objetivos de frear o avanço comunista da URSS, os EUA também passaram a controlar os fluxos financeiros e de capital

por meio do sistema de Bretton Woods, cujo pilar foi o estabelecimento da paridade do dólar com o ouro. Na prática, os países foram submetidos a manter a paridade de suas moedas nacionais com o dólar, o que concedeu aos EUA o controle econômico de praticamente todas as transações financeiras (FRASER; JAEGGI, 2020).

Embora esse modelo tenha estabilizado a economia por algumas décadas, o capitalismo administrado pelo Estado ou da social-democracia esbarrou nas próprias contradições econômica e política, o que levou ao surgimento do capitalismo financeiro. Segundo as autoras, em decorrência dos altos endividamentos dos Estados em reconstruir suas estruturas e de implementar políticas sociais, esse novo modelo surgiu para disciplinar o Estado. No capitalismo financeiro, o capital financeiro que detém o poder de moldar a economia e a política por meio dos investidores privados e a capacidade do Estado é usada apenas para construir estruturas de governança transnacionais para dar ao capital financeiro mais poder. Exemplos das organizações que surgiram para esse fim: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) (FRASER; JAEGGI, 2020; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005).

As autoras também salientam que todas essas passagens de fase do capitalismo trazem consigo a passagem da hegemonia, isto é, a passagem de um polo de poder para outro que irá guiar o cenário internacional. E é aí que os EUA aparecem como sendo grande pária internacional. A partir das modificações do século XIX, este país passa a ganhar envergadura política e econômica devido ao seu desenvolvimento industrial forte. Já no século XX, este se consolida na seara internacional instalando o controle financeiro por meio do sistema Bretton Woods e depois pela liderança da nova ordem neoliberal, presente no capitalismo financeiro que exacerba as características liberais clássicas. Os EUA adquiriram um poder bastante relevante durante o século XX de exportar seus valores consolidados durante o século anterior (FRASER; JAEGGI, 2020; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005; CASANOVA, 2005). Este país se tornou tão importante no século XX que autores como Herrera (2020), Fernandes e Morais (2020) o caracterizaram como o “século do americanismo”.

Na medida em que as classes capitalistas concorrem entre si por parcelas do mercado, essa concorrência transforma o círculo de reprodução simples na forma espiralada da acumulação perpétua como fim em si mesma. Para o capitalismo sobreviver ao eterno acúmulo de capital, é preciso estar em constante avanço tecnológico e incorporá-lo em suas mercadorias e, em última instância, nas transformações estruturais e sociais (HARVEY, 2018; MARX, 2014). Conforme o exposto, apesar do capitalismo ter passado por fases, há características intrínsecas a ele que estão presentes nelas todas; uma, em especial, será primordial para a

análise de Lênin (2010): a concorrência. Na medida em que as potências vão concorrendo entre si por acesso aos mercados, essa concorrência gera o capitalismo monopolístico, ou melhor, o imperialismo (LÊNIN, 2010).

Segundo Lênin (2010), o imperialismo seria o próprio capitalismo monopolista. Ele explica que a concorrência do capitalismo fez com que houvesse a concentração da produção de modo que gerou monopólios, cartéis e trustes que se tornaram as bases econômicas do sistema capitalista. Isso fez com que a estrutura econômica e social se elevasse cada vez mais, acentuando as contradições do sistema capitalista que são explicadas pelo autor como sendo a antítese da livre-concorrência. Dada a concentração monopolista, os próprios capitalistas liberais concentraram sua produção de modo a gerar estruturas monopolistas e cartelizadas, indo contra a gênese do capitalismo liberal (LÊNIN, 2010).

Outra questão do imperialismo na análise de Lênin (2010) versa sobre o papel dos bancos nessas estruturas capitalistas. A formação destes, sobretudo nas indústrias de matérias-primas, aumentou o poder das grandes potências gerando assimetrias entre as indústrias cartelizadas e as não-cartelizadas. Essa questão aumentou o desejo das potências em adquirir o máximo de fontes de matérias-primas e de recursos naturais, de modo que teve como consequência a política colonialista, essa política surgiu para suprir a demanda dos monopolistas em demandar seus excedentes de produção. Conforme salienta Catani (1989, p. 41) “faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia”. O imperialismo acompanhou as fases da evolução do capitalismo atuando de modo a acentuar ainda mais o poder dos capitais das grandes potências, fazendo com que elas concentrassem ainda mais seu poder no cenário internacional.

O papel do capital financeiro foi primordial também na política colonial, além de estimular a disputa por fontes de recursos naturais e exportação de capital, estimulou a disputa por esferas de influência, isso é um ponto-chave para a compreensão do afã estadunidense na América Latina, sobretudo na América Central e o Caribe. Esta disputa teve como consequência a exploração cada vez maior de Estados mais fortes sob Estados mais fracos, de maneira que o capitalismo foi se expandindo de forma rápida e desigual. O colonialismo, portanto, é intrínseco ao imperialismo. Assim, a estimulação da exportação de capital acaba estimulando a exportação de mercadorias uma vez que nos acordos feitos entre o capitalista industrial e o capitalista financeiro, normalmente, há cláusulas que obrigam a concessão de portos, estoques de matérias-primas ou alguma facilitação comercial (LÊNIN, 2010; CATANI, 1989).

A função dos bancos passa a ser o de monopolizar o capital financeiro. Devido a contradição do capitalismo liberal de acumulação infinita de riquezas, as potências passaram a

concentrar seu poder gerando o que Lênin chamou de capitalismo monopolista. Os capitalistas industriais, presentes no capitalismo liberal que detinham os meios de produção, deixaram de ter o monopólio do capital industrial, uma vez que esse se fundiu ao capital bancário. Esta dinâmica se dá em razão dos capitalistas industriais, para manter suas fontes de trabalho operando, necessitar de financiamento ou investimento dos bancos, que, por sua vez, emprestavam dinheiro ou investiam nas indústrias dos capitalistas industriais (CATANI, 1989; LÊNIN, 2010).

De acordo com Catani (1989, p.24), “os bancos convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro”. Essa gestão está ligada à dominação dos monopólios financeiros por meio do sistema de participação, o qual controla a sociedade e, por sua vez, domina as demais esferas sociais. Essa concentração em torno do capital financeiro, conforme Lênin (2010) salientou, deu origem a uma rede vasta de vínculos que atinge de modo desigual toda a camada da sociedade, incluindo a classe proletária. Essa ascensão do capital financeiro intensificou e evidenciou as contradições do capitalismo, fortalecendo a noção de Estado-rentista (CATANI, 1989).

Essa noção está ligada ao enriquecimento da burguesia pela via da exportação de capitais e de investimentos em ações estimuladas pelo Estado. A burguesia cada vez mais se autofinancia com os lucros advindos dos investimentos em capital nos Estados menos desenvolvidos gerando uma relação de dominação que foi potencializada pela política colonial. Lênin (2010) diz que o capital da nação está junto aos bancos, que estão unidos entre si em uma espécie de cartel, assim o capital da nação é aplicado na forma de títulos de valor. Dessa forma, a produção não se vê mais de forma isolada entre os empresários, mas concentrada nas mãos de uma instituição determinada (LÊNIN, 2010).

Em síntese, Lênin (2010) caracterizou o imperialismo em quatro eixos principais: (i) a concentração da produção desencadeou o surgimento dos monopólios, que passaram a desempenhar uma função primordial na vida econômica; (ii) a formação do capital financeiro e o estímulo à conquista de novos mercados e fontes de recursos naturais, de modo que intensificou as contradições existentes no sistema; (iii) o papel fundamental dos bancos que passaram a ser os principais agentes das dinâmicas capitalistas por terem o monopólio do capital financeiro, de maneira que criaram relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade e (iv) com relação à política colonial, o capital financeiro acentuou a disputa pela exportação de capitais e esferas de influência (LÊNIN, 2010).

Segundo Ayerbe (2002), o último quartel do século XIX representou a emergência dos EUA como potência econômica e militar e a intensificação da questão dos monopólios. Em

decorrência do *boom* econômico da época, dada a evolução da economia, o processo de industrialização se intensificou especialmente em áreas periféricas da Europa, nos EUA e no Japão, razão pela qual a liderança da Inglaterra no processo imperialista acabou sendo desafiada pela emergência de novos países. Além disso, essas inovações tecnológicas acentuaram as assimetrias entre as potências industrializadas e os países agroexportadores gerando a intensificação das relações de dominação (AYERBE, 2002; AMIN, 2005).

A passagem do eixo de poder da Grã-Bretanha para os EUA está relacionada também à história da formação dos EUA. Desde sua independência, os EUA se colocaram como sendo o país onde as liberdades são respeitadas e garantidas. Ao longo do século XIX, imbuídos pela Doutrina Monroe, eles se consideravam como o guardião das instituições republicanas e democráticas, tanto que estas foram as formas de governo logradas no pós-independência das colônias americanas. A América Central e o Caribe, neste século, tornaram-se de suma importância para a concretude dos EUA como potência, pois nessa região ainda continham países que estavam sob domínio da Europa, a exemplo de Cuba. Ademais, ingleses e franceses também possuíam grandes interesses na região (FERNANDES; MORAIS, 2020).

Para manter seu domínio no hemisfério americano, o imperialismo dos EUA desafiou o imperialismo da Europa durante a guerra de independência cubana por meio de seu apoio a ilha e, mais tarde, no controle do Canal do Panamá, ocasião em que a Grã-Bretanha reconheceu a hegemonia estadunidense no Caribe por meio do Segundo Tratado de Hay-Pauncefote, de 1901, em que os ingleses reconheceram o controle exclusivo do projeto do Canal do Panamá pelos EUA (FERNANDES; MORAIS, 2020). Assim, pode-se inferir que no decorrer do século XIX, os EUA executaram sua política imperialista sob à égide de seu expansionismo territorial à luz da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Já no século XX, com os EUA já sendo uma grande potência econômica, política e militar, sua política imperialista adquiriu novos moldes. Sob Theodore Roosevelt (1901-1909), o imperialismo assumiu uma conotação militar, este interviu por diversas vezes nos países da América Central e o Caribe, já com William Taft (1909-1921), o imperialismo assumiu um caráter claramente econômico, ao passo que mais tarde, sob Woodrow Wilson (1913-1921) adquiriu a forma de imperialismo missionário, o qual os EUA se reservavam o direito de “esclarecer e elevar os povos” pela força quando for necessário. Wilson, ao mesmo tempo em que discursava contra a política colonial, fazia intervenções em Cuba, no Haiti e na República Dominicana, como também apoiava a ditadura na Nicarágua (FERNANDES; MORAIS, 2020, p. 109).

O imperialismo estadunidense assumiu alguns fatores que auxiliaram em seu processo de adaptação. Trata-se dos fatores econômico, pois com seu processo de expansão territorial e

de desenvolvimento industrial demandaram mais acesso aos novos mercados de matérias-primas e de recursos naturais; ideológico e cultural, pois sob a influência do Destino Manifesto, os EUA tinham a crença de que sua nação era mais desenvolvida e por isso tinham a missão de civilizar as demais, também instrumentalizaram o sentimento de nacionalidade visto que os governantes se utilizaram da conquista, da glória e do poder imperial para amenizar as contradições internas (FERNANDES; MORAIS, 2020; AYERBE, 2002).

Apesar da importância do conceito de imperialismo desde a metade do século XIX e ao longo do século XX, este foi se perdendo pelas teorias contemporâneas. Na área de Relações Internacionais (RI), que nasceu nos países anglo-saxões e, conseqüentemente, possui vieses a partir de seus interesses geopolíticos, o conceito foi pouco ou quase nada utilizado, sobretudo depois dos embates teóricos advindos do pós-Primeira Guerra Mundial. Somente a partir dos anos 1970 que o marxismo foi mais utilizado na área. Contudo, dado o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, o marxismo foi deixado de lado mais uma vez nas análises (PAUTASSO, 2021). Resgatar essa análise para o campo das RI, de acordo com Pautasso (2021, p.80), é importante para a discussão acerca da genealogia da ideologia dominante e para analisar a “forma como os EUA entrelaçam a globalização neoliberal aos diversos mecanismos intervencionistas neocoloniais da atualidade”.

É difícil precisar quando o fenômeno da globalização começou, entretanto, podemos entendê-lo como sendo um processo de intensificação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que foi permitida pelo avanço tecnológico que diminuiu as fronteiras entre os Estados desde o final do século XIX. De acordo com Harvey (2022), a globalização exerceu o papel de mascarar conceitos como imperialismo e colonialismo por se tratar de um novo mundo interligado e interdependente e, dessa forma, esses conceitos perderiam seu sentido de ser. Nessa concepção, pelo mundo estar mais conectado e os Estados mais interdependentes entre si, não seria mais possível a dominação de um Estado sob o outro. Adicionalmente, Bauman (1999) diz que essa alienação se deu por meio da oposição criada pela globalização entre o “dentro” e o “fora”, podendo ser entendido como “doméstico” e “internacional”. Essa relação causa incertezas para os demais Estados e, por sua vez, para as sociedades e é por isso que um direcionamento e uma regulação se fazem necessários para que essas incertezas diminuam e os Estados possam conviver do modo mais harmônico possível (BAUMAN, 1999).

Com o advento da globalização, as relações sociais, políticas e econômicas sofreram modificações importantes. Assim, a análise marxista se propôs a analisar essa nova dinâmica

resgatando o conceito de imperialismo por meio do que Pautasso (2021) *apud* Batista Jr. (1998)² chamaram de o mito da globalização. Refere-se a mito pois esse fenômeno não produziu uma integração sem precedentes uma vez que já havia uma integração em curso na virada do século XIX e início do XX, tampouco gerou um caráter supranacional, como alguns liberais pregavam sob a ideia de aldeia global ou com ideias de que a partir deste fenômeno o mundo não teria mais fronteiras. Ainda, segundo o autor, a globalização não implicou formação de corporações livres de identificação e lealdade nacionais e não significou a criação de um mercado global de capitais (PAUTASSO, 2021).

As narrativas produzidas em torno da globalização contribuíram para camuflar as contradições e o caráter desigual do sistema internacional. De acordo com Wood (2004), a globalização é uma forma de imperialismo, pois ela incentiva e fortalece a diferenciação das economias dos Estados. Os epicentros dessas narrativas foram a Grã-Bretanha e os EUA que juntaram a ideia de liberalismo com imperialismo assentando a defesa de um universalismo liberal voltado à defesa das instituições internacionais e dos DH ao mesmo tempo que praticavam políticas imperialistas e etnocêntricas voltadas à desestabilização de governos e intervenções militares. Assim, ao longo do século XX percebemos adaptações em relação a esse conceito e sua instrumentalização (AMIN, 2005).

Assim como o capitalismo, o imperialismo também foi impactado pela globalização e passou por adaptações. Desde as revoluções industriais até a 2GM, o instrumento de dominação das grandes potências passou do capital industrial para o capital bancário de modo que o monopólio se manteve com essas potências que exerciam o imperialismo por meio deles. Se por um lado, os países europeus, sobretudo a Inglaterra, exerceram seu imperialismo em suas colônias africanas e asiáticas por meio de seu capital industrial e bancário; por outro, os EUA, aproveitaram a passagem do capital bancário para o capital financeiro para exercer seu domínio a nível global. Devido à financeirização global, impulsionada pela globalização, os EUA criaram instrumentos que lhes proporcionaram a concentração de poder e o monopólio das principais vias de financiamento, como já visto, um instrumento criado nesse período foi o Sistema Bretton Woods e depois entidades internacionais tais como o FMI e a OMC (BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005). Casanova (2005) enfatiza que as grandes potências tomaram para si os rumos da globalização por meio da concentração do capital financeiro, sendo assim elas poderiam negociar entre si os novos rumos e as novas diretrizes desse fenômeno. Como consequência, a questão dos monopólios passaram a servir aos interesses

² Ver BATISTA, P. N. J. **Mitos da globalização**. Estudos Avançados, n. 13, v.32. 1998. p.125-186.

políticos e econômicos desses grandes centros, sendo os EUA o principal expoente (CASANOVA, 2005).

Enquanto os países em desenvolvimento, na periferia do capitalismo, passavam por suas Revoluções Industriais tardias focadas no desenvolvimento industrial, os países centrais estavam preocupados internamente com investimentos em indústrias de alto valor agregado e de novas tecnologias. O mercado de produtos primários da América Latina estimulava o desenvolvimento dos países centrais gerando grandes mudanças estruturais nas economias dos países latino-americanos. Estes começaram a especializar-se em decorrência do aumento da demanda externa, o que permitiu a expansão de suas exportações cujo dinamismo financiou a modernização do aparato produtivo, dos transportes, das comunicações e dos serviços públicos, setores que eram alvo de massivos investimentos estrangeiros. Essa exportação de capitais para a América Latina tem como finalidade fortalecer as finanças dos Estados centrais, dessa maneira estes Estados mantêm seu imperialismo operando (CASANOVA, 2005; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2002). As principais indústrias de *commodities* dos países latino-americanos são controladas por empresas estrangeiras, de maioria ou europeia ou estadunidense. Dessa forma, a América Latina torna-se uma área importante não apenas para o fornecimento de matérias-primas, mas também como compradora de produtos manufaturados e de destino de capitais. (AYERBE, 2002).

Sabendo que os países centrais detêm maior acumulação de capital, eles passam a possuir mais acessos às tecnologias ou são eles mesmos os precursores dessas novas tecnologias. Assim, o sistema capitalista foi formando e concentrando novos tipos de monopólios, ainda em volta dos países centrais, e mediante à ascensão do neoliberalismo agravou as desigualdades existentes e mascarou, mais uma vez, o imperialismo, como afirma Bauman (1999), Casanova (2005) e Harvey (2022). De acordo com Amin (2005), os novos centros de poder seriam: primeiro, o próprio monopólio da tecnologia que, para o autor, o cerne principal do acesso à tecnologia seria dado pelo Estado sendo impossível, em sua visão, esse setor se desenvolver sem investimentos e gastos sem passar pelo Estado. Em segundo lugar, o monopólio dos fluxos financeiros. Diante da concentração do fluxo financeiro internacional na mão de poucos países, a poupança também foi centralizada por intermédio desses países que formularam regras e estabeleceram padrões de acordo com seus interesses e ideais.

No que diz respeito aos fluxos financeiros, os EUA tomaram a frente no controle financeiro estipulando o dólar como moeda de transação e referência em detrimento do ouro, fortalecendo ainda mais seu imperialismo (AMIN, 2005). Dessa maneira, o país criou uma política de endividamento para os países periféricos por meio da renovação dos métodos de

submissão dos devedores pelos credores, o que gerou um capitalismo tributário, na visão de Casanova (2005). Com o advento da globalização, essa nova política de endividamento atingiu fortemente os países periféricos em razão do sistema automático de renovação da dívida externa. Tendo em vista o sistema capitalista e a evolução para o capitalismo financeiro, os EUA, aproveitando do cenário internacional de dependência dos demais países, utilizaram as organizações internacionais para resguardar seus interesses. Essas instituições foram criadas para que seu imperialismo pudesse continuar operando no contexto pós-2GM (AMIN, 2005; CASANOVA, 2005).

Em terceiro e quarto lugar podemos citar os monopólios dos recursos naturais e dos armamentos de destruição em massa, e aqui, o autor ainda adiciona a Inteligência Artificial como sendo uma poderosa arma dos países centrais. Por fim, há o monopólio da comunicação, o Centro, por meio da mídia, tenta uniformizar a cultura e a política por meio de manipulação de narrativas (AMIN, 2005). Nesse sentido, o uso da comunicação como forma de poder gera uma contradição sistêmica com a democracia. Mounk (2020) alerta sobre os perigos que existem nesta relação entre mídia e democracia. Para o autor, os avanços tecnológicos em volta do meio midiático fortaleceu ainda mais os canais de comunicação via Internet, assim, esse novo meio criou espaços e oportunidades para os *outsiders*³ mobilizarem a política sem a regulação do Estado, abrindo uma brecha antidemocrática (MOUNK, 2020).

Infere-se que essa dinâmica de monopólios de poder do Norte frente ao Sul reafirmou a relação desigual e assimétrica entre eles. A liderança dos EUA no sistema internacional não significou uma Europa aquém no sistema internacional, segundo Amin (2005), foi no pós-guerra que conflitos entre os imperialismos europeu e estadunidense deram lugar a um imperialismo coletivo encabeçado pelos EUA. Na ocasião, os EUA emergiram como o grande *hegemon* e liderou toda a adaptação do sistema internacional em uma espécie de extensão da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto (AMIN, 2005). De acordo com Amin (2005), a estratégia dos EUA para adaptação de seu imperialismo passou por alguns eixos principais: o primeiro diz respeito à neutralização de seus parceiros. Com isso, os EUA desejavam estar presente em todas as discussões sobre qualquer temática e minimizar ações fora de sua influência. O segundo é consequência da Guerra Fria e da aproximação da URSS com a América Latina. A partir dessa aproximação, os EUA instrumentalizam as instituições

³ Conceito usado pelo autor Yascha Mounk para determinar os indivíduos que não participavam da vida política e social da forma tradicional, seja por falta de interesse seja por falta de espaço de articulação.

internacionais e regionais em prol de seus interesses e objetivos (BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005).

Conforme salienta Casanova (2005), os EUA foram a principal força para o processo de globalização e a reestruturação do imperialismo. Eles conseguiram exportar seus ideais neoliberais e morais para o mundo por meio do fenômeno da globalização, dessa forma puderam aparelhar as instituições aos seus interesses e objetivos. No campo ideológico, os EUA utilizaram a narrativa da luta pela democracia e liberdade como forma de legitimar suas ações. Na visão de Pautasso (2021), os EUA utilizam discursos maniqueístas e polissêmicos para validar determinadas estruturas de poder, assim, ao moldar as narrativas, este país pode alienar os demais, inclusive as sociedades que ficam reféns desses discursos (PAUTASSO, 2021; CASANOVA, 2005).

Wood (2004) acrescenta que a variação imperialista dos EUA possui um caráter econômico muito forte, uma vez que ele emerge em um mundo globalizado e interdependente, onde conquistas de anexações coloniais não são mais aceitas. Assim, o imperialismo dos EUA, diferente do europeu, não visa a anexação de novos territórios. Para a autora, o *modus operandi* do imperialismo estadunidense é fazer com que o sistema internacional e os países sejam dependentes dos EUA em algum grau, assim as decisões políticas precisam passar pelos EUA, por isso é tão importante para os EUA controlar os fluxos financeiros e as instituições internacionais (WOOD, 2004).

Ainda de acordo com a autora, uma vez que não há mais conquistas territoriais na atualidade e sabendo que os EUA adaptaram o imperialismo para se ter uma base econômica que garantisse seu poder imperial, a manifestação desse imperialismo, em sua maioria, se dá por meio do que a autora chama de “efeito demonstração”. Este, como o próprio nome induz, se refere a atos que demonstram a capacidade estadunidense de ação. A autora dá o exemplo das atuações internacionais do Exército estadunidense cujas atuações não visam à anexação territorial, mas demonstram as possibilidades de ação e de poder elevado para o país-alvo (WOOD, 2004). Da mesma forma, podemos utilizar como exemplo a política intervencionista dos EUA no começo do século XX até às sanções econômicas.

Em suma, com o fortalecimento da Guerra Fria, a ascensão de governos progressistas e a aproximação com a URSS, os EUA intensificaram sua política imperialista na América Latina, região que, conforme visto, faz parte da zona de influência dos EUA, além de ser considerada estratégica. A política externa estadunidense é guiada pela Doutrina Monroe que é inspirada no isolacionismo estadunidense do século XIX que entendia o continente americano como um hemisfério em si mesmo e, portanto, não poderia sofrer ingerências estrangeiras, pois

essas poderiam ser consideradas perigosas para a paz e segurança dos EUA (BANDEIRA, 2009; FERNANDES; MORAIS, 2020).

Dada a proximidade entre este país e a América Central, a região acabou sofrendo mais com as interferências estadunidenses. O foco do imperialismo dos EUA recaiu sobre esses países, sobretudo em Cuba. Durante a expansão de suas fronteiras, os EUA tinham o desejo de anexar a ilha caribenha, conforme aponta Bandeira (2009). Essa anexação está ligada ao destino manifesto estadunidense, que foi um mecanismo nacional de expansão imperialista. Foi com base nessa premissa que os EUA conseguiram expandir sua fronteira de ponta a ponta do continente e a partir da lógica de defesa de sua integridade, surgiu a ideia de anexação de Cuba. Outro ponto fundamental que ajudou na ideia de anexação foi a questão econômica, pois a ilha era o principal mercado de exportação de açúcar e outros bens importados (BANDEIRA, 2009; FERNANDES; MORAIS, 2020).

A truste estadunidense *Sugar Refining Company* era responsável pelo escoamento e refino do açúcar, principal produto de Cuba, evidenciando a dependência de Cuba aos EUA. Um dos traços do imperialismo estadunidense, ressaltado por Wood (2004), é justamente implementar indústrias nos demais países para assegurar sua hegemonia pela via da dependência econômica. Para a autora, é fundamental a dominação econômica para criação de relações de dependência. Bandeira (2009) acrescenta que os interesses estadunidenses também passavam por estabelecer bases navais, ser um depósito de minérios e controlar rotas estratégicas (BANDEIRA, 2009).

A Revolução Cubana em 1959 representou um golpe aos interesses estadunidenses na ilha e a sua política externa. Sob um governo revolucionário nacionalista e, mais tarde, socialista, o acesso aos recursos naturais, fontes de matérias-primas e mercados estariam comprometidos pelo programa que o governo estava implementado de sair da dependência estadunidense. Além disso, a aproximação da ilha com a URSS corroborou as desavenças entre a ilha e os EUA. À medida que o governo cubano se radicalizava dentro do contexto de disputas da Guerra Fria, o governo estadunidense, tentando resguardar seus interesses na ilha, impôs coercitivamente as sanções econômicas em Cuba (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; VASCONCELOS, 2016a).

As relações entre Cuba e EUA serão mais aprofundadas no capítulo 3 da presente dissertação, assim, o objetivo desta seção é o de explicar o conceito de imperialismo e como os EUA o adaptaram para garantir seus interesses econômicos e políticos, principalmente na América Latina. Conforme Bandeira (2009, p.55) ressalta, “com as forças produtivas do capitalismo desdobrando os limites do Estado Nacional, a América Latina, agrícola e atrasada,

se configurava como a continuidade natural do seu [*Estados Unidos*] espaço econômico”. Assim, os EUA intensificaram sua política externa atuando de forma repressiva que visava retomar seu controle regional e garantir a sua política imperialista (BANDEIRA, 2009; WOOD, 2004). A escolha de sancionar Cuba por implementar políticas sociais que vão de encontro às políticas estadunidenses e que mexem com a sua estrutura de poder faz parte da política imperialista dos EUA e é uma forma de punir o país por tentar sair da tradicional relação de dependência e por romper com os objetivos empresariais dos EUA, ocasionando a diminuição de seu poder econômico e político dentro da ilha devido a busca por autonomia e soberania que passou a nortear Cuba pós-Revolução (HOFER, 2020; WOOD, 2004; JONES; PORTELA, 2020).

1.2 EUA e a hegemonia na região latino-americana

Ao tratar o imperialismo dos EUA na América Latina é inevitável não tocar no conceito de hegemonia visto que este país exerce influência e domínio nos países latino-americanos, sobretudo nos países da América Central e o Caribe. Diante do exposto, depreende que essa região sempre foi uma zona de influência estadunidense que foi intensificada durante a Guerra Fria. Os interesses dos EUA, de acordo com Fernandes (2019), perpassavam por questões de segurança, fronteiras econômicas e ações conjuntas contra mudanças radicais e revolucionárias dos países vizinhos. Conforme salientado, muitas organizações foram criadas para reforçar essas questões. Para Fernandes (2019), a criação desses espaços de influência implicaria a incorporação desses países dentro do espaço econômico e sociocultural dos EUA (FERNANDES, 2019).

O conceito de hegemonia é entendido à luz de Gramsci (1971) que, para o autor, é responsável por analisar a interação entre as forças sociais que disputam entre si por espaços de influência (GILL; LAW, 2007). A análise desse conceito, segundo Gramsci (1971), é a de que as ideias e, portanto, os interesses das classes dominantes, estavam alicerçados na sociedade civil. Com isso, o autor rompe a caixa preta do Estado na concepção clássica das RI e observa que a sociedade civil também está presente dentro da dinâmica do Estado. De acordo com Gramsci (1971), o Estado é o local onde a hegemonia é disputada e constituída (COX, 2007; GRAMSCI, 1971).

Conforme ressalta Cox (2007), a hegemonia de Gramsci consiste nas ideias e nos interesses das classes dominantes que conseguiram por meio do consenso entre as demais

classes subordinadas se estabelecer como universais. Essa ideia do consenso é importante para Gramsci (1971), pois as ideias e os interesses precisam estar minimamente alinhados com as ideias e interesses das demais classes para a hegemonia ser exercida. Entretanto, Gramsci não descartou as possibilidades do uso da coerção, esta era usada em situações específicas as quais o consenso pudesse falhar (COX, 2007). Em suma, podemos compreender o conceito de hegemonia de Gramsci como sendo a formação da supremacia de uma classe social que será a classe dominante e que exercerá uma liderança moral e intelectual. Para isso ocorrer deverá ter concessões às demais classes subordinadas e é por meio desse equilíbrio ou acordo entre as classes que a hegemonia opera (COX, 2007; GRAMSCI, 1971; HERRERA, 2020).

A hegemonia da classe dominante começa na sociedade civil e se institucionaliza no aparato estatal. Cox (2007) adiciona, no que tange à aplicabilidade da ordem internacional, que o conceito tem que vir definido em um período de tempo. Isso porque a hegemonia não é algo infinito, ela está em constante disputa em razão das forças sociais que atuam sobre ela e por essa razão ela pode mudar. Pode ocorrer de as relações sociais ocasionarem mudanças fundamentais nas ideias e interesses e, assim, emergir uma outra classe dominante diferente da antiga (COX, 2007). Também cabe ressaltar que a hegemonia tem que ser de ordem econômica, social e política para que ela possa operar no sistema internacional, uma vez que, de acordo com Gill e Law (2007), a hegemonia é mais do que uma dominação medida pela força militar, ela também possui caráter político e social. Adicionalmente, Augelli e Murphy (2007) salientam que o domínio, segundo a perspectiva de Gramsci, é a capacidade que uma classe social tem de exercer a função de liderança política e moral na sociedade (GRAMSCI, 1971; GILL; LAW, 2007; AUGELLI; MURPHY, 2007). Para Cox (2007), para um Estado se tornar *hegemon* tem que proteger uma ordem mundial sem a exploração direta dos outros Estados, pelo contrário, teria que defender uma ordem que fosse minimamente compatível com os interesses dos outros Estados (COX, 2007).

De acordo esses autores, os EUA emergiram como hegemônicos no século XX, principalmente a partir da década de 1930, visto que a Europa estava devastada economicamente por conta da guerra e com perdas de infraestrutura significativas, o que fez com que essa região perdesse espaço no sistema internacional para o novo país (HERRERA, 2020; GILL; LAW, 2007; AUGELLI; MURPHY, 2007). Os EUA, então, defenderam a bandeira de um “mundo livre”, conceito que apresentava o entendimento estadunidense de liberdade, isto é, preceitos como a democracia liberal e o livre-comércio (AUGELLI; MURPHY, 2007; COX, 2007).

De acordo com Herrera (2020), a hegemonia exercida pelos EUA é diferente da que a Europa exerceu nos séculos passados porque a estadunidense nasceu no meio empresarial em um mundo já capitalista. Assim, os EUA, desenvolvido industrialmente e sendo forte competidor internacional, se consolidaram como um modelo de progresso e de produção material e simbólica de uma nova forma de vida (AYERBE, 2002; HERRERA, 2020). Isso foi essencial para este país exportar o *American Way of Life* entre os anos de 1920-1930, por exemplo. Devido às dinâmicas e evoluções do capitalismo, a figura das empresas estadunidenses não significou uma ruptura das relações sociais igual ocorreu na Europa, mas sim potencializou as figuras dos empresários já consolidadas pelo capital industrial. Dessa forma, as empresas se transformaram em um centro articulador da produção material, cultural, simbólica e subjetiva de uma nova sociedade que nega a existência de outros povos e se estabelece dentro da dinâmica produtivista. Com isso, as relações sociais estadunidenses se moldaram em torno da figura empresarial de modo que visavam potencializar a dinâmica produtivista e a reprodução do capital (HERRERA, 2020).

A figura da empresa para a questão da hegemonia estadunidense é essencial porque permite que se tenha maior dimensão de seu poder no cenário internacional. A empresa não deve ser pensada como uma entidade isolada da sociedade nos assuntos políticos, mas sim deve ser entendida como sendo o lugar onde há interações sociais que modificam e impactam as estruturas econômicas e políticas. O surgimento de empresas multinacionais acentuou essas interações, assim como maximizou a reprodução e acumulação de capital, igualmente foi responsável por potencializar a concentração dos fatores de produção. No que tange à direção intelectual, essencial para o exercício da hegemonia, no contexto da hegemonia estadunidense, ela é exercida de forma racional à luz do liberalismo. A hegemonia estadunidense não requer um alto número de políticos e intelectuais para exercer o controle em razão da racionalização do indivíduo e da busca da maximização de utilidade individual. Assim, a hegemonia estadunidense requer uma estrutura particular cujo pilar é o liberalismo, contudo, nesse tipo de liberalismo é fundamental assegurar a livre iniciativa e o individualismo econômico, fatores cruciais para a criação e fortalecimento dos monopólios (HERRERA, 2020).

Segundo Herrera (2020), a empresa se tornou peça-chave na interação entre o mercado e o Estado, em suas palavras,

a reflexão de Gramsci obriga a questionar as novas formas de corporativas [...] a corporação, novamente no sentido americano, [é] o ator hegemônico e centro da articulação entre o Mercado e o Estado, nas suas concepções clássicas, mas no caso estadunidense elas se apresentam como uma estrutura orgânica onde as empresas e as

formas políticas se fundem para producir los entornos materiales e sus simbologias [...] (HERRERA, 2020, p.41, tradução própria, grifo próprio⁴).

O consenso alcançado pelos EUA no exercício de sua hegemonia partiu dos pressupostos da formação de sua sociedade baseada no individualismo e na busca da maximização individual de utilidade. O excesso democrático advindo do egoísmo individualista, de acordo com Herrera (2020), configura formas privadas da política que atingem não só a sociedade, mas também a direção intelectual. Assim se configurou o consenso que, por sua vez, incorporou o espírito do capitalismo liberal que foi acentuado devido à concorrência e a formação de monopólios (HERRERA, 2020). Portanto, o surgimento da figura da empresa motivou o imperialismo dos EUA e permitiu que eles se tornassem hegemônicos no século XX exercendo seu poder político, econômico e social por meio de suas empresas, exportadas principalmente para a América Latina.

A partir do final da 2GM, os EUA tornaram-se mais poderosos devido à diminuição da influência europeia tendo em vista a devastação territorial das duas guerras mundiais. Ademais, os EUA se consolidaram como sendo o padrão de desenvolvimento e estabilidade política e econômica, bem como lideraram o progresso técnico em setores estratégicos, tais como de eletrodomésticos, de automóveis e da agricultura, o que corroborou o exercício de sua hegemonia no sistema internacional (AYERBE, 2002). Contudo, paralelamente ao crescimento dos EUA no sistema internacional, outro país também estava emergindo: a URSS. Dessa forma, a configuração do sistema internacional se voltou para uma ordem bipolar onde os eixos de poder estavam concentrados nos EUA e na URSS. A emergência da URSS como grande ator internacional foi percebida pelos EUA como uma ameaça aos seus interesses por se tratar de um Estado dirigido por um governo comunista fruto de uma Revolução cuja ideologia era adversa aos EUA (HERRERA, 2020). Os EUA, percebendo o aumento da influência soviética, tentou resguardar suas zonas de influência de modo a evitar que a URSS chegasse nessas regiões. O foco maior dos EUA foi na reconstrução da Europa e para isso implementou o Plano Marshall, bem como criou uma organização cujo objetivo era conter os avanços militares soviéticos, assim surgiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (AYERBE, 2002).

⁴ Trecho original: “La reflexión de Gramsci obliga a cuestionar las formas corporativas [...] la corporación - nuevamente, en el sentido americano- el actor hegemónico y centro de la articulación entre el Mercado y el Estado en sus concepciones clásicas, pero que en el caso estadounidense se presentan como entramado orgánico en donde las formas empresariales y las formas políticas se funden para producir los entornos materiales y sus simbolizaciones [...]” (HERRERA, 2020, p.40).

A figura da URSS representava os valores revolucionários que contrastavam com os valores liberais dos EUA. Na visão estadunidense, os soviéticos representavam a suposta ditadura do proletariado que, por sua vez, significava a tomada dos fatores de produção pela classe trabalhadora. Em última instância, eles representavam os meios de superação do capitalismo e, em contraste, a política estadunidense desejava continuar articulada com o capitalismo. Esse cenário de disputa gerou questionamentos internacionais acerca da hegemonia dos EUA, o que motivou este país a implementar políticas imperialistas ofensivas para continuar exercendo sua hegemonia no sistema internacional. A OTAN, uma aliança militar cujo objetivo era conter o avanço soviético no Leste Europeu, é um exemplo dessa política. A Guerra Fria, portanto, pode ser compreendida como sendo um período em que as potências capitalista e comunista travaram uma disputa pela hegemonia de uma nova ordem global (HERRERA, 2020).

Durante esse período, a América Latina conseguiu se beneficiar da disputa entre os polos de poder de modo que seu desenvolvimento econômico foi impulsionado devido a maior demanda de matérias-primas dado o contexto bélico do pós 2GM, bem como pela exportação de um aparato industrial mais barato em decorrência do conflito, muitos países latino-americanos puderam comprar maquinários europeus e fortaleceram suas indústrias com material de segunda mão. Com isso, a maioria desses países observaram seu setor industrial ser alavancado e se voltaram à busca de desenvolvimento via substituição das importações (AYERBE, 2002; BANDEIRA, 2009). No plano político, esse movimento fortaleceu a ideia de Estado protagonista para o desenvolvimento, era ele o responsável por orientar sobre os rumos desse novo tipo de desenvolvimento (AYERBE, 2002).

Nesse ínterim, a busca pelo desenvolvimento abriu espaço para e emergência de governos nacionalistas que visavam além de proteger o mercado interno, a industrialização. Ocorre que os acordos de Bretton Woods definiram os lineamentos para uma gestão multilateral do capitalismo que foi condicionada à dependência de investimentos externos. A industrialização dos países latino-americanos provocou aumento crescente da demanda de capital e de insumos importados, cujos preços superaram a capacidade de compra gerada pela exportação de produtos primários, o que gerou dificuldades no pagamento desses países, ocasionando endividamentos. Por outra parte, os EUA criticavam o nacionalismo latino, pois defendiam que para se obter maior prosperidade e ser uma democracia, deveria ter como base de apoio uma economia aberta (AYERBE, 2002, p.74-75).

Dentro do contexto de Guerra Fria, os EUA pressionaram os países latino-americanos em favor de um alinhamento incondicional aos ditames estadunidenses. Em 1949, Harry

Truman (1945-1953) discursou no Congresso e destacou quatro aspectos prioritários na política externa estadunidense do momento: apoio às Nações Unidas, a reconstrução da economia mundial, a luta contra o comunismo e ajuda aos países em desenvolvimento, este referindo-se à América Latina, que percebeu um aumento de investimentos privados estadunidenses na década de 1950 em setores estratégicos (AYERBE, 2002).

Desde o século XIX, os EUA se posicionam como guardião hemisférico em decorrência da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Durante a Guerra Fria, esses conceitos são reformulados e eles passam a ser guardiões, também, da segurança do sistema capitalista, principalmente na região latino-americana que, conforme visto, sempre foi uma área onde os EUA puderam exercer seu poder imperial livremente e sem limites. Houve também a reformulação da agenda de segurança nacional, os EUA criaram e fortaleceram instrumentos de defesa e espionagem por meio da Lei de Segurança Nacional. Essa mudança institucional buscou dar maior planejamento e ação à política externa, bem como transformou as agências nacionais de segurança em poderosos instrumentos da ação do Estado em assuntos internacionais. De acordo com Ayerbe (2002), a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) passou a ser responsável por dois objetivos da política externa estadunidense: prover informação acerca dos assuntos internos dos outros países e promover ações encobertas que poderiam variar desde o uso da força até o planejamento de operações de guerras clandestinas. Isso acabou por reforçar a sua hegemonia no hemisfério americano (AYERBE, 2002; BANDEIRA, 2009).

Ayerbe (2002, p.81) destaca que, em relatório da CIA⁵ de 1º de novembro de 1947, os EUA mostraram-se preocupados com as ascensões de governos nacionalistas na região latino-americana:

julga-se que a organização não-política comunista na América Latina [...] já prosseguiu tanto e tão eficientemente que, em caso de guerra com os EUA, a URSS poderia: [...] b) alistar agentes de sabotagem e c) por mero comando de ordens necessárias, paralisar as economias de dois países (Chile e Cuba), os quais são importantes fornecedores regulares dos EUA. Desse modo, a URSS poderia negar aos EUA, pelo menos nos cruciais primeiros meses da guerra, os militarmente importantes cobre e açúcar [...]. (AYERBE, 2002, p.81).

Visando à manutenção de sua hegemonia na América Latina, os EUA orquestraram a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o qual garantiu a presença militar dos EUA na região e foi considerado vital para os interesses dos EUA em

⁵ Ver CIA. Research Reports, **Latin America, 1946-1976** (microfilmes). Editado por Paul Kesaris. Frederick: University Publications of America, Inc., 1982. 5 rolos. rolo I, doc. 0006.

resguardar a defesa do “mundo livre” (AYERBE, 2002). Além dele, a OEA também foi utilizada como instrumento imperialista dos EUA para manter os países latino-americanos em sua órbita de interesse, por meio dessa organização, os EUA fizeram diversas concertações políticas para a defesa da ordem liberal estabelecida por eles (BANDEIRA, 2009). Com isso, os EUA estavam tentando assegurar a presença dos países latino-americanos dentro de seu espaço econômico e sociocultural (FERNANDES, 2019). Infere-se que a política externa dos EUA pautou-se na luta contra o comunismo definindo quem eram seus aliados e adversários, isso foi crucial para a manutenção de seu controle regional. Sob diferentes pretextos de defender o hemisfério das influências externas, os EUA foram cada vez mais intervindo na América Latina para manter seu controle (AYERBE, 2002).

Diante do aumento dos mecanismos de segurança nacional e a crescente obsessão pela luta contra o comunismo, os EUA assistiram levantes nacionalistas na Argentina, Bolívia e Guatemala. Temendo que seus interesses pudessem ser contestados, o país interveio de forma ostensiva, direta ou indiretamente, nesses países para restabelecer seu controle. A Revolução Cubana surge como um indício do que poderia acontecer com outros países caso eles não aceitassem os ditames estadunidenses. Com o triunfo da Revolução e o clima de ebulição social, os EUA ficaram preocupados com a possibilidade da exportação dos valores da Revolução para os demais países latino-americanos. Desse modo, preocupados com a possibilidade de diminuição de sua hegemonia na região, assim como da contestação de seus valores liberais, os EUA resolveram impor sanções econômicas a Cuba (BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005; HERRERA, 2020).

As sanções econômicas impostas a Cuba tiveram um duplo caráter, por um lado estavam alicerçadas na Doutrina Monroe, uma vez que a política estadunidense operava no sentido de manter afastada qualquer influência externa que não seja americana da região e, neste caso, a influência era soviética. Por outro lado, tinham caráter ideológico que perpassava pelo entendimento do modelo de produção capitalista promover maiores liberdades, sobretudo pelo regime democrático. Esse caráter ideológico também servia para que os demais países da região temessem possíveis sanções caso resolvessem seguir o mesmo caminho de Cuba. Igualmente, favorecia a criação da imagem de inimigo dos EUA (NOSSAL, 1989; HUFBAUER et al., 2007; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; BALDWIN, 2020; BANDEIRA, 2009; HERRERA, 2020).

A imposição das sanções econômicas faz parte da política imperialista dos EUA que está sob o contexto de manutenção da hegemonia estadunidense. Para que esse país possa continuar com a sua política imperialista, ele deve manter a sua hegemonia na região visto que,

dessa forma, isso inibe a contestação dos demais países em seus atos. Infere-se, portanto, que para continuar a política sancionatória a Cuba, os EUA devem manter com rigor a sua hegemonia regional. Com a mudança estrutural de Cuba pós-Revolução, os EUA passaram a utilizar táticas de coerção para manter sua influência na região. Isso porque o consenso entre as classes subordinadas passa a não funcionar da mesma forma que funcionava durante o governo pré-revolucionário, ou seja, durante a ditadura de Fulgêncio Batista, apoiada pelos EUA. Percebe-se a aliança entre as classes dominantes que fizeram com que a hegemonia estadunidense conseguisse operar sem dificuldades na ilha, já que os interesses de Batista tinham pontos em comum com os interesses estadunidenses. À medida que aconteceu a Revolução, de caráter nacional, e, depois, se modificou para o caráter socialista, as forças sociais modificaram o modo de domínio estadunidense no país, o que motivou os EUA a operarem pela coerção (BANDEIRA, 2009; HERRERA, 2020).

Conforme exposto anteriormente, Wood (2004) ressaltou que, tendo em vista o sistema ser cada vez mais interligado em razão da globalização, não há mais disputas e anexações territoriais, o que faz com que os países com maior poderio disputassem seus interesses no campo ideológico. No caso estadunidense, essa disputa ocorre por meio do efeito demonstração de seu poder militar e econômico (WOOD, 2004). Mariutti (2009) e Hobsbawm (2008) salientam que os EUA nunca tiveram um inimigo que comprometesse ou ameaçasse sua existência e nem passaram por guerras que pudessem comprometer a integridade de seu território. Assim, os inimigos desse país foram sendo construídos ideologicamente, isto é, são Estados que não compartilham os valores estadunidenses. Segundo os autores, esses países são classificados automaticamente como sendo antiestadunidense (MARIUTTI, 2009; HOBBSAWM, 2008). Essa definição é potencializada pela disputa da Guerra Fria, a qual os EUA competem com a URSS sobre os valores universais que devem guiar as nações, assim como pelas definições das zonas de influência (CHOMSKY, 2015; LEON, 2003).

Em suma, os EUA, para garantir seu controle e hegemonia na região, utilizaram diversos instrumentos de coerção. Devido ao contexto histórico da Guerra Fria, o país passou por momentos de maior e menor intervenção regional, destacando-se as décadas de 1950 e 1970. Os anos 1970 foram marcados pelos choques do petróleo, fim do sistema de Bretton Woods e pelas novas economias que emergiram durante o processo de descolonização afro-asiática. Entretanto, na década de 1980, os EUA conseguiram retomar sua reputação e poder com o reaquecimento da Guerra Fria feito promovido pelo então presidente Ronald Reagan. Ele conduziu uma série de intervenções na América Central e o Caribe para legitimar a posição estadunidense na região e também para não deixar os ideais cubanos ultrapassarem as fronteiras

da ilha dado seu posicionamento anti-comunista (AUGELLI; MURPHY, 2007; BORON, 2005; AYERBE, 2002).

Além dessas intervenções cujo caráter foi a coerção direta, a reconstrução da hegemonia se deu também pela força política dos EUA, que foi exercida por meio das instituições internacionais (AUGELLI; MURPHY, 2007; COX, 2007; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005; CASANOVA, 2005). Dentro dessas instituições, o país as utilizou como mecanismo de manutenção de sua influência econômica, política, cultural e midiática para exercer seu domínio e perpetuar sua hegemonia dentro delas (ALTHUSSER, 1983). Com isso, os EUA mantêm o monopólio político-econômico por meio de diversas camadas político-sociais (AUGELLI; MURPHY, 2007; COX, 2007; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005; CASANOVA, 2005).

As organizações internacionais que legitimam tais instituições são importantes mecanismos de manutenção hegemônica, pois são por meio delas que normas, instituições ou outros mecanismos universais estabelecem regras gerais de comportamento dentro do sistema internacional. Tais organizações corporificam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, permitindo ajustes mínimos para não desgastar o equilíbrio compromissado entre as classes (COX, 2007). No que tange aos EUA, eles conseguiram certa legitimação para sancionar um país sem retaliações dos demais países. A própria ONU não foi capaz, durante a Guerra Fria, de conter excessos de poder vindos de um país com forte poder político e econômico (CASANOVA, 2005; PAUTASSO, 2021). Conforme salienta Cox (2007), as organizações internacionais são produtos da ordem mundial hegemônica e legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial. Assim, a ONU não travou as ações imperialistas dos EUA em Cuba no que tange, por exemplo, a invasão da Baía dos Porcos, assim como não teve grande atuação quando implementadas as sanções econômicas, muitos países europeus, inclusive, as aderiram também (CHOMSKY, 2015).

Em síntese, depreende que imperialismo e hegemonia são conceitos que estão intrinsecamente interligados. A busca pela manutenção da hegemonia foi um dos motivos para os EUA implementarem sua política imperialista na América Latina, dessa forma eles poderiam atuar sem muitas contestações. A Guerra Fria intensificou essa busca, pois os EUA viram-se ameaçados por uma potência comunista e estrangeira que estava exercendo sua influência no hemisfério dominado pelos EUA. Assim, os EUA, ao observarem o triunfo da Revolução Cubana, temeram que essa influência soviética e comunista pudessem se espalhar pelo restante da região. Isso fez com que os EUA, imbuídos do espírito anticomunista, impusessem as sanções econômicas como forma de punição (NOSSAL, 1989; HUFBAUER et al., 2007; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020).

1.3 A justificativa estadunidense: a democracia em jogo

O regime de governo democrático foi difundido a partir da independência dos EUA e com sua motivação em romper todas as estruturas políticas e sociais de sua antiga metrópole, ou seja, desejavam criar outro modelo político diferente do modelo adotado pelos europeus. Assim, os EUA, imbuídos de influências iluministas e liberais, moldaram uma democracia que continham os valores que eles julgavam como sendo os mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. Dessa forma, se autointitularam como protetor e exemplo de democracia, pois acreditavam que eram guiados por pessoas virtuosas que marchavam em direção ao progresso (FERNANDES; MORAIS, 2020). Por essa razão, a disputa ideológica em torno desse conceito é crucial para os EUA, pois é por meio dele que este país justifica suas práticas imperialistas, bem como fortalece a imagem de guardião dos assuntos hemisféricos.

Tocqueville (2004) escreveu o clássico estudo acerca da democracia dos EUA, “Democracia na América”, o qual teceu notáveis elogios sobre o regime. O autor ressaltou a ênfase que os EUA davam a liberdade e a questão religiosa, o que culminou no direcionamento pela moral cristã. A presença de aspectos religiosos na sociedade estadunidense se refletiu também nas políticas públicas adotadas à época. De acordo com o autor, a democracia estadunidense combinou tanto aspectos religiosos quanto aspectos de liberdade, esta no sentido liberal (TOCQUEVILLE, 2004). A questão religiosa também explica o afã estadunidense em se manter como o guardião dos assuntos internacionais e o líder nato cuja missão é exportar seus valores e direcionar os países ao caminho do progresso.

Em sua obra, também elogia a defesa da propriedade privada e da liberdade econômica, já que nesse país, o Estado não intervinha no campo econômico e protegia as indústrias. Igualmente destacou que a participação popular era notória e diferente da Europa visto que nos EUA não existia uma aristocracia territorial. Essa inexistência aristocrática acentuou a figura da propriedade privada e a sua defesa, pois, no país americano, os imigrantes tiveram que desbravar as terras e serem donos delas segundo seus esforços e méritos. Isso gerou como consequência as características da democracia estadunidense, as quais se destacam a meritocracia e a igualdade (TOCQUEVILLE, 2004).

O autor também salienta a questão do sufrágio universal como característica da democracia estadunidense, fazendo o contraponto ao Antigo Regime. Tocqueville (2004) analisa que os direitos políticos dos EUA são de suma importância para eles em razão do espectro da liberdade, assim, não haveria diferenciação nos eleitores nem nos candidatos aos cargos (TOCQUEVILLE, 2004). Todos seriam iguais perante o sistema eleitoral. Contudo,

Losurdo (2004) critica a obra de Tocqueville (2004) dizendo que ao contrário de ser um defensor da democracia, o autor francês era um crítico. Losurdo (2004) analisou o pensamento de Tocqueville (2004) à luz do sufrágio universal e, em sua crítica, o autor ressaltou que Tocqueville (2004) critica o direito político do voto universal por colocar no cenário político pessoas não aptas ao exercício das funções políticas (LOSURDO, 2004).

Segundo Losurdo (2004), o autor francês mostra-se a favor de um sistema eleitoral de vários graus, o que quer dizer que em dado nível de representação o voto pode ser direto ou indireto ou, ainda, os dois. Isso, na visão de Tocqueville (2004), levaria a uma maior estabilidade política e social, ocorre que o sistema eleitoral estadunidense funcionava dessa forma à época, havia a votação direta para a Câmara dos Representantes e votação indireta para o Senado. No entanto, apesar de parecer favorável ao sufrágio universal, Tocqueville (2004) teceu críticas aos homens eleitos para a Câmara e os julgou sem conhecimento para tratar de assuntos políticos, ainda, sugere que a razão para isso é o desconhecimento político das pessoas comuns, por outra parte, teceu elogios aos eleitos do Senado. Depreende-se, portanto, que Tocqueville (2004) critica indiretamente a questão do voto universal (LOSURDO, 2004; TOCQUEVILLE, 2004).

Boron (2005) também analisou os escritos de Tocqueville (2004) sobre a democracia estadunidense e adicionou que se trata de um estudo de possibilidades e limites da democracia em uma sociedade burguesa. Segundo o autor, Tocqueville (2004) introduziu uma novidade para o pensamento liberal que foi a caracterização da democracia como uma condição social em que prevalecia o princípio da igualdade. Assim, a democracia passou a ser definida a partir da sociedade e não das relações entre indivíduo e Estado. Isso reforçou a premissa de que os EUA julgavam mais importante assegurar os direitos civis e políticos de seus cidadãos do que refletir como esses direitos políticos estão sendo administrados, ou seja, para o país bastava que o Estado assegure liberdade e igualdade jurídica para seus cidadãos que já estaria exercendo a democracia. As questões econômicas não são levadas em consideração na democracia liberal, à exceção da proteção das grandes empresas. O papel do Estado fica restrito a manter o livre-mercado e a livre-iniciativa operando de forma maximizada, os demais eixos sociais eram considerados particularidades individuais e, portanto, não seria competência do Estado assegurá-los. Como a essência da democracia é a igualdade, por suposto, a aristocracia se caracterizava pelo seu oposto, uma vez que possuía uma estrutura de privilégios e desigualdades institucionalizadas (BORON, 2005). Dessa maneira, os EUA, como nação livre e independente, não poderiam retomar aos padrões europeus e assim o novo regime de governo rompeu com o

Antigo Regime e pode se espalhar para os demais países, sobretudo para os países da América Latina recém-independentes (FERNANDES; MORAIS, 2020).

A democracia se torna um novo tipo de sociedade que substitui a ordem aristocrática. De acordo com Boron (2005), Tocqueville (2004), apesar de deslocar o debate sobre democracia do Estado para a sociedade civil, não analisou com profundidade as questões relativas à liberdade e à configuração da sociedade estadunidense, pois desconhecia a anatomia da moderna sociedade burguesa. Para que ele pudesse ter feito esta análise, Boron (2005) e Losurdo (2004) salientam que Tocqueville deveria passar pela crítica da economia política clássica, pois a centralização do capital, que estava em curso, teve impacto tanto no plano estatal quanto na sociedade estadunidense (BORON, 2005; LOSURDO, 2004).

A igualdade, conforme salienta Chauí (2017), é um valor necessário a qualquer sociedade porque sem ela não há sociedade ou política. Entretanto, a autora reforça a ideia de que a igualdade é um valor derivado ou subordinado, o que significa que a sua definição depende da determinação do valor destes valores, a qual a sociedade e a política se identificam e/ou se definem. Em uma democracia liberal, o valor dos valores é a liberdade e é por meio dela que será determinada a natureza da igualdade ou de justiça e, como é guiada pela lógica liberal, a liberdade advém, sobretudo, dos direitos políticos. Outro valor é sobre a autodeterminação, ambos estão interligados porque em uma sociedade democrática todos são absolutamente livres, ou seja, possuem liberdades para se viver no âmbito social e político. Uma ressalva importante que a autora ressalta é que a igualdade democrática não se equivale à liberdade econômica, mas, sim, às liberdades sociais e políticas, tais como direito de votar, de representações políticas e de livre-associação (CHAUI, 2017).

Conforme Lênin (2010) ressaltou, em um mundo capitalista, é falsa a ideia de uma liberdade econômica porque a formação de monopólios suprime essa ideia e evidencia uma contradição sistêmica. A partir dessa contradição que, ao analisar conjuntamente com a ideia de democracia, representa um paradoxo que por um lado é sustentada uma ideia de liberdade, mas, por outro, essa liberdade é extremamente limitada, sobretudo, ao analisar questões que perpassam a economia política (LÊNIN, 2010).

No caso estadunidense, o país é guiado pela lógica liberal, assim, de acordo com o pensamento de Chauí (2017), em uma sociedade liberal, a liberdade se define pela propriedade, o que permite a qualificação das pessoas elegíveis para votar e dos representantes que serão votados. Já a igualdade é definida pela cidadania, determinada pela lei, que consiste em, pelas definições de liberdade, determinar quem são os homens mais iguais que outros, assim como discrimina economicamente, por raça ou por gênero, quem não é compatível com essa

igualdade (CHAUI, 2017). Mouffe (2000) adiciona que essa ideia liberal traz consigo a ideia de universalização, ou seja, de que todos esses valores liberais são universais. É por meio dessa universalização que os EUA exportam seu conceito de democracia para outras nações. Segundo Bobes (2005), a cidadania é o que guia a sociedade, ela é responsável por codificar a relação entre indivíduo e Estado. Também dá a ideia de pertencimento e, em uma sociedade liberal, a cidadania incorpora o conceito de liberdade e a consolida no aparato estatal, o qual há o sentimento de comunidade e pertencimento. Logo, o Estado tem o poder de definir a cidadania, bem como seus limites de atuação (BOBES, 2005).

Sabendo que os Estados Unidos têm exportado seus valores por meio de sua política imperialista, eles se utilizam da universalização dos valores liberais e constroem uma ideia simbólica de cidadania que perpassa sobre os direitos políticos criando padrões de exclusão e inclusão. Ainda segundo Bobes (2005), isso acaba levando a uma classificação binária de inimigo/aliado ou bom/mau que impacta na definição da política da cidadania em analisar quais políticas são legitimadas e quais não são, portanto, a categoria de pertencimento fica passível de vieses e de escolhas de governantes de que tipo de pessoas devem ser incluídas em sua política e em seu entendimento do conceito (BOBES, 2005).

Conforme exposto, a política externa dos EUA se pautou no isolacionismo tanto para construir internamente bases sólidas quanto porque não queriam interferir nos assuntos europeus e tampouco queriam que os europeus interferissem nos assuntos das Américas. Assim, com o passar do tempo o paradigma isolacionista dos EUA foi se moldando para caber nos objetivos de cada período histórico, no entanto, a partir do início do século XX, este país (re)começou uma série de intervenções na região latino-americana, sendo elas diretas ou indiretas, com o objetivo de exportar suas ideias e seus valores vide as intervenções na América Central e o Caribe promovidas pela política do *big stick*, de Theodore Roosevelt, como também pela política da boa vizinhança, de Franklin Roosevelt. Ambas as políticas tinham por objetivo assegurar a influência política, econômica e social dos EUA na região, a primeira por meio da diplomacia do dólar, o qual os EUA promoviam incentivos ao investimento em empresas e a segunda para remodelar a imagem agressiva do EUA (AYERBE, 2004; ANDERSON, 2015).

Os EUA colocaram em marcha seu projeto de construção de uma ordem internacional liberal no pós-2GM desejando fazer oposição à influência soviética (ANDERSON, 2015; AYERBE, 2004). Essa ordem liberal passava por assegurar a liderança estadunidense por meio da (i) defesa mútua contra a agressão externa ou interna, incorporada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947 e (ii) do direito de intervenção contra essas possíveis agressões (OLIVEIRA, 2018, p.158). Esses instrumentos foram usados para reforçar os valores

liberais que iriam dar vida à ordem liberal orquestrada pelos EUA cuja defesa dos direitos civis e políticos seriam pontos-chaves para o fortalecimento de sua hegemonia.

Frente ao avanço de governos nacionalistas na América Latina e o surgimento de guerrilhas contrárias aos interesses dos EUA, para assegurar seus interesses, os EUA apoiaram golpes militares e governos ditatoriais na região (BANDEIRA, 2009). Conforme Bandeira (2009, p.125) salientou, o que marcou a região latino-americana durante a Guerra Fria foi por um lado o combate à subversão comunista liderado pelos EUA e por outro a luta contra o imperialismo estadunidense por parte de movimentos guerrilheiros (BANDEIRA, 2009). Os EUA apoiaram a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, pois o governante atuava segundo os interesses da grande potência, além de reprimir os contrarrevolucionários, assim, o apoio estadunidense era essencial para o governo ditatorial de Cuba que, por sua vez, era vital para os EUA em razão dos mercados de açúcar e de minério.

A Revolução Cubana ocorreu no auge do embate ideológico da Guerra Fria e também da efervescência social latino-americana. O governo revolucionário apresentou uma nova forma de guiar a sociedade cubana, diferentemente da lógica colonial e imperial a qual a ilha era submetida. A nova lógica cubana promoveu uma ruptura da ordem anterior e propôs novos caminhos pautados no interesse nacional da ilha, ou seja, os governantes estavam preocupados em tirar o país da dependência do mercado externo dos EUA e, para isso, implementaram uma série de novas medidas em favor do crescimento nacional em detrimento dos interesses econômicos e políticos estadunidenses. Observando o sucesso revolucionário de Cuba, os EUA passaram a apostar no esvaziamento de alternativas anti-estadunidense por meio do consenso majoritário em favor das vantagens oferecidas pelo mundo liberal (AYERBE, 2004). De acordo com Purdy (2007), após as ondas de nacionalização de setores que eram controlados pelos interesses econômicos dos EUA, o governo Eisenhower embargou parcialmente os bens cubanos ao final de 1960. Ayerbe (2004) adiciona no governo Kennedy houve a tentativa de suavização das medidas de combate ao comunismo com a promoção de reformas econômicas e sociais, mas que não significou o abandono da política intervencionista.

Segundo o autor,

na prática, nos dois campos haverá inovações e aperfeiçoamento dos instrumentos de política externa, que serão combinados de forma a atender às exigências colocadas pela conjuntura desses anos. A postura do governo Kennedy será pragmática: para implementar a política de reformas estruturais, criará a Aliança para o Progresso (Alpro) e, para prevenir novas experiências inspiradas na Revolução Cubana, a política de treinamento e aparelhamento das forças repressivas latino-americanas será reforçada (AYERBE, 2004, p.47).

Purdy (2007) acrescenta que o ímpeto do governo Kennedy em reformar políticas sociais e militares e, com isso, tentar resolver problemas sociais dentro dos EUA, ocasionou a explosão de diversos movimentos sociais que contestaram as definições sobre progresso e liberdade. Contudo, as ideias de democracia e do anticomunismo não sofreram muitas contestações (PURDY, 2007). Diante das contestações desses valores que são intrínsecos a sua política externa, os EUA desejavam sufocar essas ideias, as quais julgavam contrárias à democracia liberal estadunidense. Assim, segundo Ayerbe (2004, p.51), os EUA utilizaram diversas táticas, dentre elas, “utilizar exilados cubanos selecionados para sabotar instalações-chave (...) até sabotar carga e transporte cubano”. Além disso, Chomsky (2015) salienta que os EUA muitas vezes utilizavam elementos antidemocráticos para fortalecer sua ideia de democracia (CHOMSKY, 2015).

Dentre as novas medidas implementadas em Cuba, destaca-se o sistema de partido único, a estatização da economia e a criação de organizações sociais orientadas e dirigidas em parceria com o Estado. Segundo Bobes (2005), tudo isso modificou a relação entre Estado e sociedade de modo que facilitou a criação de uma nova mentalidade de libertação e educação crítica (BOBES, 2005). Essa nova relação modificou a noção e o exercício da cidadania transformando a narrativa da sociedade civil em um novo padrão de inclusão e exclusão totalmente diferente da lógica liberal. As organizações sociais criadas nesse período tinham a função de garantir a participação de todos os indivíduos de forma plena e atentando às particularidades de cada classe social. Ademais, essas organizações davam força à sociedade civil em relação à garantia das demandas solicitadas pela sociedade. A democracia cubana redefine-se com base nessa narrativa e garante ampla participação social nos processos políticos (BOBES, 2005). De acordo com a autora,

com a ideia do "homem novo" como construtor da nova ordem social, incorporam-se novas virtudes, ausentes no anterior código da sociedade civil. As novas condutas e relações ligadas ao polo positivo incluem a participação responsável e consciente na criação de uma sociedade melhor, à qual se chegará planejada, organizada e coletiva. O individualismo, a apatia e a passividade definirão o lado negativo; enquanto que o código positivo reivindicará as condutas orientadas pelo coletivismo e pelo desinteresse. A nova compreensão da igualdade cidadã, bem como o alargamento dos direitos sociais e o estabelecimento de mecanismos efetivos para o seu exercício, permitem avançar na solução da exclusão racial e de gênero. Os passos efetivos dados em função da igualdade real das oportunidades tanto no plano legal formal quanto na participação, desenvolvem sem precedentes a solução desta tensão. No entanto, a redefinição da democracia como emancipação e satisfação das necessidades implica a negação das regras e das instituições representativas, pelo que a legitimação passa da legalidade ao compromisso e à convicção (BOBES, 2005, p.72, tradução própria⁶).

⁶ Trecho original: “Con la idea del “hombre nuevo” como constructor del nuevo orden social, se incorporan nuevas virtudes, ausentes en el anterior código de la sociedad civil. Las nuevas conductas y relaciones adscritas

Foi na década de 1960 que os EUA promoveram uma série de sanções com objetivos de isolar e sufocar Cuba em razão da ilha ter alterado as estruturas da relação bilateral entre ambos os países. Em 1962, o governo estadunidense decretou embargo à ilha e estendeu a Lei Pública 88-205, sobre assistência internacional, a qual em sua seção 620 proíbe qualquer tipo de assistência à ilha caribenha e ainda proibiu todas as importações de produtos de origem cubana, ainda que os produtos finais tenham sido fabricados ou montados fora de Cuba (ESTADOS UNIDOS, 1963, p.386; ESTADOS UNIDOS, 1965). Nessa época, os EUA reduziram a cota de importação do açúcar cubano em 95%, o que gerou excedentes uma vez que os EUA eram o principal destino das exportações do açúcar cubano. Dada essa medida, Cuba assinou acordos com a URSS para a venda do açúcar a preço fixo. O governo cubano nacionalizou as empresas estrangeiras, as propriedades rurais e as empresas privadas, em retaliação aos rumos que a Revolução estava tomando, o governo dos EUA romperam relações diplomáticas com Cuba (AYERBE, 2004; CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009).

Apesar dos anos 1960 terem se caracterizado pelo início das medidas sancionatórias contra Cuba, o ápice dessas medidas e da represália foi na década de 1990, onde os governos de George Bush, Bill Clinton e George W. Bush radicalizaram suas posições em relação ao bloqueio econômico (FERNANDES, 2007; AYERBE, 2004). Conforme salienta Anderson (2015), ao mesmo tempo em que as políticas de sanções a Cuba se radicalizaram, a prioridade de Clinton foi desenvolver a ordem liberal de livre-comércio com um abrangente sistema global sob liderança dos EUA. Dessa forma, os EUA tornaram Cuba exemplo do que poderia acontecer com as outras nações latino-americanas caso elas desejassem seguir os ideais revolucionários de Cuba. Assim, eles aplicaram pressões sistemáticas sobre os Estados vizinhos para fazer com que seus valores se conformassem com os valores estadunidenses de liberdade, progresso e democracia (ANDERSON, 2015).

Tendo isso em vista, em 1992, os EUA implementaram a Lei pela Democracia Cubana, que logo na primeira seção vem carregada por esse viés liberal ao dizer que,

al polo positivo incluyen la participación responsable y consciente en la creación de una sociedad mejor, a la cual se llegará planificada, organizada y colectivamente. el individualismo, la apatía y la pasividad definirán el lado negativo; mientras que el código positivo reivindicará las conductas orientadas por el colectivismo y el desinterés La nueva comprensión de la igualdad ciudadana, así como la ampliación de los derechos sociales y el establecimiento de mecanismos efectivos para su ejercicio, permiten avanzar en la solución de la exclusión racial y de género. Los pasos efectivos dados en función de la igualdad real de las oportunidades—tanto en el plano legal formal como en la participación desarrollo sin precedentes para la solución de esta tensión. No obstante, la redefinición de la democracia como emancipación y satisfacción de las necesidades conlleva la negación de las reglas y las instituciones representativas con lo cual la legitimación pasa de la legalidad al compromiso y la convicción (BOBES, 2005, p.72)”.

O governo de Fidel Castro tem demonstrado um desrespeito constante **pelos padrões internacionalmente aceitos dos direitos humanos e pelos valores democráticos**. Restringe o exercício da liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e outros direitos reconhecidos pelo povo cubano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. (ESTADOS UNIDOS, 1992, grifo próprio, tradução própria⁷).

Além de vir carregada dos valores liberais estadunidenses, na seção 6002 é ainda mais notável a questão da democracia liberal, principalmente no que tange aos direitos políticos, pois institucionaliza o esforço de fazer Cuba voltar às normas liberais estadunidenses. Dentre as diversas diretrizes propostas pela Lei pela Democracia Cubana destacam-se: procurar uma transição pacífica para a democracia em Cuba, continuar a se opor frente às violações de Direitos Humanos do regime de Fidel Castro e manter as sanções contra seu regime caso ainda se recusar a avançar para uma democratização e respeito aos Direitos Humanos (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Para Ayerbe (2004), a Lei de 1992 amplia a proibição das companhias dos EUA de realizar negócios com Cuba às suas subsidiárias no exterior, também proíbe os barcos de passarem e pararem em portos cubanos, proíbe realizar transações comerciais nos EUA, além de autorizar o presidente dos EUA a aplicar sanções aos representantes de governo que promovam assistência a Cuba e restringir o envio de remessas a Cuba. Depreende que essas leis são medidas imperialistas dos EUA pelo entendimento deles de que o único regime político aceitável é aquele cujos valores são estadunidenses. Outra lei de caráter sancionatório e que envolve o regime de governo considerado inadequado pelos EUA é a Lei de Liberdade Cubana (ESTADOS UNIDOS, 1996).

Essa lei reforça as sanções contidas na Lei de 1992 e ressalta o caráter coercitivo dos EUA de maneira que outros Estados ficam receosos de possíveis represálias contra eles caso não ajam de acordo com a política estadunidense. Dessa forma, o conteúdo da lei explicita restrições a países que mantenham relações comerciais e de créditos com Cuba, evidencia que sanções podem ser aplicadas a países que ajudam Cuba de alguma forma e ainda reforça a diplomacia estadunidense a agir de forma coercitiva. Em nome da democracia e da liberdade da população cubana, essa lei também autorizou cidadãos estadunidenses, proprietários de bens expropriados pela Revolução, a processar empresas estrangeiras que usufruam das propriedades. As sanções também atingiram as organizações internacionais de financiamento e

⁷ Trecho original: “The government of Fidel Castro has demonstrated consistent disregard for internationally accepted standards of human rights and for democratic values. It restricts the Cuban people's exercise of freedom of speech, press, assembly, and other rights recognized by the Universal Declaration of Human Rights adopted by the General Assembly of the United Nations on December 10, 1948 (ESTADOS UNIDOS, 1992)”.

os países que recebem algum tipo de ajuda financeira dos EUA. Do ponto de vista legal, essa lei atribui caráter extraterritorial à jurisdição dos tribunais estadunidenses, o que contradiz os princípios básicos do direito internacional (AYERBE, 2004; BANDEIRA, 2009).

Desde a Revolução, Cuba implementou diversos mecanismos de democracia direta como Assembleias e Referendos de consulta à população. Dentro de sua estrutura política, a atuação do Estado estava condicionada à atuação de organizações políticas da sociedade, tais quais: a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), Federação das Mulheres Cubanas (FMC), União da Juventude Cubana (UJC), a Federação dos Estudantes de Ensino Médio (FEEM) e os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) (CHOMSKY, 2015; FEITOSA, 2011). Conforme essas organizações iam participando da vida política, elas foram assumindo posições vitais junto ao governo, a exemplo dos CDRs, estes assumiram “tarefas em relação ao registro da população e à distribuição de bens de consumo de grande necessidade e a FMC organizou e dirigiu os primeiros círculos de ensino infantil” (FEITOSA, 2011, p.34).

Assim poderíamos dizer que a crescente participação da sociedade civil nas atividades políticas [...] estabelece um amplo nível de participação democrática de massas da população. Isto radicaliza o processo e facilita a reconfiguração do aparelho do Estado em um avanço rumo a sua maior radicalização e, paralelamente, inscreve-se num sistema político que caminha cada vez mais conscientemente para a unidade das forças políticas que intervieram na tomada do poder (BULTÉ *apud* CORREA, 2009, p.112, tradução própria⁸).

Mais uma evidência da participação popular no cotidiano político de Cuba foi a criação das Juntas de Coordenação, Execução e Inspeção (JUCEI), que foram substituídas pelas Administrações Locais, mas tinham como objetivo a concertação entre as representações do governo e as representações dos bairros locais. Elas eram formadas por delegados, secretários especializados em pastas específicas, como educação, economia e saúde, quanto por representantes dos bairros. As eleições para a formação dessas Administrações eram feitas de forma direta por assembleias populares, outro mecanismo importante nesse sistema é a prestação de contas dessas Administrações, ou seja, elas realizavam reuniões semestrais onde eram obrigadas a prestar contas da sua gestão à população (FEITOSA, 2011).

Cumprе salientar que desde a década de 1970, Cuba promovia debates sobre igualdade racial e de gênero, buscando inserir as mulheres e a população negra na política social cubana,

⁸ Texto original: “de ese modo podríamos decir que la creciente participación de la sociedad civil en las actividades políticas [...] establece un nivel de participación democrática de amplísimas masas de población. Esto radicalizaba el proceso y facilita el reacomodo del aparato estatal en un avance hacia su mayor radicalización y, al paralelo, se inscribe en un sistema político que marcha cada vez más conscientemente hacia la unidad de las fuerzas políticas que han intervenido en la toma del poder (BULTÉ *apud* CORREA, 2009, p.112)”.

tendo certo êxito no que tange a integração dessas populações à vida social (CHOMSKY, 2015). Isso enseja a reflexão acerca de qual democracia os EUA estão defendendo e o que estão atacando diretamente tendo em vista às sanções econômicas impostas e fortalecidas na década de 1990, onde há a ascensão do neoliberalismo, com base na defesa e promoção da democracia liberal. Com base no exposto, infere que em Cuba há direitos políticos e civis, uma vez que a população possui direito de voto, assim como de participação, no entanto, Cuba apresenta um sistema de partido único e possui forte controle do governo nas instâncias econômicas e políticas. Esta parte da interferência do Estado em assuntos econômicos e o sistema de partido único provoca os valores liberais dos EUA, pois na ordem liberal defendida por eles, o Estado não deve interferir nos assuntos econômicos e sociais⁹, assim como a existência de partido único estaria contrariando a pluralidade política e a liberdade na visão estadunidense, logo, seria antidemocrática (CHOMSKY, 2015).

A construção da democracia para Cuba, segundo Hernández e Dilla (1992), não é um exercício que mede a liberdade individual dos cidadãos, mas sim um amplo projeto de justiça social, desenvolvimento, independência nacional e abertura participativa. Zaldívar (2011) acrescenta que o conceito democrático de Cuba é baseado no aumento da qualidade e quantidade do número de pessoas com acesso à política, assim como tem bases na justiça social. Segundo o autor, o processo revolucionário cubano multiplicou os sujeitos da política e os atores da democracia, ampliando seu acesso às massas, diferentemente da concepção liberal cujos atores são, primordialmente, as elites políticas. Na visão de Zaldívar (2011), os atores da democracia liberal são as elites políticas que constantemente forjam acordos para continuar no poder. A nova cultura política instalada pela Revolução repudiou os limites excludentes da democracia liberal, a exemplo da propriedade privada, e tentou implementar novas práticas com base na coletividade. Ainda, o programa de justiça social desvinculou o usufruto dos direitos sociais da riqueza e do poder econômico de determinadas classes e os repassou ao conjunto da cidadania segundo a condição de homem e de cidadão (ZALDÍVAR, 2011).

Infere-se que Cuba avocou um novo tipo de democracia, desafiando os interesses econômicos e políticos dos EUA, focando em outros valores e em outras demandas. Apesar de ter eleições no país para compor as assembleias, Chomsky *apud* Juan Antonio Blanco¹⁰ salienta que as eleições, somente, não são sinônimos de democracia mas representam apenas um dos

⁹ Também entendidos como assuntos de âmbito privado dos indivíduos.

¹⁰ BLANCO, Juan Antonio. **Talking about revolution**. 1994. p.65.

aspectos dela. Igualmente ressaltam que os EUA tentam reduzir as democracias ao exercício da votação a cada quatro anos das eleições de chefe de Estado e, como Cuba não possui essa periodicidade das eleições, bem como não possui sistema pluripartidário, os EUA não reconhecem o sistema político cubano democrático (CHOMSKY, 2015). De acordo com Hugo Azcuy Henriquez¹¹ *apud* Chomsky (2015, p.220),

o aprimoramento da democracia não deve ser apenas, tampouco principalmente, sobre sistemas pluripartidários, eleições periódicas supervisionadas ou outros tópicos comuns no discurso regional sobre democracia, mas sim sobre participação popular, justiça social, igualdade, desenvolvimento nacional e outros elementos que são de maior importância para a construção de regimes democráticos estáveis e para o crescimento de sociedades em que os direitos humanos sejam respeitados de maneira mais plena (AZCUY *apud* CHOMSKY, 2015, p.220).

Conforme aponta Chomsky (2015, p.222-223), autores como Suárez-Salazar, Haroldo Dilla, Juan Antonio Blanco e Rafael Hernández compartilham do pensamento de que o pluralismo político não deve ser reduzido à organização de diversos partidos políticos, assim como também não pode ser considerado um elemento direto da democracia visto que existe outras formas de criar um sistema participativo e de participação popular efetiva. Chomsky (2015) ressalta que as instituições cubanas como as assembleias eleitas do Poder Popular, a participação em organizações de massa e canais institucionais para discussão e debate de leis e políticas representam a democracia em Cuba. Ainda, ressalta que as sanções econômicas vindas dos EUA limitaram as possibilidades democráticas em Cuba, pois a ilha, para evitar um colapso, implementou medidas que muitas vezes iam de encontro aos seus valores (CHOMSKY, 2015). Para Feitosa (2011), essas práticas, por vezes contraditórias, vinham de um contexto bélico de luta pela sobrevivência do país, dessa maneira, os governantes revolucionários concentravam mais seu poder para conseguir se defender territorial e politicamente das agressões vindas dos EUA (FEITOSA, 2011). Um cenário onde haja menos tensões entre ambos os países e menos intervenções diretas dos EUA em Cuba poderia fazer com que o sistema político cubano prosperasse e superasse limitações observadas ao longo do tempo (CHOMSKY, 2015).

Blanco (1994) afirma que Cuba vive em estado de guerra devido às sanções econômicas impostas pelos EUA, logo, o tipo de ambiente político irá se alterar, bem como a tolerância frente algumas práticas internas e externas. Para além das críticas acerca do conceito de democracia, Ayerbe (2004) utiliza os próprios argumentos estadunidenses para criticar o tipo de democracia a qual os EUA defendem ao dizer que, para eles, em uma democracia, é preciso

¹¹ HENRIQUEZ, Hugo Azcuy. **Derechos humanos:** una aproximación a la política. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997. HENRIQUEZ, Hugo Azcuy. Democracia y derechos humanos, p. 47.

ter um líder que seja capaz de conduzir sua população e fazer com que ela esteja alinhada com as suas políticas, até para que exista harmonia entre a política e a implementação na sociedade. E, de acordo com o autor, Fidel Castro foi não só capaz de conseguir a admiração da população, como também logrou em, mesmo com as dificuldades existentes durante o Período Especial, manter a admiração de seu povo (AYERBE, 2004; CHOMSKY, 2015; BLANCO, 1998).

Visando dar continuidade ao seu programa de participação popular e de justiça social ao mesmo tempo em que tentava sobreviver economicamente e politicamente, Cuba realizou, em 1992, uma Reforma Constitucional a qual proporcionou mudanças sistêmicas, garantindo novas demandas da sociedade, evidenciando o caráter democrático da ilha. Essa reforma promoveu um certo nível de descentralização política, também reduziu alguns órgãos estatais, as Forças Armadas e a burocracia estatal, bem como promoveu o desenvolvimento dos governos locais ampliando os poderes dos *Consejos de Administración* e *Consejos Populares* de modo que ambos passaram a ter atuação direta na coordenação dos povoados e bairros cubanos. Também foi responsável por aumentar os movimentos comunitários, ampliar as leis sobre direitos humanos com ênfase nos direitos sociais, culturais e ecológicos, promoveu uma reforma eleitoral com voto direto, secreto e universal para todos os órgãos do Estado. Durante o Período Especial foram realizadas seis eleições para os *Órganos del Poder Popular* com a separação do Partido Comunista Cubano em todos os níveis: municipal, nacional e provincial (PAZ, 2005).

A Reforma Constitucional ainda garantiu diversos mecanismos de controle democrático como o mandato imperativo, a prestação de contas aos eleitores e a revogabilidade, igualmente, estabeleceu certa abertura informativa, mas ainda incipiente. Frente ao exposto, não podemos dizer que não há democracia em Cuba, como alguns autores salientam: há democracia, mas uma democracia com características da justiça social e com ênfase nos direitos sociais, econômicos e culturais e que diverge da democracia liberal promovida pelos EUA (AYERBE, 1998; PAZ, 2005; HERNÁNDEZ; DILLA, 1992). A democracia cubana possui características socialistas, pois a organização econômica não estava mais nas grandes empresas, mas, sim, no controle do Estado que tinha obrigação de usá-las em prol da emancipação da sociedade. Cuba se mostrou sempre do lado de seus cidadãos tentando implementar e melhorar a qualidade de vida deles promovendo o desenvolvimento nas mais diversas áreas da sociedade, mesmo em seu momento mais crítico, o Período Especial. As crises que Cuba passou serviram para fortalecer e estreitar ainda mais os laços entre Estado e sociedade, apesar dos efeitos negativos das sanções econômicas e das consequências adversas geradas, a maioria da população cubana ainda crê que o socialismo cubano melhorou a qualidade de vida delas e que seria o modelo ideal de

sociedade, pois lhe foi garantido equidade e acesso a diversos direitos como saúde e educação (PAZ, 2005; AYERBE, 1998; AYERBE, 2004).

Diante do exposto, depreende-se que a partir da Revolução Cubana e a virada socialista de Cuba, os EUA sentiram que poderiam perder influência na região que sempre consideraram estável. Em meio ao contexto da disputa ideológica e a ameaça de ter ideias e influências estrangeiras na região, os EUA foram motivados a darem um caráter mais agressivo a sua política de contenção ao comunismo. Em razão deste país seguir a lógica liberal, principalmente no que tange questões relativas à liberdade e aos direitos políticos, os EUA também perceberam que esses valores poderiam ser contestados em virtude da Revolução, isto é, o medo da exportação dos valores socialistas da Revolução acarretou uma série de medidas de contenção regional, observadas na forma de sanções econômicas.

Em suma, segundo Anderson (2015), por meio do liberalismo militante dos EUA, eles conseguiram exportar seus valores como liberdade e democracia liberal e impôs-os na ordem liberal. Assim, todos os Estados deveriam seguir sua lógica, pois os EUA já tinham universalizado esses valores tanto dentro das organizações internacionais quanto na criação de um modelo político ideal, de forma que legitimou sua posição de *hegemon* frente ao sistema. Assim, qualquer contestação acerca desses valores poderia ser refutada por meio dessas instituições, dada a grande influência cultural, política e econômica que os EUA detém dentro delas. Portanto, quando Cuba promove uma Revolução e apresenta vieses socialistas na forma de governar e pensar a economia, essas ideias atravessam essa ordem liberal proclamada pelos EUA, assim como contestam seus interesses políticos e econômicos, fazendo com que, para manter sua hegemonia e poder regional, os EUA implementem uma série de sanções econômicas severas como forma de conter as ideias revolucionárias e também dar o exemplo para os demais países.

Depreende-se, portanto, que os EUA justificam suas práticas imperialistas por meio da promoção da democracia liberal. Por diferentes fatores, os EUA elencam quais ações podem ser consideradas democráticas e quais não, de acordo com a sua régua guiada pelos valores liberais de ênfase aos direitos civis e políticos. O que está em jogo não é, de fato, se o país vive em um regime democrático ou não, mas, sim, se o país está na órbita de dependência dos EUA ou não. Conforme o exposto, contudo, percebemos que em Cuba há direitos políticos e civis garantidos para seus cidadãos, o que não há é a subserviência do governo cubano em agir de acordo com os interesses políticos e econômicos dos EUA, então, este país instrumentaliza o conceito de democracia para legitimar suas ações imperialistas e se manter no controle regional, alegando que Cuba não vive um regime democrático.

1.4 Quais Direitos Humanos são protegidos? Breves reflexões sobre o conceito

Quando se trata de Direitos Humanos é comum pensarmos a partir de 1945, no contexto do pós-2GM e da criação da ONU. Isso porque, de acordo com Douzinas (2009), os Direitos Humanos entraram na seara internacional após esse conflito, tendo como marcos os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, a assinatura da Carta da ONU e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Antes desse período existiam os chamados direitos naturais que surgiram nas Declarações de Independência dos EUA e na Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadãos da França, ambas criadas após as revoluções que estes países passaram. Muitos dos direitos que foram evocados nestas declarações foram incorporados na Carta da ONU, sendo o principal deles o direito à liberdade. Os direitos naturais foram importantes para a consolidação do que hodiernamente entende-se por DH universais e inalienáveis (DOUZINAS, 2009).

A pesquisa não tratará sobre a gênese e formação dos DH, entretanto faz-se necessário tecer breves comentários sobre as primeiras duas gerações dos Direitos Humanos para fins didáticos e, também, para evidenciar a supremacia de uma geração sobre a outra no que tange a análise da política externa dos EUA. A divisão dos DH em gerações é importante didaticamente, pois demonstra que os DH estão sendo pensados em diferentes contextos, além de situá-los dentro de seus contextos históricos¹². A primeira geração trata dos direitos civis e políticos, conhecidos como direitos negativos porque estabelece limites à atuação do Estado, ou seja, há a abstenção do Estado, este não poderá interferir nesses direitos, por isso são fortemente associados ao liberalismo, por meio deles foi fundado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Já os de segunda geração são referentes aos direitos sociais, econômicos e culturais, conhecidos como direitos positivos porque obriga o Estado a atuar para

¹² Para Fraser (2000), faz-se necessário a expansão contínua do conceito de Direitos Humanos, pois à medida que a sociedade vai se transformando, é insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica e abstrata, conforme trata a ideologia liberal. Portanto, segundo a autora, é preciso que seja incorporado ao conceito de DH o caráter de justiça social acrescido do valor da diversidade para assim contemplar as diversas pessoas e sujeitos de direitos das sociedades. No entanto, Fraser (2000) não exclui a importância do caráter universal e indivisível, mas para que todos os sujeitos de direitos sejam verdadeiramente contemplados e respeitados, torna-se indispensável a questão da diversidade. Dessa maneira, esses sujeitos podem usufruir de suas particularidades e peculiaridades, com isso determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, passariam a exigir respostas específicas e diferenciadas. Nesse cenário, é fundamental consolidar e fortalecer o processo de afirmação dos direitos humanos, sob essa perspectiva integral, indivisível e interdependente (FRASER, 2000).

garanti-los por meio da formulação de políticas públicas, por meio deles foi fundado o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DOUZINAS, 2009)¹³.

Tendo em vista que essas gerações surgiram no pós-2GM e no início da Guerra Fria, as potências da época, EUA e URSS, travaram também uma disputa ideológica no sentido de proteção aos DH. Questiona-se quais direitos humanos deveriam prevalecer, de um lado, na concepção estadunidense, os direitos civis e políticos deveriam vir primeiro, uma vez que são eles os formuladores da individualidade humana. Por outro lado, a URSS via como importante o incentivo aos direitos sociais, econômicos e culturais uma vez que para a emancipação de uma sociedade ocorrer, deveria ser lhe assegurada algumas dessas garantias. Na visão de Althusser (1983), é dentro do Estado onde ocorre a disputa sobre valores, política, economia, cultura e etc. Em suma, são discutidas as diretrizes do Estado. Também é o local onde acontece a luta de classes, que, por sua vez, é a disputa entre quais valores e diretrizes serão vitoriosos e a partir disso a classe dominante exercerá seu poder e sua hegemonia. No entanto, para que haja a manutenção dessa visão dominante é preciso que o Estado, bem como a sociedade, tenham um “pacto” para que o poder da classe dominante possa continuar sendo exercido (ALTHUSSER, 1983; GRAMSCI, 1971).

É preciso que as classes hegemônicas tenham certa sinergia com o Estado, que utilizará instrumentos para garantir a hegemonia dessas classes por meio dos aparelhos ideológicos de Estado que podem ser tanto o aparato estatal quanto as instituições privadas. Estes aparelhos funcionam a base da ideologia da classe dominante, nesse sentido, a classe dominante ao mesmo tempo que une todos os seus valores para que sejam representados em todos os aspectos da sociedade, há a formação de uma diversidade. À primeira vista pode parecer contraditório, mas na verdade não é, na medida em que a classe dominante une todos os seus vieses, ela os espalha para os mais diversos aparelhos ideológicos que há na sociedade, de modo que diversifica a sua dominação. Essa diversificação da dominação é exercida em diferentes instrumentos ideológicos que podem formar novas classes de dominação que estão alinhados com a ideologia da classe dominante. Assim, ela pode continuar exercendo sua hegemonia e seu poder com poucas interferências (ALTHUSSER, 1983).

Isso é percebido quando os EUA emergem como uma grande potência no pós 2GM e exportam os seus valores liberais e utilizam as instituições internacionais, criadas nesse período, para manter seu poder e sua influência. Trata-se de uma política imperialista, pois os objetivos

¹³ Nos estudos sobre gerações dos Direitos Humanos, há ainda as terceira e quarta gerações, contudo, a pesquisa limitou-se a escrever sobre as duas primeiras gerações, pois elas são cruciais para o entendimento do argumento aqui pleiteado.

estadunidenses permanecem os de garantir o maior número de acesso aos mercados internacionais, bem como de recursos naturais. Com isso, eles conseguem se fazer presente em todas as esferas da cadeia produtiva global. Salienta-se que essa prática não se esgota nos sentidos político-econômicos, para manter esses acessos, também é preciso perpetuar a influência nos setores culturais e sociais. Para ter êxito na exportação dos valores liberais, tais como o da liberdade econômica, da liberdade individual e de livre-comércio, precisa-se incorporá-los de alguma maneira nos campos social e cultural para formular políticas de influência no sentido de exaltar o liberalismo e rechaçar seus adversários ideológicos. Quando ocorreu a Revolução Cubana, os EUA não só perderam acesso aos mercados e aos recursos exclusivos, como, também, perderam espaço na batalha ideológica. Com isso, para continuar com sua influência hemisférica com base nos valores liberais, os EUA instrumentalizaram os Pactos para reafirmar sua posição de garantidor da liberdade (ANDERSON, 2015).

Os EUA não ratificaram o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o que pode-se depreender quais DH este país está legitimando e quais não estão. Em razão desse Pacto ter sido liderado pela URSS, a proteção desses direitos foi fortemente associada à tradição socialista, o que fez com que os EUA repudiassem ainda mais esses direitos enquanto fortaleciam os direitos civis e políticos. Apesar do consenso nos estudos de DH de que os direitos são indivisíveis, percebe-se que os EUA enfatizam um em detrimento do outro. Fato que é corroborado desde a sua independência, com o preâmbulo de sua Declaração de Independência, o qual enfatiza que todo homem é criado igual e dotado por seu criador de certos direitos inalienáveis que seriam a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Isso representa uma clara postura liberal de individualização e do destaque da liberdade, uma vez que promovem a liberdade individual ao libertar os indivíduos para buscar seus próprios interesses (DOUZINAS, 2009).

Segundo Douzinas (2009), os marcos acerca dos DH que foram concentrados na ONU foram responsáveis por estabelecer padrões internacionais para a questão dos DH, que acabaram se tornando instrumentos centrais para legitimar a ordem do pós-guerra. A Declaração Universal dos Direitos Humanos realizada em 1948 no âmbito da ONU foi a junção dos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos com o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Diante da instrumentalização das organizações internacionais por parte dos EUA, para garantir seus interesses de exportar valores liberais, Mutua (2002) e Sousa (2014) argumentam que a ONU foi utilizada para promover a narrativa liberal dos DH como sendo universais e neutros. Mutua (2002) salienta que a Carta da ONU não fornece uma descrição objetiva acerca dos DH, sendo suas frases dotadas de vazio de significado, por exemplo, quando

a Carta levanta a questão da dignidade e valor da pessoa humana, essas questões não são definidas. Isso, entretanto, é proposital visto que a ideia central de promover os DH é a de passar a ideia de uma universalidade e igualdade e, portanto, de liberdade para qualquer Estado ou nação (MUTUA, 2002). Já Sousa (2014) argumenta que essa universalidade dos DH, na verdade, não diz respeito ao sujeito de DH, mas sim ao objeto de discursos sobre DH, o que quer dizer que, sendo objeto de discurso, há margem para politização dos DH (SOUSA, 2014).

Mutua (2002) afirma que a Carta da ONU representa a base constitucional para todos os textos acerca dos DH, mas que sofre influências do liberalismo. Percebe-se quando a Organização declara os DH como elemento indispensável para a sobrevivência da humanidade e assume como objetivo principal o respeito universal dos direitos e das liberdades, evidenciando o aspecto universalista. Desde 1945, a ONU desempenha o papel de preservação da ordem global, assim, os DH presentes na Carta e nas demais convenções internacionais sobre o tema, servem como instrumento de roteiro liberal para os demais países seguirem. Os EUA se tornaram a classe dominante no cenário internacional por lograr em exportar seus valores para dentro das organizações internacionais de modo que seu poder foi ampliado sem margens para discordâncias (GRAMSCI, 1971; ALTHUSSER, 1983; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005). O caráter liberal dos DH, entendido como sendo universal, neutro e garantidor da liberdade dos povos, advém do entendimento proveniente dos EUA em conjunto com outros países do Centro que legitimaram essa posição. Eles foram capazes de impor seu entendimento acerca dos DH para o resto do mundo e o legitimaram no âmbito da ONU.

A instrumentalização da ONU por parte dos EUA para a manutenção de sua ordem liberal pode ser entendida como sendo parte de sua política imperialista. Este país ganhou força no pós-2GM e conseguiu aumentá-la ao longo do século XX, onde configurou-se como a força principal no processo de globalização neoliberal, elevando o nível do aparelhamento das instituições internacionais (CASANOVA, 2005; AMIN, 2005; ANDERSON, 2015; AYERBE, 2004). Com o fim da bipolaridade, após a Guerra Fria, a competição travada entre URSS e EUA foi superada pelo país capitalista, que conseguiu impor de forma definitiva a lógica absoluta do *laissez faire*, com a alegação de que a liberdade de mercado levaria à liberdade política e à democracia (ALVES, 2000). Segundo Alves (2000, p.191),

O problema para a democracia embutido no credo ultraliberal ora dominante é que, dentro do quadro jurídico-político conhecido até agora, os direitos humanos somente se realizam em sua indivisibilidade dentro de territórios nacionais e com as instituições do Estado. Sem as prestações positivas necessárias, oferecidas por tais instituições como garantia de subsistência à população, a cidadania, na acepção de Marshall, é uma cidadania incompleta, assemelhada àquela criticada por Marx. Os direitos humanos, tão difundidos no planeta, acabam por parecer-se àquilo que, na

cidadania democrática, eles se propõem combater: um discurso legitimante de iniquidades que se agravam por efeito da própria globalização (ALVES, 2000, p.191).

Mutua (2002) salienta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se auto refere como sendo o padrão comum de realização para todos os povos, entretanto, as normas que nela são encontradas legitimam e exportam características da democracia liberal para sociedade não-ocidentais ou que não seguem o padrão estadunidense. O autor segue dizendo que a governança democrática evoluiu de uma prescrição moral para uma obrigação legal internacional, visto que para um governo ser considerado legítimo é preciso que ele tenha passado por um processo eleitoral multipartidário que tenha respeitado as liberdades e escolhas dos cidadãos (MUTUA, 2002). Tendo isso em vista, infere-se que os DH são justificativas da política externa dos EUA para continuar perpetuando sua política imperialista, a fácil adesão da narrativa liberal por parte da comunidade internacional pode ser compreendida, para além da adesão dos demais Estados aos tratados internacionais sobre a temática, pelos diversos mecanismos internacionais criados pelos EUA que atuam na forma de constrangimento internacional e, de certa forma, coerção, para que nenhum país questione diretamente suas diretrizes.

Portanto, percebe-se que a imposição das sanções econômicas possuem um caráter complexo e de múltiplos objetivos. Ao mesmo tempo em que as sanções são motivadas por uma política imperialista, elas visam também a manutenção da hegemonia hemisférica dos EUA. Além disso, nota-se também duas justificativas para as sanções continuarem sendo legitimadas: a questão democrática e a instrumentalização dos DH. Essas justificativas representam a dominação no campo social e cultural, pois desmerece qualquer outra forma de participação popular ou de democracia ou, ainda, de luta social sobre a garantia dos DH. As leis sancionatórias dos EUA definem Cuba como ameaça aos valores liberais estadunidenses e aos próprios cidadãos de Cuba, uma vez que afirmam que estes não possuem liberdades ou direitos civis e políticos (ESTADOS UNIDOS, 1992; ESTADOS UNIDOS, 1996).

Em síntese, a instrumentalização dos DH, no caso das sanções econômicas impostas a Cuba, advém do pensamento universal de democracia liberal e dos DH. A postura dos EUA em ser o país guardião da democracia e que a levará para o resto do mundo está enraizada na Doutrina Monroe e no Destino Manifesto. A política estadunidense é guiada pelo sentimento de dever de policiar os países do Sul Global no que tange os interesses relativos à ordem e à civilização. Nesse caso, os EUA usaram o caráter universal dos DH para dizer que Cuba não protege seus cidadãos por minar as liberdades individuais deles, assim como criticam a postura do Estado socialista de intervir nestas liberdades. Desse modo, os EUA estariam agindo de

“forma legítima” intervindo no país para assegurar os DH dessa população (BANDEIRA, 2009; ANDERSON, 2015; AYERBE, 1998).

Com isso, os EUA utilizam uma ferramenta descrita por Mutua (2002) como sendo a narrativa tridimensional dos DH, a qual é composta por selvagens e vítimas de um lado e o salvador de outro. A construção dessa narrativa é uma metáfora que representa a corporificação dos DH cuja construção é unidirecional e previsível que coloca o “bem” contra o “mal”. A primeira dimensão é a do selvagem, na visão de Mutua (2002), esse seria representado pelo Estado, porém em alguns casos pode extrapolar o aparato estatal. Os Estados tornam-se selvagens quando começam a sufocar sua sociedade e a violar seus direitos fundamentais, o tornando “mal”. Muitas vezes, como é o caso de Cuba, esses Estados são denunciados por não expressarem a cultura liberal e democrática, o que faz com que caminhem para um autoritarismo, portanto, sua salvação se daria pela submissão às normas liberais de DH (MUTUA, 2002).

Na visão de Valério (2013), esses Estados são punidos pelo comportamento adverso às normas internacionais até alinharem-se a elas, ou, para Hofer (2020), Jones e Portela (2020), esses Estados são punidos por esses comportamentos até alinharem-se às práticas do Estado sancionador, que, por sua vez, decide sancionar esses Estados por práticas que não estão alinhadas com os seus valores. De acordo com a justificativa estadunidense, Cuba fere as normas internacionais de DH e, para tanto, precisa ser punida. Ocorre que a reflexão a ser feita é: ela deve ser punida para adequar-se às normas internacionais de DH ou para adequar-se às diretrizes dos EUA? Conforme demonstrado, Cuba promove diversas iniciativas que englobam os direitos humanos de seus cidadãos, eles têm o direito de votar, de participar da vida política, possuem acessos gratuitos aos serviços básicos, dentre outros. Contudo, Cuba promove todos esses direitos pela via alternativa do socialismo que visa a justiça social.

Partindo para a segunda dimensão da visão de Mutua (2022), as vítimas desses Estados, ou seja, a sociedade civil que ainda possui dignidade e valor, mas que foram violados pelo Estado selvagem, necessitam ser salvas. Nesse momento entra a terceira dimensão: o salvador. O Estado salvador tem o dever de salvar as vítimas da tirania do Estado selvagem e levar a liberdade para elas. Sabe-se que essa liberdade vem carregada de valores liberais, sendo o exemplo mais difundido o da democracia liberal. Nessa concepção, a sociedade somente será salva caso se torne uma democracia liberal. Este é o elemento orgânico dos DH, a sociedade que está sendo vítima da tirania do Estado selvagem não tem as liberdades que só a democracia liberal pode proporcionar e, assim, estão fora da órbita dos DH. Isso legitima a ação salvadora do Estado nessa sociedade para que possa garantir seus direitos humanos (MUTUA, 2002).

À vista disso, a sociedade cubana é vítima do Estado de Cuba que não é capaz de garantir as liberdades civis e políticas, de modo que passa a merecer a intervenção salvadora dos EUA para a garantia dessas liberdades. A intervenção estadunidense adquire um caráter ideológico, pois o governo cubano é norteado por valores socialistas, ou seja, valores considerados antagônicos aos liberais e, portanto, dignos de serem reprimidos por serem considerados uma ameaça à ordem internacional, legitimada por organizações internacionais tais como a ONU e a OEA. Ainda, Mutua (2002) defende que a campanha de universalização dos valores liberais representa uma continuação da dominação cultural, política e econômica das grandes potências, em especial, dos EUA (MUTUA, 2002; CASANOVA, 2005; AMIN, 2005; ANDERSON, 2015).

Essa continuação, para se validar no sistema internacional, tem que criar narrativas antagônicas de modo a demonizar outros tipos de valores que não sejam estadunidenses. Isso cria e acentua a dicotomia analisada nesta seção entre inimigo/aliado, bem/mal e se configura como sendo o aspecto cultural da política imperialista dos EUA. Sendo assim, as sanções econômicas fariam a função de legitimar e resguardar os valores liberais democráticos que os EUA tanto se esforçaram para exportar e instrumentalizar no sistema internacional. Deixar o país que passou por uma revolução nacionalista e depois incorporou ideias e valores socialistas conviver dentro da ordem liberal estadunidense seria uma forma de legitimar outras maneiras de governar que são diferentes da propaganda pelos EUA. Isso representaria uma perda relativa de poder, principalmente, dentro do hemisfério. Além de suscitar perdas de acesso aos mercados e aos recursos naturais caso os demais países seguissem com o exemplo de Cuba (MUTUA, 2002; CASANOVA, 2005; AMIN, 2005; ANDERSON, 2015).

Após a Revolução Cubana, o país reconfigurou suas diretrizes e implementou diversas medidas que visavam a justiça social. Por possuir um passado colonial de submissão e subtração de recursos, além de uma recente ditadura sob o apoio dos EUA, o governo revolucionário tentou romper com esse passado e garantir melhorias significativas para seu povo. Isso se traduziu em medidas que visavam a equidade de classe, raça e gênero. Para isso, Cuba definitivamente passou por uma revolução e transformação interna cujo objetivo era elevar a consciência humana de modo que seus cidadãos conseguissem se emancipar culturalmente, socialmente e economicamente (PAZ, 2005; CHOMSKY, 2015). Em síntese, quando Cuba apresenta uma via alternativa de possível superação do capitalismo e das ideias liberais estadunidenses, há a imposição das sanções econômicas para, de um lado, evitar a perda de poder e de influência dos EUA e, de outro, manter sua hegemonia regional. Assim, os EUA instrumentalizaram os DH e justificaram as sanções como forma de proteger a sociedade cubana

de seu próprio governo, bem como usaram esse conceito para deslegitimar vias alternativas de política e evitar que outros países seguissem o caminho de Cuba.

2 A EXTENSÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA: AS SANÇÕES ECONÔMICAS

A partir da explanação dos conceitos expostos no capítulo anterior, argumenta-se que a imposição das sanções econômicas é uma prática coercitiva que faz parte da política imperialista dos EUA que visa a manutenção de sua hegemonia. Para continuar legitimando a ordem liberal imposta por eles, os EUA instrumentalizam a democracia e os Direitos Humanos para resguardar seus interesses na América Latina. Esses conceitos são de suma importância para o entendimento das relações entre este país e os países latino-americanos.

À vista disso, busca-se analisar as sanções econômicas impostas pelos EUA, bem como o uso delas para cumprir com os seus objetivos de política externa. O objetivo deste capítulo é analisar as relações bilaterais entre EUA e Cuba buscando evidenciar os objetivos da política externa estadunidense em Cuba. Isso será feito explorando aspectos dessa relação que configuram-se como pontos de inflexão ou de mudanças de comportamento entre ambos os países. Assim, espera-se levantar elementos suficientes para a compreensão da motivação estadunidense para a imposição das sanções econômicas.

2.1 Destrinchando as sanções econômicas: uma análise sobre o conceito

Desde a Antiguidade, a prática de impor barreiras econômicas em situação de guerra ou conflito é observada, cita-se como exemplo as guerras na Grécia Antiga, onde essa prática foi comumente utilizada ou, ainda, o bloqueio continental imposto por Napoleão. A imposição de barreiras econômicas visavam estrangular o Estado inimigo cortando suas linhas de abastecimento a fim de garantir uma vitória rápida ao Estado que implementou essa prática sem o uso da força bruta. Não obstante, ao longo dos anos as práticas de guerra foram se adaptando e inovando de acordo com a época e tecnologia disponível fazendo com que as barreiras econômicas, doravante, sanções econômicas, se tornassem mais uma das possíveis ações que um Estado poderia fazer em situações beligerantes.

Entretanto, somente no século XX que os estudos acerca desse instrumento surgiram com a finalidade de tentar compreender essa prática e criar regras e normas visto que o mundo

tornava-se cada vez mais globalizado e integrado de modo que, em 1945, foram positivadas no ordenamento internacional por meio da Carta das Nações Unidas. Também, outros órgãos da ONU tentaram criar um entendimento acerca dessa medida, como por exemplo a OMC (HUFBAUER et al., 2007, p.39; ZANELLA, 2011; JONES; PORTELA, 2020). ZANELLA (2011) e Peksen (2009) salientam que o uso desse mecanismo cresceu substancialmente ao longo do século XX, depreendendo, portanto, que as sanções econômicas tornaram-se objeto de estudo somente neste século (ZANELLA, 2011; PEKSEN, 2009). Cumpre ressaltar que é nesse século que os EUA emergem como hegemônicos e buscam impor seus valores liberais aos demais Estados e as instituições, logo, o uso desse mecanismo, bem como seu estudo, foram atravessados pelas disputas ideológicas lideradas pelos EUA.

Nota-se que, desde a sua gênese, as sanções econômicas sempre foram entendidas e compreendidas como uma tática de guerra visto que seu uso sempre está atrelado a uma situação de conflito. De acordo com o estudo realizado por Hufbauer et al (2007) sobre as sanções econômicas impostas entre o período de 1914-1990 todas se deram em situação de conflito. Após a Primeira Guerra Mundial (1GM), as sanções econômicas ganharam espaço nas análises de estudiosos e muitos começaram a investigar seu uso, limite e natureza. No período pós-1GM, o então presidente Woodrow Wilson (1913-1921) discursou defendendo o uso das sanções como uma forma alternativa às guerras, tal narrativa foi bastante debatida nos anos seguintes ganhando entusiastas e críticos dessa posição (HUFBAUER et al., 2007; JONES; PORTELA, 2020; GORDON, 2019).

Zanella (2011), Jones e Portela (2020) resgatam esses debates e, de acordo com as autoras, o primeiro conjunto de análise sobre as sanções econômicas foi produzido entre as décadas de 1960 e 1970 cuja maior preocupação era examinar sua efetividade. Segundo Zanella (2011), a conclusão desses estudos foi que a efetividade das sanções não era maior que o uso da força militar (ZANELLA, 2011, p.81; PAPE, 1997). Jones e Portela (2020) analisam essa fase como sendo a fase “negativa” das sanções econômicas. Segundo as autoras, essa fase iniciou-se com o estudo de Galtung (1967)¹⁴ sobre as sanções econômicas impostas pela ONU à Rodésia do Sul¹⁵. A conclusão foi que as sanções ajudaram a gerar mais instabilidade na região, o que gerou uma visão negativa em torno dos acadêmicos acerca da efetividade delas (JONES; PORTELA, 2020).

¹⁴ GALTUNG, Johann. **On the effects of international economic sanctions, with examples from the case of Rhodesia**. World Politics, v.19, n.3. 1967. p.378-416.

¹⁵ Atual Zimbábue.

De acordo com Jones e Portela (2020, p.41) *apud* Galtung (1967), as sanções econômicas foram vistas como práticas fracassadas que geram instabilidade ao invés de pressão por mudança de governo, objetivo final delas. Ao impor as sanções, esperava-se que houvesse privação econômica suficiente para mobilizar a população do país contra seus governantes, porém, ocorre que, para o autor, existem outros elementos que possam impedir isso de acontecer tais como: a adaptação dos indivíduos à adversidade, os governantes podem usar as sanções como ferramenta política para aumentar o nacionalismo, entre outros. Desse modo, o consenso durante esse período foi o de que as sanções eram infrutíferas (JONES; PORTELA, 2020).

Entre as década de 1980 e 1990, aconteceu uma virada de chave nesses estudos cujo marco foi o estudo publicado por Hufbauer, Schott, Elliot e Oegg (2007), que analisou um universo de 174 casos de sanções econômicas e concluíram que a maior parte delas foram um sucesso (ZANELLA, 2011; HUFBAUER et al., 2007; JONES; PORTELA, 2020). Jones e Portela (2020) salientam que essa fase foi marcada pelo otimismo acerca desse instrumento motivando diversos autores (BALDWIN, 2020; ELIOTT; UIMONEN, 1993¹⁶; CORTRIGHT; LOPEZ, 2000¹⁷) a olharem de maneira positiva para as sanções.

O estudo de Hufbauer et al (2007) foi considerado uma virada de chave, pois os autores explicitaram o caráter político das sanções, assim como evidenciaram que essa tática era um mecanismo de política externa dos Estados. Dessa maneira, eles concluíram que as sanções foram um sucesso com base nos interesses e objetivos dos Estados que estavam impondo as sanções (ZANELLA, 2011; HUFBAUER et al., 2007). No entanto, esse estudo foi bastante debatido e até refutado a partir da segunda metade dos anos 1990, autores como Shane Bonetti (1997) e Robert Pape (1997) refutaram alegando que o trabalho apresentava importantes lacunas e problemas conceituais (ZANELLA, 2011; JONES, PORTELA, 2020). Contudo, tais críticas não foram no sentido de questionar o aspecto político das sanções, elas se restringiram à dinâmica das sanções e de seus efeitos. Pape (1997) ainda foi mais incisivo alegando que as transformações mundiais iriam transformar as sanções econômicas em uma alternativa à força, além de ter ressaltado que Hufbauer et al. (2007) identificaram muitos casos erroneamente como exitosos, reafirmando que ações externas alheias ao do Estado sancionador podem gerar efeitos nas consequências das sanções (JONES, PORTELA, 2020).

¹⁶ ELLIOT, Kimberly A. UIMONEN, Peter. **The effectiveness of economic sanctions with application to the case of Iraq.** Japon and the world economy, v.5, n.4. 1993. p.403-409.

¹⁷ CORTRIGHT, David. LOPEZ, George. **The sanctions decade: assessing UN strategies in the 1990s.** Boulder: Lynne Rienner, 2000.

Jones e Portela (2020) criticam o estudo de Hufbauer et al. (2007) por acharem que é difícil qualificar a eficácia de uma sanção econômica uma vez que estas perseguem objetivos políticos e, portanto, podem sofrer alterações dependendo do contexto interno do Estado sancionador e do contexto internacional. Por outro lado, as autoras reforçam que as sanções têm o caráter político cuja finalidade é obrigar o país-alvo a ceder às exigências do Estado sancionador (JONES; PORTELA, 2020).

Na segunda metade da década de 1980, Baldwin (2020), ao se inserir no debate, concordando em muitos pontos com as hipóteses de Hufbauer et al. (2007), salientou que o termo “sanções econômicas” teriam diferentes significados. Primeiro, ele pode se restringir ao uso de medidas econômicas para fazer cumprir o Direito Internacional. Segundo Valério (2013), as sanções para esse fim podem ser consideradas como instrumento jurídico do Direito Internacional para combater atos incompatíveis com suas prescrições, ou seja, seriam as sanções econômicas aplicadas para normalizar uma conduta frente à infração de alguma norma internacional (VALÉRIO, 2013).

Segundo, pode se referir aos tipos de valores que as sanções impõem, que podem ser reduzidos ou aumentados no Estado-alvo, aqui podem entrar a pressão diplomática, a propaganda e até ofensivas militares para desencorajar o comércio com o país-alvo e para minar a confiança deste. O último significado identificado por Baldwin (2020) corresponde ao uso do viés econômico nos instrumentos de política externa. Nota-se que esses três mecanismos identificados muitas vezes se complementam e até podem ser usados em conjunto, o que dificulta sua definição e aumenta o senso comum acerca da funcionalidade e operacionalidade das sanções. Essa falta de definição clara gera lacunas na sua compreensão e contribui para o argumento de que essas medidas são uma alternativa melhor que o uso da força (VALÉRIO, 2013; BALDWIN, 2020). Conforme enfatiza Valério (2013), essa zona cinzenta impede a determinação acerca da legalidade dessas medidas, ainda mais das sanções unilaterais (VALÉRIO, 2013).

Hufbauer et al. (2007) e Valério (2013) tentaram tipificar os tipos de sanções econômicas existentes. Os primeiros identificaram dois tipos: as sanções comerciais cujo foco são as limitações de exportação e/ou importação e as sanções financeiras, as quais são usadas para interromper o financiamento público, empréstimos ou até congelar ativos do país-alvo. Já nosso segundo autor adiciona as sanções monetárias ou cambiais, que seria a proibição de pagamentos e transações com determinada moeda (VALÉRIO, 2013; HUFBAUER ET AL., 2007). De acordo com Valério (2013), o tipo mais corriqueiro do uso das sanções comerciais são os embargos, os quais representam a interrupção total ou parcial das exportações ou

importações para o país-alvo. Ele também identificou o boicote como sendo um mecanismo dessa tipificação cujo foco está nas importações do país-alvo. Nesse caso, há a proibição das importações de bens e serviços do Estado que está sendo sancionado. Além disso, no que tange às sanções financeiras, Valério (2013) identifica que os tipos mais comuns dessas práticas são o bloqueio e o congelamento de bens e serviços para o país-alvo.

Para Baldwin (2020), é difícil para o Estado sancionador utilizar apenas um tipo de sanção econômica, logo, é mais comum observar um conjunto de uso desses tipos de sanções do mesmo modo que das práticas de cada uma delas. Assim, o autor prefere distinguir os mecanismos de acordo com macro-grupos como sanção ao comércio e sanção ao capital. Dessa forma, ele aponta que aos primeiros, as práticas mais comuns são do embargo, boicote, uso de tarifas discriminatórias, cotas e até ameaças de usar qualquer uma dessas técnicas para moldar o comportamento do país-alvo. Para as segundas, o autor enfatiza o uso do congelamento de ativos, suspensão de ajuda internacional e até tributação dos ativos do país-alvo (BALDWIN, 2020).

Apesar dessas discussões sobre as sanções econômicas e seus possíveis mecanismos, elas ainda são usadas em contextos bélicos, como, por exemplo, no contexto da 2GM o qual elas passaram a ser utilizadas com a finalidade de interromper aventuras militares ou para complementar os esforços de guerra. Quando findou a 2GM, as sanções foram aplicadas com outros fins: o de forçar o país-alvo a retirar suas tropas de fronteiras ou para abandonar planos de anexação territorial. Na maioria desses casos, a pressão econômica foi exercida contra o exercício do poder militar, sendo os EUA o ator principal desta política (HUFBAUER et al., 2007; JONES; PORTELA, 2020). Mesmo que as sanções não tivessem sido usadas para fins bélicos, estas ainda estariam inseridas dentro de algum contexto de conflitos, fazendo com que fossem entendidas como instrumentos de conflitos.

Baldwin (2020) corrobora o caráter político das sanções econômicas e, de acordo com ele, elas são instrumento de política externa. Valério (2013) adiciona que a liberdade, dada à falta de definição das sanções econômicas, desnaturalizou as sanções econômicas vinculadas ao Direito Internacional e as transformaram em mecanismos políticos dos Estados. Da mesma forma, Barber (1979), Gordon (2019), Hanania (2020), Hofer (2020), Peksen (2009) e Jones e Portela (2020) destacam o uso político desse instrumento econômico e adiciona que além dessas medidas visarem uma mudança de comportamento por parte do país-alvo, também têm como objetivo a manutenção do *status* moral do Estado impositor das sanções. Infere-se que as sanções econômicas representam uma boa ferramenta da política externa estadunidense para manter seus valores culturais e sociais dentro do sistema internacional. No contexto da Guerra

Fria e no pós-Guerra Fria, os EUA tinham que continuar legitimando sua ordem liberal criada e exportada para as diferentes instituições internacionais para continuar operando a sua política imperialista.

A respeito disso, Baldwin (2020) e as autoras Hofer (2020) e Jones e Portela (2020) salientam que as sanções são carregadas de simbolismos e significados e, igualmente, são veículos de mensagem para todo o sistema internacional. Eles também destacam que as sanções econômicas podem ter um “efeito exemplo”, ou seja, quando o Estado sancionador mostra que ações que ele está sancionando não serão toleradas e serão punidas (BALDWIN, 2020; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020).

Segundo nossos autores (HUFBAUER et al., 2007; BALDWIN, 2020; VALÉRIO, 2013; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020), as sanções econômicas são enviesadas segundo os interesses e objetivos dos Estados sancionadores, que podem variar desde uma mudança comportamental de governo até uma mudança do próprio regime de governo. Essas práticas podem ter até como objetivo a própria desestabilização do governo do país-alvo. Pode-se definir, então, que a imposição das sanções econômicas possui um triplo aspecto: (i) ao país-alvo é informado que o Estado sancionador não tolera as ações deles; (ii) aos aliados do Estado sancionador há a pressão de concordância e apoio e (iii) ao âmbito doméstico –tanto do país-alvo quanto do Estado sancionador– diz que o Estado sancionador agirá para proteger a sociedade e para levar os valores desse Estado, atuando como uma espécie de salvador (HUFBAUER et al., 2007; MUTUA, 2002). Quanto ao último aspecto ressaltado, Jones e Portela (2020), assim como Hanania (2020), reforçam que as sanções econômicas também servem aos interesses domésticos do Estado sancionador.

De acordo com Hufbauer et al. (2007), o Congresso dos EUA forneceu ampla autoridade para impor sanções contra países cujos comportamentos eram contraditórios em relação aos valores desse país. Conforme o levantamento desses autores, 108 sanções econômicas foram implementadas pelos EUA entre o período da IGM e os anos 2000 e majoritariamente foram impostas em países do Sul Global (HUFBAUER et al., 2007, p.20-33). Segundo o exposto, os objetivos das sanções são o de adequar o comportamento do país-alvo ou de fazer cumprir objetivos específicos do Estado sancionador, que implica também simbologias e valores. Depreende desse elevado número de sanções o caráter imperialista dos EUA. Além disso, Hufbauer et al. (2007) salientam que as sanções viraram parte da diplomacia dos EUA e se configuraram como um instrumento de coerção ao país-alvo de modo que o Estado sancionador interfere nos processos de tomada de decisão do país-alvo (HUFBAUER et al., 2007).

Outras pressões internas estadunidenses que motivaram a implementação das sanções econômicas em Cuba foram, principalmente, a formação de grupos de dissidentes¹⁸ da ilha que se tornaram influentes nas eleições e nos setores político-econômicos dos EUA. O Congresso dos EUA, de maioria conservadora, ainda mais em assuntos sobre a América Central e o Caribe, principalmente no que concerne Cuba, deram ouvidos e aval para esses grupos influenciarem suas pautas de votação. Assim, o Congresso participou da política imperialista de coerção a Cuba, bem como auxiliou na formação, ainda nos anos 1970, da Comissão Trilateral, formada pela elite econômica dos EUA, que consistia em uma comissão com representantes dos EUA, Japão e Europa Ocidental. Essa Comissão tinha por finalidade a defesa e a estruturação de uma nova ordem mundial, assim como de promover a estabilidade do Sul Global levando a democracia liberal para estes países, isto é, essa Comissão não só legitimou as ofensivas a Cuba, como também as financiou (BANDEIRA, 2009; HOEVELER, 2017; BOIRAL, 2003).

De modo similar Wood (2004) e Hufbauer et al. (2007) afirmam que as sanções econômicas impostas pelos EUA têm como objetivo a “demonstração de determinação”, ou seja, elas atuam como forma de afirmar sua liderança nos assuntos internacionais. Essa é mais uma característica que comprova a política imperialista estadunidense de demonstrar sua capacidade de ação, principalmente em um mundo pós-guerras mundiais, onde a anexação de territórios ou uma guerra convencional seriam mal vistos (WOOD, 2004). Baldwin (2020) acrescenta que uma vez que a ação militar não é mais possível, a inação é vista pela comunidade internacional como cumplicidade (BALDWIN, 2020).

Conforme Hufbauer et al. (2007) expõe em seu estudo, os presidentes dos EUA sentem a obrigação de expor seus descontentamentos com os países estrangeiros, assim como sentem que devem impedir comportamentos subversivos, mesmo sendo baixa ou nula a probabilidade de conseguir mudar o comportamento do país-alvo. Nesses casos, a força das sanções econômicas vem porque o custo da inércia, medido em termos de perda de confiança e perda de capacidade de ação dos EUA, são vistas por este país como maiores do que o custo da própria sanção. Os autores ainda reforçam que em muitos casos a comunidade internacional até espera tal ação vinda dos EUA, para poder demonstrar indignação moral e para reforçar alianças (HUFBAUER et al., 2007).

Os fatores subjetivos levantados, tais como valores morais, psicológicos e simbólicos, não devem ser menosprezados nos estudos das sanções econômicas, pois eles são um

¹⁸ Em Cuba são chamados de contrarrevolucionário (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004; LEON, 2003).

valiosíssimo instrumento para esses mecanismos (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020). Conforme observado ao longo da pesquisa, muitos desses fatores foram e são utilizados nas sanções econômicas contra Cuba. O uso dessas simbologias é uma estratégia adotada pelos EUA para incorporar em seu imperialismo aspectos culturais e sociais. Por isso, é importante analisar as diferentes dimensões de dominação. A instrumentalização da democracia e dos DH na perspectiva liberal é o clássico exemplo do uso desses mecanismos simbólicos. Por meio da ideologia liberal de universalização, subentende-se que para gerar riqueza e prosperidade é preciso incorporar os valores culturais promovidos pelos EUA. Logo, a imposição das sanções econômicas é justificada, assim como a aceitação por parte de seus pares, por meio desses mecanismos simbólicos.

Ainda, esses elementos estão, também, ligados à política interna dos EUA, como ressaltado, os atores internos estadunidenses também exerceram pressão para a manutenção de sua política imperialista, muitas instituições internas, a exemplo da CIA, foram usadas para questões de objetivos de política externa. As sanções econômicas, muitas vezes, têm o papel no âmbito doméstico de estimular o apoio público ao governo do Estado sancionador, seja inflamando o lado patriótico seja demonstrando uma retribuição de algo perdido seja até mesmo servindo para estimular os valores morais da sociedade (HUFBAUER et al., 2007). Exemplo disso foi a Lei Helms-Burton a qual se destinou a tranquilizar e acalmar os círculos eleitorais nacionais dos EUA à época, bem como serviu para agradar a ala cubano-americana (HUFBAUER et al., 2007; BANDEIRA, 2009).

Baldwin (2020) também enfatizou a dimensão simbólica das sanções econômicas e constatou que elas podem até ser mais efetivas que outros objetivos mais concretos dos Estados. Segundo o autor, os EUA têm utilizado uma série de mecanismos subjetivos para manipular as sanções econômicas, entre eles destacam-se a oposição ao comunismo, o compromisso com o sistema de empresas privadas, aqui os EUA têm a estratégia de promover investimentos estrangeiros privados, ademais, o autor destaca a demonstração de capacidade de ação. A mera imagem dos EUA atuando, mesmo que de forma implícita em determinada ação, já é válida para enfatizar a imagem de liderança do sistema internacional ou, pelo menos, a imagem de ator central. De acordo com o autor, a efetividade dos fatores subjetivos só é possível porque o Estado em questão possui prestígio e credibilidade internacional, isso faz com que os instrumentos utilizados de política externa, no caso, as sanções econômicas, consigam projetar imagens que vão em direção aos objetivos dessas sanções, bem como os valores do Estado sancionador que são exportados em conjunto. Ainda, ele enfatiza que toda a força que as

sanções econômicas recebem é por causa desse prestígio porque sem uma grande presença, as práticas não vingariam no sistema internacional (BALDWIN, 2020).

Esse aspecto da imagem é um dos guias das sanções econômicas porque os símbolos por si só já são considerados objetivos da política externa ou podem estar intrinsecamente ligados aos outros objetivos mais concretos como, por exemplo, a mudança de governo do país-alvo (HOFER, 2020; BALDWIN, 2020). Consoante com o que Hufbauer et al. (2007) apontam, as sanções impõem valores do país sancionador, Baldwin (2020) soma que, na arena de política externa, esses valores e símbolos envolvem níveis de manipulação. Hofer (2020), por sua vez, trata do assunto sob os conceitos de estigmatização e ressentimento. Ao implementar as sanções, o Estado sancionador está hierarquizando e subordinando o país-alvo aos seus valores. Dessa forma, ocorre a estigmatização do país-alvo como sendo infrator de alguma “norma internacional”, o que gera ressentimento por parte desse Estado que pode ocasionar conflitos e mudanças sociais (HOFER, 2020). As análises sobre a influência desses símbolos, que representam a cultura de forma geral, têm assumido uma importante função de estruturação e organização da sociedade, pois as indústrias culturais estão ligadas a outros tipos de indústrias e até de recursos econômicos e materiais. Essa relação fica nítida quando analisamos a indústria midiática que sustenta as trocas econômicas e informacionais e que é responsável, também, por difundir a cultura (HALL, 1997).

A partir de 1945, com a vitória dos Aliados, a configuração do sistema internacional mudou e passou a ser guiado pelos valores dos vencedores da 2ª GM. Assim, os EUA exportaram os seus valores liberais para o mundo e o fez criando instituições e organizações internacionais cujos princípios seriam guiados por valores, ideias e conceitos que eram importantes para a potência estadunidense como, por exemplo, a liberdade, a democracia, o livre-comércio, assim como valores morais também (HOVELER, 2017; BOIRAL, 2003; BANDEIRA, 2009). Assim sendo, os EUA instrumentalizaram sua cultura criando organizações internacionais que pudessem controlar em todas as instâncias possíveis, como por exemplo: no campo financeiro, criou o FMI e o Banco Mundial; no campo regional criou a OEA e a OTAN (AMIN, 2015).

De acordo com Hall (1997), a regulação do sistema pode ser dada pela via normativa, pois dá maior previsibilidade, direção e propósito à conduta das práticas sociais. Ela guia as ações dos Estados conforme tais diretrizes tornando as ações regulares e ordenadas, isso significa também que as ações que saem à regra são mais expostas por não cumprirem com o rol de diretrizes do sistema internacional. Dessa maneira, a cultura guia as relações de conhecimento e conceitualização, assim como transforma suas compreensões, o que leva a

crescentes disputas pelo poder de influenciar por meio da cultura e a torna um elemento crucial para entender a interação dos Estados dentro do sistema internacional (HALL, 1997).

A partir do entendimento dos EUA acerca da dimensão cultural como forma de poder efetivo para resguardar seus interesses, bem como de manter sua hegemonia dentro do sistema internacional, o conceito de imperialismo cultural é importante para entender a aceitação por parte de muitos Estados quando da imposição das sanções econômicas em Cuba. Assim como no imperialismo, a vertente cultural enfatiza as pressões no plano da cultura que foi ampliada dada à expansão da economia capitalista, essas pressões estão inseridas dentro do que Althusser (1983) chamou de aparelhos ideológicos do Estado, quais sejam: o religioso, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o cultural e o informacional. Esses instrumentos são usados como ferramentas de controle da ideologia da classe hegemônica (ALTHUSSER, 1983). Todos esses campos implicaram mudanças no sistema internacional, o peso de uma cultura que sobressai às outras é resultado de uma política externa ativa. Após a 2GM, as pressões culturais dos EUA vieram à tona seja pela via da persuasão, como da criação de organizações com valores liberais, seja por meio do uso da força, que se encaixa no caso cubano com a implementação das sanções econômicas pelo país não ceder à lógica liberal-capitalista imposta.

Infere-se que essas imagens são necessárias para dar força e motivação para a implementação das sanções econômicas, entretanto Hufbauer et al. (2007) e Baldwin (2020) reconhecem que as sanções econômicas não conseguem mudar o comportamento do país-alvo por si próprias, por isso elas necessitam dessas outras dimensões para se tornarem efetivas e alinhadas aos objetivos do Estado sancionador. Diante disso, esses autores analisaram algumas razões que explicam a inefetividade das sanções econômicas sem seu uso simbólico: primeiro, a sociedade do país-alvo pode apoiar ainda mais o governo; segundo, os aliados podem não apoiar tais sanções e terceiro, os aliados do país-alvo podem ajudá-lo, este também foi o caso de Cuba. No período em que a ilha foi sancionada, a URSS ajudou por meio da política de compensações, além de Cuba ter recebido suporte de outros países latino-americanos ao longo dos anos, como, por exemplo, da Venezuela (HUFBAUER et al., 2007; BALDWIN (2020).

Os autores defendem que as sanções ainda são usadas com frequência porque, segundo seus estudos, as sanções não foram mal sucedidas e também as alternativas à elas são mais custosas, como a ação militar. Igualmente, as sanções podem fornecer a exibição teatral tão satisfatória quanto a guerra de modo a evitar seus custos, o que não significa que as sanções econômicas estão ausentes de custos, elas os têm também (HUFBAUER et al., 2007). Ainda de acordo com Hufbauer et al. (2007), a natureza das sanções econômicas não se seguiu de forma linear, mesmo que ainda possam ser entendidas como objetivos de política externa. Conforme

salientado, a política externa de um país pode ter diferentes formas de atuação que é difícil quantificar e até analisar visto que muitas delas ou não são explícitas ou não são divulgadas (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; HUFBAUER et al., 2007). Em seus estudos, os autores concluíram que as sanções foram implementadas não com motivos de resguardar a paz ou de evitar guerras e anexações territoriais, mas sim foram usadas para resolver muitas questões de política interna como: expropriações, restabelecimento da ordem democrática, combate aos chefes do tráfico de drogas e para o combate do terrorismo internacional, sobre isso os EUA colocaram Cuba na lista negra de Estados que apoiam o terrorismo. Os autores ainda ressaltam que as sanções do período pós-Guerra Fria tiveram a orientação de incentivar reformas democráticas ou a restauração de um governo democrático (HUFBAUER et al., 2007).

Desse modo, percebemos que a definição de sanções econômicas, apesar de parecer simples, é complexa e com muitas variáveis envolvidas e, portanto, são difíceis de quantificar (JONES; PORTELA, 2020). Como Valério (2013) e Hufbauer et al. (2007) ressaltaram, essa falta de definição colocou as sanções econômicas em uma zona cinzenta, que abriu precedentes para países as utilizarem de acordo com seus objetivos tanto de política externa quanto de política interna. Isso se deve também a não separação dos aspectos político e econômico, uma vez que ambos não podem ser dissociados, até para um Estado impor sanções a outro por motivo de adequação à norma, é passível do Estado sancionador ter objetivos além desses ou, ainda, é possível nos questionar que norma foi violada e quais princípios regem tal norma (VALÉRIO, 2013; HUFBAUER, 2007; BALDWIN, 2020).

Ao tencionar esses pensamentos à prática, utilizando o caso de Cuba, é notável que os EUA instrumentalizam esse mecanismo para além de questões de adequação ao Direito Internacional, mas, sim, os direcionaram para o campo de manutenção de sua hegemonia na região, assim como para continuar exercendo sua influência no campo simbólico empregando, para isso, ferramentas econômicas. Depreende também dessa análise que os EUA impõe as sanções como um instrumento imperialista, pois visa exportar e fortalecer seus valores liberais, bem como deixa de exemplo para os demais Estados que ousarem desvirtuar de tais valores.

Em suma, as tipificações das sanções econômicas são recursos didáticos que servem para sabermos quais espécies de sanções existem, mas seu uso quase sempre é feito de modo simultâneo, tal como as técnicas de sanções que Baldwin (2020) e Hufbauer et al. (2007) elencaram. No caso cubano, foram utilizadas todos os tipos de sanção econômica em algum nível, como, também, foram usadas diferentes técnicas sempre alinhadas aos interesses geopolíticos e domésticos dos EUA (HANANIA, 2020; PEKSEN, 2009; BALDWIN, 2020). Sem embargo, de acordo com Hanania (2020) e Peksen (2020), as sanções econômicas

impostas, apesar de terem objetivos políticos por trás, atingem diretamente a sociedade civil do país-alvo e levam consigo o caráter punitivista para dentro do país-alvo. A sociedade civil é quem absorve todos os efeitos colaterais dessa política sancionatória.

Os EUA utilizam a democracia e os direitos humanos para justificar a continuidade da imposição das sanções econômicas em Cuba, contudo, devido aos seus efeitos colaterais na sociedade civil, as sanções apresentam um caráter paradoxal. Isso é percebido, pois, ao mesmo tempo em que os EUA justificam seu uso a partir da democracia e dos DH, as sanções impactaram significativamente os DH da sociedade cubana, diminuindo-os. Além de impactar no exercício da democracia, já que, em razão das sanções, Cuba viverá em caráter bélico¹⁹ constante esperando novas ações estadunidenses, o que impactará a formulação de suas políticas públicas, assim como a configuração de seu sistema político (FEITOSA, 2011). Ressalta-se, também, que as sanções geram dificuldades para o governo cubano em implementar políticas públicas voltadas à emancipação humana já que sua capacidade estatal é diminuída pelas táticas das sanções econômicas. Resumidamente, as sanções econômicas impactam a sociedade civil por (i) diminuir a capacidade do governo em implementar suas políticas públicas, (ii) desgastar a relação entre Estado e sociedade uma vez que altera e modifica a relação política do Estado devido ao contexto belicista que as sanções trazem consigo e (iii) impede que a sociedade prospere e se emancipe (HANANIA, 2020; PEKSEN, 2009; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020).

2.2 O caminho até a Revolução

Compreendendo o funcionamento e a natureza política das sanções econômicas que são instrumentos utilizados pelo Estado para garantir seus interesses, deparamo-nos com o caso, quiçá mais emblemático, dos EUA e de Cuba. As sanções impostas a Cuba chamam a atenção pois elas perduram desde a década de 1960. Para melhor entendimento das motivações acerca da imposição das sanções, bem como dos objetivos estadunidenses, é importante retomar alguns

¹⁹ Como foi salientado, as sanções econômicas sempre são impostas dentro de um contexto de conflito ou belicista. Devido às relações conturbadas entre Cuba e EUA após a Revolução, ambos os países vão se encontrar em um contexto de conflito iminente. Por um lado, os EUA agiram como se estivessem em uma guerra contra Cuba, apoiando práticas contra o governo cubano, financiando grupos para derrubar o governo, dentre outras medidas bélicas. Cuba, por seu turno, irá temer uma invasão estadunidense visto que as práticas estadunidenses de desestabilização governamental se acentuaram ao longo dos anos. Isso provocará no governo uma expectativa de conflito, ou seja, o país irá se preparar para qualquer possível invasão (como aconteceu na Baía dos Porcos), o que gerou mudanças na política interna que foram traduzidas na concentração de poder nas mãos da Direção revolucionária e em medidas de caráter excepcional (FEITOSA, 2011).

aspectos históricos importantes da relação bilateral entre ambos os países. Cumpre analisar algumas chaves de interpretação da relação bilateral no século XIX para, então, adentrar nos pontos-chaves da relação no século XX até chegar na Revolução de 1959. Com isso, intenciona-se refletir sobre os interesses estadunidenses no país caribenho desde a sua independência e apontar para os principais eixos de interesse dos EUA na ilha.

No primeiro quartel do século XIX, o então presidente James Monroe, inspirado no isolacionismo de George Washington, instruiu a Doutrina Monroe, em 1823. Isso representou a gênese da intenção dos EUA em policiar o hemisfério americano (CHOMSKY, 2015). De acordo com Bandeira (2009), essa doutrina consistia que qualquer extensão do sistema político europeu seria considerada perigosa para os EUA. Nota-se, portanto, o objetivo claro de impor seu próprio modelo de sistema político e exportá-lo para as colônias europeias do hemisfério, assim os EUA ajudaram, de forma indireta ou direta, a emancipação política das colônias, bem como influenciou na implementação da nova forma de governo: a República (BANDEIRA, 2009).

Desde o princípio os EUA buscaram influenciar os modelos políticos dos recentes países independentes, como forma de manter uma atuação ativa na política internacional, mas para além disso, para resguardar seus interesses econômicos por meio de suas empresas privadas. No período pós-independência, diversas nações latino-americanas tiveram em seu solo empresas estrangeiras, principalmente provenientes dos EUA, assim como investimentos pesados em setores estratégicos como o da mineração e da extração de matéria-prima. Citando alguma dessas temos a *Standard Oil Company*, *United Fruit Company* e até a *Hershey 's*, que monopolizou a produção de açúcar cubano (CHOMSKY, 2015).

A região do Caribe era de extrema importância naquela época, pois era considerada uma zona estratégica com relevância geopolítica devido às diversas rotas que passavam por lá. O capitão da Marinha dos EUA, Alfred T. Mahan, destacou, em 1897, que o Golfo do México e o Mar do Caribe eram espaços geopolíticos importantes e intrínsecos um ao outro. Dessa maneira, controlar essa rota virou vital para a política externa estadunidense, tendo Cuba como peça chave para essa estratégica. Isso porque é a partir da ilha que se dá a condição de controle dos estreitos de Yucatán e da Flórida, importantes rotas de exportação e importação para os EUA a partir da bacia do Ohio-Missouri-Mississippi (COELHO et al., 2019). Essa bacia era vital para a consolidação da integração regional estadunidense, começada pelo Destino Manifesto (PECEQUILO, 2011).

Figura 2 - Mapa do Golfo do México e o Mar do Caribe



Fonte: COELHO et al., 2020, p.65.

Com base na Figura 2, percebe-se que Cuba está situada entre dois estreitos importantes não só para a segurança estadunidense, mas, também, para a livre-circulação de seu comércio. Assim sendo, a dominação e o controle da ilha se tornaram vitais para assegurar aos EUA vantagens de cunho econômico e de segurança. Os EUA viam Cuba como ponto de controle no Caribe e, como consequência, surgiu a necessidade de controlá-la. Esse controle se deu por necessidades econômicas imperativas do contexto da Segunda Revolução Industrial, bem como da corrida imperialista por acesso a novas rotas comerciais, a novos territórios e às matérias-primas. Portanto, a justificativa e a necessidade de controlar e estabilizar a região a partir de Cuba norteou a política externa estadunidense, assim como ditou o tom das relações entre ambos os países (PECEQUILO, 2011).

Nesse período os EUA estavam passando por seu Destino Manifesto, política de expansão de suas fronteiras de ponta a ponta do continente, fazendo com que o tema de segurança se tornasse de extrema relevância para a sua política externa. Juntamente com essa expansão territorial, os EUA começaram a demandar mais matérias-primas em virtude de seu rápido desenvolvimento industrial, com isso aumentou a demanda por controle dos acessos às matérias-primas. Dada a proximidade dos EUA com os países centro-americanos, este país passou a exportar suas empresas para a região de modo a garantir esses acessos (AYERBE, 2004; FERNANDES; MORAIS, 2020). No contexto de proteger suas fronteiras de ataques inimigos e garantir uma zona segura em uma região com diversas rotas marítimas, houve, nos EUA, um debate acerca da anexação de Cuba (BANDEIRA, 2009).

Esse debate causou uma disputa no âmbito da política interna dos EUA de forma que acentuou ainda mais as desavenças entre Norte e Sul. O Norte, industrializado e iluminado pela

influência do século das luzes, era contra a anexação, pois a escravidão ainda existia em Cuba, já o Sul, agrário, queria expandir suas terras agrícolas e continuar com o uso da mão de obra escravizada. Em Cuba, muitos fazendeiros eram favoráveis à anexação, pois (i) possuíam relações com os fazendeiros do Sul e (ii) por visarem uma maior atratividade de negócios com os EUA, entretanto, também havia disputas internas em Cuba de grupos que eram contrários às intervenções estadunidenses na ilha. Apesar dos Democratas chegarem ao poder nas eleições estadunidenses de 1852, sob o nome de Franklin Pierce, eles perderam influência no Congresso, então sua defesa a anexação cubana perdeu influência no debate político estadunidense e a ideia foi abandonada (BANDEIRA, 2009). Com relação às elites cubanas e às elites fazendeiras estadunidenses, nota-se uma aliança sob interesses comuns em garantir uma troca comercial de *commodity* entre ambos os países de forma privilegiada.

Desde o processo de independência cubana, os EUA influenciaram a ilha caribenha em termos econômicos, políticos, militares e culturais até a Revolução de 1959, além disso, foram responsáveis pela distorção econômica, corrupção e repressão na ilha durante todo o período do século XIX até 1959 (CHOMSKY, 2015). Somado a isso, Bandeira (2009, p.55, grifo próprio) ressalta que “com as forças produtivas do capitalismo desdobrando os limites do Estado Nacional, a América Latina, agrícola e atrasada, se configurava como a continuidade natural do seu [EUA] espaço econômico”. Não obstante a sua independência, Cuba continuava sendo uma economia agrária-exportadora e dependente dos grandes centros, passando do domínio da Espanha para o domínio dos EUA. Chomsky (2015) enfatiza que o espírito colonial permaneceu presente mesmo após a independência, assim como suas contradições intrínsecas. Com a expansão do açúcar, principal produto agrícola cubano, muitos pequenos produtores foram expulsos de suas terras e foram obrigados a migrar para os centros urbanos em busca de outros tipos de trabalho (CHOMSKY, 2015).

Isso ocorreu graças às características monopolísticas da economia estadunidense, que foram exportadas para a ilha por meio de suas empresas. A concentração de empresas dos EUA em torno das matérias-primas em Cuba, concentrou a estrutura de propriedade cubana e o controle de terras criando grandes engenhos açucareiros controlados por empresas estadunidenses. Assim, Cuba passou a depender dos EUA em toda a sua cadeia produtiva do açúcar, concentrada, sobretudo, na empresa estadunidense *Sugar Refining Company* (AYERBE, 2004). Além disso, outros conglomerados participaram da produção de açúcar em Cuba, como o conglomerado Rockefeller-Sullivan, operando com cinco empresas: *Compañía Atlántica del Golfo*, *Compañía Azucarera Vertientes-Camagüey de Cuba*, *Compañía Central*

Alta Gracia S.A., Punta Alegre Sugar Company e The Cuban American Sugar Mills Company. (VASCONCELOS, 2016b, p.86-87).

Observa-se que o açúcar é o principal produto da economia cubana e, por conseguinte, a principal fonte de renda para o Estado. A dominação dos EUA nesse setor estratégico é vital para a configuração de sua política de controle tanto para o acesso aos mercados internos quanto para o acesso ao recurso em si. Conforme Fernandes (2007) destaca, os investimentos estadunidenses revolucionaram o setor açucareiro cubano. Não obstante, essa revolução não atingiu as classes mais baixas e médias cubanas, pelo contrário, concentrou-se nas elites e nas empresas estadunidenses. De acordo com o autor, entre 1896-1900 os EUA receberam quase 92% do açúcar exportado cubano. A dependência de um único produto agrícola e de um único mercado consumidor trouxe consequências graves para a economia cubana e, conseqüentemente, crises econômicas acompanharam a ilha ao longo dos anos. A concentração dessa indústria pelos EUA fez com que Cuba ficasse completamente submetida às necessidades estadunidenses. Assim, esse polo gerou funções de necessidade, vantagem e grandeza para o centro hegemônico estadunidense, auxiliando a consolidação de seu poder imperial (FERNANDES, 2007).

De acordo com alguns autores (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; VASCONCELOS, 2016a; AYERBE, 2004) o período de 1898 até antes da revolução foi considerado de maior intervenção direta e/ou indireta dos EUA à ilha. O acentuado domínio dos EUA ocorreu entre os anos de 1898 e 1902, quando teve início a ocupação militar estadunidense. Segundo Vasconcelos (2016a), as primeiras medidas do interventor militar designado, Leonard Wood, foram recolher as armas do Exército Libertador Cubano e criar uma Polícia Nacional, comandada pelo chefe de polícia de Nova York, além de instaurar a Guarda Rural para combater as rebeliões camponesas, que ameaçavam os interesses das empresas estrangeiras nas terras cubanas (VASCONCELOS, 2016b). Essas medidas demonstraram a total subserviência de Cuba aos ditames estadunidenses, pois as políticas dos EUA minaram além do campo da segurança nacional cubana, os campos social e econômico, aumentando, dessa forma, a dependência da ilha aos EUA em múltiplas dimensões. Era do interesse dos EUA controlar o policiamento interno de Cuba, pois, assim, eles controlariam os possíveis motins e rebeliões contrários às políticas econômicas estadunidenses.

Essa ocupação corroborou para que grandes grupos empresariais dos EUA aumentassem seus domínios, principalmente quanto à extensão de terras. De acordo com Chomsky (2015, p.31), em 1905, cerca de 60% dos terrenos rurais pertenciam a empresas ou cidadãos estadunidenses. Investidores controlavam cerca de 90% da indústria do tabaco, bem como das

minas de ferro, cobre e níquel. José Martí, fundador do Partido Revolucionário Cubano e líder da independência cubana, concluiu que apenas a guerra pela verdadeira emancipação seria o caminho para sair da dependência da Espanha e dos EUA (BANDEIRA, 2009).

Conforme salienta Vasconcelos (2016a),

a desocupação militar da ilha foi negociada em 1902 por meio da famosa Emenda Platt, redigida por Elihu Root (Secretário de Estado do presidente McKinley) e apresentada ao Congresso dos Estados Unidos pelo Senador Orville H. Platt. Ela determinava que: 1) Cuba reconheceria o direito dos Estados Unidos a intervir militarmente em seus assuntos internos; 2) Cuba forneceria territórios para bases navais e carvoeiras dos Estados Unidos, o que originou a Base de Guantánamo; 3) Cuba não celebraria tratados com nenhum outro poder estrangeiro e não autorizaria que outros estrangeiros obtivessem territórios da ilha; 4) o texto seria aprovado como emenda constitucional cubana como condição para a retirada militar estadunidense (VASCONCELOS, 2016a, p.109).

Essa contrapartida exigida pelos EUA para retirar suas tropas de um país estrangeiro independente já representa uma forma imperialista de manter seu poder em território alheio. Como Ayerbe (2004, p.25) destacou, o tratamento feito pelos EUA envolveu uma forma de colonialismo em retração com um novo imperialismo emergente, que combinou a expansão de interesses privados nacionais com a política externa intervencionista. Depreende-se que as condições impostas a Cuba foram de caráter coercitivo, uma vez que um país do tamanho de Cuba e com esse histórico colonial não teria como impor suas contrapartidas, ainda mais em um contexto frágil de dependência econômica e política. Como Chomsky (2015, p.32) destaca: “a história cubana é uma longa luta por independência que começou em 1898 e continuou até 1959.” Fernandes (2007) adiciona que mesmo com a independência em 1898, Cuba não passou por um desenvolvimento capitalista e nacional dependente devido a sua dependência no setor açucareiro. De acordo com o autor, o que persistiu foi o desenvolvimento capitalista neocolonial e antinacional, que iria influenciar a economia cubana até a Revolução de 1959 (FERNANDES, 2007).

Também, no ano de 1902, foi assinado o Tratado de Reciprocidade, o qual determinava a entrada preferencial de 530 produtos estadunidenses em Cuba sob tarifas vantajosas, em compensação, Cuba também obteve entrada preferencial nos EUA dos produtos: açúcar e tabaco (PINO-SANTOS, 1983, p.442; VASCONCELOS, 2016a). Além disso, o Tratado definia que as relações preferenciais só poderiam ser entre ambos os países, Cuba era impedida de ter trocas com esses produtos com outros países. Assim, os EUA transformou a ilha em uma espécie de protetorado comercial sob ameaça constante de nova ocupação militar (PINO-SANTOS, 1983; VASCONCELOS, 2016a).

Fernandes (2007) ressalta que as tarifas alfandegárias desse Tratado poderiam ser alteradas e aumentadas, desde que mantendo-se a margem preferencial. Visando se esquivar de possíveis críticas às práticas econômicas, os EUA ressaltavam que as preferências estabelecidas no Tratado eram diferentes das técnicas tradicionais da cláusula da nação mais favorecida. Assim, por meio de todas essas intervenções econômicas vantajosas unilateralmente aos EUA, o país foi consolidando ainda mais seu imperialismo na ilha (FERNANDES, 2017). Diferentemente dos anos anteriores que os EUA assumiram uma postura mais agressiva, nesse período eles decidiram mudar de tática para melhorar a sua imagem na América Latina. Assim, de forma mais “branda” decidiram continuar com seus interesses, mas na forma de um intervencionismo econômico.

O início do século XX representou um período bastante conturbado dos EUA com os países da América Central e o Caribe devido a ascensão de Theodore Roosevelt, que assumiu uma postura contra povos latinos-americanos, pois considerava-os turbulentos, indisciplinados e anárquicos. Essa postura se confirma quando observamos as intervenções promovidas pela política do *big stick* contra os Estados latinos, como Colômbia/Panamá, Honduras, República Dominicana e Cuba. Essa política também foi conhecida por ser o Corolário da Doutrina Monroe, teve essa denominação porque o Corolário incentivou atos imperialistas que, antes, pela Doutrina, eram vistos como sendo do sistema político europeu. Dessa forma, esse Corolário servia para os EUA manter seus interesses sem deixar que outra potência tomasse o seu lugar, assim o país projetou seu poder imperialista para a região. A política de intervenções teve o objetivo claro de assegurar os interesses econômicos e financeiros de Washington, mesmo com a chegada de Woodrow Wilson ao poder, contrário à política de intervenções, interveio em Cuba em 1917, ano que ocorreu a segunda ocupação militar cujas tropas só foram retiradas em 1922 (BANDEIRA, 2009).

Nesse ínterim, as relações econômicas entre Cuba e EUA ainda possuíam atritos, entre 1918 e 1919, o setor açucareiro cubano sofreu um infortúnio. Um falso anúncio de desabastecimento de açúcar nos EUA circulou pelas principais mídias estadunidenses que teve como consequência uma alta de preços no mercado passando de 9 centavos de dólar a libra para 23. Dessa maneira, os proprietários cubanos comprometeram-se com elevados empréstimos de alto risco. Contudo, essa ilusão somada ao fato de que os preços internacionais mostravam tendência de queda, devido à produção do açúcar de beterraba e cana dos EUA, fizeram os preços despencarem para 3 centavos de dólar. Essa especulação endividou diversos fazendeiros cubanos já com toda a safra vendida para Washington. Por causa desse processo especulativo, o *The National City Bank*, da família Rockefeller, tomou posse de dez usinas açucareiras

hipotecadas em 1923, a família já havia conquistado o controle de 25% da safra do país. Em 1924, 60% do sistema bancário cubano pertencia a empresas estadunidenses (PINO-SANTOS, 1983; VASCONCELOS, 2016a, p.110).

Importante salientar que todas as medidas imperialistas citadas de interferência externa dos EUA só obtiveram êxito por causa das elites cubanas, que estavam alinhadas política e economicamente aos interesses das classes dominantes dos EUA. Como Gramsci (1971) já destacava, nenhuma medida é imposta e difundida em um país sem anuência de um corpo local interessado, afinal, para se ter a hegemonia é preciso consenso (GRAMSCI, 1971). Em uma sociedade que não se desenvolveu em direção ao capitalismo dependente, que permaneceu com *status* de neocolonialismo mesmo após a independência, as elites cubanas que controlavam os principais setores permaneceram alinhadas aos interesses de Washington. Conforme dados levantados por Ayerbe (2004, p.33), a burguesia cubana pré-revolucionária detinha diversos produtos considerados de luxo, como carros, tratores, aparelhos de televisão e etc. Quanto aos primeiros produtos, Cuba ocupava o sexto lugar no *ranking* mundial de carros por habitantes, em sequência, ocupava o sétimo lugar na importação de tratores e quanto ao número de aparelhos televisivos, ocupava o primeiro lugar da América Latina com 150 mil aparelhos. Em 1958, a ilha ocupou o terceiro lugar em capacitação de investimentos diretos dos EUA, com 861 milhões de dólares (AYERBE, 2004).

Fernandes (2007) destaca que as elites cubanas funcionaram como uma vanguarda da contrarrevolução e, principalmente, dos interesses dos EUA. Ainda segundo o autor, o colonialismo em Cuba não se fundava pela dominação direta em setores da economia, política e da cultura, mas, sim, por controles indiretos criados pelos mecanismos de mercado (FERNANDES, 2007). Ayerbe (2004) salienta que os setores nacionais que se beneficiaram do sistema econômico desigual eram compostos, em sua maioria, pela aristocracia rural e por uma burguesia vinculada à atividades de especulação imobiliária. É notório a desigualdade social que a ilha enfrentava e os descontentamentos sociais das classes que não eram beneficiadas por esse sistema (AYERBE, 2004). Dessarte, é possível depreender os motivos de boa parte da sociedade cubana em aderir à Revolução e a de lutar por uma vida mais digna e justa.

Os anos 1920 foram marcados por uma efervescência político-social de cunho nacionalista em toda parte do mundo. Em pleno contexto da ascensão do nazi-fascismo e do comunismo, cresciam sentimentos nacionalistas de aspirações de independência econômica de modo a contrapor com os interesses estadunidenses (BANDEIRA, 2009). Conforme destaca Chomsky (2015), a efervescência social em Cuba ocorreu por meio da criação de diversas entidades sociais como a *Federación Estudiantil Universitaria*, criada em 1923, a

Confederación Nacional Obrera de Cuba, criada em 1925 e do surgimento do Partido Comunista de Cuba (PCC)²⁰. Esse movimento também atingiu o Exército, cujo em seu interior surgiu o Movimento dos Sargentos, responsável por fortalecer e lançar a figura de Fulgêncio Batista (AYERBE, 2004).

Em meio a essa conscientização social e organização política, a ilha passava por uma crise econômica como consequência do Tratado de 1902 e da assimétrica distribuição de renda advinda da concentração de empresas estadunidenses. Com isso, os cubanos fizeram diversos levantes, protestos e greves, os quais foram duramente reprimidos ocasionando o aumento do caos social e político. A pauta mais levantada pelo povo cubano foi a denúncia de corrupção do governo de Gerardo Machado, ditador cubano que governou o país entre 1925-1933 (AYERBE, 2004). A pressão popular e a atuação do Movimento dos Sargentos conseguiram tirar Machado do poder e, como os EUA estavam onipresentes na vida pública de Cuba, eles indicaram o presidente temporário, Carlos Manuel Céspedes e mais alguns ministros para compor o governo no ano de 1933 (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015). O novo governo promoveu uma série de medidas sociais e políticas, incluindo a anulação unilateral da Emenda Platt, em resposta aos levantes sociais, o que foi visto por Washington como uma ação comunista que desafiava o controle político deste país. Com isso, os EUA começaram a achar o governo radical demais e acentuou a sua preocupação com a ebulição social vivida na ilha. Na visão estadunidense, eles poderiam perder sua influência e, conseqüentemente, perder seus acessos aos mercados e recursos, além de diminuir seus investimentos na ilha. Paralelo a isso grupos nacionalistas anti-EUA também discordavam da interferência estrangeira, o que aumentou os conflitos sociais (VASCONCELOS, 2016a; BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

Os EUA se preocuparam com o fortalecimento da ebulição social vindo de várias camadas da sociedade cubana e enviaram navios à ilha para exercer pressão por meio do poder de demonstração (BANDEIRA, 2009; WOOD, 2004). Entretanto, o Movimento dos Sargentos, liderado por Fulgêncio Batista, resolveu intervir na política interna e tentou restabelecer a ordem, assim lograram ocupar o poder e de pronto já formaram uma Junta de Governo (BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004). O primeiro governo da Junta foi do professor Ramón Grau San Martín, o qual Washington não reconheceu. Seu governo foi marcado por medidas contraditórias ao mesmo tempo que implementou medidas nacionalistas de caráter socialista, Batista reprimiu todas as manifestações comunistas dessa época. Apesar de Batista não ter

²⁰ Inicialmente o PCC influenciou bastante a zona urbana de Cuba, após o Comintern (1928) o Partido se reorientou internamente e passou a seguir suas próprias diretrizes comunistas e se expandiu para as zonas rurais.

exercido o poder diretamente, ele possuía bastante influência dentro da ala militar, assim forçou San Martín a renunciar, em 1934, e indicou o coronel Carlos Mendieta para ocupar o seu lugar (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

Assim que Batista realizou essa mudança, os EUA reconheceram o novo governo de prontidão, renegociou o Tratado de 1902 e acordou a revogação da Emenda Platt sob o argumento de que nenhum Estado tinha o direito de intervir em outro. Sem embargo, isso não significou o fim das interferências à ilha visto que até 1936 a instabilidade política acentuou-se pelas trocas de governantes em um curto espaço de tempo. Outro exemplo de interferência desse período, de acordo com Vasconcelos (2016, p.111), foi o “ato do Congresso dos Estados Unidos que definiu que apenas 1% do açúcar cubano comprado por este país poderia ser refinado na ilha, o que ampliou a capacidade ociosa da indústria” (VASCONCELOS, 2016a, p.111). Apesar de a Emenda Platt ter sido revogada, suas consequências ainda são sentidas em Cuba, pois ela garantiu poder de intervenção dos EUA e cedeu uma área extensa para a construção de uma base militar estadunidense: Guantánamo Bay. Com Batista no poder, entre os anos 1930-1940, aproveitando as boas relações que tinha com os EUA, buscou demonstrar seu apoio aos EUA por meio da concessão de empréstimos em troca dos fechamentos dos consulados na Alemanha e na Itália. Após Pearl Harbour, ele declarou guerra ao Japão e ao Eixo. No âmbito interno, Batista lutou contra o comunismo em Cuba, instaurou uma ditadura, reprimiu a oposição e declarou o PCC ilegal (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009).

Preocupados em defender a sua ordem liberal no pós-2GM, os EUA, como forma de resguardar sua hegemonia na região americana, reacendendo os objetivos da Doutrina Monroe, em 1947, promoveram o TIAR, que considerava qualquer ataque ao território de um Estado-membro como um ataque a todos. Igualmente, obrigava os Estados a atuarem de alguma forma na defesa do Estado atingido pelo ataque. E, no ano seguinte, criou a OEA para servir de foro regional de modo a evitar levar assuntos americanos a outros foros internacionais. Essas medidas representaram a apreensão dos EUA em ter outros países se metendo em assuntos “internos”, bem como na forma com que conduz a sua política externa (BANDEIRA, 2009).

Devido a crescente onda nacionalista dos países latinos, sobretudo nos centrais e caribenhos, assim como do surgimento de grupos anti-EUA, devido às interferências políticas feitas por este país que sustou ditaduras e golpes de Estado nessa época, eles extrapolaram o conceito da Doutrina Monroe de modo a estabelecer que o domínio ou qualquer controle das instituições políticas de qualquer Estado americano pelo movimento comunista internacional consistia ameaça à soberania e à independência políticas dos Estados americanos. Dessa

maneira, a OEA foi instrumentalizada para resguardar os valores e interesses anticomunistas estadunidenses dando respaldo para possíveis intervenções (BANDEIRA, 2009).

Batista sempre esteve exercendo sua influência na política, ora de forma direta, assumindo a presidência, ora de forma indireta, influenciando os governantes. Durante a 2GM, ele esteve na presidência e ao mesmo tempo em que condenava o comunismo, ele abria margem para que alguns comunistas pudessem participar de seu governo. Essa contradição gerou tensões sociais e políticas, o que culminou na perda das eleições presidenciais de 1944 para San Martín. Contudo, em 1952, ele retorna ao poder e instaura uma ditadura e começa uma forte repressão à oposição. Como consequências, grupos sociais²¹, já descontentes com as políticas de Batista, aumentaram seu descontentamento frente ao governo e começaram a promover uma série de ataques. Como ajuda, os EUA forneceram armamento ao governo de Batista com o intuito de reprimir os rebeldes e garantir Batista no poder (BANDEIRA, 2009). Em 26 de julho de 1953, o grupo liderado por Fidel Castro atacou o Quartel de Moncada²² em uma dessas ações contra Batista, por isso o grupo ficou conhecido como “os 26 de Julho”. O grupo foi duramente reprimido e muitos revolucionários foram assassinados ou detidos, a exemplo de Fidel Castro (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

Da cadeia, Castro proferiu seu simbólico discurso: “condene-me, não importa, a História me absolverá”. Em seu discurso, Castro, em uma estratégia de mestre, expôs detalhadamente os objetivos da ação a Moncada, assim como apresentou seu programa de transformação política, social e econômica (AYERBE, 2004). Além disso, também propôs a unificação da oposição para caminhar em rumo à mudança política por meio do Manifesto da Sierra Maestra. Esse discurso, que foi assistido por diversos cubanos, inflamou a sociedade, fazendo com que aumentasse o número de adeptos à insurreição contra Batista e, também, aumentou a popularidade de Castro. Como consequência, Castro foi solto e se exilou no México (CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004).

²¹ Importante destacar que os grupos eram heterogêneos entre si e haviam muitos grupos de diferentes ideologias que eram contra a ditadura de Batista. Eles não necessariamente eram grupos de esquerda ou de origem marxista ou maoísta. É de extrema relevância observar esses grupos contrários de forma abrangente e não fechada, pois muitos deles, apesar de validarem a Revolução, discordaram profundamente sobre os rumos que ela poderia tomar. Observar Cuba em complexidade enriquece o debate e ajuda a entender a pluralidade política da sociedade, espelhada em tais grupos. Entretanto, o presente trabalho irá conter-se em apresentar os grupos que tiveram mais relevância na história cubana como os 26 de Julho e outros que influenciaram o processo sem exaurir a complexidade deles.

²² O ataque ao Quartel de Moncada foi criticado pelo PCC, que condenava ações armadas. O Partido adquiriu com o tempo visões conservadoras a respeito da influência externa e modo de ação frente às interferências estrangeiras.

A semente revolucionária já tinha sido plantada após o ataque ao Quartel e ao discurso de Castro. Em 1956, quando Castro retorna do exílio junto com alguns revolucionários que se exilaram também, forças do governo já estavam preparadas para sufocá-los e até matá-los. Assim que a embarcação atracou em Cuba, Castro, seu irmão Raul, Che Guevara e outros revolucionários foram surpreendidos pelas forças governamentais que abriram fogo sem pudor. Os três conseguiram fugir em direção à Sierra Maestra, onde formularam estratégias para fortalecer a ação da guerrilha, bem como para alimentar a população mais pobre de ideias nacionalistas para obter maior apoio. Paralelamente à ação do campo, as organizações urbanas também se fortaleceram (CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004). Os EUA percebendo a crescente instabilidade política da ilha decidiram cessar o fornecimento bélico, contudo, a CIA²³ continuou tendo ampla participação no treinamento das forças governamentais de Batista e no recolhimento de informações sobre a oposição (BANDEIRA, 2009). A participação da CIA no pré e pós-Revolução foi extensa, a Agência cooperou para a fundação do *Buró de Represión a las Actividades Comunistas* (BRAC), responsável pela tortura de presos políticos (BANDEIRA, 2009).

Em razão do aumento da ofensiva de grupos opositores, os EUA viram como única solução a formação de um governo transitório pró-EUA, dessa maneira foram feitas eleições para decidir o próximo governante. Nesse momento, o PCC²⁴ não apoiou o movimento 26 de Julho. A eleição foi marcada por denúncias de fraudes, o que fez com que Castro boicotasse, assim o índice de abstenção beirou os 80%. O vencedor foi Andrés Rivero Aguero, apoiador de Batista, que foi reconhecido de prontidão por Washington (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009). Rivero era influenciado por Batista e tinha o apoio dos EUA, então, os ataques de revolucionários continuaram tanto na cidade quanto no campo. Depois de algumas ofensivas, o Movimento 26 de Julho, com apoio das demais organizações de oposição, como o Diretório Revolucionário, Federação dos Estudantes Universitários, Partido Democrata, Partido do Povo Cubano, Partido Revolucionário Cubano e Unidade Operária, conseguiu tomar o poder, após essa tomada Batista abandonou Cuba (AYERBE, 2004). Essa unificação da oposição mostra como a sociedade cubana era plural e que havia outras correntes que desejavam implementar políticas públicas alternativas às de Batista. Do mesmo modo, já demonstrava que a Revolução, quando vitoriosa, teria que lidar com esses diferentes modos de atuação.

²³ Agência de Inteligência dos Estados Unidos da América. Sigla em inglês para: *Central Intelligence Agency*.

²⁴ O PCC mudou de nome na década de 1940 e passou a ser chamado de Partido Socialista Popular (PSP).

Assim formou-se o contexto da Revolução de 1959. Com a perda do apoio estadunidense e o aumento das forças de repressão dos revolucionários na ilha, Batista fugiu na madrugada de 1º de janeiro de 1959. Enfim, a revolução é vitoriosa. Como demonstrado, os Estados Unidos viam Cuba como “um apêndice segmentar e especializado” deles (FERNANDES, 2007, p.73). Portanto, uma Revolução de caráter nacionalista, cujo objetivo era sair da dominação dos Estados Unidos, não poderia vingar por muito tempo. Assim, justificou-se como necessárias pressões diplomáticas e políticas, interferências diretas e indiretas para restabelecer o controle estadunidense na ilha (FERNANDES, 2007). Essas pressões foram feitas por políticas econômicas incorporadas, sobretudo, nas sanções econômicas impostas após a Revolução.

2.3 Operacionalização das sanções: as sanções impostas a Cuba após a Revolução de 1959

A Revolução foi vitoriosa sob a presidência de Eisenhower, que reconheceu o novo governo em 7 de janeiro de 1959, com desconfortos, apesar de o governo achar que Cuba, mesmo com a Revolução, iria ter parcimônia na condução de suas políticas. Apesar das tentativas frustradas dos EUA de tentar empossar o Coronel Ramón Barquín e dos militares pró-Batistas de empossar o General Eulogio Cantillo, pessoas que continuariam a ordem neocolonial, foi Manuel Urrutia quem assumiu a presidência do novo governo revolucionário (VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009).

Urrutia representava o setor mais moderado da Revolução e reservou cargos a pessoas também mais moderadas. Fidel Castro não participou formalmente do governo neste primeiro momento, sendo reservado a ele a posição de Comandante em Chefe do Exército Rebelde, nessa posição ele tentou estreitar os laços com outros países latino-americanos, como a Venezuela, bem como tentou exportar alguns valores revolucionários (BANDEIRA, 2009; VASCONCELOS, 2016b). Havia divergências em como implementar medidas que pudessem alavancar a economia cubana, assim como de levar melhores qualidades de vida. Enquanto o gabinete de Urrutia queria implementar políticas mais brandas e de forma gradual, o Movimento 26 de julho queria implementar o Programa de Moncada. Assim, o Movimento 26 de Julho fortaleceu sua aliança com o PSP e com o Diretório Revolucionário (VASCONCELOS, 2016b).

As disputas políticas entre o gabinete de Urrutia e o Exército Revolucionário, ala pró-castrista, chegaram a tal ponto que Urrutia nomeou Castro, em 16 de fevereiro de 1959, para o

cargo de Primeiro Ministro. Com isso, a luta de classes aprofundou-se no governo e a Constituição de 1940 foi restabelecida. Os projetos políticos de Urrutia e os de Castro possuíam divergências entre si sobre os rumos da Revolução e sua disputa gerou conflitos tanto na sociedade quanto internamente no governo, no entanto, a força do Programa de Moncada e de Castro fez com que a investida mais radical prevalecesse (VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009).

O governo revolucionário tinha um grande desafio pela frente, principalmente na questão econômica. A queda no preço do açúcar nos anos 1940, decorrente da expansão mundial da produção, fez com que os EUA modificassem sua política imperialista passando a investir em outros setores estratégicos para não se concentrarem somente no açúcar, isso explica o boom de conglomerados cubanos²⁵ que surgiram nessa década, também de cunho monopolístico. Na década de 1950, as propriedades dos EUA representavam quase 90% do setor de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% de indústrias não açucareiras (VASCONCELOS, 2016b, p.26). Ademais, Cuba ainda tinha que superar as bases neocoloniais e caminhar para uma acumulação socialista originária. Para isso, teria que implementar medidas criativas para lidar com o comércio exterior, uma vez que a economia cubana era dependente de um único mercado e de um único produto: EUA e o açúcar (FERNANDES, 2007).

Ainda no setor econômico, Cuba, no período anterior à Revolução, possuía $\frac{3}{4}$ das terras cultiváveis destinadas à produção exclusiva do açúcar que, por sua vez, representavam 80% das exportações cubanas da época. Além disso, 40% das fazendas e 55% dos moinhos eram provenientes de empresas estadunidenses, assim como grandes parcelas dos setores bancário, de mineração e de petróleo (CHOMSKY, 2015, p.56). Ainda que a ilha fosse agrária, a miséria rural era abundante. Em 1957, 41,2% da população vivia no campo, o que representava cerca de 2,8 milhões de pessoas, segundo o relatório de Jacques Chonchol²⁶ *apud* Vasconcelos (2016b, p.29). Desse número, 860 mil pessoas compunham a força de trabalho agrícola. 44% da força de trabalho total da ilha era agrícola, de acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) *apud* Vasconcelos (2016b, p.29).

²⁵ Conglomerados Julio Lobo, com 15 empresas atuantes; Sucesión Falla, com 7 empresas; Braga-Rionda, com 6 empresas; Gómez-Mena, com 4 empresas; Família Tarafa, com 3 empresas; Salustiano García Díaz, com 4 empresas e Manuel Aspuru San Pedro, com 3 empresas (VASCONCELOS, 2016b, p. 87-91).

²⁶ É engenheiro agrônomo, chileno, que protagonizou a história da reforma agrária na América Latina. Atuou como técnico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e foi enviado a Cuba para assessorar a reforma agrária na ilha em 1959.

Isso evidencia sintomas de uma economia colonial que foi pautada pelo imperialismo durante praticamente toda a sua história. A falta de assistência para a população, assim como a falta de investimento em políticas públicas, eram constantes de todos os governos até a Revolução. A precariedade rural e urbana era exorbitante, um estudo da *Agrupación Católica Universitaria* (ACU) revelou que, na década de 1950, apenas 4% dos cubanos consumiam carne de boi, menos de 1% consumiam peixe e somente 2,12%, ovos. No que tange a população rural, de acordo com esse estudo, a dieta era majoritariamente composta por grãos: arroz, 23%; feijão, 22%; *viandas*²⁷, 11,2%, leite e pão, 3,3%. A situação do acesso à saúde tampouco era melhor que a nutrição cubana, apenas 8% tinham frequentado a assistência gratuita do Estado, 36% admitiram que apresentam algum tipo de parasitismo intestinal, 31% possuíam malária, 14%, tuberculose e 13%, tifoide (VASCONCELOS, 2016b, p.29-30).

No que concerne à educação também havia debilidades: 44% dos trabalhadores rurais nunca tinham frequentado a escola e 43% se definiam como analfabetos. O Censo de População e Habitação oficial do governo cubano de 1953 revelou a taxa de 23,6% para o analfabetismo. Contudo, a análise mais recente de Acosta (1973) verificou que a taxa governamental de 1953 estava subestimada, pois, segundo dados da CEPAL, nos anos 1950, 69,2% das crianças em idade escolar eram submetidas ao trabalho agrícola. Esses mesmos dados da CEPAL diagnosticaram uma taxa de analfabetismo beirando os 41% da população rural, o que significa uma taxa entre 20-25% da população total desse mesmo período (ACOSTA, 1973; CEPAL, 1963, p.53; VASCONCELOS, 2016b).

Conforme salienta Vasconcelos (2016b), a precariedade habitacional dos trabalhadores rurais era ainda mais alarmante. A maioria das casas eram construídas pelos próprios trabalhadores com os materiais que encontravam à mão. Essas habitações eram chamadas de *bohíos*²⁸, as quais 60,5% possuíam paredes de madeira, teto de guano, chão de terra e, a maioria, possuía apenas um cômodo. Mais da metade, 63,9%, não possuíam vaso sanitário nem pia em suas casas, 88,5% acessavam apenas a água do poço. Apenas 7,2% dos trabalhadores rurais possuíam acesso à eletricidade e 89,8% viviam à luz de velas (VASCONCELOS, 2016b, p.29).

No tocante a população urbana também havia precariedades. Havia enormes bolsões de miséria, 45,8% das habitações não possuíam banheiro, 24,4% não possuíam acesso à água encanada e 13% não tinham acesso à eletricidade. De acordo com o censo de 1953, 56% das

²⁷ Nativas da América Latina é uma categoria alimentícia que é rica em amido, na qual se incluem frutos de bananeira e raízes (CHOMSKY, 2015).

²⁸ De origem indígena, eram choupanas onde moravam a maior parte das famílias camponesas (VASCONCELOS, 2016b).

casas urbanas eram consideradas inabitáveis (VASCONCELOS, 2016b, p.35). O desemprego também era um problema permanente da Cuba pré-revolucionária e um dos responsáveis por aumentar o abismo entre a classe trabalhadora e uma minoria enriquecida. Em 1957, 33,5% da força de trabalho estava desempregada ou ativa sem remuneração. Vasconcelos (2016b) enfatiza que o desemprego cubano tinha uma peculiaridade gerada pela monocultura: o chamado *tiempo muerto*. Os canaviais que não eram mecanizados dispensavam os cortadores de cana de abril a novembro, de modo que criava o chamado desemprego sazonal. A produção agrícola não-canvieira não conseguia incorporar a força de trabalho durante este *tiempo muerto*, o que levava milhares de cubanos ao desemprego (VASCONCELOS, 2016b).

Os dados apresentados representam como Cuba estava quando o governo revolucionário chegou ao poder. Eram nesses setores que o foco das políticas públicas deveriam ser direcionado, entretanto, o maior desafio para o governo era a mudança da estrutura econômica. Conforme visto, Cuba era extremamente dependente dos Estados Unidos e a sua matriz econômica gerava desigualdades entre as classes, ainda mais na divisão urbano/rural. Não chegava na maioria da população os ganhos do setor açucareiro, por exemplo, ou a modernização dos campos e das cidades. Apenas uma parcela da sociedade ficava com os lucros obtidos à base da exploração dos demais. Assim, para enfrentar esse panorama, a Revolução deveria implementar políticas radicais com mudanças profundas tanto nas relações sociais quanto nas relações econômicas. Os horizontes que o novo governo tinha que traçar mexeria, necessariamente, com os interesses dos Estados Unidos, visto que, praticamente, exerciam plenos poderes na ilha. Desse modo, um dos principais objetivos revolucionários era sair da dependência econômica dos EUA, sem cair na contradição da via de industrialização latino-americana de explorar a classe rural (CHOMSKY, 2015).

Dessarte, a Revolução pode ser compreendida em duas fases: a primeira, nos anos 1960, que é classificada como a fase da experimentação, pois foi no imediato pós-Revolução que o governo tratou de implementar diversas medidas radicais para tentar sair da influência dos EUA e da dependência do açúcar visto que Castro entendia que o grande problema da economia cubana era a falta de diversidade da pauta exportadora. O marco que findou essa primeira fase foi a fracassada colheita de 1970. Assim, esse fato inaugurou a segunda fase da Revolução, que pode ser situada entre os anos de 1970-1986 e foi marcada pela dependência político-econômica da URSS. Nessa fase ocorreu uma sovietação de Cuba, o que provocou diversos confrontos sociais e discussões políticas sobre os caminhos da Revolução. A queda do bloco soviético gerou grande abalo na ilha, fazendo ela entrar no Período Especial, nos anos 1990 (CHOMSKY, 2015).

Dada essas pretensões de Castro, os EUA começaram a ficar receosos com a possível adesão de outros países à Revolução. Assim, eles constaram com base irreais que Cuba estava planejando fazer várias aventuras pelos países latino-americanos para revolucionar seus governos. Devido a esse temores, os EUA convocaram chefes de Estado dos países da América Central e o Caribe a fim de discutirem medidas que pudessem dissuadir as expedições revolucionárias que Cuba viesse a ter. Também foi discutido, nessa reunião, medidas que pudessem resguardar a segurança regional (BANDEIRA, 2009, p.223). Na ocasião, houve consenso dos países latino-americanos de que os EUA deveriam coibir essas tendências e protegê-los de qualquer interferência em seus assuntos internos, ainda, houve discussões para criação de um programa anti-comunista. No Comitê dos 21, criado no âmbito da OEA, Castro discursou alegando que a Revolução não era comunista, mas também não era pró-EUA. Ele dizia que a Revolução era algo próprio de Cuba, uma espécie de terceira via com justiça social. Esse discurso serviu para acalmar os demais governantes que estavam com medo de uma possível expedição cubana, como, também, serviu para quebrar estigmas de que a Revolução era algo negativo. Esse discurso foi importante para divulgar os conceitos revolucionários e a visão de mundo de Cuba, o que chamou a atenção de alguns governantes que desejavam maior autonomia (BANDEIRA, 2009).

Internamente, os primeiros meses da Revolução foram dedicados à formulação de medidas radicais que pudessem sanar os principais problemas do povo cubano, tais como na área agrária, nos transportes, nos acessos à educação, à saúde e à água. Dessa forma, as medidas visavam melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, a confiança na Revolução. Entretanto, o governo não poderia se basear apenas nas medidas sociais, era preciso captar recursos para financiá-las, então a discussão passou a seguir na direção de como implementar o socialismo sem evasões de capital e de capital social²⁹. Para contornar o problema da dependência do açúcar, o novo governo desejava diversificar a agricultura e promover a industrialização no campo e, para isso, era preciso atrair investimentos (CHOMSKY, 2015).

Como forma de atrair investimentos e gerar renda para fazer acontecer as medidas radicais, o governo pretendia agir por meio do sistema de distribuição governamental, desde a reforma agrária até os racionamentos de forma a garantir recursos para a zona rural. Por efeito dessas medidas, muitos cubanos, que não concordavam com as diretrizes formuladas pelo novo governo, saíram de Cuba. Por outro lado, outros sentiram-se estimulados pelas reformas sociais (CHOMSKY, 2015). Em 17 de maio de 1959, Castro assinou a I Lei de Reforma Agrária que

²⁹ Parcela de pessoas com boas condições financeiras que poderiam emigrar (CHOMSKY, 2015).

identificou o latifúndio como principal mecanismo reprodutor do caráter dependente e do subdesenvolvimento da economia cubana e, pouco tempo depois, assinou a II Lei de Reforma Agrária, a qual aboliu o latifúndio e limitou a propriedade privada (VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 1998).

Essas leis foram um divisor de águas nas relações entre Cuba e Estados Unidos e marcaram os rumos mais radicais da Revolução. A reforma agrária era uma reforma estrutural que não apresentava discrepâncias em relação às diretrizes dos programas de reforma agrária da CEPAL: diversificação da pauta exportadora, industrialização, substituição das importações e etc. Sem reforma agrária, o país não tem como desenvolver a economia nacional. O governo revolucionário, ao implementar a reforma, mirou na superação dos entraves econômicos e culturais do subdesenvolvimento, por conseguinte, mexeu nos interesses estadunidenses na ilha. Conforme visto, as empresas estadunidenses tinham quase participação exclusiva no mercado cubano, logo, com a reforma elas seriam expropriadas ocasionando uma diminuição dos acessos aos mercados e aos recursos naturais. Isso foi entendido pelos EUA como uma diminuição de sua hegemonia na região, o que despertou preocupação (VASCONCELOS, 2016b; AYERBE, 1998).

Essas leis objetivavam erradicar a pobreza rural e promover o desenvolvimento econômico redistribuindo o excedente e ampliando as bases de sua geração. Para fazer isso, sua tarefa era eliminar a subutilização da capacidade produtiva, ativando terras ociosas e empregando a força de trabalho. Dessa maneira, para impulsionar a capacidade de terras ociosas era preciso mexer na estrutura agrária neocolonial do país, ou seja, eliminar o latifúndio e conceder o direito à propriedade privada aos pequenos trabalhadores rurais. A lei proibiu latifúndios maiores que 30 *caballerías*, mas apresentou três exceções a esse limite. Igualmente puniu o rentismo e a especulação de terras, aboliu o mercado livre de terras restringindo a transmissão da propriedade a apenas três formas: venda ao Estado, permuta autorizada pelo Estado e hereditariedade. A reforma agrária viabilizou o capitalismo e a propriedade privada no campo, difundindo esta a mais de 200 mil famílias, logo não se pode colocá-la como uma medida de concentração estatal (VASCONCELOS, 2016b, p.111; BANDEIRA, 2009, p.227).

Os mecanismos clássicos de especulação fundiária foram paralisados com o maior controle de terras e da maior regulação de arrendamentos e subarrendamentos que geravam grandes extensões de terras ociosas. A reforma também promoveu a “cubanização”, pois apenas cubanos poderiam adquirir propriedades de terra. Essa parte desagradou tanto a burguesia nacional quanto os EUA, pois as empresas estadunidenses utilizavam-se da especulação para controlar os preços e também como mecanismo de barganha política. Segundo Bandeira (2009),

United Fruit Sugar Company, Guantánamo Company, dentre outras empresas foram afetadas por essas leis (BANDEIRA, 2009).

Essas medidas agravaram as tensões entre Castro e Urrutia, que acusava Castro de comunista pela radicalização da Revolução enquanto ele desejava conter as novas medidas e buscar um meio termo de colaboração (VASCONCELOS, 2016b, p.115). Bandeira (2009, p.231) salienta que os grupos do governo revolucionário não eram homogêneos e apresentavam tendências distintas e contraditórias, inclusive entre os grupos de apoio a Batista. Diante da ascensão da Revolução, esses conflitos se tornaram cada vez mais aparentes e seus interesses se colidiam com mais facilidade. No Centro do governo, em Havana, as contradições eram ainda mais fortes entre os setores moderados e anticomunistas com o setor o qual Castro se identificava (BANDEIRA, 2009).

A disputa se intensificou quando o Comandante Pedro Díaz Lanz, Chefe das Forças Aéreas Revolucionárias, desertou e foi para os EUA para denunciar o comunismo em Cuba. Isso desencadeou uma crise governamental, fazendo com que Castro renunciasse ao posto de Primeiro Ministro em 17 de julho de 1959. Ao fazer isso, ele discursou acusando Urrutia de bloquear as mudanças revolucionárias, o que gerou na sociedade cubana bastante indignação ao ponto de pressionarem pela renúncia de Urrutia. Em virtude das pressões populares, Urrutia renunciou e o Conselho de Ministros nomeou Osvaldo Dorticós à Presidência. Na ocasião, Castro voltou ao cargo de Primeiro Ministro meses depois (VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009).

Outras medidas que incomodaram os EUA foram as leis: I Lei de Nacionalização e a Lei de Recuperação dos Bens Malversados do Governo Provisório, ao qual tinha a finalidade de reaver as riquezas públicas desviadas ilicitamente pelos governos anteriores. Alguns meses depois, após a recusa dos EUA, por meio de suas empresas petrolíferas Texaco, Shell e Esso, de refinar o petróleo soviético que Cuba havia comprado, foi aprovada o II Lei de Nacionalização, a qual determinava a nacionalização de todas as empresas estrangeiras na ilha (VASCONCELOS, 2016b; AYERBE, 1998). Em retaliação, os EUA implementaram o bloqueio do açúcar cubano no final de 1960, por meio do *Sugar Act*. Como consequência, 3 milhões de toneladas de açúcar, cerca de 51% da safra cubana, ficaram sem destino, o que impactou a economia cubana e deu início a crise de inserção internacional de Cuba (VASCONCELOS, 2016a; BANDEIRA, 2009, p.258; AYERBE, 1998).

Conforme salienta Chomsky (2015), as duas áreas mais investidas pela Revolução foram a saúde e a educação, pois, de fato, a qualidade de vida dos cubanos não era boa e a sociedade tampouco tinha boas bases educacionais. E para a Revolução continuar com o mesmo

ímpeto era preciso formar cidadãos com conhecimentos críticos e introduzi-los na vida política, mudando a mentalidade deles. A educação era vista pelo governo como libertadora e fundamental para levar a consciência acerca das desigualdades sociais. Na área de saúde, foi criado o Serviço de Saúde Rural, cujo objetivo era promover maior acesso à saúde nas zonas rurais (CHOMSKY, 2015).

Diante do aumento dos conflitos internos a respeito do caráter da Revolução, assim como da interferência política dos EUA, o governo revolucionário criou os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), o qual chamava a população para atuar em defesa e na propagação da Revolução, combatendo interferências estadunidenses. Em suma, sua principal função era reprimir os dissidentes (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015). Paralelamente, os EUA, em 1961, romperam as relações diplomáticas com Cuba em virtude da definição do caráter socialista da Revolução, assim como pelas leis de reforma agrária e nacionalização das empresas. O que evidencia o caráter simbólico da política externa dos EUA, quando Cuba implementa medidas contrárias aos interesses das empresas estadunidenses, este país rompe as relações alegando que o país é comunista, apelando para o imaginário da comunidade internacional. O aumento das adversidades entre os dois países e as interferências advindas dos EUA, mesmo com o rompimento das relações, chegou a tal ponto que, no mesmo ano, os EUA financiaram a invasão da Baía dos Porcos (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009).

Ayerbe (1998, p.202-203, grifo próprio) mostra que, segundo relatório da CIA, de 11 de março de 1961, o governo já havia estruturado um plano de ataque a Cuba:

Status de Ação Preparatória: Há aproximadamente um ano, a Agência foi orientada para colocar em ação: **a organização de uma ampla oposição ao regime de Castro; uma grande campanha de propaganda; apoio para atividades de resistência pacíficas e violentas; e o desenvolvimento de forças aéreas e terrestres paramilitares treinados [por] voluntários cubanos.** Uma decisão deveria ser tomada em breve quanto ao futuro destas atividades e o emprego ou disposição de bens disponíveis que foram criados. O status das mais importantes atividades é o que se segue: a. Políticas: Por um período de quase um ano, a FRD (Frente Revolucionária Democrática), que foi criada na esperança de que se tornasse a concretização organizacional de uma oposição unificada a Castro, provou ser altamente útil, mas importantes elementos políticos se recusaram a juntar-se a ela. Desta maneira, um grande esforço foi empreendido há três semanas para formar um conselho revolucionário de bases mais amplas, o qual incluiria a FRD e que poderia levar ao erguimento de um governo provisório (...) Espera-se que o resultado desejado seja alcançado em pouco tempo. **b. Militares: Forças paramilitares foram recrutadas e treinadas e estarão num estado avançado de prontidão dentro de pouco tempo** (...) [as forças] estão em processo de correção parcialmente através de mais treinamento e parcialmente através do recrutamento de adicional companhia de infantaria

CONCLUSÕES: a. O regime de Castro não cairá por si só. Na ausência de ação externa contra ele, o enfraquecimento gradual da oposição cubana interna deve ser esperado (...) c. **Se for usada com eficiência, a força paramilitar cubana tem grandes chances de depor Castro, ou de causar uma prejudicial guerra civil, sem**

a necessidade de os Estados Unidos se comprometerem com a ação manifesta contra Cuba (AYERBE, 1998, p.202-203, grifo próprio).

Em 15 de abril de 1961, aviões estadunidenses bombardearam quartéis e aeroportos com a finalidade de destruir aviões cubanos, pouco tempo depois, em 17 de abril daquele mesmo ano, 1.500 dissidentes desembarcaram na Baía dos Porcos vindos da Guatemala, onde receberam treinamento especial das Forças Estadunidenses. No ano seguinte, Cuba foi expulsa da OEA (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 1998). Conforme salienta Fernandes (2007), o ano de 1961 representou um marco para Cuba, pois a partir dele a ilha teria insumos suficientes para passar de reformas dentro do capitalismo para a lenta e difícil construção do socialismo cubano. Essa passagem, como percebemos, foi intensamente dificultada pelos EUA, que cortaram todas as soluções de Cuba e ainda suprimiram as oportunidades que a ilha poderia ter onerando da Revolução Cubana com o peso da guerra econômica e política (FERNANDES, 2007).

Durante o episódio da Baía dos Porcos, o governo cubano constatou que os dissidentes recebiam pagamentos mensais do governo estadunidense de cerca de 175 dólares com adicional de 25 dólares por filho. Entre os financiadores e os invasores havia um recorte de classe bem marcado, a maioria eram pessoas brancas de classe média e alta, latifundiários, grandes proprietários de casas e apartamentos, magnatas, industriais e até ex-militares. Pode-se inferir que a Revolução provocou resistências não só dos capitalistas estadunidenses, mas também da burguesia nacional de Cuba (BANDEIRA, 2009, p.310-311). Em paralelo ao planejamento da invasão, os EUA já estavam atacando Cuba seja por sobrevoo de aviões com explosivos rumo aos engenhos de açúcar seja por espalhar panfletos incitando a violência (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009).

Figura 3 - *Outdoor* perto de Playa Girón



Fonte: CHOMSKY, 2015, p.111. Foto de Tracey Eaton.

Após esse episódio, a CIA continuou exercendo influência em Cuba de forma direta e indireta. A agência possuía um centro de informações dentro da Universidade de Miami que servia para convencer outros países a cortarem relações com Cuba, serviu também de palco para fomentar propagandas negativas sobre o governo cubano, bem como para persuadir os cubano-americanos contra o seu próprio país. As interferências não cessaram, os EUA sabotaram cargas e transportes, contaminaram o açúcar cubano que era exportado, destruíram fábricas, refinarias e barcos atracados nos portos. Este país elevou seu nível de interferência externa ao criar a Operação Mongoose que tinha o intuito de sabotar e promover a subversão. (CHOMSKY, 2015, p.98-99; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1963; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1964).

Em razão de todas as reformas sociais que estavam sendo implementadas, sendo todas de caráter contestatório das desigualdades entre classes, Cuba precisou retomar a produção de açúcar para garantir financiamento de seus projetos. Para não cair em contradição com os sistemas anteriores na ilha, a ideia do governo cubano, encabeçada por Che Guevara, foi dar incentivos morais de modo a impulsionar o voluntarismo nas colheitas (CHOMSKY, 2015). O reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a China ajudaram na questão econômica cubana, pois a ilha assinou seu primeiro convênio comercial com a URSS, o qual os soviéticos se comprometeriam a comprar 425 mil toneladas de açúcar ainda em 1960 mais 1 milhão de

toneladas anuais entre 1961-1965 a preços mais altos que os do mercado mundial. Também concedia 100 milhões de dólares de créditos para aquisição de produtos soviéticos (VASCONCELOS, 2016a; BANDEIRA, 2009, p.238). Segundo Vasconcelos (2016a, p.112), “o petróleo soviético seria vendido a preços 30% mais baratos que o petróleo cartelizado do bloco capitalista”. Entretanto, a partir de finais de 1960, esse convênio já não era mais suficiente para proteger a economia cubana dada às sanções impostas ainda nesta década (VASCONCELOS, 2016a).

Devido a todas essas investidas do governo em tirar Cuba do atraso econômico e da dependência externa, ainda na década de 1960, entre 1960-1965, os EUA intensificaram suas sanções econômicas por meio do *The Foreign Assistance Act of 1961*. Houve a proibição de todas as importações para os Estados Unidos de produtos de origem cubana ou importados através de Cuba, também estavam incluídos os produtos fabricados em qualquer país que continham total ou parcialmente produtos de origem cubana (AYERBE, 1998). Ademais, a seção 307 da referida lei, que versa sobre a participação dos Estados Unidos em determinados programas de Organizações Internacionais, reservou ao país o direito de reter sua participação nesses programas e de não autorizar fundos destinados a Cuba, entre outros países como Irã, Síria, Coreia do Norte e Iraque (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.162-163).

A lei também definiu o entendimento estadunidense de “governo cubano”. Essa definição é importante porque revela mais um aspecto de seu imperialismo ao estender o significado desse conceito de maneira oficial. Essa estratégia dificulta brechas para cooperações e auxílios internacionais, bem como para atuações de movimentos e organizações sociais. Assim, conforme escrito na letra da lei, “o termo ‘Governo cubano’ inclui o governo de qualquer subdivisão política de Cuba e qualquer agência ou instrumentalidade do Governo de Cuba” (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.221, tradução própria³⁰). Ademais, os EUA entendem “agência ou instrumentalidade do Governo de Cuba” como sendo também uma agência ou instrumentalidade de um Estado estrangeiro que, por sua vez, está definido no título 28 do Código dos Estados Unidos promulgado em 1926:

“(a) Um “estado estrangeiro”, exceto conforme usado na seção 1608 deste título, inclui uma subdivisão política de um estado estrangeiro ou uma agência ou instrumentalidade de um estado estrangeiro; **(b) Uma “agência ou instrumentalidade de um Estado estrangeiro” significa qualquer entidade (1) que seja uma pessoa civil ou uma cooperativa ou algo similar; (2) que seja um órgão de um Estado ou subdivisão política estrangeira, ou cuja maioria de suas ações**

³⁰ Trecho original: “The term ‘Cuban Government’ includes the government of any political subdivision of Cuba, and any agency or instrumentality of the Government of Cuba” (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.221)

ou outros interesses de propriedade seja de um Estado ou subdivisão política estrangeira, e (3) que não seja cidadão³¹ de um Estado dos Estados Unidos, conforme definido na seção 1332 (c) e (e) deste título, nem criado sob as leis de qualquer país terceiro. (ESTADOS UNIDOS, 2006, p.388, tradução própria³², grifo próprio)

Depreende-se dessa definição que pessoas físicas podem ser entendidas como agência ou instrumentalidade do Estado. Isso é extremamente relevante, pois muitas sanções econômicas impostas pelos EUA tiveram como alvo indivíduos que participam de forma direta ou indireta do governo. Além disso, também pode-se inferir que há um caráter discricionário e com viés político visto que, apesar da definição, não há nenhum estabelecimento de critérios para orientar a sanção que poderá ser imposta. Na prática, se porventura, uma organização da sociedade civil cubana tiver ações consideradas comunistas pelos EUA, esta estará passível de sanções. Isso demonstra o imperialismo dos Estados Unidos em querer resguardar seu poder por meio de prerrogativas internas, que vão em direção ao enfraquecimento do poder econômico e político de seus alvos. Ao produzirem normativas internas com foco na derrubada de um governo, apoiado por sua sociedade, o objetivo estadunidense se transforma em dar o exemplo para os demais Estados da região não ousarem formular políticas contrárias às diretrizes da política externa dos EUA. Com vistas a esse objetivo, os EUA continuam controlando os demais Estados e os mantendo em sua esfera de influência por meio da política de sanções.

Quando analisamos esses preceitos, é de se imaginar que os EUA iriam buscar uma forma dura de retaliação, uma vez que nesta década a Guerra Fria encontrava-se em seu auge. Como sua política externa é influenciada pela Doutrina Monroe, os EUA se viram afetados em duas frentes: a primeira pela influência externa em território americano, já que a URSS estava presente na América Central e o Caribe, sobretudo, em Cuba; já a segunda, era observar uma potência estrangeira disputando a influência ideológica. A batalha simbólica travada para

³¹ Segundo o 42 US CODE, §9102 (18), cidadão dos Estados Unidos significa (a) qualquer indivíduo que seja cidadão dos Estados Unidos por lei, nascimento ou naturalização; (b) qualquer governo federal, estadual ou local nos Estados Unidos, ou qualquer entidade sob sua legislação; ou (c) qualquer corporação, parceria, associação, ou outra entidade, organizada ou existente sob as leis dos Estados Unidos, ou de qualquer Estado, que tenha como seu presidente ou outro diretor executivo e como seu presidente do conselho de administração, ou titular de cargo similar, um indivíduo que seja cidadão dos Estados Unidos e que não tenha mais de seus diretores que não sejam cidadãos dos Estados Unidos do que constituir uma minoria do número necessário para um quórum necessário para conduzir os negócios do conselho. Disponível em: <https://uscode.house.gov/view.xhtml?req=granuleid:USC-prelim-title42-section9102&num=0&edition=prelim>. Acesso em 01 jul. 2023.

³² Trecho original: “(a) A “foreign state”, except as used in section 1608 of this title, includes a political subdivision of a foreign state or an agency or instrumentality of a foreign state as defined in subsection (b). (b) An “agency or instrumentality of a foreign state” means any entity— (1) which is a separate legal person, corporate or otherwise, and (2) which is an organ of a foreign state or political subdivision thereof, or a majority of whose shares or other ownership interest is owned by a foreign state or political subdivision thereof, and (3) which is neither a citizen of a State of the United States as defined in section 1332 (c) and (e) of this title, nor created under the laws of any third country” (ESTADOS UNIDOS, 2006, p.388).

fortalecer as sanções é de extrema importância para a política externa dos EUA (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; BALDWIN, 2020). Essa região era de extrema importância para os EUA, pois detinha muitas rotas estratégicas para o escoamento de seus produtos e acesso aos mercados internos, assim como era visada para a segurança do território estadunidense. Outro fator que colaborou para o ímpeto das sanções foi a Crise dos Mísseis, em 1962, a qual explicitou a “chegada” dos soviéticos na zona de influência estadunidense.

Essa Crise foi um dos momentos mais sensíveis para a relação de ambos os países, pois fizeram com que ambos elevassem suas investidas uns contra os outros. As tratativas se deram entre EUA e URSS, sem a presença de Cuba, o que fez com que o governo cubano ficasse ressentido com os soviéticos. Após esse episódio, o ímpeto das sabotagens pararam temporariamente e a Operação Mongoose foi substituída pelo Comitê de Coordenação Cubana. Nesse ínterim, as sabotagens eram feitas pelos dissidentes e exilados cubanos que, com o treinamento da CIA, puderam continuar com a força-tarefa contra o seu próprio país (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

Tendo em vista esse contexto, as medidas sociais implementadas por Cuba, principalmente as que mexeram com a política de terras, foram suficientes para o governo estadunidense decretar Cuba como um país *non-grato* e comunista. Essas medidas, mesmo sob o amparo e respaldo em políticas já feitas por outros países e, especialmente, nos organismos internacionais, como a CEPAL, foram consideradas nocivas aos interesses dos EUA e um ataque direto a eles, em razão do número de empresas estadunidenses expropriadas e/ou afetadas por essas medidas (BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004; VASCONCELOS, 2016b).

Apesar do período sem muitas interferências diretas, os EUA mantiveram as sabotagens econômicas com o incremento das sanções e a retomada de uma política agressiva. Assim, Cuba buscou apoio dos soviéticos, principalmente frente à perda do mercado de açúcar nos EUA e dos impactos das sanções, sobretudo, do *Sugar Act*. Isso acentuou o descontentamento estadunidense frente a sua perda de hegemonia no país. Antes, suas empresas eram livres para dominar a ilha, devido à monopolização das estruturas agrária, as empresas exerciam um poder econômico muito grande por toda a ilha e na própria política interna cubana. Observada a perda de espaço e vendo o estreitamento das relações entre Cuba e URSS, os EUA, em sua lei de Assistência Estrangeira, na seção 498, dispôs sobre os critérios de fornecimento de assistência para os Estados independentes da URSS (ESTADOS UNIDOS, 1961; BANDEIRA, 2009; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1963; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1964).

Nesse dispositivo, os EUA deixaram nítida sua posição de que só iriam prestar assistência aos Estados caso eles cessassem o apoio ao regime comunista de Cuba, incluindo a remoção de tropas, encerramento de instalações militares e de inteligência e cessar subsídios comerciais e assistência econômica. Isso evidencia ainda mais a posição de coerção dos Estados Unidos e a tentativa de desestabilizar os governos que contrapunham a lógica estadunidense e, conseqüentemente, enfraquece seu poder ao se tornar uma alternativa ao liberalismo proposto pelos EUA (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.211; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1963; FOREIGN RELATIONS OF UNITED STATES, 1964). Ao todo, Cuba nacionalizou 36 usinas de açúcar, a *United Fruit Company* e as refinarias estadunidenses de petróleo. O açúcar era o principal produto de Cuba e a principal fonte de renda da ilha, por isso o *Sugar Act* foi uma poderosa arma contra Cuba. O objetivo por trás de sua implementação foi a tentativa de colapsar a economia cubana, entretanto, os governantes da ilha, já prevendo alguma piora das leis contra Cuba, estreitaram as relações soviéticas e firmaram acordos na área do açúcar (BANDEIRA, 2009).

Os Estados Unidos endureceram bastante as sanções e as limitações de ação para a ilha. A seção 620 da Lei de Assistência versa sobre a proibição do fornecimento de assistência, a qual dispõe que nenhuma assistência dos EUA e das instituições internacionais que os EUA fazem parte será prestada ao atual governo de Cuba, ainda, o presidente dos EUA está autorizado a estabelecer e manter um embargo total a todo o comércio entre os Estados Unidos e Cuba. Em 1963, os EUA restringiram o envio de remessas para Cuba por meio de emenda à lei de 1961 (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.299). Desde a Revolução, muitos cubanos que não concordavam com o governo de Castro e cubanos anti-comunistas tinham deixado a ilha, dentre eles muitos enviavam remessas de dinheiro para os familiares que permaneceram em Cuba.

As sanções, portanto, visavam enfraquecer o governo cubano por meio de sua estrutura econômica e social. A parte social é tão importante quanto, uma vez que um dos pilares da Revolução foi trazer pensamento crítico à sociedade. Assim, os EUA esperavam disputar essa influência social e cultural que a Revolução proporcionou aos cidadãos cubanos com as sanções. Com isso, haveria a expectativa de que a população cubana lhes apoiassem em sua luta contra o governo de Castro, uma vez que a sociedade iria culpar o governo por suas mazelas. Entretanto, esse objetivo não foi cumprido, pois as sanções tiveram o efeito contrário, isto é, fortaleceu a Revolução (BANDEIRA, 2009, p.256).

A seção 620 da supracitada lei sofreu alterações no ano de 1965, as quais consistiram em colocar Cuba na lista de países considerados comunistas pelos EUA (ESTADOS UNIDOS, 1961, p.303), como, também, incluiu a ilha na lista de países que financiam o terrorismo

(ESTADOS UNIDOS, 1961, p.308). Assim, ficou ainda mais fácil para os Estados Unidos justificarem a recusa de financiar e fornecer assistência a Cuba no âmbito internacional. Percebe-se as estratégias adotadas pelos EUA para garantir a sua hegemonia regional, visto que estavam sentindo que esta poderia diminuir em razão da Revolução.

Os anos 1970 foram marcados pelo fortalecimento da esfera pública de Cuba, muitas instituições do Poder Popular foram criadas e/ou fortalecidas durante esse período, como sindicatos e assembleias eleitas. Isso representou uma maior democratização da política cubana, assim como uma reorganização dessas instituições de massa. Ainda, diante das dificuldades econômicas internas, devido ao fracasso da safra do açúcar, Cuba aproximou-se da URSS e deu início ao seu planejamento econômico (CHOMSKY, 2015; SADER, 1985; VASCONCELOS, 2016b; AYERBE, 2004). Em 1972, Cuba entrou para o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e, em 1975, adotou o Plano de Cinco Anos. Além disso, durante esse período foi desenvolvido o primeiro plano quinquenal, que tinha como objetivo reativar e ampliar o mercado privado de excedentes da produção agrícola (CHOMSKY, 2015; SADER, 1985; AYERBE, 1998).

Entre os anos de 1975-1976, o governo realizou seu 1º Congresso, ocasião em que a nova Constituição do país foi aprovada, consolidando os ganhos e as diretrizes da Revolução. A nova Constituição foi responsável por criar os *Órganos de Poder Popular* (OPP), onde a população votava diretamente nos delegados que, por sua vez, elegiam os representantes das Assembleias Provinciais e Nacionais (CHOMSKY, 2015; SADER, 1985; AYERBE, 2004). Nota-se que Cuba adotou o sistema eleitoral de vários níveis, elogiado por Tocqueville (2004) e parte do sistema eleitoral estadunidense. Logo, reforça o argumento de que a questão democrática sempre foi uma justificativa e plano de fundo para as políticas imperialistas dos EUA. Há democracia em Cuba, no entanto, a via democrática cubana diverge da lógica liberal imposta pelos EUA, isso motiva este país a implementar políticas que desestabilizam o governo cubano para comprovar sua tese de que não há melhor caminho se não seguir com a lógica liberal.

De acordo com Sader (1985), para a ilha conseguir prosperar e superar o obstáculo de focar em um só produto e um só mercado, a sociedade teria que ser parte integrante desse processo. Então, Cuba mecanizou sua produção agrícola e buscou desenvolver sua produção de maquinarias e implementos industriais, para isso contou com a integração e ajuda dos países do COMECON. Foi estabelecido que a ilha iria abastecer de açúcar esses países em troca de fornecimento de produtos industriais que Cuba necessitasse, além de garantir o fornecimento de petróleo a preços fixos. Consequentemente, os resultados econômicos foram sentidos ao

longo da década e, conforme salienta o autor, o balanço comercial de Cuba demonstrou clara melhora (SADER, 1985; AYERBE, 2004; AYERBE, 1998).

Chomsky (2015) também ressalta a melhora econômica nesses anos, bem como certo prestígio da ilha. As exportações de açúcar estavam em alta devido a alta dos preços internacionais e pela melhora da infraestrutura no campo dada a mecanização que Cuba realizou em suas plantações da *commodity*. Sader (1985) acrescenta a essa ascensão do prestígio cubano o apoio dos países latino-americanos a Cuba. O autor destaca os governantes do Peru, Chile, da Argentina e Nicarágua, que demonstraram simpatia às medidas que Cuba estava implementado internamente. Isso evidencia a proporção e projeção regional que o Cuba logrou após sua Revolução. Outro exemplo marcante disso foi a ocasião da Conferência dos Países Não-Alinhados, em 1979, a qual Fidel Castro presidiu (SADER, 1985).

Também nessa época foram introduzidos experimentos de mercado e de certa abertura econômica. O governo introduziu taxas em serviços que eram gratuitas e criaram mercados privados no setor alimentício como forma de diversificar os alimentos, também permitiu o retorno de cubanos que tinham fugido para os EUA, assim como montou um sistema de transferência bancária com restrições. Nessa época, os cubanos não tinham permissão de possuir dólares, eles deveriam depositar no Banco Nacional e trocar o equivalente em pesos. Por outra parte, o governo manteve seu compromisso social em outros setores, como o da saúde que continuou obtendo altos investimentos e continuou com a gratuidade (CHOMSKY, 2015).

Essa relativa aberta econômica trouxe consigo contradições sistêmicas do modelo liberal, cuja principal consequência foi o aumento do acesso desigual às medidas sociais, sobretudo no que tange ao setor de alimentos. Por efeito das privatizações dos mercados agrícolas, cresceu o mercado ilegal que ia desde trocas de itens recebidos nas cestas básicas até a venda de produtos importados. Além disso, a venda dos excedentes agrícolas também só atingia uma parcela da sociedade (CHOMSKY, 2015). Apesar disso, o governo considerava a mudança no setor de alimentos primordial na estratégia de desenvolvimento da industrialização, por isso investiu em políticas voltadas para mecanização do campo e aquisição de maquinários, que foi facilitado pela entrada de Cuba no COMECON (AYERBE, 2004).

De acordo com Ayerbe (2004, p.78) a evolução do Produto Social Global (PSB)³³, entre os anos de 1962 e 1970, apresentou crescimento com a média anual de 4,1% e de 12% entre 1970 e 1974. Segundo Rodriguez (1980) *apud* Ayerbe (2004, p.78) “no interior da indústria, o

³³ Uma espécie de Produto Interno Bruto (PIB) usado em Cuba nessa época, no entanto, seu cálculo difere-se do cálculo do PIB.

setor de bens de produção representou 36,6% e o de bens de consumo 63,4%”. Os indicadores sociais mostraram a maior evolução do período entre 1962 e 1974, o governo conseguiu erradicar o desemprego, a escolaridade infantil atingiu 100% das crianças entre 6 e 12 anos, o ensino primário cresceu 2,7 vezes e o secundário, 6,1 e o universitário, 5,5. Houve também melhora na mortalidade infantil, bem como na expectativa de vida (AYERBE, 2004, p.79).

Esses dados evidenciam os efeitos dos incentivos e das políticas públicas feitas pelo governo revolucionário desde 1959. O combate às mazelas do país, reiterado por Fidel quando assumiu o governo, estava colhendo seus frutos nessa década, o que ajudou a fortalecer a imagem de Cuba no plano internacional, de modo a oferecer uma nova visão acerca do enfrentamento dos problemas estruturais da América Latina. Devido às benesses de Cuba, advindas das políticas públicas implementadas pelo governo revolucionário, com a ajuda econômica da URSS e de suas relações comerciais preferenciais, Cuba pode se fortalecer ao mesmo tempo que, indiretamente, promoveu a imagem de que políticas públicas socialistas, feita de modo coerente e com apoio social eram eficazes para o enfrentamento da pobreza, da condição de subalternidade aos EUA e, sobretudo, para incentivar a educação e a saúde, áreas importantíssimas para a Revolução.

Paralelo à política interna, internacionalmente a visão que os EUA estavam tendo de Cuba era a de aproximação dos soviéticos tanto por via econômica, pelos créditos soviéticos investidos na ilha, tanto por via política, pela tentativa de adaptar o modelo soviético a Cuba, assim como do fortalecimento da ideologia socialista. O apoio que Cuba tinha dos países latino-americanos também colaborou com a desconfiança dos EUA, principalmente após a revolução sandinista na Nicarágua e a luta revolucionária guatemalteca. Assim, os EUA intensificaram sua postura contra Cuba, pois estavam percebendo sua área de influência se rebelando e Cuba se fortalecendo internacionalmente (SADER, 1985).

Cumprido salientar que entre as décadas de 1960 e 1970, devido ao período de ebulição social a qual a América Latina estava passando, os EUA reforçaram suas políticas para a região dado os sucessivos governos progressistas que estavam tomando o poder. Com isso, de acordo com Ayerbe (2004, p.112), Henry Kissinger, notando esse movimento e após a eleição de Salvador Allende, no Chile, destacou que:

“[...] de qualquer forma, a eleição de Allende era um desafio ao nosso interesse nacional. Não podíamos nos reconciliar facilmente com um segundo Estado comunista no Hemisfério Ocidental. Estávamos convencidos de que logo estaria incitando políticas antiamericanas, atacando a solidariedade do hemisfério, fazendo causa comum a Cuba, antes ou depois, estabelecendo estreitas relações com a União Soviética [...] ele [Allende] reconhecia sua consagração ao marxismo-leninismo autoritário. Era um admirador da ditadura cubana e um decidido opositor do

relação ao início da revolução. Dessa maneira, o processo de retificação foi fundamental para reorganizar as diretrizes das políticas internas (CARRANZA, 1990).

O governo de Reagan retoma a agressividade dos embates ideológicos da Guerra Fria e, conseqüentemente, aumenta o número de intervenções diretas dos EUA na América Central e o Caribe, sobretudo em Cuba. O recrudescimento das sanções somado às mudanças no Leste Europeu no fim da década de 1980 geraram uma situação de incerteza especialmente por causa da diminuição de poder do COMECON (CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004). Desse modo, Cuba passou a compartilhar problemas comuns dos países latino-americanos, tais como a questão da vulnerabilidade externa, que tinha sido amenizada pelo COMECON, mas que nesse período, não conseguia sustentar as trocas econômicas (AYERBE, 2004). Apesar dos indícios de decadência econômica que a década de 1980 trouxe não só para Cuba, mas para a região latino-americana como um todo e para os países do Leste Europeu e a própria URSS, que já tinha sua influência política e econômica diminuída em comparação com a América Latina, Cuba foi o país que mais cresceu (AYERBE, 2004, p.82). Segundo dados da CEPAL, a ilha teve uma variação de crescimento acumulada, entre os anos de 1981-1990, de 44,2% e 31,6% de seu Produto Interno Bruto (PIB) (CEPAL, 1990; AYERBE, 2004).

Os anos 1990 foram difíceis para Cuba devido ao contexto internacional e seu impacto em sua economia baseada na baixa diversificação de produtos primários. As abruptas modificações políticas e econômicas impactaram tanto a economia cubana que essa década ficou conhecida na ilha como “Período Especial em Tempos de Paz”. Os principais acontecimentos internacionais que levaram Cuba quase ao colapso econômico foram a queda da URSS, em 1991, e o agravamento das sanções econômicas impostas pelos EUA (AYERBE, 2004; ; CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; SUÁREZ-SALAZAR, 1992). Somado a isso, George H. W. Bush (1989-1992), durante todo seu mandato, manteve a política da Guerra Fria contra Cuba, incluindo dando carta branca para a CIA continuar com as suas operações, além da realização de três manobras militares na área de Guantánamo, o que gerou tensões entre ambos os governos (BANDEIRA, 2009).

De acordo com Suárez-Salazar (1992, p.165), Cuba apresentou um decréscimo imediato pós-queda da URSS de 0,3%. Leon (2003, p.99) analisou que, em 1992, a transação comercial diminuiu em 70% comparado ao ano de 1989 e o PIB diminuiu em 24% no mesmo ano, sua capacidade industrial também caiu em 30% (LEON, 2003, p. 99-100). Ayerbe (2004, p.83) analisou os indicadores econômicos do ano de 1993 em comparação com o ano de 1989 e o déficit comercial cubano teve uma mudança percentual de 243% e as transações comerciais continuaram caindo (AYERBE, 2004, p.83). Nesse mesmo ano, Suárez-Salazar (1992) aponta

que a crise econômica se agravou muito por causa da nova sanção imposta pelos EUA por meio da Lei Torricelli (SUÁREZ-SALAZAR, 1992). Conforme salienta Leon (2003), a maior parte dessas trocas comerciais eram feitas entre a URSS sob um sistema de trocas e preços vantajosos, então, com a queda deste país, a ilha encontrou-se privada de seu mercado tradicional e, por conseguinte, de sua fonte de financiamento. Isso se comprova analisando os dados trazidos por Ayerbe (2004, p.83) de que a ajuda soviética e do COMECON caiu para zero no ano de 1993. Ainda, Suárez-Salazar (1992) ressaltou que as alianças política e militar também desapareceram nesse contexto (LEON, 2003; AYERBE, 2004, p.83; SUÁREZ-SALAZAR, 1992).

A consequência de médio prazo para a sociedade cubana depois desses eventos foi a falta de abastecimento alimentício, petrolífero e energético. No setor do consumo, foram acrescentados 200 artigos à lista de racionamento, esse aumento prejudicou a plena execução das políticas públicas de Cuba e muitas famílias ficaram sem conseguir adquirir cestas básicas. A escassez de combustível também tornou-se regra uma vez que Cuba não estava mais recebendo petróleo. O corte, como vimos nos dados acima, deu-se de forma abrupta, logo de uma hora para outra o país não estava mais recebendo o petróleo que necessitava para o pleno funcionamento de sua economia (BANDEIRA, 2009).

Durante os primeiros anos da década de 1990 o abastecimento de petróleo ficou praticamente zerado, de acordo com Bandeira (2012, p.646), o fornecimento caiu de 13,5 milhões, em 1987, para 10,2 milhões, em 1990, e para 1,8 milhões, em 1992 (BANDEIRA, 2009, p.646). As divisas obtidas com a venda das safras de açúcar não eram o bastante para cobrir os custos da compra de combustíveis no mercado internacional, que tinha um preço mais elevado do que o do sistema de parcerias firmado com a URSS. A falta de combustíveis gerou efeitos adversos e até perversos na sociedade cubana, tais como: paralisou toda a frota automobilística cubana que foi afetada pela deterioração por falta de peças para reposição, esse problema também prejudicou o sistema de transportes chegando até a colheita de cana que impactou os equipamentos do campo, o que impediu diversos cubanos e cubanas de trabalhar. Muitas fábricas tiveram que cessar seus serviços pela falta de combustíveis e pela crise energética geradas por esse problema. Acerca da energia, diversas cidades sofreram *apagones* de 12-16 horas por dia, o que agravava a situação de bem-estar da população, bem como agravava a situação alimentar dessas pessoas visto que a crise de energia fazia muitas comidas estragarem (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

Gordon (2019) ressalta que nenhuma economia moderna consegue operar sem meios suficientes de combustível devido a essencialidade deste para a vida urbana. O uso da gasolina para meios de transporte é fundamental, ainda mais para operacionalizar os maquinários dos

campos de agricultura, essenciais para uma economia agrário-exportadora. Igualmente funciona para geração de energia elétrica que, por sua vez, é necessária para abastecer estações de tratamento de água e esgoto, além de ser importante para as indústrias de telecomunicação e para o consumo doméstico (GORDON, 2019). Depreende, então, que a sociedade cubana foi altamente afetada pela falta de combustíveis em todas as instâncias dada a sua importância para as funções do dia a dia, bem como para garantir alguns acessos a direitos básicos, como água e energia.

Diante desse cenário econômico, Cuba precisou reacender o sentimento pró-socialismo e aquecer de volta sua economia, pois com as consequências da queda abrupta da economia, a ilha enfrentou manifestações populares que demandaram mais ações governamentais para o enfrentamento da crise. Isso gerou um aumento da imigração ilegal para os EUA, que passou de 2.203 pessoas em 1991 para 3.656 pessoas em 1993 (AYERBE, 2004, p.84). Esse aumento da imigração cubana para os EUA chegou em seu ápice em 1994 gerando, o que ficou conhecido como “crise das balsas” (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; HERNÁNDEZ, 2008).

A resposta cubana para sanar as vontades do povo foi implementar uma série de reformas durante o período de 1992-1995. Por meio da reforma da Constituição, em 1992, as principais se traduziram em: desenvolvimento do turismo, abertura para o investimento estrangeiro no sistema de empresa mista, o qual o Estado era o principal acionista, permissão de alguma forma de empresa privada, permissão do trabalho por *cuentalpropia*, autorização de remessas estrangeiras, reorganização do sistema empresarial, tributário e do comércio exterior (CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; BANDEIRA, 2009). É certo que muitas dessas reformas implementadas não estavam previstas dentro da política socialista de Cuba, mas, devido a situação extrema, o país foi obrigado a (re)formular esses projetos. No entanto, todos eles não questionavam a transformação social e não modificavam a organização socialista nem a soberania nacional (SUÁREZ-SALAZAR, 1992). Além disso, essa reforma buscou modificar o âmbito político a fim de levar mais representatividade e participação real do povo, assim como conceder mais autoridade aos delegados e à Assembleia Nacional. Então, como medida prática, Cuba adotou o sistema de voto direto e secreto para a eleição de delegados da Assembleia Nacional. Também houve o reconhecimento da liberdade religiosa, que assegurou os mesmos direitos independente de suas crenças (BANDEIRA, 2009).

Por conta desses adventos internacionais, Cuba também teve que reformular suas relações internacionais. No âmbito econômico buscou aumentar o comércio com os países da América Latina como uma forma de diversificar seus parceiros (SUÁREZ-SALAZAR, 1992; AYERBE, 2004). Segundo Bandeira (2012), por conta da crise de abastecimento interna, o

governo decidiu investir em diversificar fora da área de *commodity*, Fidel empenhou-se em focar na pauta baseada em biotecnologia, fazendo com que Cuba passasse a exportar saúde com a venda de medicamentos para os países da América Latina; assim como, investiu no setor do turismo (BANDEIRA, 2009). No âmbito político, Fidel fez a substituição, no novo texto constitucional, do bloco soviético para internacionalismo proletário, à amizade fraterna, à ajuda, à cooperação, à solidariedade aos povos do mundo, especialmente os da América Latina e o Caribe (AYERBE, 2004, p.90). Isso mostra a vontade de Cuba em buscar novos parceiros, bem como estreitar os laços com os países latino-americanos. Também evidencia a capacidade e desejo de querer buscar sair da dependência dos produtos agrícolas, tentando investir em bens menos sensíveis às oscilações externas. Contudo, essas mudanças não foram bem vistas pelos EUA uma vez que, no mesmo ano, implementou a Lei da Democracia Cubana, mais conhecida como Lei Torricelli³⁵, que fortaleceu o embargo econômico.

Essa Lei agravou a situação de Cuba, pois ela dispunha de possibilidades de impor sanções aos países que comercializassem com a ilha (BANDEIRA, 2009). No texto legislativo, os EUA enfatizam que desejam cessar qualquer assistência militar ou técnica, subsídios ou outras formas de assistência ao governo cubano, bem como solicitam aos governos de qualquer país de cessarem também. Ainda, ressaltam que irão manter as sanções ao regime cubano enquanto este não avançar em direção a redemocratização (ESTADOS UNIDOS, 1992). Fica evidente que a motivação oficial para o agravamento das sanções em um período já instável para o país é a questão da democracia. Para os EUA, Cuba não é considerada uma democracia e, inclusive, está na lista negra dos Estados que financiam o terrorismo (BANDEIRA, 2009). No texto, também encontramos passagens que enfatizam que Cuba não respeita os direitos humanos, ou seja, são criadas narrativas para tentar justificar o agravamento da política de embargo (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Esmiuçando ainda mais o texto constitucional da referida lei, os EUA direcionam-se aos parceiros comerciais cubanos e os encorajam a restringirem suas relações comerciais e de crédito com Cuba e caso se recusem a restringir, eles ficam passíveis de sanção por parte dos EUA. As sanções a terceiros foram oficializadas pela Lei Torricelli e o governo dos EUA pode aplicá-las a qualquer país que ajudasse ou prestasse assistência a Cuba. Essas sanções podiam chegar à inelegibilidade para a assistência da Lei de Assistência ao Estrangeiro de 1961 ou para a assistência ou venda da Lei de Controle das Exportações de Armas. Também será inelegível,

³⁵ Proposta feita pelo deputado democrata Robert Torricelli, de Nova Jersey.

sob qualquer programa, o perdão ou redução da dívida externa devida ao governo dos EUA (ESTADOS UNIDOS, 1992).

A Lei traz consigo alguns entendimentos próprios como ao termo de “assistência a Cuba” que, segundo o governo dos EUA, essa expressão pode ser compreendida como qualquer benefício concedido, vendas, garantias ou seguro, ou qualquer outro meio de condições mais favoráveis, concessão de créditos, subsídio para exportação e tratamento tarifário favorável de artigos que são de fabricados ou produzidos em Cuba (ESTADOS UNIDOS, 1992). Isso significa dizer que se qualquer produto da cadeia produtiva, por menor que seja, for de procedência cubana, já dá respaldo para a Lei agir e o país em questão ser sancionado. A Lei também proíbe os países a reduzirem ou perdoarem a dívida externa cubana e também a investirem em Cuba, assim como investirem em empresas cubanas, em cidadãos cubanos ou qualquer subdivisão política ou agência cubana. A ressalva dessas proibições são doações de alimentos para organizações não governamentais ou indivíduos em Cuba e exportações de medicamentos, entretanto, devido à distância da ilha, para os poucos países que desejavam “burlar” as sanções, os fretes eram quase insustentáveis para os governos pagarem, então, na prática, a exportação de medicamentos também foi atingida pela sanção (ESTADOS UNIDOS, 1992; BANDEIRA, 2009).

Além disso, também foram proibidas certas transações entre algumas empresas dos EUA e Cuba, a Lei dispôs em seu texto que nenhuma licença poderia ser emitida para qualquer transação comercial entre elas. Também foram proibidas todas as embarcações dedicadas ao comércio ou ao transporte de passageiros de/ou para Cuba e caso uma embarcação atracasse em portos cubanos para efetuar comércio de mercadorias ou serviços não poderá, no prazo de 180 dias após a partida desse porto cubano, carregar ou descarregar qualquer carga em qualquer lugar dos EUA. Em caso de tripulação de cubanos, o cidadão cubano não poderá entrar em portos estadunidenses (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Depreende de tal disposição que a capacidade de comércio de Cuba foi cerceada por essa sanção e a restrição imposta aos países estrangeiros de não poderem atracar em portos estadunidenses após saírem de um porto cubano é extremamente nociva para a sociedade cubana. Isso dificulta as possibilidades de Cuba de conseguir recursos necessários para o pleno funcionamento da ilha e para restaurar a estabilidade social e econômica. As embarcações poderiam ter a finalidade de levar petróleo para a ilha para o abastecimento energético, poderiam transportar peças atualizadas para substituir as antigas do sistema de transporte ou para o sistema de saúde, poderiam até conter doações de alimentos, mas com a questão dos portos, os navios que são provenientes de países mais distantes precisariam atracar nos EUA

para abastecer visto que é a rota mais próxima. Poderíamos enumerar muitas situações de exportações de recursos que ajudariam Cuba a resolver a crise interna, contudo, todas as opções são atravessadas pela Lei, com isso, podemos afirmar que essa normativa interna dos EUA surte efeitos negativos não só na política interna de Cuba, mas, também, a política externa.

Outro ato que comprova as atitudes desproporcionais dos EUA foi a restrição às remessas estrangeiras. O governo, por meio da Lei, restringiu novamente as remessas para Cuba de pessoas dos EUA. As remessas configuraram uma importante receita para o governo cubano (ESTADOS UNIDOS, 1992; GORDON, 2019). Assim, os EUA buscaram sufocar todas as formas alternativas que Cuba formulou para sair da crise, seja limitando às remessas, seja proibindo embarcações de atracar nos portos estadunidenses, seja, ainda, pela ameaça de sancionar quem fizesse qualquer tipo de transação com Cuba. Todos esses atos foram justificados ao sistema internacional como sendo em prol da democracia e dos direitos humanos, entretanto, como podemos notar, os EUA, ao impor as sanções desde a década de 1960, tem diminuído e quase zerado o bem-estar da sociedade cubana, assim como tem diminuído a capacidade do governo em implementar suas políticas públicas que poderiam oferecer algum tipo de alívio para a sociedade cubana. Infere-se que, ao contrário de suas justificativas, os EUA estão minando tanto os direitos humanos de Cuba como seu exercício democrático.

Conforme salienta Chomsky (2015, p.196), o povo cubano não tinha condições financeiras para pagar pelas frutas, legumes ou outros alimentos que estavam disponíveis nos estabelecimentos. Quando começou as sanções, o governo instituiu uma política de racionamento, que consistia basicamente em dar aos cubanos uma espécie de cesta básica. Então eles possuíam um cartão de racionamento, o qual lhes dava direito a pegar alimentos ou outros itens básicos a preços subsidiados pelo Estado. No entanto, muitas vezes esses alimentos não estavam disponíveis devido à escassez constante advindas das sanções econômicas (CHOMSKY, 2015).

Nesse ínterim, passou a existir as chamadas “lojas de dólar”, que eram locais onde vendiam itens básicos, considerados de luxo, para estrangeiros e para poucos cubanos com melhores condições financeiras. Essas lojas vendiam somente uma marca e era controlada pelo Estado, seus lucros financiavam os serviços estatais. Ocorre que além desse tipo de loja simbolizar uma contradição da abertura parcial ao capitalismo, também simbolizava uma contradição do governo, pois ele alimentava a desigualdade a fim de subsidiar a igualdade. Ao permitir o dólar na economia, antes proibido, gerou ainda mais contradições no sistema e aumentou a distância entre as classes sociais de Cuba (CHOMSKY, 2015, p.198).

A dolarização permitiu que parentes enviassem remessas a Cuba, que passou a depender, novamente, desse montante. Isso fez com que só uma parcela tivesse acesso ao dólar. A reabertura dos mercados agrícolas em cooperativas também gerou contradição, pois além das fazendas estatais serem convertidas em cooperativas no mercado agrícola, os agricultores poderiam vender diretamente seus produtos de modo que a tomada de decisão foi descentralizada, fazendo com que os vendedores pudessem vender sua parte somente aos cubanos que detinham alguma condição financeira (CHOMSKY, 2015).

Com a parcial abertura econômica do pós-1992, algumas empresas estrangeiras fixaram-se na ilha, principalmente nos setores minerador (níquel), energia (petróleo e gás) e turismo. Logo, o número de cubanos trabalhando em empresas estrangeiras aumentou, bem como o êxodo de trabalhadores estatais (setores da educação e saúde) para o setor do turismo, que superou o açúcar como principal fonte de divisas (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009). Em 1994, Cuba já contava com 174 *joint ventures*. Quando a economia estava dando sinais de certa estabilidade, tendo em vista esse aumento dos investimentos estrangeiros, os senadores republicanos Jess Helms e Dan Burton introduziram a Lei de Liberdade Cubana e Solidariedade Democrática, mais conhecida como Lei Helms-Burton (BANDEIRA, 2009).

Essa nova Lei acentuou as diretrizes da Lei Torricelli e agravou outras medidas, sendo a principal agravada a concessão do caráter extraterritorial, o que autorizou, entre outras medidas coercitivas, o processo judicial com vistas a exigência de indenização contra as empresas estrangeiras que compraram de propriedades expropriadas dos cidadãos estadunidenses após a Revolução (BANDEIRA, 2009; HOFFMANN, 1997; GORDON, 2019). No texto da nova Lei, assinada em 1996, reforçou a afirmação que o governo cubano não é democrático e que viola sistematicamente os direitos humanos e acrescenta que Cuba é uma ameaça à paz internacional. Ainda, são ressaltadas logo na introdução da Lei que o presidente dos EUA deve instruir o representante permanente dos EUA na ONU a buscar no Conselho de Segurança um embargo total internacional obrigatório contra o governo de Cuba, assim como qualquer facilitação na área nuclear ou na área migratória serão considerados atos de agressão contra os EUA e serão recebidos com uma resposta adequada (ESTADOS UNIDOS, 1996). Isso revela de forma elucidativa o caráter coercitivo dessa nova Lei e demonstra como essa normativa mostrou-se importante instrumento de política externa para os EUA (HOFFMANN, 1997).

A Lei Helms-Burton enfatizou a disposição da Lei Torricelli que insta os países estrangeiros a restringirem e cortarem relações comerciais e de crédito com Cuba e caso os países não ajam como tal, sanções poderão ser aplicadas contra eles, bem como entidades e cidadãos responsáveis podem ser levados aos tribunais internos dos Estados Unidos

(ESTADOS UNIDOS, 1996; GORDON, 2019). Infere-se que a Lei também punia empresários não só dos EUA, mas de qualquer país que investisse na ilha, de modo a ameaçar, inclusive, a proibição da entrada aos EUA àqueles que burlarem as sanções (BANDEIRA, 2009). Igualmente tirava do presidente a prerrogativa de retomar as relações com Cuba, bem como da retirada das sanções econômicas, ficando essas duas medidas dependentes da aprovação do Congresso (BANDEIRA, 2009). Nas palavras de Bandeira (2012, p.662), “o embargo violava os direitos humanos [...]” e “[...] tornou menos provável a possibilidade de mudanças, uma vez que os cubanos poderiam almejar mais liberdade política e esperar melhorias econômicas [...]”. O autor segue afirmando que as sanções eram “um ato de agressão, uma violência, que prejudicava não só o regime de Fidel, mas sobretudo, o sofrido povo cubano” (BANDEIRA, 2009,p.663).

De acordo com Bandeira (2012) e Chomsky (2015), os impactos das sanções econômicas foram intensificados até o ponto em que nem mesmo os setores protegidos pelo Estado cubano –saúde e educação– saíram ilesos. Com a falta de oportunidade e a crescente inflação, aumentaram os níveis de mendicância e prostituição. Os hospitais e as policlínicas careciam de produtos necessários à sua manutenção, bem como de medicamentos, seringas e equipamentos. O ensino público padecia também, uma vez que o embargo foi tão severo que faltavam lápis, cadernos e até folhas de papel. Assim, toda a educação foi comprometida, passando a apresentar decréscimo da qualidade (BANDEIRA, 2009).

Esse decréscimo da qualidade do ensino de Cuba, como nos mostra Chomsky (2015, p.202), chegou em 12% de permanência dos estudos por parte dos cubanos, segundo dados estatais levantados no ano de 1997. Evidencia-se, portanto, que Cuba passou de uma população com maior nível de escolaridade da América Latina para uma sociedade desescolarizada e desespecializada (CHOMSKY, 2015). A autora ainda salienta que a geração que atingiu a maioria nos anos 1990 não viram a mesma Cuba que seus pais e avós, mas, sim, viram uma Cuba afundada pela crise econômica, então, eles não tinham tanta perspectiva de futuro, bem como não recebiam incentivos para continuação de seus estudos (CHOMSKY, 2015).

Foram comprometidos também os meios de socialização da informação e atualização de conhecimento devido a falta de recursos e da impressão de papel, logo, isso comprometeu a circulação de periódicos, jornais e revistas. Diante de toda essa dificuldade, as desigualdades sociais, advindas das sanções econômicas e das políticas governamentais que visavam conter as consequências dessas práticas, aumentaram ainda mais chegando ao ponto de causarem a “fuga de cérebros” e a “crise das balsas”, a qual foi caracterizada pelo grande êxodo de cubanos que saíram em balsas rumo aos EUA. Muitos desses cubanos tinham parentes neste país e

conhecimento das facilidades migratórias decorrentes da Lei de Ajuste Cubano de 1966, a qual permitia a entrada de cubanos sem documentos e lhes concediam a residência (CHOMSKY, 2015). Devido ao grande afluxo de 1994, no ano seguinte, Bill Clinton (1993-2001), estabeleceu a política do *wet foot, dry foot*, que consistiu em conceder os benefícios da Lei de 1966 para os cubanos que chegassem por terra e aos que chegassem pela água (ou seja, por balsas) iriam ser devolvidos para Cuba. A fuga de cérebro foi constante a partir de 1994 e se deu tanto externamente quanto internamente com a migração de profissionais qualificados de um setor, normalmente o da saúde e educação, para outro setor, normalmente o setor do turismo, com a esperança de ganhar melhores salários (CHOMSKY, 2015).

As dificuldades de Cuba tornaram-se ainda mais complexas devido à existência de quatro economias com três moedas distintas. Cuba, em 1993, legalizou o dólar e permitiu sua circulação na sociedade ocasionando o aumento das desigualdades entre as classes sociais. Havia, portanto, três moedas ativas: o peso cubano, o peso conversível e o dólar. Ocorre que nas economias de *libreta de racionamento*, a qual o governo fornecia produtos básicos aos cidadãos, e do mercado agrário, no qual, os camponeses, autorizados pelo governo, vendiam seus excedentes os preços eram fixados em pesos cubanos (CUP). Já no mercado paralelo e no mercado para turistas, os preços eram cobrados em dólar ou em *pesos convertibles* (CUC), com paridade de 1:1 em relação ao dólar. O Estado cubano, único que pode deter exclusivamente empresas com capital estrangeiro ou ser associado a uma, cobrava todos os seus serviços em dólar, contudo, pagava os salários de seus funcionários em CUP, que oscilava dependendo da cotação entre o dólar e o CUP do dia (BANDEIRA, 2009).

Essa dinâmica intensificou as diferenças sociais entre os que tinham acesso ao dólar e os que só recebiam CUP como remuneração e isso aumentou as tensões sociais (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009). Chomsky (2015) destaca que após a legalização do dólar, houve um acentuado retorno da desigualdade entre raças, que tinha sido reduzido drasticamente nos primeiros anos da Revolução e foi uma política bastante enfatizada pelo governo revolucionário. O mercado do dólar acabou por favorecer os cubanos que tinham pele mais clara em detrimento dos cubanos de pele mais escura ou negros, essa dinâmica mostrava-se ainda mais evidente no mercado de turismo, onde muitos estabelecimentos preferiam contratar cubanos de pele mais clara (CHOMSKY, 2015). Além do recorte racial, há ainda o recorte de gênero. Devido ao aumento da prostituição, começou a surgir na sociedade o termo pejorativo *jineterismo* utilizado para referir-se às pessoas que vendiam qualquer coisa, inclusive seu corpo, para estrangeiros em troca de dólar. Assim, o governo cubano, a fim de mascarar essas mazelas

sociais e não impactar de forma negativa o turismo, tentou mascarar essas questões proibindo os cubanos de acessarem espaços destinados aos estrangeiros (CHOMSKY, 2015).

Em 1995, a dolarização da economia cubana era inquestionável e as contradições novamente apareciam. Com o intuito de diminuir esses impactos, Fidel desejava acabar com o mercado *de libretas*, bem como com o CUP e integrá-los no mercado livre, onde o dólar e o CUC coexistem como meios circulantes³⁶. Entretanto, segurar a paridade 1:1 tornou-se bem difícil para Cuba visto que este país não tinha reservas suficientes para manter com a paridade, mas os pontos mais graves da inexecução dessa política foram a incapacidade de Cuba aumentar suas exportações e as sanções econômicas que dificultavam esse aumento, bem como não permitiam transações com a moeda estadunidense (BANDEIRA, 2009).

Cuba não conseguiu diversificar a pauta exportadora, como queria Fidel. Isso pode ser explicado por meio de algumas questões, a começar sobre as questões climáticas e geográficas desfavoráveis para algumas *commodities*. A geografia montanhosa e terras com propensão à erosão, assim como a região ser rota de furacões, prejudica a plantação de tabaco, açúcar e outras *commodities* produzidas pela ilha. Cuba também tinha escassas fontes fósseis de petróleo e tampouco tinha condições de manter uma matriz energética hidráulica ou a carvão. Igualmente enfrentava problemas sobre a questão das patentes em relação à exportação de fármacos, logo, Cuba não pode fomentá-la tal como Fidel desejara (BANDEIRA, 2009). Todas essas questões foram agravadas pelas sanções econômicas aqui expostas, inclusive a questão de medicamentos, a qual, nessa época, detinha um fortíssimo *lobby* de empresas estadunidenses, sobretudo.

Durante esse período destacam-se também as ações dos grupos dissidentes de Cuba, asilados nos EUA. Essas ações foram intensificadas durante os anos 1990 com o objetivo de causar um clima de terror, provocar a queda do turismo e inflamar a sociedade cubana contra o governo. Dentre as ações, podemos destacar as ações da *Fundación Nacional Cubano-Americana*, que realizou uma série de atentados financiados pelo governo dos EUA. Outros grupos, como o Alfa 66 e o Partido Unidade Nacional Democrática, realizaram sabotagens e ataques contra hotéis, sendo os mais famosos o Hotel Guitart, em Cayo Coco, e o Hotel Meliá Las Americas, em Varadero (BANDEIRA, 2009). Ademais, o grupo dissidente *Brothers of the Rescue*, com apoio indireto dos EUA, começou a sobrevoar a ilha espalhando panfletos que estimulavam o povo cubano a rebelar-se contra o governo (CHOMSKY, 2015).

³⁶ Essa prática era comum entre os países da América Latina nessa época. O Brasil, sob governo de Fernando Henrique Cardoso, adotou prática semelhante ao adotar o dólar como âncora cambial e segurar a paridade 1:1 entre dólar e real (BANDEIRA, 2009).

Diante do exposto sobre a década de 1990 entendemos o porquê Fidel chamou de Período Especial, decerto Cuba passou por profundos e complicados ajustes internos em decorrência do agravamento das sanções econômicas. Conforme salienta Bandeira (2012), os EUA nunca esqueceram que Cuba foi a primeira nação do hemisfério a derrotá-lo militarmente ao rechaçá-los na invasão da Baía dos Porcos. Também nunca aceitaram a normalização das relações com Cuba, pois temiam que, após a retirada da punição, Cuba encorajasse outros países da região a fazerem levantes ou revoluções que iam contra os interesses dos EUA. Instrumentalizando a punição de Fidel, essas medidas davam aos países latino-americanos o exemplo do que poderia acontecer caso rebelassem contra os interesses políticos, econômicos e culturais dos EUA na região (BANDEIRA, 2009).

Dessarte, as sanções impostas durante os anos de 1990 tiveram grande impacto nos anos 2000. A denominação Período Especial deu lugar ao “*Perfeccionamiento*”, conforme salientam os autores Chomsky (2015) e Bandeira (2012). Internacionalmente, Cuba ainda enfrentava as hostilidades vindas dos EUA, que demonstraram uma piora no início do século, com a eleição de George W. Bush (2001-2009). Ainda no início de seu governo, ele incluiu Cuba na lista dos países do “Eixo do Mal”, cortou concessões de viagens de cubano-americanos a Cuba e alegou que iria intensificar as sanções, para ele, “as sanções que os EUA impuseram contra o regime de Castro não é só um instrumento político, mas sim uma declaração moral” (BANDEIRA, 2009, p.669; CHOMSKY, 2015). Contudo, nesse período houveram duas exceções às sanções: as doações limitadas de alimentos e medicamentos, dessa forma muitos países, inclusive o Brasil, tentaram burlar o sistema de sanções (CHOMSKY, 2015).

Outro fator de destaque para a deterioração das relações entre ambos os países foi o atentado de 2001 ao *World Center* e ao Pentágono. Isso motivou Bush a iniciar o que ficou conhecido como “Guerra ao Terror” que, conseqüentemente, resultou na invasão do Afeganistão. Esse fator gerou uma recessão mundial que, para Cuba, ocasionou na queda das receitas advindas do turismo, que conforme visto era uma das principais fontes de receita para o governo. A Guerra também impactou no envio das remessas de dólar, que já tinham ficado escassas pela intensificação da sanção, ao mesmo tempo que caíram os preços do níquel, açúcar e charuto (BANDEIRA, 2009). Desse modo, a economia cubana foi severamente impactada, de acordo com o Informe Central de Cuba, os investimentos estrangeiros³⁷ caíram nesse período

³⁷Os investimentos estrangeiros começaram a se intensificar com a abertura econômica que Castro realizou ainda na década de 1990 e que foi retomada nos anos 2000. A maior parte dos investimentos eram europeus, principalmente da Espanha. Entretanto, dada as sanções econômicas impostas, os EUA multaram diversos bancos por permitir transações com o dólar com Cuba, a exemplo do Union de Banque Suisse, multado em US\$100 milhões (BANDEIRA, 2009).

de US\$ 488 milhões para US\$ 38,9 milhões. Essa queda brusca levou à redução do PIB de Cuba (BANDEIRA, 2009, p.670).

Nesse ínterim, surgiu uma oportunidade para Cuba devido a onda de governos progressistas³⁸ da América Latina, começando com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela. Isso abriu uma janela de oportunidade para que Cuba não colapsasse economicamente. Ambos os países firmaram acordo de financiamento de petróleo em troca da exportação de médicos cubanos para os programas de políticas públicas venezuelanos. Então, Cuba pode observar um aumento relativo de divisas entrando na ilha de modo que foi direcionado para melhorar seus serviços públicos, sobretudo a educação e a saúde. Entretanto, com a crise gerada pela Guerra ao Terror, Chávez, que também teve seu país impactado, suspendeu o fornecimento de petróleo (BANDEIRA, 2009). Ainda, Chomsky (2015) salienta que se de um lado foi benéfico para a ilha porque conseguiu obter certos recursos financeiros, por outro acabou agravando seus problemas internos no âmbito da saúde devido ao desabastecimento de profissionais em razão dessa política de exportação de médicos (CHOMSKY, 2015).

Além disso, os EUA ainda continuavam financiando os dissidentes que, nessa época, tiveram um relativo aumento de seus ataques. Diversos grupos de dissidentes financiados por órgãos dos EUA realizaram uma série de sequestros de embarcações e aviões cubanos, distribuíram panfletos para inflamar a população a se voltar contra o governo, espionaram o governo cubano para delatar aos EUA e, ainda, efetuaram uma série de saques e até homicídios para gerar o caos (BANDEIRA, 2009). As denúncias mais recorrentes entre os dissidentes que foram interceptados pela Inteligência Cubana foram de que eles foram financiados pela USAID, apoiados pelo então embaixador James Cason, figura publicamente a favor dos dissidentes e que, muitas vezes, usava a Seção de Interesses da América do Norte para reuniões. Essa situação levou Castro a intensificar a repressão contra os dissidentes e ordenou a prisão de dezenas deles, além de suscitar uma iminente invasão a Cuba, assim como os EUA invadiram o Iraque (BANDEIRA, 2009, p.683-685).

Feitosa (2011) adiciona que esses intensos atos levaram Cuba a fortalecer sua política centralizadora e o viés bélico para implementar suas políticas devido ao caráter de possível guerra com os EUA. O governo cubano tentou restringir e até reverter algumas reformas implementadas. Os novos ministros instauraram um maior controle estatal e também promoveram a desdolarização, o que concedeu ao governo maior poder de controle da oferta

³⁸Para mais informações ver: SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**, Editora Elefante: São Paulo. 2018.

monetária. Essas medidas visavam diminuir as desigualdades sociais geradas pelas medidas anteriores, no entanto todas elas mantinham o caráter socialista de justiça social. Sob esse objetivo, o governo anunciou o CUC como o novo meio circulante, assim, os cubanos ainda poderiam possuir dólar, mas não poderiam mais gastá-los na economia, ou seja, as lojas não aceitariam mais o dólar, nem as Lojas de Dólar que passaram a serem conhecidas como “Lojas de *pesos convertibles*”. Essa medida serviu como uma taxaçoão aos cubanos que se beneficiaram do dólar e, em 2005, os trabalhadores do setor de turismo foram proibidos de acessar vários bens e serviços dos estrangeiros (CHOMSKY, 2015).

Essas novas medidas objetivavam trazer o equilíbrio que a Revolução trouxera entre as classes sem que uma se sobressaia mais que outra. Como as medidas urgentes implementadas durante o Período Especial aumentaram as desigualdades sociais, o governo quis combatê-las. Uma pesquisa realizada pelo governo cubano mostrou que 70% da população não possuía renda suficiente para cobrir suas despesas (CHOMSKY, 2015, p.308). Nas primeiras décadas dos anos 2000, a sociedade cubana apresentou os piores indicadores, principalmente nos setores da saúde e educação, exemplos e queridinhos da Revolução. O governo revolucionário queria resguardar todos os ganhos e avanços desses setores e tentou protegê-los das consequências das sanções, mas o desabastecimento constante somado à fuga de profissionais qualificados acabaram impactando severamente tais setores (CHOMSKY, 2015).

Em 2006, Fidel renunciou ao seu posto e cedeu, temporariamente, a presidência ao seu irmão Raúl Castro, que foi eleito pela Assembleia Nacional em 2008. Ao assumir, Raúl enfrentou um panorama econômico difícil, pois além das dificuldades internas aqui elencadas, a recessão internacional pela crise de 2008 afetou os principais setores de divisas estatais, as remessas estrangeiras, o turismo e as exportações de açúcar e níquel. Assim, ele promoveu diversas medidas que oscilavam em direção às reformas de mercado e maior abertura política. No âmbito econômico, ele concedeu vários incentivos aos produtores agrícolas como forma de estimular a economia, liberou computadores, vídeos, celulares, além da liberação de hotéis, antes restrito ao estrangeiro. O setor dos *cuentapropistas* foi se tornando cada vez mais legalizado, mesmo com algumas restrições. Mesmo assim, esses empreendedores encontravam dificuldades em obter matérias-primas por conta do embargo econômico, aumentando o poder do mercado paralelo, fortalecido nos anos 1990 (CHOMSKY, 2015).

Já em 2009, o governo Barack Obama (2009-2017) prometeu mudanças em relação a Cuba, sua administração revogou as medidas restritivas de Bush, como também conseguiu a revogação do banimento de Cuba da OEA. Então, as mudanças cessaram. Obama não retirou o país da lista dos países que financiam o terrorismo e continuou pressionando o governo cubano

a fazer reformas de abertura política e de maior diálogo democrático. O governo Obama seguiu a mesma diretriz de Bush no que tange o financiamento de grupos dissidentes e de ações contra o governo cubano. Em 2010, a USAID instalou uma plataforma de mensagens que se assemelhava ao Twitter para difundir mensagens anti-Cuba, visando inflamar os sentimentos e incentivando a sociedade a rebelar-se contra o governo (CHOMSKY, 2015).

Diante do exposto, percebemos que a política hostil dos EUA em relação a Cuba piorou e se intensificou no decorrer dos anos. Decerto que as condições externas e internas também tiveram alguma participação na piora da situação interna do país, contudo, fato é que as ações internas só foram implementadas em resposta às políticas imperialistas estadunidenses. De acordo com Ayerbe (2004) as relações entre ambos os países foram acompanhadas pela Doutrina Monroe de modo a definir um padrão de intervenções estadunidenses na ilha (AYERBE, 2004). Ainda segundo o autor, os argumentos para que a Doutrina ainda seja implícita ou explicitamente implementada na política externa dos EUA vai na direção dessa potência se assumir como a guardiã da segurança no hemisfério. Essa posição é adotada por conta dos interesses expansionistas dos EUA e da defesa de um modo de vida liberal que seria expressão de maior grau de avanço político e social. Assim, quando a Revolução se inicia, esses princípios norteadores da política externa estadunidense ressurgem e se intensificam em decorrência do embate ideológico da Guerra Fria (AYERBE, 2004).

Em razão de todas as medidas e ações desproporcionais dos EUA as sanções se configuram como prática imperialista estadunidense cujo interesses são de ordem econômica, política e cultural, pois querem continuar com amplos acessos aos mercados e aos recursos, além de quererem continuar ditando as regras e as normas internacionais sobre o regime econômico e político internacional. No âmbito econômico, os interesses estadunidenses se traduziram nas exportações de suas empresas e no controle dos mercados internos de Cuba, além do desejo de controlar os mercados externos. Igualmente, os EUA fortaleceram sua moeda e os fluxos internacionais de tal forma que geraram uma arma de coerção muito forte nas transações internacionais. Por meio do dólar eles conseguiam controlar os principais acessos do sistema financeiro internacional.

No âmbito político, o país não desejava perder seu controle regional. Os EUA desejavam manter sua hegemonia política e sua influência sobre os países latino-americanos e, para isso, não poderia abrandar suas políticas contra Cuba, um dos únicos países americanos que conseguiu medir forças com os EUA e apresentar uma via alternativa para o desenvolvimento. Para demonstrar que o liberalismo era, de fato, a melhor via de desenvolvimento para os países, os EUA tinham que fortalecer sua política cultural, isto é, se

apropriar de conceitos como democracia, liberdade e direitos humanos para demonstrar que eles apenas são garantidos com a política liberal. Com isso, este país fortaleceu suas simbologias por meio de sua política externa e as difundiu dentro das instituições internacionais.

Por essas e outras razões aqui expostas que todos os presidentes estadunidenses não afrouxaram as sanções econômicas nem mudaram o discurso oficial. Segundo Bandeira (2012), todos os presidentes dos EUA tratavam Cuba como colônia, mas George W. Bush implementou, de certa forma, um projeto de exportação da democracia e um de seus alvos foi Cuba (BANDEIRA, 2009). Mesmo frente às sanções econômicas e devido ao contexto internacional da época, Cuba conseguiu implementar políticas públicas que conseguiram aumentar a qualidade de vida de seus cidadãos. No entanto, conforme foram alterando as dinâmicas internacionais e a agressividade das sanções, todos os ganhos sociais de Cuba foram severamente impactados. Fica evidente, portanto, que, com isso, os EUA conseguiram afirmar sua posição como líder e guardião dos valores liberais que seriam responsáveis por guiar as sociedades até a prosperidade visto que as sanções desestabilizaram o governo cubano e fizeram com que este perdesse sua capacidade interna de implementar suas políticas públicas de forma plena. Assim, os EUA puderam afirmar seu ponto de que a via cubana não levaria ao desenvolvimento nem à prosperidade, apenas o liberalismo estadunidense e, na década de 1990, o neoliberalismo.

Esses fatores corroboram o caráter imperialista dos EUA por ele estar presente em todas as esferas políticas principalmente no aspecto cultural. Isso serviu para que os EUA continuassem a perpetuar seus valores liberais em linha com seus interesses de reter o máximo de recursos econômicos e políticos para si. Como Wood (2004) ressaltou, na falta da possibilidade de uma guerra convencional, a alternativa é demonstrar sua força por meio de políticas econômicas que reforcem seu poder. Desse modo, as sanções econômicas tiveram, além do caráter imperialista, um caráter punitivo em razão das medidas sociais, políticas e econômicas implementadas após a Revolução que apresentaram caminhos alternativos às políticas tradicionais estadunidenses de dependência externa (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020, BALDWIN, 2020).

Com a passagem de poder de Fidel Castro para Raul Castro, o país realizou uma série de medidas visando não só melhorar o contexto econômico, mas também repaginar os valores da Revolução sem deixar de seguir os princípios socialistas de justiça social. Foi durante o governo de Raúl que o país logrou apoio da maioria dos países tanto hemisféricos como das demais regiões contra as sanções econômicas, fato que a partir desse momento é constantemente condenado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Isso é um verdadeiro avanço

para o debate acerca das sanções econômicas, pois um órgão internacional posicionou-se contra as medidas de um dos países mais influentes do mundo. Entretanto, o fato de as sanções serem condenadas pela AGNU não é suficiente para que os EUA as retirem e restabeleçam relações normais com Cuba, até porque, conforme visto, para que eles mantenham seu poder e controle regional e para continuar afirmando seus valores liberais, eles precisam manter as sanções, retirá-las significaria a perda relativa de poder e de espaço ideológico dos EUA.

3. OS EFEITOS DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE CUBANA

O objetivo deste capítulo é analisar quais foram os impactos das sanções econômicas nos direitos humanos na sociedade cubana. Para isso, iremos recortar os principais setores, segundo os valores da Revolução: a saúde e a educação. Também serão analisados outros efeitos colaterais advindos desta imposição e como estes igualmente afetaram os direitos humanos da sociedade de modo a reduzir a qualidade de vida que fora aumentada durante os primeiros anos da Revolução.

Dessa forma, para melhor expor os argumentos, essa seção será dividida em quatro partes: a primeira irá retomar alguns aspectos importantes do capítulo anterior, examinando criticamente as motivações das sanções ressaltando o caráter desproporcional delas; na segunda parte iremos adentrar no setor da saúde analisando quais foram os impactos, já na terceira parte será trabalhado o setor da educação. Por fim, na quarta parte, será feito um balanço sobre os efeitos adversos que ocorreram em razão das sanções nos demais setores da sociedade de forma que impactaram o bem-estar da sociedade cubana.

3.1 De igual para igual? Um debate sobre as motivações estadunidenses acerca da implementação das sanções

A Revolução de 1959 impactou tanto a política interna quanto a política externa, até as relações entre Cuba e EUA. A Revolução necessariamente mudaria as relações entre ambos os países uma vez que Cuba objetivava sair da dependência econômica e política dos EUA (CHOMSKY, 2015; HERNÁNDEZ, 2008; BANDEIRA, 2009). E, como observado, o imperialismo estadunidense iria responder a altura da perda de umas das mais importantes zonas de influência e de potenciais mercados. De acordo com Chomsky (2015), os EUA, por vezes, se opõem à democracia, pois ela reduz sua capacidade de explorar recursos. Como a Revolução teve ênfase nacionalista e de justiça social, desafiou não só a dominação estadunidense, mas, também, o modelo econômico imposto por eles e, por isso, eles deveriam criticar a ilha à luz da falta de democracia mesmo que parecesse contraditório (CHOMSKY, 2015; HERNÁNDEZ, 2008). Essa crítica instrumentalizada pela democracia é um dos exemplos do uso do aspecto cultural e simbólico pela política externa dos EUA, por meio do discurso liberal de garantia de

direitos e de respeito aos cidadãos, este país avoca essa narrativa e as intensifica no sistema internacional (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020).

A oposição dos EUA em relação à democracia é observada ao longo da história do país em incentivar e apoiar ditaduras latino-americanas, como, também, em outras nações. O alicerce dessa relação contraditória entre oposição à democracia por ela reduzir a capacidade de explorar recursos é o fato de em um governo democrático as decisões políticas são feitas por vários grupos de atores tanto governamentais quanto não-governamentais e, certamente, há conflitos de interesses em relação a algumas pautas. Por consequência, os interesses dos EUA podem não conseguirem espaço nessas discussões em razão da heterogeneidade desses grupos e dos diferentes interesses por trás. Dessa forma, os EUA apoiam e incentivam governos que estejam alinhados com seus interesses, os quais em sua maioria são autoritários e/ou ditatoriais justamente por não apresentarem uma gama de atores que possam influenciar nas decisões estatais.

Para que Cuba atingisse seus objetivos de mudanças estruturais deveria lidar com as empresas estadunidenses que atuavam há bastante tempo na ilha e que detinham grande poder político e econômico. Assim, as leis de Reforma Agrária foram implementadas para dar maior autonomia para o governo cubano e para tentar diminuir a assimetria do acesso à terra. Com isso, elas mexeram diretamente com os interesses dos investidores estadunidenses, o que motivou a alavancada das sanções econômicas e deu início a um embate mais agressivo por parte dos EUA (VASCONCELOS, 2016a). Como o imperialismo estadunidense é dado, em sua maioria, pela questão financeira, mexer nesse setor como Cuba mexeu, implicaria impreterivelmente alguma resposta agressiva (WOOD, 2004). Chomsky (2015) salienta que, ainda no início da Revolução, diversos grupos anticomunistas e até não-castristas pertenciam ao novo governo revolucionário. Infere-se, portanto, que as ações estadunidenses tiveram um caráter imperialista desde o princípio, visto que no começo da Revolução a retórica ainda não era “contra o comunismo”, mas, sim, uma resposta aos danos econômicos e políticos que os EUA sofreram com a Revolução (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; RODRÍGUEZ, 2023).

Outra preocupação dos EUA, advinda dessa motivação inicial, foi referente aos possíveis efeitos que a Revolução poderia ter na América Latina, seu medo era de que Cuba se tornasse um exemplo bem-sucedido de nação. Essa ideia alarmava os EUA porque este país não queria que sua dominação fosse questionada e, quiçá, desafiada, como Cuba desafiou ao implementar, bem-sucedidamente, o socialismo à Cuba. Caso a ideia se difundisse, outros países iriam seguir o mesmo caminho resultando na diminuição do poder dos EUA

(CHOMSKY, 2015; HERNÁNDEZ, 2008). A turbulência social sentida na região a partir dos anos 1960, com intensificação na região central e caribenha a partir do final dos anos 1970, acentuaram as preocupações dos EUA no que tange a expansão dos valores da Revolução. A ascensão de governos progressistas e nacionalistas que objetivavam a autonomia e a não-dependência com os EUA ameaçaram tirar Cuba de seu isolamento econômico (AYERBE, 2004, p.113).

Para não concretizar essas angústias, os EUA reforçaram de maneira coercitiva as sanções econômicas que geraram como consequência a diminuição da capacidade produtiva interna de Cuba, assim como espalhou medo nas demais nações de fazerem comércio com a ilha e serem alvos de protestos e sanções estadunidenses. Contudo, segundo Suárez-Salazar (1992), as ações estadunidenses não tiveram o efeito esperado pelos EUA: não encadearam uma crise ideológica, política nem social em Cuba, assim como não houve grandes mobilizações sociais que questionassem o sistema e a liderança do país, salvando os dissidentes. A maioria da população, principalmente a rural, não discutia o caráter socialista, muitos o prefeririam por causa das mudanças sociais e estruturais que foram importantes no início da Revolução (SUÁREZ-SALAZAR, 1992).

De acordo com o autor para

[...] a grande maioria do povo cubano o socialismo (não obstante suas múltiplas imperfeições e erros) continua sendo pré-condição para a preservação da independência do país frente ao afã hegemônico dos Estados Unidos, para conservar todas as suas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que a Revolução trouxe, assim como para habilitar a participação consciente e organizada da maioria dos cidadãos cubanos para as melhores opções de saídas das adversidades externas que afetam a nação (SUÁREZ-SALAZAR, 1992, p.168, tradução própria³⁹).

Certo é que Cuba já engajava-se nas questões democráticas. O país eliminou o analfabetismo, melhorou o sistema de educação para formar cidadãos críticos, concedeu maiores poderes populares e melhorou o sistema de saúde que tornou-se referência internacional. Em outras palavras, Cuba garantiu uma série de direitos humanos para a sua população: direito à saúde, à educação, à moradia digna (por meio da lei de Reforma Urbana) e até à participação política. Nos anos 1990, a abertura política foi ainda maior, dada a reforma

³⁹ Trecho original: “acerca de que el socialismo -no obstante sus múltiples imperfecciones y errores- continúa siendo precondition para la preservación de la independencia del país ante los afanes hegemónicos de Estados Unidos, para conservar todos los logros económicos, sociales, políticos y culturales de la Revolución, así como para habilitar, con la participación conciente y organizada de la mayoría de los ciudadanos del país, las mejores opciones de salida frente a las adversidades externas y las dificultades internas que hoy afectan a esa nación” (SUÁREZ-SALAZAR, 1992, p.168).

constitucional de 1992, que ampliou o acesso a esses direitos concedendo ainda mais liberdades políticas e reafirmou compromissos de igualdade entre as classes (HERNÁNDEZ, 2008; CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009, AYERBE, 2004, LEON, 2003).

Desde 1970, Cuba deu espaço para debates sobre gênero e diversidade, diversos grupos sociais articularam-se politicamente para avançar essas pautas. E, desde os anos 2000, a filha de Raúl Castro, Mariela Castro, tem liderado com mais afinco as pautas LGBTQIA+ e de gênero⁴⁰ (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004). Contudo, apesar de grandes avanços na seara social, nenhuma dessas medidas estavam estabelecidas nos documentos e nas leis estadunidenses que estabeleciam as diretrizes para uma transição político-econômica cubana, presentes também nas leis que positivaram as sanções econômicas e as concederam jurisdição extraterritorial cujas condicionantes para a retirada das sanções seriam a troca de presidência e medidas de abertura política aos moldes dos EUA (HERNÁNDEZ, 2008; ESTADOS UNIDOS, 1992; ESTADOS UNIDOS, 1996). Quanto à participação política, Suárez-Salazar (1992, p.168) destaca que na preparação para o IV Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado entre os dias 10 e 14 de outubro de 1991, ocorreram 100 mil Assembleias Populares, com participação de 3,5 milhões de pessoas que emitiram mais de 1 milhão e 100 opiniões sobre 500 temas distintos da sociedade, da economia e das relações internacionais. Dessa forma, depreende-se que há participação política em Cuba, já que existiam vários mecanismos de participação popular local, onde lhes são assegurados direitos políticos e civis (SUÁREZ-SALAZAR, 1992).

Já no campo do desenvolvimento tecnológico, os investimentos em educação e em pesquisa, aliados aos acessos a programas de capacitação da URSS, permitiram ao país consolidar seu potencial científico na área da saúde, tornando-se uma referência em estudos e avanços na medicina. Assim, Cuba conseguiu desenvolver-se autonomamente na produção de medicamentos, o que representou uma perspectiva de diversificação de suas exportações, bem como de alternativas de trocas internacionais. Diferentemente dos EUA, que efetuam trocas com contrapartidas financeiras, Cuba pode utilizar o conhecimento avançado em medicina para obter trocas com contrapartidas de serviços, mudando a lógica do sistema de assistência mútua internacional (AYERBE, 1998).

⁴⁰ Para mais informações ver: FILHA DE RAÚL CASTRO LIDERA CONGA ANTI-HOMOFOBIA EM HAVANA. **G1**. 10 de maio de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/filha-de-raul-castro-lidera-conga-anti-homofobia-em-havana.html>. Acesso em 06 jul. 2023; ARGAILLOT, J. **Mariela, l'autre Castro: femme, genre, homosexualité et Révolution dans la Cuba d'aujourd'hui**; REED, G. **Revolutionizing Gender: Mariela Castro, MS Director. National Sex Education Center, Cuba. MEDICC Review. 2012;14(2):6-9**; NEGRON-MUNTANER, F. **"Mariconerías" de Estado: Mariela Castro, los homosexuales y la política cubana. Revista Nueva Sociedad: Caracas, v.2018. nov-dec. 2008, p.163-180.**

Dessa maneira, Cuba configura-se como uma via alternativa em relação ao capitalismo e à democracia liberal. A escolha do sistema político de partido único, argumento central da crítica dos EUA, suscita a reflexão de se apenas a pluralidade partidária é suficiente para localizar um país no espectro da democracia (AYERBE, 2004). Ademais, como já exposto, em Cuba há pluralidade política na medida em que a população participa da vida política cubana. Sendo assim, conforme reitera o autor, “os sucessivos governos dos EUA utilizam a defesa abstrata de valores absolutos, mas de aplicações seletivas cuja orientação básica não é a defesa de princípios, mas de interesses” (AYERBE, 2004, p.108).

Segundo Hernández (2008), as medidas unilaterais dos EUA serviram aos interesses da elite estadunidense e da elite cubano-americana, que detinham não só a influência política necessária, mas, também, o monopólio da decisão acerca de assuntos de segurança nacional. O autor ainda salienta que o sistema político dos EUA é refém de grupos de interesse especiais, de compromissos políticos, de transações e de pressões de *lobbies*⁴¹ poderosos. Ainda, reitera que, após a queda da URSS, Cuba deixou de ser uma ameaça de estado-satélite na região, mas isso não foi suficiente para os EUA, que decidiram reforçar as sanções econômicas durante esse período (HERNÁNDEZ, 2008). Ao longo do século XX, as posições dos governos dos EUA foram legitimadas pelos setores mais conservador dos emigrados para os EUA, setor este excludente e elitista, que representa a alta classe e das correntes pró-EUA. O maior representante e que exerceu muita influência durante os planos de fragilizar o governo de Fidel foi o *Cuban-American National Foundation* (HERNÁNDEZ, 2008; BANDEIRA, 2009).

Para Hernández (2008), essa postura não é compatível com o propósito democrático nem com temas relacionados aos direitos humanos. Para o autor, estão longe de seguirem padrões democráticos de diálogo, cooperação e negociação,

em suma, a lógica da política norte-americana para Cuba, a forma pela qual ela é implementada, a natureza de seu processo político que a determina, seus principais atores, sua constante apelação a coerção e a unilateralidade, a sua duplicidade internacional e a sua rigidez, constituem um paradigma alheio ao espírito e aos elementos próprios da democracia (HERNÁNDEZ, 2008, p.154, tradução própria⁴²).

⁴¹ De acordo com Hernández (2008, p.153-154), a lei Helms-Burton de 1996 respondeu ao *lobby* da corporação Bacardi em aliança com deputados cubano-americanos e da ala à direita de ambos os partidos políticos dos EUA.

⁴² Trecho original: “En resumen, la lógica de la política norteamericana hacia Cuba, la forma en que se implementa, la naturaleza del proceso político que la determina, sus principales actores, su apelación constante a la coacción y la unilateralidad, su doble rasero internacional y su rigidez, constituyen un paradigma ajeno al espíritu y los elementos propios de la democracia (HERNÁNDEZ, 2008, p.154)”.

Tendo em vista que os EUA permanecem com relações diplomáticas com outros países cujo aspecto político pode ser considerado socialista, o autor reforça que a posição dos EUA para Cuba é de pressionar quem resiste a implementar as reformas políticas e econômicas liberais lideradas por eles (HERNÁNDEZ, 2008, p.155). Reforçando a argumentação de que Cuba não significava uma ameaça externa para os EUA, após a dissolução da URSS, a ilha deixou de atuar militarmente no âmbito internacional. Em 1993, os russos remanescentes da Crise dos Mísseis se retiraram da ilha e, em 1997, o Pentágono e agências de inteligência estadunidenses certificaram que Cuba não representava mais ameaça militar para os EUA (HERNÁNDEZ, 2008, p.157)⁴³. Apesar de os EUA reconhecerem que Cuba não apresentava mais ameaças militares, por sua vez, nas questões política e econômica ainda representavam ameaças aos EUA. Como aponta o autor:

o discurso político estadunidense recuperou seu objetivo principal: a própria natureza do regime cubano. Seu principal instrumento, o bloqueio econômico, acentuou-se mediante as Leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996), como parte de uma política que reivindicava como condição para uma normalização o seu direito de induzir uma mudança fundamental na ilha (HERNÁNDEZ, 2008, p.157, tradução própria⁴⁴).

Para a normalização das relações entre ambos os países é preciso, no mínimo, estabelecer uma economia de livre-mercado e um sistema multipartidário, além de ter que devolver aos antigos proprietários todas as terras nacionalizadas desde 1959, incluindo as terras nacionalizadas durante o regime ditatorial de Batista. Seria igualmente necessário abolir a Constituição de 1992, privar Fidel e Raúl Castro de seus direitos políticos e estabelecer um sistema político que pudesse ser controlado e verificado pelos EUA (HERNÁNDEZ, 2008). Isso evidencia que a motivação dos EUA é a mesma desde a época da independência cubana: resguardar a ilha somente para seus interesses econômicos de extração de recursos naturais e acesso aos mercados agrícolas sem muitas preocupações tarifárias e políticas para permitir o exercício de sua influência, portanto, seria necessário governos alinhados com essas diretrizes. Além desses, a motivação também perpassa pelos interesses políticos e sociais dos EUA, quais sejam: a garantia de que sua ordem liberal será implementada nos países latino-americanos e a manutenção de sua hegemonia cultural, política e econômica. Por essas razões que, para

⁴³ Informações retiradas do documento do governo dos EUA: Defense Intelligence Agency. **Cuban Threat to US National Security**, 18 de novembro de 1997.

⁴⁴ Trecho original: “El discurso político estadounidense recuperó su objeción primordial: la propia naturaleza del régimen político cubano. Su principal instrumento, el bloqueo económico, se acentuó mediante la Ley Torricelli, sancionada en 1992, y la Ley Helms-Burton, votada en 1996, como parte de una política que reivindicaba como condición para una normalización su derecho a inducir un cambio fundamental en la isla (HERNÁNDEZ, 2008, p.157)”

continuar legitimando o uso das sanções, os EUA precisam constantemente reafirmar os valores liberais da democracia e dos direitos humanos.

Para Ayerbe (1998), a exigência da mudança do sistema político cubano para um modelo seguindo o exemplo das democracias liberais e da cartilha estadunidense por parte dos EUA é uma questão de “honra” de sua política externa. Ou, na visão de Hofer (2020), Jones e Portela (2020), Baldwin (2020), são questões simbólicas. Tendo em vista as perdas de influência no campo econômico e político advindas da Revolução, os EUA temem que outros países latino-americanos se espelhem em Cuba e, principalmente, temem a possível alternativa a sua política. Como Wood (2004) ressaltou, para os governos dos EUA, a não-ação deles no combate ao avanço cubano na região latino-americana resultaria em custos mais elevados do que os custos da implementação das sanções. Então, os EUA preferem continuar com as sanções econômicas porque ao retirá-las estariam chancelando, de alguma forma, a existência de outras formas de política alheias ao liberalismo. Devido às conquistas da Revolução no campo social, os EUA tinham que implementar alguma política que causasse uma diminuição do poder de Cuba para evidenciar que o socialismo estava fadado ao fracasso.

Conforme salienta o autor,

exigir de Cuba mudanças na estrutura política em direção à eliminação do controle estatal sobre as atividades de oposição, e não exigir o fim do bloqueio econômico norte-americano e a normalização das relações diplomáticas entre os dois países, significa reconhecer o direito de intervenção. A política intervencionista dos Estados Unidos é parte componente do "modo de vida americano", porque inclui como uma das fontes da sua supremacia no mundo o patrocínio das formas mais violentas e autoritárias de ação política. (AYERBE, 1998, p.218).

Ayerbe (1998) ainda observa que há várias formas de pressão nesse período desde econômicas e políticas até militares. No plano econômico, o bloqueio trouxe graves problemas para Cuba que viu-se obrigada a reorientar seu comércio para outras regiões muitas vezes mais distantes, encarecendo suas exportações e importações (AYERBE, 1998; RODRÍGUEZ, 2023). Nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em constante clima de conflito, de acordo com Ayerbe (1998). Ainda, segundo a análise do autor, o isolamento político, cultural, econômico e científico gerou em Cuba grande abalado de suas estruturas, assim como agravou complicações intrínsecas ao desenvolvimento dos países do Sul Global como, por exemplo, no setor agrícola (AYERBE, 1998; VASCONCELOS, 2016a; BANDEIRA, 2009; RODRÍGUEZ, 2023).

Dessa forma, as sanções podem ser compreendidas como forma de “castigo”⁴⁵ internacional, como aponta Hofer (2020), que, por sua vez, geram estigmas e criam hierarquias entre o Estado sancionador e o país-alvo. A autora concorda com a posição de Baldwin (2020) e Hufbauer et al. (2007) que as sanções são motivadas pelo poder e para manter o *status quo* do Estado sancionador. Adicionalmente, as autoras Jones e Portela (2020) enfatizam que as sanções perseguem interesses relacionados à política interna do país sancionador e da conjuntura internacional. Diante desse pensamento, ao analisar o contexto que se encontrava os EUA e Cuba, os interesses estadunidenses já estavam bem elucidativos quando da imposição das sanções, bem como o desejo de manter seu *status quo* na região diante de uma ameaça soviética e comunista (BANDEIRA, 2009).

As sanções impostas pelos EUA são unilaterais, isso quer dizer que saíram do escopo da política interna para a política externa. O Congresso dos EUA e os grupos de interesses cubano-americanos foram capazes de influenciar ainda mais a retórica estadunidense de sufocar Cuba devido a garantia de autonomia e independência garantidas pela Revolução porque mexeram com os interesses econômicos e políticos dos EUA. Contudo, esse tipo de sanção, que não passa por organizações internacionais, são consideradas ilegais e ilegítimas por só serem implementadas como ferramenta política do Estado sancionador para alcançar objetivos próprios (HOFER, 2020). Ainda de acordo com a autora, a aplicação das sanções unilaterais normalmente são em prol dos direitos civis e políticos em detrimento dos direitos sociais e culturais que seriam diminuídos por essas sanções, por essa razão se põe em causa a legalidade e a legitimidade desse tipo de instrumento político. Sobre esses conceitos, a autora sustenta que essas práticas são ferramentas que os Estados usam para ratificar seu *status* social, criando uma hierarquia discricionária. A relação de hierarquia advém da posição de autoridade do Estado sancionador que impõe as sanções criando uma espécie de subordinação implícita ao país-alvo e traz consequências nocivas a sua sociedade (HOFER, 2020; RODRÍGUEZ, 2023).

Essa prática de reafirmar valores e criar estigmas que corroboram essa afirmação é comumente usada pelos EUA, assim, as sanções econômicas são, portanto, instrumentos políticos de caráter imperialistas que tem por característica reiterar à força dos valores liberais que são os corretos na visão estadunidense (NOSSAL, 1989; HUFBAUER et al., 2007; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; BALDWIN, 2020). Conforme já salientado, os EUA emergiram como uma potência imperialista que logrou em exportar seus ideais neoliberais e morais para o mundo e isso perpassa sobre a ideia de quais direitos humanos devem ser

⁴⁵ Conceito utilizado por Hofer (2020) para referir-se à natureza das sanções.

protegidos e qual democracia deve ser garantida, sendo ele próprio o detentor de tal julgamento. Assim, os EUA conseguem moldar a narrativa por meio de discursos maniqueístas e polissêmicos que muitas vezes vem esvaziado de sentido, propositalmente, para validar determinadas estruturas de poder e alienar os demais Estados e a sociedade do país-alvo (CASANOVA, 2005; PAUTASSO, 2021).

Nossal (1989) percebe, então, que as sanções têm necessariamente um caráter punitivista uma vez que são respostas aos atos impróprios e incorretos mensurados dentro de um sistema de valor dado pelo Estado sancionador que, como depreendemos, os EUA detêm o monopólio da decisão de quais valores serão aceitos no sistema internacional. Afinal, essa foi a forma encontrada por este país de manter sua posição hegemônica e imperialista dentro do sistema internacional, assim como e, principalmente, na região da América Central e o Caribe. No entanto, as sanções impostas pelos EUA como forma de ação punitivista com viés imperialista possuem impactos que são difíceis de mensurar dentro da sociedade do país-alvo (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020).

As sanções como medidas punitivistas afetam diretamente as funções do país-alvo, principalmente em sua economia e infraestrutura (GORDON, 2019; HANANIA, 2020). Com o agravamento das sanções, Cuba foi proibida de fazer qualquer tipo de transação internacional usando o dólar, a restrição não continha-se aos bancos estadunidenses, mas outros bancos poderiam igualmente serem alvo das sanções caso deixassem passar qualquer transação com Cuba, logo a capacidade de captar recursos deteriorou-se (GORDON, 2019). Mesmo nos setores em que o país era mais forte, como o da biotecnologia e da medicina, sofreram o impacto do desabastecimento de produtos essenciais para seu contínuo desenvolvimento. O autor ainda enfatiza que as sanções interferem diretamente nos ativos e fontes de receita do Estado, assim como em suas fontes de recursos naturais e compras governamentais (GORDON, 2019).

Gordon (2019) e Hanania (2020) destacam que as sanções geram graves consequências para a população local, tornando impossível para o país-alvo manter sua infraestrutura e garantir o mínimo dos direitos humanos para sua sociedade. O autor cita alguns exemplos de setores que são atingidos pelas consequências das sanções: segurança social, pensões, subsídios estatais para bens básicos como alimentos (GORDON, 2019). Hanania (2020) acrescenta que as sanções impostas atingem mais a sociedade civil do que o próprio país-alvo. Certo é que após as sanções, Cuba viu-se em uma situação crítica para manter suas políticas públicas funcionando, seus subsídios em cestas-básicas ou garantias de cartão-alimentação foram altamente prejudicados. Ainda sob a visão de Gordon (2019), em um estado socialista que fornece assistência médica, educação e serviços extensivos, as consequências causadas pela

interrupção das fontes de renda são acentuadas (GORDON, 2019). Bossuyt (2000, p.87) adiciona que essa medida afeta diretamente os direitos humanos da sociedade cubana, pois os EUA são a principal fonte econômica e regional de fontes de tecnologia médica e de medicina de forma geral, o que significa que Cuba está submetida, pelas sanções, à privações intensas nesse setor (BOSSUYT, 2000; RODRÍGUEZ, 2023).

Esses impactos nos direitos humanos perpassam a discussão sobre esse conceito tão difundido a partir da criação da ONU (DOUZINAS, 2009). Para Bobbio (2004), os DH nascem como direitos naturais universais que têm sua gênese no particular, mas que se desenvolvem para atingir o universal. Apesar do entendimento acerca dos DH de que são indivisíveis e universais, há de se abrir um parêntese sobre o entendimento desse conceito durante o período da Guerra Fria. Em decorrência do embate ideológico da Guerra Fria e da necessidade de proteger os DH que estavam passando por diversas transformações ao longo de suas gerações, EUA e URSS formalizaram seus entendimentos sobre esses direitos em dois pactos diferentes.

Diante do exposto, os EUA, ao ratificarem apenas o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, estavam acenando para qual DH eles consideravam como primordiais a uma sociedade. Ao rechaçarem o Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, os EUA estavam agravando o embate ideológico para associarem este Pacto com a tradição socialista e, portanto, não digno de ser implementado na ordem liberal liderada por eles. Piovesan (2017) ressalta que há a equivocada noção de que os direitos civis e políticos merecem maior atenção do que os direitos econômicos, sociais e culturais. Segundo a autora, a agenda internacional de DH pautou-se na proteção dos direitos civis e políticos sob forte influência do Norte (PIOVESAN, 2017). Yamato (2014) reforça essa ideia contextualizando que o sistema internacional dos DH, no pós-2GM, foi construído por meio da identificação de forças “selvagens e brutas” que buscavam dominar o mundo. Essa ideia era similar com o que Mutua (2002) descreveu como análise tridimensional dos DH. Assim, contra as forças selvagens demandariam ações a sua altura e demandariam a ajuda de um Estado para intervir em tais forças (MUTUA, 2002). Yamato (2014) salienta que foi a partir desse ponto que houve a construção negativa do “outro” como selvagem, bárbaro ou bruto e, com isso, a legitimação dos valores supostamente universais dos DH. A partir desse ponto, houve a facilitação da criminalização do inimigo, pois a “humanidade” passou a ter uma função bastante importante e de disputa contribuindo para que determinados valores se sobressaíssem frente aos outros (YAMATO, 2014).

Sob essa lógica, Eide e Rosas (1995, p.17-18) frisam que “levar os direitos econômicos, sociais e culturais a sério implica, ao mesmo tempo, um compromisso com a integração social,

a solidariedade e a igualdade, abrangendo a questão da distribuição de renda”. Piovesan (2017) enfatiza que a inclusão do aspecto social permite “ecoar a voz do Sul” por revelar as preocupações e demandas da região. As políticas públicas feitas pelo governo revolucionário contrapôs as diretrizes liberais dos EUA e acabou tornando-se uma via alternativa para a promoção de maior qualidade de vida a partir da garantia dos direitos sociais, culturais e econômicos (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; PAUTASSO, 2021; AMIN, 2015). Entretanto, como esses direitos foram influenciados pelo socialismo e pelos soviéticos, os EUA tiveram que impedir o avanço dessa onda fortalecendo as sanções econômicas para resguardar sua hegemonia (RODRÍGUEZ, 2023).

Diante do exposto, as próximas seções irão dar ênfase nas consequências negativas das sanções nos principais setores sociais que Cuba investiu pós-Revolução: o da saúde e o da educação. Além disso, busca-se evidenciar a queda abrupta dos direitos humanos da sociedade cubana. Tendo em vista esse breve debate acerca de quais direitos humanos são assegurados, certo é que Cuba aumentou a qualidade de vida garantindo a sua população acesso à cultura, à educação, à saúde, entre outros setores que foram impulsionados pela Revolução. Cuba tornou-se exemplo na área biomédica com investimentos na fabricação de medicamentos e na qualidade do serviço médico, tirou o país do analfabetismo, criou diversos mecanismos de participação popular e foi mais ativo quanto às pautas sobre o direito das mulheres e da população LGBTQIA+. Contudo, as sanções econômicas impactaram todos esses ganhos revolucionários e impediram a plena atuação do governo para garantir tais políticas, gerando uma diminuição significativa da qualidade de vida da população cubana.

3.2 De exemplo mundial à respiração por aparelhos: o impacto no setor da saúde

Os primeiros anos da Revolução foram dedicados à formulação de políticas públicas nas áreas consideradas mais importantes para o recém-governo. Conforme ressalta Chomsky (2015), as duas áreas mais investidas pela Revolução foram a saúde e a educação, estas receberam constantes investimentos até mesmo nos piores anos do endurecimento do embargo econômico. De acordo com Ochoa (2003), com a mudança de mentalidade segundo os valores da Revolução implicava necessariamente uma transformação total do sistema de saúde, bem como a criação de uma nova consciência frente à saúde. E essa só poderia ser feita com uma transformação social e econômica por essa razão o governo implementou diversas medidas para diminuir a dependência política e econômica dos EUA, uma vez que este controlava as

principais indústrias do país, o que estendia desde terras agrícolas até distribuição de energia e extração de recursos estratégicos para a ilha (OCHOA, 2003; RODRÍGUEZ, 2023).

Conforme salienta Ochoa (2003, p.161),

a reforma dos serviços de saúde esteve norteadada, desde seu início, pela vontade política de transformar a situação determinante de uma saúde coletiva afetada por graves problemas para uma orientada por um modelo que acabaria com tudo que atentava contra a saúde de sua população (OCHOA, 2003, p.161, tradução própria⁴⁶)

A prioridade do governo era a de desenvolver o capital humano por meio de planificações e programações de ações em prol da saúde, assim investiram em melhorar as estatísticas sanitárias, buscando a equidade e a multidisciplinaridade para melhorar este setor (OCHOA, 2003; TORRES; MARTÍNEZ, 2013). O novo entendimento do governo acerca da saúde foi o de que ela está vinculada aos diversos aspectos da vida humana, ou seja, a saúde passa a não ser mais considerada apenas ausência de doenças, mas, sim, a junção de muitos componentes sociais que corroboram com um estilo de vida mais sereno e saudável. Isso se baseava em alguns princípios como: o entendimento da saúde como direito humano e o reconhecimento do caráter estatal e social na medicina. Assim, a saúde da população passa a ser considerada responsabilidade do Estado, as ações no âmbito da saúde seriam promovidas e guiadas pelo princípio da prevenção e da solidariedade internacional da saúde (OCHOA, 2003; MESA-LAGO, 2005).

O Ministério de Saúde Pública é o órgão responsável pelo *Sistema Nacional de Salud* (SNS) e é encarregado de dirigir, executar e controlar as políticas públicas de saúde. Tal organismo é orientado pelo caráter estatal e social da medicina, de acessibilidade e gratuidade dos serviços, orientação profilática, aplicação adequada dos avanços da ciência e da técnica, participação da população cubana e intersetorialidade, colaboração internacional, centralização normativa e descentralização executiva. Desde a sua criação, em 1960, o SNS tem sido fortalecido e constantemente adaptado de acordo com as prioridades do governo: de mudanças nos perfis sociodemográficos ou da dinâmica econômica do país sempre alicerçados em dados e estatísticas dos programas elaborados pelo SNS. Assim, infere-se que o sistema de saúde está em permanente processo de reforma (ALONSO; ZACCA, 2011; MÁRQUEZ; OCHOA; LÓPEZ, 2005; OCHOA, 2003).

⁴⁶ Trecho original: “Así, la reforma de los servicios de salud estuvo presidida, desde su inicio, por la voluntad política de transformar la situación determinante de una salud colectiva afectada por graves problemas, y la de orientarla a un modelo que liquidara todo lo que atentara contra la salud de la población (OCHOA, 2003, p.161).”

O estabelecimento de um serviço de saúde rural foi uma importante etapa para a busca de maior equidade no âmbito da saúde. Visando seu melhoramento, foi criado o Serviço de Saúde Rural, cujo objetivo era promover maior acesso à saúde nas zonas rurais (CHOMSKY, 2015; OCHOA, 2003). Devido ao grande investimento em biotecnologia, Cuba passou a exportar saúde com a venda de medicamentos para os países da América Latina (BANDEIRA, 2009). Com isso, Cuba pode, também, exportar seus valores e ser referência no turismo de saúde (LIPSZYC, 2017; PRENSA LATINA, 2015). O uso da saúde como técnica para a diversificação da pauta exportadora e também para buscar novas formas de financiamento foi importante para Cuba mostrar que a Revolução estava dando certo. Para garantir a gratuidade e o amplo acesso da população, todas as áreas da saúde foram nacionalizadas, bem como todos os serviços privados de saúde, incluindo as indústrias farmacêuticas e as farmácias, também houve a gradual redução do exercício privado da medicina (OCHOA, 2003).

Entre as décadas de 1970-1980, o governo investiu no desenvolvimento da atenção primária, o que levou a formação do “especialista em medicina geral integral”, já entre as décadas de 1980-1990, foi criado o Centro de Microcirurgia Ocular, o primeiro polo científico de Cuba que inclui os centros de imunoensaios, de engenharia genética e de biotecnologia, também foi inaugurada a Escola Latino-americana de Ciências Médicas. Nos anos 2000, houve a criação do programa Operação Milagre que forneceu tratamento oftalmológico-cirúrgico a cidadãos pobres da América Latina, assim como foi fundado o Contingente Internacionalista “General Henry Reeve”, uma estrutura médica permanente especializada em desastres naturais (ALONSO; ZACCA, 2011). Todas essas formações foram feitas sem o auxílio estrangeiro, pois o embargo proibia que a ilha recebesse assistência internacional de organizações as quais os EUA faziam parte (RODRÍGUEZ, 2023; GORDON, 2016).

Essa transformação estrutural e social do sistema de saúde demonstra a consolidação da ideia de que a saúde é um direito humano, além de ser um direito social inalienável, o que está alinhado com o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Assim, todos os cubanos têm o direito de ter acesso a todos os serviços de saúde de forma integral e gratuita sem qualquer discriminação de raça, classe ou gênero. Além disso, o Estado é o provedor integral e exclusivo do setor da saúde, é ele quem regula, financia e presta os serviços de saúde (ALONSO; ZACCA, 2011; MÁRQUEZ; OCHOA; LÓPEZ, 2005; OCHOA, 2003). A responsabilização do Estado como provedor dos direitos sociais e econômicos de sua população é considerado um marco importante para a mudança de mentalidade da sociedade, assim como da transformação social pela qual Cuba passou desde a década de 1960. A ideia do Estado

garantir saúde a toda a sua população garante a equidade de tratamento e a não-discriminação do atendimento de saúde.

Logo esses investimentos no setor da saúde foram percebidos: Cuba desenvolveu vacinas contra as doenças meningocócica, tetravalente, difteria-pertussis-tétano-hepatite e vacina contra *Haemophilus Influenzae* tipo b, esta foi a primeira vacina obtida por síntese química. Além disso, o país produziu importantes medicamentos contra o HIV-AIDS, que são fornecidos gratuitamente aos pacientes, assim como uma vacina terapêutica contra o câncer de pulmão. A obtenção da vacina contra a *Haemophilus Influenzae* originou artigo científico na Revista Science dos Estados Unidos, isso representou um esforço e um acontecimento importante, pois os cubanos tinham restrições no meio acadêmico dos EUA, em regra, não podiam ter divulgações científicas no país. Outrossim, mais um exemplo de quebra no bloqueio foi o convênio firmado entre o Centro de Imunologia Molecular de Cuba e o CANCEVAC dos EUA, este tinha como objetivo desenvolver pesquisas de vacinas contra o câncer (MÁRQUEZ, OCHOA, LÓPEZ, 2005).

Os esforços do governo em melhorar o sistema de saúde e levar dignidade a sua população teve várias frentes de combate a partir de diagnósticos e estatísticas levantados. Destacam-se os programas específicos para as mulheres, crianças e idosos (MÁRQUEZ, OCHOA, LÓPEZ, 2005; OCHOA, 2003; MESA-LAGO, 2005). Quanto à proteção da criança, segundo relatório produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁴⁷, em 1998, Cuba ocupou a 32ª posição de um total de 192 países, referente a menores taxas de mortalidade infantil, isso se deu porque o país implementou diversos programas de imunização para este público, alcançando 95% das crianças. O programa nacional de imunização protege as crianças de 11 doenças e mantém erradicadas: a poliomielite e a malária desde a década de 1960, a meningite tuberculosa desde 1971, tétano desde 1972, difteria desde 1979, meningoencefalitis e rubéola desde 1989 e o sarampo desde 1993 (MÁRQUEZ, OCHOA, LÓPEZ, 2005; OCHOA, 2003; MESA-LAGO, 2005).

No que diz respeito a saúde das mulheres, todas as grávidas têm o direito de fazer o pré-natal, assim como recebe atenção durante todo o período da gravidez, com isso o país logrou em apresentar baixo risco reprodutivo, segundo o *Population Action International*⁴⁸. Nos anos 1960, Cuba legalizou o aborto sem restrições até a 10ª semana de gestação, além disso, por si

⁴⁷ UNICEF. **Estado Mundial de la Infancia 2000**. UNICEF. New York, 2000, p 83.

⁴⁸ Population Action International 1995. **Riesgo reproductivo: evolución mundial de la salud sexual y materna de la mujer**. PAI. Washington 1995.

só, representar um grande avanço na conquista dos direitos das mulheres, observa-se que a mortalidade materna diminuiu, em média, 60%. Em Cuba o aborto só é punido em casos que almejam fins lucrativos ou quando realizados em instituições não-oficiais ou por profissionais não-capacitados, o que evita a prática ilegal e reforça o direito reprodutivo da mulher (OCHOA, 2003; AGUIAR et al, 2018).

Diante desse cenário da melhora do sistema de saúde e da consequente melhora nos indicadores de saúde da população cubana, depreende que a reforma foi revolucionária tanto por sua extensão quanto por sua profundidade. Tal reforma atingiu seus objetivos e transformou a mentalidade do povo cubano em preocupar-se mais acerca de sua saúde e de entender a saúde como parte de seu estilo de vida. Outro aspecto que ajudou o sistema de saúde a prosperar foi a descentralização político-administrativa. Governos provinciais e municipais detinham investimento e eram munidos de poderes para seguir com os planos de planificações e programações de saúde, o que demonstra também o fortalecimento do papel da sociedade e do diálogo entre sociedade e Estado (OCHOA, 2003; TORRES; MARTÍNEZ, 2013).

Tabela 1 - Evolução dos indicadores de saúde em Cuba⁴⁹

Indicadores selecionados⁵⁰	1960s	1980	1990	1995	2000
Taxa de mortalidade infantil	42	19,6	10,7	9,4	7,2
Índice de crianças com baixo peso ao nascer (%)	sem dados	9,7	7,6	7,9	6,1
Taxa de mortalidade materna	120,1	52,6	31,6	32,6	34,1
Partos atendidos em instituições públicas (%)	63	98,5	99,8	99,8	99,9
Habitantes por médicos de família	sem dados	635	275	193	169

Fonte: OCHOA, 2003, p.158. Baseado nos dados estatísticos da Oficina Nacional de Estadísticas y Dirección de Estadísticas del Ministerio de Salud Pública

Diante dos dados da tabela acima, percebe-se uma significativa melhora dos indicadores sociais de Cuba, resultado de um massivo e constante programa de melhoria da saúde de sua população. Da década de 1960 até a década de 1980, todos os dados apresentaram melhora. Contudo, os EUA impuseram uma série de sanções econômicas contra Cuba que tiveram seu ápice na década de 1990. Os números da Tabela 1, apresentam relativa queda em alguns pontos e estabilidade em outros nesse período. A taxa de mortalidade infantil e a nutrição de crianças, por exemplo, apresentaram uma queda nos indicadores sociais na década de 1990. Ainda, Cuba enfrentou sérios problemas relacionados à patentes e medicamentos, pois os EUA são um dos principais países a liderar a indústria farmacêutica e de medicamentos, então observando Cuba ganhar autonomia nessas questões somado ao fato da ilha ser contra o sistema de patentes dos EUA, este país viu seu interesse econômico ser ameaçado (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004; TORRES; MARTÍNEZ, 2013).

A política das sanções econômicas visavam a asfixia econômica, financeira, cultural e social de Cuba, seus reflexos são sentidos em todas as esferas sociais e, principalmente, na questão da saúde. As sanções privaram os meios fundamentais para garantir o bem-estar

⁴⁹ Os anos foram selecionados de acordo com a referência do autor Ochoa (2003, p.158).

⁵⁰ As taxas têm como referência mil nascidos vivos.

material e espiritual da sociedade cubana uma vez que o Estado é o único provedor da saúde (MÁRQUEZ; OCHOA; LÓPEZ, 2005; GORDON, 2019; HANANIA, 2020). A contração econômica, como salienta Ochoa (2003, p.158), teve reflexos nas condições de vida e também do aumento da taxa de mortalidade por doenças infecciosas, que o governo já tinha erradicado. Depreende, portanto, de acordo com os dados das Tabelas 1 e 2, que as sanções impactaram no direito humano da população cubana (OCHOA, 2003; TORRES; MARTÍNEZ, 2013).

Tabela 2 - Taxa de mortalidade por doenças infecciosas em Cuba entre os anos de 1989-2001

Ano	Taxa por mil habitantes
1989	8,3
1990	9,4
1991	9,9
1992	10,4
1993	13,8
1994	13,5
1995	12,8
1996	10,6
1997	9,6
1998	8,0
1999	7,7
2000	5,5

Fonte: OCHOA, 2003, p.158. Elaborado a partir do Anuario Estadístico de Salud 2000.

As taxas da Tabela 2 estão aumentando relativamente, contudo, o aumento é mais notório na década de 1990 devido ao endurecimento do embargo econômico por meio da Lei Torricelli e Lei Helms-Burton, assim como do colapso soviético que cessou o financiamento e investimento em Cuba, tanto que essa década é chamada de Período Especial (MESA-LAGO, 2005; GARFIELD; SANTANA, 1997; RODRÍGUEZ, 2023; TORRES; MARTÍNEZ, 2013). Além disso, também percebemos o aumento dos níveis de desnutrição nesta década, outro ponto que tinha sido eliminado de Cuba desde finais da década de 1960. A alimentação também foi severamente afetada tendo em vista os desabastecimentos de alimentação e redução de

alimentos na cesta básica distribuída pelo governo (CHOMSKY, 2015; OCHOA, 2003; MESA-LAGO, 2005). Cuba importava quase todas as proteínas consumidas pela sua população, sendo muitas provenientes da parceria com a URSS, logo, quando o bloco soviético entrou em colapso, suas importações foram severamente acentuadas, diminuindo cerca de 50% entre os anos de 1989 e 1993⁵¹ (GARFIELD; SANTANA, 1997).

Durante o Período Especial, a ingestão calórica estava na faixa de 3.130 calorias, já em 1993, estava em 1.863 calorias. A baixa disponibilidade de proteína contribuiu com essa diminuição da ingestão calórica que diminuiu 18% em 1992 (GARFIELD; SANTANA, 1997, p.16). A situação nutricional continuou diminuindo até final de 1994, quando as reformas por uma maior abertura de mercado vieram por meio da volta dos mercados agrícolas (CHOMSKY, 2015). De acordo com Garfield e Santana (1997, p.16), esse setor ficou responsável por fornecer cerca de 10% de suplementação calórica para a população. Tendo em vista essa onda de desnutrição acarretadas pelas sanções econômicas e que foi acentuada com a queda do bloco soviético, as crianças, mulheres e idosos passaram a ser prioridade para o governo cubano no combate ao déficit nutricional. No primeiro caso, o baixo peso ao nascer é exemplo dos efeitos da nutrição insuficiente, igualmente indica um índice altamente sensível. Este índice apresentava uma tendência decrescente desde a década de 1970, mas começou a aumentar em 1991 e, dois anos depois, atingiu um nível superior ao da década anterior (OCHOA, 2003, p.159)⁵².

⁵¹ Para mais informações ver: BENJAMIN, M. **No Free Lunch-Food and Revolution in Cuba Today**. San Francisco, Calif: Institute for Food and Policy Development. 1984.

⁵² Para ver mais: American Association for World Health, Denial of Food and Medicine: The Impact of the U.S. Embargo on Health & Nutrition in Cuba. 1997. Disponível em: <http://www.medicc.org/resources/documents/embargo/The%20impact%20of%20the%20U.S.%20Embargo%20on%20Health%20&%20Nutrition%20in%20Cuba.pdf>

Tabela 3 - Índice de baixo peso ao nascer 1990-2000

Ano	Índice porcentagem sobre o total de nascidos vivos
1990	7,6
1991	7,8
1992	8,6
1993	9,0
1994	8,9
1995	7,9
1996	7,3
1997	6,9
1998	6,7
1999	6,5
2000	6,1

Fonte: OCHOA, 2003, p.159. Elaborado a partir do Anuario Estadístico de Salud 2000.

Os efeitos adversos do embargo impactam severamente o comércio e, conseqüentemente, a atividade econômica doméstica. Assim, Cuba se aproximou da URSS para conseguir sobreviver economicamente e continuar com seus esquemas de parcerias para ter abastecimento interno de alguns itens. No entanto, a dissolução do bloco soviético e a perda de espaço do COMECON contribuiu para que houvesse o declínio de 60% do Produto Interno Bruto de Cuba nos anos 1990 (BANDEIRA, 2009; GARFIELD; SANTANA, 1997; TORRES; MARTÍNEZ, 2013). No setor da saúde isso se traduziu em indisponibilidade de medicamentos e alterações de seus custos, as importações de medicamentos e reposição de peças usadas neste setor também foram prejudicadas a partir da década de 1990. Nota-se que a escassez de divisas e a deterioração da alimentação representou acentuada deterioração do sistema de saúde. Dessa maneira, infere-se que o embargo econômico causou declínio nos indicadores de saúde e dificultou o fornecimento de bens essenciais, assim como a dissolução da URSS contribuiu para que os efeitos das sanções fossem ainda mais severos para a população (GARFIELD; SANTANA, 1997; MESA-LAGO, 2005; ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Além disso, o declínio econômico de Cuba também gerou uma redução nos materiais e produtos necessários para garantir água limpa. Conforme aponta Garfield e Santana (1997, p.16), entre os anos de 1990 e 1994, o índice de água limpa doméstica nas zonas urbanas caiu

de 83% para 81% e nas zonas rurais reduziu de 30% para 24%. No mesmo período, a parcela da população sem acesso à água potável aumentou de 10% para 12%. A capacidade de produção de cloro também diminuiu devido ao desabastecimento interno, a população coberta pelo sistema de água clorada caiu de 26%, em 1988, para 26%, em 1994⁵³. Com isso, a mortalidade por doenças diarreicas aumentou de 2,7, em 1989, para 6,8 em 1993 (GARFIELD; SANTANA, 1997, p.16).

No que concerne ao aumento de doenças e mortalidades por essas doenças, a falta de importação de gorduras, impactada pelo embargo, assim como pela dissolução da URSS, resultou em uma grave escassez de sabão e outros produtos de limpeza. O sabão per capita anual distribuído via racionamento totalizava quatro barras entre os anos de 1993 e 1994. A falta de produtos de higiene pessoal corroborou o aumento das doenças diarreicas, pediculose e surtos de sarna, que atingiram seu pico em 1994. Então, a população começou a fazer sabão caseiro que eram feitos com soda cáustica e outros produtos químicos, como consequência, a mortalidade por intoxicação não-intencional subiu de 0,4 para 1,1 por 100 mil habitantes⁵⁴. Também aumentou os casos de queimadura por querosene que passou a ser comumente utilizado para iluminar as casas nesse período por conta dos frequentes *apagones*, devido ao desabastecimento no setor de energia (GARFIELD; SANTANA, 1997).

Segundo comunicações oficiais do Ministério de Saúde Pública de 1995, Cuba passava por uma epidemia de leptospirose devido ao aumento da produção agrícola não supervisionada associada à produção de arroz em pequena escala (GARFIELD; SANTANA, 1997). Como os alimentos estavam escassos na ilha e havia a dificuldade de importação por conta dos altos fretes, muitos familiares tiveram que recorrer à medidas alternativas de produção própria, que sem supervisão e controle adequado podem apresentar danos severos à saúde. A mortalidade total por mil habitantes aumentou de 6,4, em 1989, para 7,2 em 1994, somente entre os anos de 1992 e 1993, a taxa de mortalidade por gripe, pneumonia, tuberculose, diarreia, lesões não-intencionais, asma, dentre outras doenças aumentou em pelo menos 10% entre a população com mais de 65 anos (GARFIELD; SANTANA, 1997, p.18).

A deterioração das condições sociais e das instalações médicas começou a afetar outros grupos populacionais também, a mortalidade infantil apresentou um ligeiro aumento decorrente de doenças respiratórias e diarreicas que também foram acentuadas pela desnutrição infantil. A mortalidade materna também apresentou um aumento nas taxas devido ao declínio do estado

⁵³ **Cuba:** Programa Nacional de Accion. Havana, Cuba, 1992.

⁵⁴ **Anuario Estadístico 1995.** Havana, Cuba: Ministry of Public Health. Unpublished.

nutricional materno, infecções não-tratadas e escassez de peças para transporte e para manutenção dos hospitais, além das constantes falta de eletricidade (GARFIELD; SANTANA, 1997).

Por conta do desabastecimento dos hospitais e dos *apagones* frequentes, o número de exames laborais realizados nos hospitais diminuiu em 36% e o número de radiografias diminuiu 75%. Remédios e outros produtos médicos foram tornando-se cada vez mais indisponíveis por consequência do endurecimento das sanções, especialmente pela Lei Torricelli (1992). A maioria dos remédios e itens médicos, como o filme de máquinas de raio-X e respiradores, são produzidos por empresas estadunidenses ou possuem algum processo de produção proveniente dos EUA e, portanto, não podem ser adquiridos em razão das sanções. Também, o acesso às ambulâncias tornou-se cada vez mais escasso, pois as peças de reposição ficaram cada vez mais difíceis de obter (GARFIELD; SANTANA, 1997; RODRÍGUEZ, 2023).

À conta das sanções, a importação de produtos médicos fora dos EUA era extremamente custosa para a ilha em decorrência dos altos fretes e dos altos preços relacionados aos produtos novos ou muito especializados ou, ainda, por conta da constante pressão que os EUA faziam para os países não comercializarem com Cuba. Empresas oriundas da Suíça, França, México e República Dominicana teriam sido ameaçadas pela Embaixada dos EUA com represálias comerciais se não cancelasse as vendas planejadas para Cuba, inclusive, muitos produtos eram de itens de higiene pessoal, como o sabão. Essas vendas foram caracterizada pelo Departamento de Comércio dos EUA como “terrorismo médico”. Há estimativas de que a produção cubana de produtos farmacêuticos mais usados custe um adicional de US\$ 1 milhão por ano devido ao embargo, o Ministério do Comércio Externo de Cuba estima em US\$ 45 milhões por ano o total dos custos excessivos ao sistema de saúde devido às sanções (GARFIELD; SANTANA, 1997, p.19).

A exportação de saúde pelo alto profissionalismo dos médicos cubanos também representou um problema no decorrer dos anos pós-Revolução, pois o aumento da exportação de médicos por meio dos contingentes internacionais (ou brigadas internacionais) também contribuiu para o desabastecimento de médicos internamente, o que foi severamente sentido durante o Período Especial. Ainda nesse período, em função da abertura de mercado e do agravamento da crise econômica, houve a migração de muitos trabalhadores do setor da saúde para outros setores, principalmente para o setor de turismo, que recebeu especial atenção durante os anos 1990. Igualmente sofreu com a migração de muitos profissionais qualificados para outros países, dada a má funcionalidade do setor de saúde em decorrência das sanções. Isso tudo contribuiu não só para o desabastecimento de médicos internamente, mas, também,

para o declínio do setor de saúde. Como consequência aos altos números de profissionais deixando este setor, o governo limitou as mudanças de carreiras para proteger e garantir a universalidade e gratuidade da saúde (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; MONTEQUÍN et al, 2009).

De acordo com o relatório da Anistia Internacional (2009), às restrições impostas pelo embargo econômico ajudam a privar Cuba de acessos vitais a medicamentos, novas tecnologias científicas e médicas, alimentos, eletricidade e produtos de tratamento de água. Em linha com o artigo 25, inciso I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que reconhece o direito de

toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948⁵⁵).

Apesar da DUDH ressaltar que o direito à saúde, ao bem-estar e à alimentação devem ser assegurados, o embargo dos EUA fere substancialmente tais direitos. Os impactos das sanções ao sistema de saúde cubano durante a década de 1990 foram documentados no relatório de 1997 da Associação Americana para a Saúde Mundial (AAWH⁵⁶)⁵⁷, segundo relatório da Anistia Internacional (2009). A AAWH identificou que o embargo contribuiu particularmente para a desnutrição que afetou principalmente mulheres e crianças, para a falta e dificuldade de acesso à água limpa, para a falta de acesso aos medicamentos e suprimentos médicos e ainda limitou as trocas de informações médicas e científicas devido às restrições de viagem e regulamentos de câmbios (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Segundo o relatório da Anistia Internacional (2009), uma catástrofe humanitária só foi evitada porque o governo cubano manteve, durante todos os anos do endurecimento do embargo, investimentos no setor da saúde e conseguiu manter a gratuidade universal. Entretanto, mesmo assim, percebe-se o impactos negativos que as sanções causaram no sistema

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em 27 jul. 2023.

⁵⁶ Sigla em inglês para American Association for World Health.

⁵⁷ American Association for World Health, Denial of Food and Medicine: The Impact of the U.S. Embargo on Health & Nutrition in Cuba, March 1997. Disponível em: <http://www.medicc.org/resources/documents/embargo/The%20impact%20of%20the%20U.S.%20Embar%20on%20Health%20&%20Nutrition%20in%20Cuba.pdf>. Acesso em 27 jul. 2023.

de saúde cubano (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009; GARFIELD; SANTANA, 1997; RODRÍGUEZ, 2023; OCHOA, 2003; TORRES; MARTÍNEZ, 2013). Garfield e Santana (1997) pontuam alguns desses impactos: declínio do transporte público, incluindo transportes médicos, falta de reparos em maquinários e aumento do desemprego e subemprego. O autor ainda aponta que apenas os cubanos que tinham acesso ao dólar estavam parcialmente protegidos de algumas dessas mazelas. Essa instabilidade econômica reduziu a qualidade de vida da sociedade, pois a manutenção do acesso pleno à saúde é fundamental para proteger a população (GARFIELD; SANTANA, 1997; TORRES; MARTÍNEZ, 2013; PAZ, 2005).

A exportação de medicamentos foi parcialmente permitida para razões humanitárias durante o Período Especial, no entanto tinham diversas limitações para a exportação. Ocorre que o acesso aos medicamentos tornou-se praticamente impossível para Cuba, pois toda a exportação de medicamentos estava condicionada ao certificado do presidente dos EUA por meio de inspeção do local da venda aprovada pelo presidente estadunidense presencialmente. Essa inspeção visava garantir que todo o produto médico vistoriado teria que ser usado com o propósito alegado pela entidade que efetuou a compra (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Devido ao fortalecimento das sanções econômicas dado pela Lei Helms-Burton que penaliza empresas não-estadunidenses que negociem com Cuba, foi limitado ainda mais as alternativas da ilha de conseguir manter seu sistema de saúde operando de forma plena. Os EUA expandiram suas empresas farmacêuticas e compraram algumas partes de empresas provenientes de outros países, o que já indisponibiliza Cuba de comprar com elas. Assim, os EUA fortaleceram seu monopólio no campo farmacêutico de modo a impedir Cuba de garantir insumos suficientes para sua população (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009; RODRÍGUEZ, 2023)⁵⁸. Ainda, segundo o relatório, a Organização Mundial da Saúde (OMS), também relatou que a falta de materiais e equipamentos, bem como a falta de reposição de suprimentos e medicamentos dificultam os serviços de emergência e o atendimento aos pacientes em estado grave (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Exemplos dessa prática dos EUA de incidir sanções a terceiros que fazem comércio com Cuba também são postos no referido relatório. Em 2004, uma empresa de biotecnologia dos EUA com sede na Califórnia foi penalizada em US\$168.500 pelo envio de três vacinas para

⁵⁸ Para ver mais: Reported by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, in *Necessity of ending the economic, commercial and financial embargo imposed by the United States of America against Cuba*, Report of the Secretary-General, A/63/93, 1 August 2008, p. 85 & Committee on Economic, Social and Cultural Rights, General Comment No. 14. The right to the highest attainable standard of health E/C.12/2000/4, 11 August 2000, para 41 Kirkpatrick, Anthony F. "Role of the USA in shortage of food and medicine in Cuba". *The Lancet*, 1996, Vol. 348, p. 1489-9

bebês e crianças entre os anos de 1999 e 2002 por meio de suas fábricas na Alemanha e Itália. A empresa sofreu a penalidade, pois possuía apenas a licença para exportar uma única vacina e tinha que ser por meio do UNICEF. Em 2005, os EUA impuseram uma multa civil no valor de US\$37.500 a uma empresa com sede em Massachusetts por tentar exportar processadores de filmes para máquinas de raio-X por meio de sua fábrica no Canadá (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Devido às penalidades sofridas por empresas que comercializam ou tentam comercializar com Cuba e o constrangimento de possíveis sanções a terceiros que decidirem não respeitar as sanções impostas pelos EUA, o UNICEF, ainda de acordo com o relatório, salientou que Cuba é impedida de importar produtos nutricionais destinados às crianças e para consumo em escolas, creches e hospitais. A população cubana também sofreu por uma decisão de fornecedores de seringas que cancelaram o pedido de 3 milhões de seringas descartáveis pela Aliança Global de Vacinas e Imunização do UNICEF assim que soube que tais seringas estavam destinadas a Cuba (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Frisa-se que os impactos das sanções econômicas sob a saúde não se restringe ao desabastecimento de peças ou acessos aos medicamentos e outros insumos médicos, mas depende do pleno funcionamento da infraestrutura de água e saneamento, do acesso aos itens de higiene pessoal, da eletricidade para poder funcionar as instalações médicas, as máquinas de exame, as geladeiras para armazenamento de vacinas e dos transportes públicos. Tudo isso foi severamente impactado por conta das restrições do bloqueio econômico imposto pelos EUA, essa falta de abastecimento gerou grandes violações nos direitos humanos dos cidadãos cubanos que viram sua qualidade de vida se degradar depois de décadas de investimentos públicos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009; OCHOA, 2003, RODRÍGUEZ, 2023; GARFIELD; SANTANA, 1997; TORRES; MARTÍNEZ, 2013; PAZ, 2005).

Diante disso, Marks (1999) analisa que as sanções cubanas objetiva transformar o sistema econômico cubano, de modo que podemos entender à luz de Lênin (2010) que as sanções visam forçar a ilha a se adequar ao sistema econômico dos EUA com base em sua política imperialista (PAUTASSO, 2021; WOOD, 2004, AMIN, 2015; AYERBE, 1998). O autor ainda acrescenta que se as sanções econômicas visam comunicar uma mensagem ou punir um determinado comportamento, infere-se que as sanções estão em um terreno de ética fraco, pois criam situações em que o sofrimento humano torna-se um instrumento de comunicação dos EUA (MARK, 1999; HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020). Dessarte, as sanções econômicas tiveram impacto significativo no setor de saúde da população cubana, sobretudo

durante o Período Especial, os indicadores de saúde que estavam em crescente melhora, começaram a declinar nesse período em razão do endurecimento das sanções.

3.3 *Territorio libre de analfabetismo* e a “fuga de cérebros”: o impacto no setor da educação

Outro setor que recebeu especial atenção foi o da educação, o governo revolucionário desejava que seus cidadãos obtivessem um olhar crítico frente aos dilemas sociais, com isso o governo também fortaleceria a Revolução e seus valores. O governo acreditava que era por meio da educação que as pessoas tornavam-se livres e conseguiam alcançar a emancipação humana (CHOMSKY, 2015; RODRÍGUEZ, 2011; GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; LUTJENS, 1995; DOMÍNGUEZ, 1999; LÓPEZ, 2011). López (2011) salienta que a temática da educação sempre foi uma ferramenta de libertação, de acordo com a autora, Simón Bolívar já expressava que não haveria liberdade onde a ignorância existisse e José Martí, ídolo da independência de Cuba, também alertava sobre a importância do papel da educação na formação de cidadãos dizendo que ser culto era o único modo de ser livre (LÓPEZ, 2011, p.55).

Assim, o novo governo investiu consideravelmente neste setor isso porque no período pré-revolucionário a situação educacional do país estava alarmante: 57% da população era analfabeta, não havia investimento técnico-científico, cerca de nove mil professores estavam desempregados, havia altas taxas de crianças analfabetas e sem estarem matriculadas em escolas, também não haviam muitas escolas construídas. Também havia discrepâncias no ensino entre as zonas rurais e urbanas, existiam apenas três universidades estatais com acesso limitado, seis escolas de formação de professores e, por conseguinte, escasso número de formandos em universidades (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; LÓPEZ, 2011; BANDEIRA, 2009; DOMÍNGUEZ, 1999).

Conforme salienta Figueroa (1997), depois da Revolução o país pode colocar em prática seus projetos educacionais. Cuba passou por três revoluções dentro da educação: a primeira foi a erradicação do analfabetismo por meio da Campanha Nacional de Alfabetização, esta foi posta em prática entre os anos de 1960-1961 e teve um forte sentido de justiça social. O governo investiu em “mutirões” de educação para ensinar a maior parte da sociedade a aprender a ler e escrever e, assim, Cuba logrou erradicar o analfabetismo em um curto período de tempo (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; DOMÍNGUEZ, 1999; LÓPEZ, 2011; LUTJENS, 1995). A segunda revolução visava sanar a defasagem de crianças fora da escola e investir em escolas primárias, então construiu-se escolas municipais e estimulou as matrículas das crianças,

principalmente de zonas rurais. Já a terceira revolução educacional representou a resistência do setor da educação durante o Período Especial, onde o governo continuou com seus investimentos e garantiu o acesso gratuito a todos os seus cidadãos (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; LÓPEZ, 2011).

Figura 4 - Museu de Alfabetização na Ciudad Libertad nos arredores de Havana, 2000



Fonte: CHOMSKY, 2015, p.78. Foto do acervo pessoal de Aviva Chomsky

Após essa conquista, Cuba começou a refinar o sistema educacional e realizou reformas institucionais, reorganizando o Sistema Nacional de Educação (SNE). Cumpre salientar que as políticas públicas voltadas à educação são programadas, distribuídas para os demais órgãos competentes e orientadas pelos *Ministerio de la Educación* e *Ministerio de Educación Superior*, o primeiro é responsável pelas políticas públicas voltadas para as escolas primárias, secundárias e pré-universitárias; já o segundo, é responsável pelas políticas públicas referentes ao ensino superior e pesquisas de Cuba (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; RODRIGUEZ, 2011; LÓPEZ, 2011).

Depois que Cuba alcançou seu objetivo de alfabetizar sua população, seu programa educacional virou referência para os demais países. Assim, a ilha auxiliou outros projetos de comunicação e educação no Haiti, Guiné-Bissau, Guatemala, Venezuela, Angola, Nicarágua, dentre outros países. Todos esses projetos internacionais fazem parte da exportação dos valores

revolucionários promovida pela política externa cubana e, também, visam fortalecer a aliança entre os povos de uma maneira diferenciada, com base nas trocas de serviços. Do mesmo modo que Cuba exportava sua saúde, também exportava a educação. Além disso, em Cuba há a sede do Instituto Pedagógico Latinoamericano e Caribenho (IPLAC), o qual visa a promoção da educação superior por meio do modelo educacional cubano para outros países, bem como busca fomentar vínculos acadêmicos e científicos com instituições de ensino superior estrangeiras. Dentro do IPLAC há a Cátedra de Alfabetização e Educação para Jovens e Adultos que contam com mais de 400 profissionais que estudaram nas escolas preparatórias para a alfabetização e ministram projetos de alfabetização por rádio e televisores cujo público-alvo são pessoas da ilha, assim como de outros países (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; RODRIGUEZ, 2011; LÓPEZ, 2011; LUTJENS, 1995).

Dentre esses projetos internacionais, destacam-se os contingentes internacionais de professores, tais como: Destacamento Pedagógico Ernesto Che Guevara em Angola (1978) e o Destacamento Augusto César Sandino na Nicarágua (1980). Assim como, o programa contra o analfabetismo “Yo sí puedo” que atuava na Venezuela, Nicarágua e no México (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; RODRIGUEZ, 2011; LÓPEZ, 2011; LUTJENS, 1995). À luz do internacionalismo previsto em sua Constituição de 1992, Cuba conseguiu exportar com sucesso seu projeto educacional para os demais países, o que simbolizou uma importante contraposição frente às políticas dos EUA. Ao apresentar uma nova forma de estreitar laços com seus vizinhos cujo cerne foi a promoção do desenvolvimento humano, Cuba, então, se apresenta como uma alternativa segura de garantia da justiça social para a promoção da igualdade social. Essa política fortaleceu a ilha no contexto internacional, de certa forma, pois os países latino-americanos começaram a se interessar nessas trocas internacionais baseada em serviços.

A partir da década de 1970, a educação secundária e, especialmente, a superior receberam especial atenção do governo. No que tange a educação secundária, Cuba também investiu na criação de escolas para a formação de professores, como consequência ocupou todos os cargos vagos de professores. Além disso, também investiu na construção de mais escolas para amparar e garantir o acesso à educação para todas as crianças e adolescentes, principalmente nas zonas rurais. A ilha também contou com programas não-formais de educação que foram aprovados pelo UNICEF, quais sejam: “*Educar a Tu Hijo*” y “*Para la Vida*”. Ambos visavam consolidar e reafirmar valores sociais como igualdade, equidade e também ensinavam sobre os direitos das crianças. Na prática, agiam de forma complementar à atuação das escolas formais e no sentido de levar conhecimentos amplos sobre direitos sociais para os pais e para as crianças. Isso acabou fortalecendo os valores revolucionários e gerou

ganhos significativos para a sociedade (GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; RODRIGUEZ, 2011; LÓPEZ, 2011).

No âmbito do ensino superior, Cuba implementou diversas políticas públicas entre as décadas de 1970 e 1980 que objetivavam o fortalecimento desse ensino e, também, da pesquisa. A Reforma Universitária produziu transformações tanto no âmbito acadêmico quanto no social e foi impulsionada pelo Departamento de Bolsas, criado em 1962, que garantiu um amplo sistema de bolsas que possibilitou o ingresso de diversos filhos de operários e camponeses nas universidades. Essa universalização da educação, bem como do acesso ao conhecimento faziam parte dos objetivos da Revolução que desejava como fim a emancipação humana por meio de uma boa educação e pensamento crítico, assim, a base da formação educacional estava pautada no marxismo-leninismo, isto é, a análise se pautaria no materialismo-histórico-dialético. Diante disso, Cuba formou uma significativa quantidade de novos profissionais e pesquisadores com alto potencial científico (RODRIGUEZ, 2011; LUTJENS, 1995).

Essas transformações no ensino criaram condições favoráveis para a ascensão social e qualificação educacional, pois esses projetos auxiliaram a formação de um contingente de profissional mais qualificado, com maior nível de estudos e com maior segurança social. Um dos pilares da educação ao modelo cubano era a junção do estudo com o trabalho, diferentemente do modelo capitalista, que há a separação e alienação do trabalhador com o trabalho produzido, no modelo cubano os trabalhadores são ensinados da sua importância dentro da cadeia produtiva, de modo que eles passam a conhecer sobre seu devido valor, o que gera o sentimento de pertencimento e confiança do trabalho. Esse fator social também contribuiu para melhorar a qualificação dos profissionais (DOMÍNGUEZ, 1999; GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; RODRIGUEZ, 2011). A cifra universitária apresentou um crescimento diferenciado, pois ocorreu na mesma época em que as mulheres cubanas conquistaram sua igualdade de direitos. Então, fazendo o recorte de gênero, o número de graduadas teve um crescimento de 12 vezes enquanto o crescimento de graduados apresentou crescimento de 4 vezes. Portanto, o número de mulheres formadas aumentou consideravelmente nesse período, demonstrando uma igualdade entre os gêneros (DOMÍNGUEZ, 1999 p.5; LUTJENS, 1995).

Conforme demonstra os dados levantados por Lutjens (1995), percebemos esse aumento no número das matrículas em instituições de ensino superior de Cuba, sobretudo, no período entre as décadas de 1970 e 1980, onde houve maior investimento e reformas por parte do governo. Utilizando o recorte de gênero de Domínguez (1999), a maior parte das pessoas matriculadas foi mulheres, bem como as mulheres tornaram-se maioria no ramo das pesquisas em Cuba (LUTJENS, 1995).

Tabela 4 - Matrículas em Ensino Superior em Cuba

Ano	Matrícula
1959-1960	25,3
1960-1961	19,5
1965-1966	26,2
1970-1971	35,1
1975-1976	84,1
1980-1981	178,4
1985-1986	269,4
1987-1988	293,7

Fonte: LUTJENS, 1995, p.4-5

Os dados da Tabela 4 são muito promissores, eles mostram a evolução do acesso à educação superior durante a implementação das políticas públicas. Nota-se que a partir da década de 1970, os números apresentam *boom* de matrículas em relação aos outros anos, infere-se, a partir disso, que foi como consequência das políticas implementadas na década de 1970. Depreende que a educação passou por uma modificação estrutural tanto em seu sentido organizacional quanto em seu sentido integralizador. A educação cumpriu um papel primordial na integração de jovens à vida social, assim como na criação de diversos grupos sociais que debatiam sobre o estilo de vida cubano e possíveis soluções para problemas identificados por eles, o que infere que grande parte da sociedade participava ativamente da vida política do país (DOMÍNGUEZ, 2005; GONZÁLEZ, 2005; HERNÁNDEZ, 2005; PRIETO, 2005; LÓPEZ, 2011). Segundo Prieto (2005), essas mudanças socialistas representaram uma melhora nos indicadores sociais e representaram uma diminuição das assimetrias entre as classes sociais cubanas (PRIETO, 2005).

Entretanto, apesar das sanções econômicas, Cuba conseguiu manter seus investimentos em políticas públicas no setor da educação muito por conta da cooperação com a URSS e dos países do bloco socialista (PAZ, 2005; CHOMSKY, 2015; GONZÁLEZ, 2005; HERNÁNDEZ, 2005). Todavia, com a queda da URSS e o fortalecimento das sanções econômicas durante o Período Especial os indicadores sociais cubanos diminuíram drasticamente, fazendo com que a

ilha quase fosse sufocada economicamente e socialmente (HOFER, 2020; BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015).

De acordo com Lutjens (1995) e Domínguez (1999), a década de 1990 trouxe uma crise severa a Cuba devido ao fortalecimento do embargo somado à queda do bloco socialistas, o que afetou não só o setor da educação, como, também, o setor de emprego, ambos conectados. Assim, a ilha teve que passar por uma série de reformas para lidar com a escassez de recursos e problemas estruturais que foram surgindo, além de ter que implementar medidas que muitas vezes foram de encontro ao socialismo à Cuba. Estas foram responsáveis por ampliar e autorizar a criação de empregos por conta própria, doravante *cuentalpropismo*. Isso deu-se, principalmente, nos setores agrícola e de turismo, que recebeu a maior parte dos investimentos governamentais durante o Período Especial. A abertura do turismo acabou modificando a estrutura social e a relação entre indivíduo e Estado de modo que geraram consequências e tensões sociais em Cuba. Essa onda de reformas, motivadas pelo embargo, gerou uma reestruturação da sociedade cubana que ampliou a desigualdade e o empobrecimento da população (ALONSO, 2011; VASCONCELOS, 2021; HANSING; OPTENHÖGEL, 2015; CHOMSKY, 2015).

De acordo com Santana (2014), essa crise foi crucial para formar uma apatia política na sociedade cubana, o que impactou diretamente nos ganhos políticos e sociais da Revolução de conseguir formar cidadãos que possuíam uma formação social e política libertadora. A educação recebida pelas gerações revolucionárias de emancipação humana e de ampla visão social sobre as mazelas do país foi se perdendo conforme os impactos sociais do embargo econômico foram se aprofundando. Assim, a autora reforça que a crise não foi apenas no âmbito econômico, mas, também, no político e cultural, ainda, reitera que as soluções que o governo deu para a crise foram mais na direção individualista do que na direção comunitária, o que mostra que nesse momento o viés socialista do início da Revolução foi se perdendo (SANTANA, 2014).

Com a transformação da sociedade cubana devido às reformas individualistas e das sanções econômicas, emergiram novas classes sociais, bem como novos problemas econômicos e sociais, à vista disso, a educação cubana sofreu fortes impactos (SANTANA, 2014; ALONSO, 2011; CHOMSKY, 2015; LUTJENS, 1995; HANSING; OPTENHÖGEL, 2015). No ciclo secundário houve uma diminuição do número de adolescentes formados em escolas e no âmbito do ensino superior houve uma redução do número de matrículas (LUTJENS, 1995, DOMÍNGUEZ, 1999; CHOMSKY, 2015). Segundo dados levantados por Lutjens (1995, p.5), a redução mais impactante deu-se entre os anos de 1991-1992, representando uma diminuição

de mais de 24%. Nos anos subsequentes a diminuição foi de 26,6%, entre os anos de 1992-1993. Ainda, houve uma redução ainda maior entre os anos de 1993-1994, de 60% em comparação ao número de matrículas entre os anos de 1987-1988 (LUTJENS, 1995, p.5). Domínguez (1999, p.9) adiciona que entre os anos de 1996-1997, a proporção de jovens entre 15 e 24 anos que se encontravam matriculados em ensino médio ou superior foi reduzido a 23% (DOMÍNGUEZ, 1999, p.9).

Devido a esses fatores, o setor da educação estremeceu-se, pois com a redução de pessoas nas escolas e em universidades, gerou além de uma apatia política, uma desvalorização da educação (HANSING; OPTENHÖGEL, 2015). Soma-se o crescente desemprego e a crise monetária que Cuba teve na década de 1990 em decorrência da reforma tributária e da dupla circulação da moeda (CUC e CUP). Cumpre salientar que as áreas da saúde e da educação foram protegidas pelo governo revolucionário e não entraram no rol de empregos que constavam nas reformas estatais supracitadas, ambos os setores continuaram seguindo a mesma lógica do período pós-Revolução e com salários cotados em CUP. Os profissionais da educação ainda eram regidos pelas normativas pós-Revolução, todos eles eram servidores públicos, a educação privada era quase inexistente e, pela queda do financiamento público, os salários eram bem baixos. Ademais, eles não tinham os mesmos direitos que os *cuentalpropistas*, ou seja, eles não podiam atuar de forma autônoma e nem receber em dólar. Isso tudo motivou a maioria desses profissionais a mudar de carreira (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; VASCONCELOS, 2021; DOMÍNGUEZ, 1999).

Com isso e dada a alteração de perfil social da ilha, houve a procura de outras formas de inserção educacional, como o ingresso em níveis técnicos vinculados ao setor da agricultura ou no setor de turismo. Isso gerou como consequência o fenômeno intitulado de “fuga de cérebros”, que teve seu ápice entre os anos de 1994-1995. Segundo Chomsky (2015), esta deu-se de duas formas: (i) externa, a saída de profissionais qualificados que, por conta da crise, viram seus salários diminuídos e buscaram em outros países manter uma qualidade de vida digna e (ii) interna, a migração de profissionais qualificados do setor da educação para os demais setores, normalmente para o setor de turismo, pois podiam ter seus salários em dólar. Observando o grande número de profissionais da educação migrando de área, o governo limitou e proibiu certos grupos de migrarem para o setor privado, isso contribuiu para o desestímulo dos jovens a dedicarem-se à educação. Essa movimentação interna tinha como maior estímulo o valor do salário, pois os profissionais da educação viam o salário dos *cuentalpropistas* do turismo ser maior do que o deles (CHOMSKY, 2015; LUTJENS, 1995). Os EUA tinham uma política migratória favorável para os cubanos que desejavam sair da ilha, isso também fazia

parte de seu interesse em reafirmar que as condições socialistas de Cuba não eram boas para os seus cidadãos. Contudo, percebendo o alto número de cubanos indo aos EUA, este implementou a política do *wet food, dry foot*, a qual consistia em conceder a regularização migratória para os cubanos que chegassem por terra enquanto os que chegassem por mar eram devolvidos ao seu país (CHOMSKY, 2015).

A desvalorização da moeda nacional e, portanto, do papel do salário na satisfação das necessidades materiais teve um grande peso na decisão desses profissionais em migrarem de área, bem como contribuiu para a apatia dos jovens no esforço de continuar seus estudos visto que na sociedade surgiram novas vias de obter maiores rendimentos e acender a um nível maior de vida (CHOMSKY, 2015; DOMÍNGUEZ, 1999). Outrossim, a partir de 1996, o desemprego atingiu valores entre 6-7% e concentrava-se entre a juventude cubana (60%), com maior proporção entre mulheres urbanas, segundo dados do Ministério do Trabalho (DOMÍNGUEZ, 1999, p.14). Um estudo realizado com jovens, durante a década de 1980, mostrou que a maior parte deles gostaria de um desenvolvimento profissional nas carreiras protegidas pelo governo, mas que na década de 1990 isso não era mais a realidade.

Diante desse cenário, houve também uma perda de interesse na busca de um emprego mais qualificado, pois a maioria dos jovens preferiam ou trabalhar no setor de turismo ou buscar outras vias alternativas que lhes proporcionassem maiores rendas, como alguns trabalhos *cuentapropistas*. Ambas as alternativas eram alvos de maiores investimentos do Estado, pois ele desejava aumentar sua fonte de renda e divisa para exercer sua capacidade de implementar políticas públicas. Com a abertura do turismo e da ascensão da nova classe social por conta própria, Cuba pode dinamizar, de certa forma, sua economia, gerando boas receitas e investimentos, por isso muitos trabalhadores estatais buscavam esses setores, que não exigia educação formal (DOMÍNGUEZ, 1999). Lutjens (1995) adiciona que o enfraquecimento da relação entre educação e mercado de trabalho é um indicador das mudanças de mobilidade profissional e também um indicador de que a crise econômica mudou a percepção de vida dos jovens cubanos, uma vez que a possibilidade de garantir um emprego tornou-se difícil para a maioria deles (LUTJENS, 1995).

Conforme já salientado, os embargos diminuíram drasticamente a capacidade de importação da ilha e, com isso, forçou o governo a redefinir suas estratégias de desenvolvimento e de garantia dos direitos humanos (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; SUÁREZ-SALAZAR, 1992). Apesar do contínuo investimento no setor da educação, a diminuição da capacidade importadora do país impactou o repasse do governo para essas

políticas públicas, assim como para a infraestrutura e manutenção de equipamentos usados nesse setor (LUTJENS, 1995).

Em função das sanções econômicas, a escassez de combustíveis também impactou o pleno funcionamento do setor da educação, bem como do mercado laboral (LUTJENS, 1995). Para garantir o exercício da educação, as escolas e faculdades devem prover energia e, devido à falta de combustível e a recorrência dos *apagones*, ficou difícil para as instalações sobreviverem e manterem os níveis de aula. Igualmente, o setor laboral e “das práticas”, importante conquista da Revolução de juntar teoria com a prática visando aproximar o trabalhador da importância de seu trabalho e na geração de justiça social, ficaram comprometidos. Diversos setores laborais ficaram quase inoperantes ou com bastante dificuldade de operar com a falta de combustível e de energia, o setor da agropecuária foi fortemente afetado, houve a paralisação de maquinários e equipamentos que precisavam de energia, por sua vez, a falta de equipamento neste setor gerava também uma diminuição dos alimentos visto que muitos eram usados em colheitas. Isso acabou afetando a distribuição de alimentos nas escolas e nas universidades e estas viram seus níveis educacionais serem impactados pela escassez de recursos (LUTJENS, 1995; CHOMSKY, 2015).

A questão da falta de energia não só impacta o setor agropecuário, mas, também, outras indústrias, como a indústria do papel. Tendo em vista que Cuba importa a maior parte de produtos primários, o fornecimento e fabricação de papel ficaram comprometidos pelas sanções econômicas. Isso gerou um desabastecimento de livros escolares, cadernos e demais tipos de livros (LUTJENS, 1995). No que concerne os problemas de infraestrutura das redes de educação, Cuba viu seu nível de educação e pesquisa cair por falta de equipamentos adequados como computadores e microcomputadores, os que a ilha possuía eram mais antigos e obsoletos e, devido ao embargo, à importação de novos aparelhos eletrônicos ficou comprometida beirando o impossível para Cuba, pois ou havia impedimentos à importação ou os fretes eram exorbitantes (LUTJENS, 1995; BANDEIRA, 2009).

Conforme os efeitos foram sendo sentidos pelo sistema de educação, o governo tentou implementar reformas para lidar com essa escassez de recursos. Em 1994, começou a discussão sobre os problemas econômicos de Cuba e como o país poderia lidar com a crise fiscal e econômica, essas discussões foram chamadas de Parlamento Operários e desenvolveram-se em centros de trabalho por toda a ilha, incluindo em escolas. Contudo, no setor da educação, a discussão se pautou na continuidade do sistema gratuito, porém as refeições e os uniformes das instituições de ensino passariam a ser pagos, igualmente os alojamentos estudantis. Isso gerou descontentamento por parte dos universitários, pois desde a década de 1980 recebiam

alojamento e uniformes gratuitos, o que é de suma importância pois muitos estudantes moravam longe da faculdade. Eles também recebiam refeições e cuidados médicos gratuitos, além de uma ajuda de custo devido aos baixos salários que muitos deles possuíam por serem estudantes e, com a reforma de 1994, tudo isso iria ser reduzido ou cortado. Todavia, devido às pressões dos estudantes e movimentos estudantis, esses pagamentos foram condicionados a um programa governamental com base no desempenho acadêmico, isto é, esses benefícios continuariam a pagos, mas passaria a ter isenção para aqueles que fizessem parte deste programa governamental (LUTJENS, 1995).

Nas primeiras décadas dos anos 2000, a sociedade cubana apresentou os piores indicadores sociais, principalmente nos setores da saúde e da educação. Conforme observado, o governo revolucionário queria resguardar todos os ganhos e avanços desses setores e tentou protegê-los das consequências das sanções, mas o desabastecimento constante somado à fuga de profissionais qualificados acabaram impactando severamente tais setores (CHOMSKY, 2015). Sustentar um sistema qualificado significa investimento e ganhar dinheiro faz-se tão necessário para o ensino superior como para a economia em geral, no entanto, quando há adversidade externa, no caso as sanções econômicas, que dificulta e impede a conquista de investimentos e divisas estrangeiras, sobretudo do dólar, principal moeda de transação internacional, os setores sociais são prejudicados e quem sofre os maiores impactos é a sociedade civil cubana (LUTJENS, 1995)

Infere-se, portanto, que devido às sanções econômicas e a queda do bloco soviético na década de 1990, Cuba viu sua economia e sua capacidade de continuar implementando sua política pública de educação ser diminuída. À medida que a ilha se aprofundava em uma crise econômica, o governo, tentando melhorar a vida de seus cidadãos e amortecer os impactos das sanções, decidiu implementar diversas reformas que acabaram gerando contradições na ilha que teve como consequência tensões sociais que podem ser observadas na atualidade. A capacidade de manter todos os ganhos da política revolucionária foi dificultada pela dificuldade em adquirir bens e serviços e pelo desabastecimento constante, com isso, Cuba apresentou uma piora na qualidade do seu ensino e na educação socialista para seus cidadãos. Conforme salientam Garfield e Santana (1997), a manutenção de altos níveis educacionais é fundamental para proteger a população, assim como de gerar riqueza não só material com profissionais qualificados e melhor rendimento laboral, mas, também, social com cidadãos e profissionais comprometidos com a justiça social, bem como com outras causas sociais que a Revolução levantou como objetivos.

3.4 Balanço geral sobre os efeitos das sanções nos direitos humanos da sociedade cubana

Conforme demonstrado, as sanções econômicas impactaram drasticamente os setores da saúde e da educação, ambos protegidos pela Revolução e considerados como sucesso tanto pela sociedade quanto pelo governo. Os níveis em que Cuba atingiu nesses setores são de impressionar ainda mais no curto espaço em que foi promovida a mudança estrutural e organizacional. Contudo, para além destes, outros setores sociais foram severamente atingidos também e a configuração da nova sociedade corroborou com o aprofundamento da crise social advinda da crise econômica gerada pelas sanções.

De acordo com Mutua (2002), a Carta da ONU segue sendo o norteador das políticas para DH e nela constam, além do direito à alimentação digna, o direito à uma vida digna. A maior parte dos direitos sociais foram promovidos pela Revolução que os redefiniu e os implementou de modo a gerar igualdade entre as classes sociais (BOBES, 2005). A crise alimentícia foi acentuada durante o Período Especial, muitos cubanos não tinham o que comer devido à escassez de alimentos gerada como consequência das sanções econômicas (CHOMSKY, 2015). A política de racionamento e cestas básicas quase cessaram por falta de recursos, contudo foram “só” limitadas e reduzidas para conseguir garantir o mínimo para a sociedade (CHOMSKY, 2015; OCHOA, 2003; MESA-LAGO, 2005). A falta de alimentação adequada afeta outras áreas do ser humano, assim como seu rendimento físico e mental, uma vez que o cidadão não recebe uma alimentação nutritiva, seu raciocínio é impactado gerando um impacto educacional e, em última instância, este cidadão vai entrar em condições vulneráveis e será mais suscetível a aceitar empregos degradantes.

Cuba, observando sua sociedade padecer com os impactos das sanções em suas políticas públicas, começou a implementar diversos tipos de reformas para conseguir diminuir alguns desses impactos sociais, principalmente nos setores da educação e da saúde. Ocorre que a maioria dessas reformas geraram uma contradição dentro da sociedade, como consequência, houve o aumento das lojas de dólar e de empregos que tinham a possibilidade de ganhar em dólar, ocasionando desigualdades entre as classes sociais. Percebe-se que o governo ficou em uma posição paradoxal devido à permissão do dólar na economia e a criação de mercados privados em uma tentativa de subsidiar a igualdade, mas gerando desigualdade. Essas discrepâncias econômicas favoreciam àqueles que tinham acesso ao dólar, seja por via de remessas de famílias seja pelo setor privado. Isso contribuiu para formar mais uma contradição na ilha, pois quem tinha condições de acessar o dólar eram, em sua maioria, os cubanos de peles mais claras (CHOMSKY, 2015).

Quando a Revolução foi vitoriosa, houve diversas concertações acerca da temática da discriminação e da desigualdade, lideranças afro-cubanas afirmaram que não haveria uma revolução real se a questão racial fosse ignorada, portanto, com o objetivo de eliminar qualquer tipo de discriminação racial entre classes, Cuba manteve-se firme na decisão de manter gratuitos os serviços de saúde e educação. A Revolução tinha assegurado igualdade socioeconômica, negros e brancos possuíam plena igualdade de acesso na ilha, ocorre que com o aumento do setor privado e de empresas estrangeiras atuando, principalmente no setor do turismo em Cuba, na década de 1990, escancarou o racismo pela facilitação de trabalhos no setor do turismo onde os cubanos brancos ou de pele mais clara eram mais contratados do que os cubanos negros (CHOMSKY, 2015; HANSING; OPTENHÖGEL, 2015).

A legalização do dólar durante o início dos anos 1990 também acentuou essas desigualdades, beneficiando os cubanos que tinham família no exterior, especialmente os descendentes dos primeiros cubanos exilados nos EUA, datado da década de 1960. Essas famílias eram compostas de uma maioria branca “em razão das desigualdades raciais prévias à revolução, os cubanos brancos tinham muito mais chances de terem parentes no exterior” (CHOMSKY, 2015, p.209). Hansing e Optenhögel (2015) acrescentam que esse primeiro êxodo cubano a Miami era composto pela elite branca e burguesa que eram contrários à Revolução e/ou apoiavam a ditadura de Batista. Ainda, um estudo feito nesta década, conforme demonstra Chomsky (2015, p.209), apontou que 96% dos cubanos em Miami consideram-se brancos⁵⁹.

Os cubanos de peles mais claras se beneficiaram de formas sutis das preferências de contratação no setor de turismo, investidores canadenses e europeus trouxeram consigo seus preconceitos e suas ideias sobre o gosto dos turistas que hospedariam em seus hotéis. Uma pesquisa datada dos anos 2000, constatou que cubanos de peles mais claras tinham mais chances de serem pagos em dólar e de receberem mais dólar do que aqueles de pele mais escura (CHOMSKY, 2015, p.210). Essa movimentação acentuou as desigualdades raciais e fez com que os cubanos mais pobres em sua maioria não-brancos não dispusessem de remessas estrangeiras e, conseqüentemente, não dispusessem de capital social e político de forma que acabaram sendo marginalizados pelas reformas dos anos 1990, as quais favoreciam os cubanos que recebiam remessas de dólar (HANSING; OPTENHÖGEL, 2015).

Como toda sociedade com passado escravocrata, Cuba foi profundamente dividida por raça e gênero. A Revolução tentou combater ambas as desigualdades e também foi um dos

⁵⁹ Eckstein. Dollarization and its Discontents. p.323. No censo de 2000, 84% dos mais de 1 milhão de cubanos nos EUA se identificavam como brancos. The Erosion of Racial Equality in the context of Cuba 's dual economy, p.57 (CHOMSKY, 2015, p.306).

objetivos dela. As mudanças para melhorar a vida das mulheres vieram de cima para baixo. Com especial atenção do Estado, as mulheres eram incentivadas a formar grupos políticos, identificar e enfrentar os problemas das quais sofrem na sociedade. Assim, criaram a FMC sob a proteção do Partido Comunista, que se mostrou uma organização bastante atuante na esfera pública e política cubana. A FMC promoveu diversas rodas de debate e de conversas para estimular as mulheres na vida política (CHOMSKY, 2015).

Apesar das mulheres conseguirem ter sido a maioria das estudantes, pesquisadoras e profissionais em Cuba, por causa da falta de emprego e dos baixos salários elas se viram obrigadas a mudarem de carreira ou, ainda, para aquelas que não tinham acesso a esses recursos a opção era ou migrar para o setor do turismo ou trabalhar em subempregos. Dessa forma, o trabalho que tinha sido erradicado voltou a aparecer: a prostituição. Contudo, a prostituição nesse contexto do turismo acabou por exarcerbar o patriarcado e o machismo existente na sociedade cubana. Nos anos 1990, surgiu o termo *jinetismo*, de tom pejorativo era usado para referir-se a uma variedade de atividades legais, ilegais ou semilegais do serviço de turismo, enquanto *jinetes* era usado para referir-se à prostituição, *jinetes* era usado para depreciar o homem que trabalhava neste setor. Com frequência, podia-se ouvir o termo *jinetes* pelas ruas de Cuba, referindo-se às mulheres que vendiam qualquer coisa em troca de alguns dólares, esses “serviços” eram comumente oferecidos aos estrangeiros que visitavam a ilha a turismo (CHOMSKY, 2015). O termo *jinetismo* passou a ser usado em Cuba como forma de diminuir os “corpos indesejáveis”. Como forma de lidar com essa prática que afetava os lucros do setor do turismo, o governo proibiu a circulação de cubanos em áreas turísticas e limitou seus acessos aos hotéis e espaços reservados para turistas, bem como proibiu a estadia de cubanos nesses estabelecimentos (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009). De acordo com Chomsky (2015, p.210) isso foi considerado como “apartheid turístico”.

A Revolução também proporcionou a socialização de atividades tradicionalmente femininas como o serviço de creches e centros comunitários gratuitos, estes funcionavam de 7 horas até às 19 horas e eram oferecidas refeições e consultas médicas gratuitas para as crianças. Contudo, com o endurecimento das sanções, a capacidade de Cuba em fornecer esses serviços diminuiu consideravelmente, tornando os serviços de creches e centros comunitários inoperantes. Quanto ao sistema de refeição, devido à escassez de alimentos, ao racionamento dos alimentos e à deterioração de alguns equipamentos médicos durante o Período Especial, essa política foi consideravelmente impactada. Com base nisso, percebe-se que a mulher trabalhadora que antes tinha um local seguro para deixar os filhos enquanto ela trabalhava, não

tem mais, gerando gastos materiais e psicológicos adicionais. Infere-se que o Período Especial enfraqueceu a luta pelos direitos da mulher (CHOMSKY, 2015, p.212).

Além disso, por conta da falta de estímulos no setor da educação e consequente aumento do desemprego pela falta de perspectiva futura dos jovens cubanos, gerou uma queda no estilo de vida da família cubana. Essa queda pode ser vinculada e entendida à luz da diminuição da renda econômica pelos baixos salários ou pelo desemprego, pelas condições de habitação e recursos materiais domésticos que devido à escassez de materiais básicos e/ou kit de higiene afetaram significativamente a vida das pessoas, sobretudo a vida de mulheres, que em sua maioria eram chefas do lar; assim como da falta de abastecimento de eletrodomésticos e as frequentes quedas de eletricidade nos anos 1990. Em razão dessa falta de estrutura muitas famílias encontravam-se em condições de exclusão social (FERNÁNDEZ; PÉREZ, 2011; PAZ, 2005).

As sanções econômicas motivaram as mudanças políticas e estruturais uma vez que elas causaram o estrangulamento econômico de Cuba e forçaram o governo a adotar políticas públicas que geraram tensões sociais e contradições na ilha. Apesar das sanções terem começado na década de 1960, o apoio de outras nações, como da URSS, foi crucial para que Cuba pudesse ter vias alternativas de manutenção de suas políticas públicas e garantir o pleno funcionamento social, no entanto, em finais da década de 1980 até início dos anos 2000, os impactos das sanções foram sentidas de maneira mais severa em decorrência da queda da URSS e do fortalecimento das sanções, forçando o governo cubano a adotar políticas mais pró-abertura de mercado. Para além dos efeitos aqui descritos, a crise do Período Especial gerou um reajuste econômico e social que trouxe consequências graves para a sociedade. A reconfiguração social advindas dessas políticas acentuou as distâncias e as desigualdades sociais, além de proporcionar o surgimento de novas classes sociais, o que faz acentuar tais tensões sociais (FERNÁNDEZ; PÉREZ, 2011). Paz (2005, p.85) ressalta que no início dos anos 2000 a pobreza extrema em Cuba alcançou 20% da população cubana, dado bastante significativo levando em conta as políticas públicas aqui analisadas para melhorar a qualidade de vida dos cubanos (PAZ, 2005). Sendo assim, infere-se que as sanções econômicas contribuíram para essa queda da qualidade de vida e para o aumento das desigualdades sociais.

Diante do exposto e do brusco impacto nos setores da saúde e educação, a sociedade da década de 1990 passou por uma transformação geracional. O pensamento dos jovens dessa época não era o mesmo que das gerações anteriores, beneficiadas pelas políticas públicas da Revolução e que viram sua qualidade de vida crescer consideravelmente. A geração dos anos 1990 sofreu as consequências das sanções econômicas e viveu em uma realidade diferente que

seus antepassados, eles viram uma Cuba onde não existiam condições para estudar, onde não poderiam ser amparados pelo sistema de saúde, onde havia escassez de alimentos e dificuldades econômicas. Tudo isso contribuiu para o surgimento de novas classes sociais com novos pensamentos, que possuíam demandas específicas para o governo que visavam a melhora da qualidade de vida deles. Essa mudança da estrutura social de Cuba representa um novo desafio para o governo cubano, a qual Cuba não estava preparada, pois foi uma consequência das sanções, de modo que força os governantes a analisar as diferentes demandas das classes ao mesmo tempo que precisa garantir os valores revolucionários (ALFONSO, 2005; PAZ, 2005; BABES, 2005).

Em suma, diante das circunstâncias adversas do Período Especial, o país viu a necessidade de promover reformas que impulsionaram as transformações econômicas e sociais, tais reformas foram: (i) reintroduzir as relações de mercado, (ii) abrir alguns setores da economia antes protegidos pelo Estado para o capital privado e (iii) permitir a participação de investimentos estrangeiros em diversos setores. Essas políticas contribuíram para a gerar uma desigualdade social visto que não eram todos os cubanos que poderiam ter acesso a essas políticas, além de gerar dificuldades de ascensão social, bem como gerou dificuldades para alguns grupos sociais ingressarem nos setores que passaram a ter uma economia mais aberta, como o de turismo (PAZ, 2005). Além disso, o governo investiu também no setor do turismo e em setores autônomos (*cuentalpropista*) e isso ocasionou o surgimento da classe dos *cuentalpropista* com demandas totalmente diferentes das demais classes existentes. Isso, por sua vez, acentuou as tensões sociais já existentes e forçou o governo a pensar maneiras alternativas para ultrapassar a barreira das sanções, assim como para superar as contradições que passaram a existir em Cuba.

Por fim, depreende-se que as sanções econômicas tiveram grandes efeitos na sociedade cubana, apesar da literalidade das leis estadunidenses mencionarem agentes do governo ou pessoas vinculadas ao governo. Fato é que o embargo não atingiu apenas um ou outro grupo pequeno de pessoas, mas, sim, a sociedade. Assim, a sociedade civil sofre os efeitos mais dramáticos e severos das sanções econômicas e os absorvem quase em sua totalidade visto que o governo perde sua capacidade de dar continuidade aos seus programas sociais, bem como as suas políticas públicas. Como o caso explanado, os setores da educação e da saúde sofreram consequências gravíssimas que acabaram impactando outros setores sociais. Afinal, a sociedade é um organismo vivo e interconectado, isto é, todo acontecimento que ocorre em um ramo, os demais, aos poucos, serão impactados também.

CONCLUSÃO

A pesquisa utilizou autores chave como Lênin (2010), Gramsci (1971), Althusser (1983), Bandeira (2009), Chomsky (2015), dentre outros, para entender as dinâmicas internacionais, bem como as posições adotadas pelos EUA frente a América Latina e o Caribe. A conceitualização de imperialismo, hegemonia, democracia e direitos humanos faz-se importante, pois norteia a pesquisa e posiciona seu ponto de partida. Além disso, esses conceitos serviram para explicar as motivações e os objetivos estadunidenses para a implementação das sanções econômicas em Cuba. Conforme debatido, os conceitos de imperialismo e hegemonia estão interligados, e, a grosso modo, o primeiro explica a motivação dos EUA; o segundo, seus objetivos. Ao tratar do conceito de imperialismo, observa-se que seu fundamento é a concentração de poder em um só elemento, dessa concentração surgem os monopólios que passam a ser agentes importantes na configuração do sistema econômico e político (LÊNIN, 2010). No entanto, esses monopólios não se limitam às empresas, mas, também, são perceptíveis em outras áreas, como a política e cultural. Por sua vez, à luz da hegemonia de Gramsci (1971), é possível compreender a dinâmica da formação do consenso que valida a imposição das políticas estadunidenses.

Ao longo da história dos EUA pós-independência, este país, imbuído pelo Destino Manifesto, expandiu suas fronteiras de ponta a ponta do continente. Uma vez que suas fronteiras foram delimitadas, surgiu a preocupação com a proteção delas. À vista disso, os EUA, como forma de proteção, apoiou as independências dos países latino-americanos e forjaram a Doutrina Monroe, a qual internacionalizou sua preocupação com interferências externas no hemisfério americano. Desejando sair totalmente da influência da Grã-Bretanha e da Europa, de forma geral, implementou a República e a democracia, forma e regime de governo novos em relação ao Velho Mundo. Com base nesses fatores, os EUA se insuflaram com o sentimento de serem o guardião da liberdade e das novas formas de governar, visto que eles tinham sido um dos primeiros a conseguirem sua independência e, mais, conseguiram estabelecer um Estado forte e autônomo, além de conseguirem exportar isso para os demais países latino-americanos (FERNANDES;MORAIS, 2020; BANDEIRA, 2009).

A partir desses elementos, infere-se que os EUA tomaram uma posição importante no sistema internacional. Ao longo do século XIX, este país se fortaleceu internamente apresentando níveis de industrialização bastante elevados, e, no século XX, já se apresentava como *hegemon*, tanto que autores como Herrera (2020), Chomsky (2015) e outros, nomearam o século XX como o século americanista (FERNANDO; MORAIS, 2020; HERRERA, 2020;

CHOMSKY, 2015). A potência que os EUA apresentou neste século mexeu com as configurações políticas e econômicas do sistema internacional, com isso, a hegemonia britânica deu espaço para um novo consenso advindo dos EUA: era a hora da hegemonia estadunidense. Os acontecimentos históricos desse período – 1GM, 2GM e Guerra Fria, sobretudo – reforçaram a força dos EUA e os empoderaram ainda mais. Após o primeiro conflito mundial, os EUA puderam mostrar ao mundo que seus valores liberais iriam ajudar os países a não entrarem em guerras. Assim, valores como liberdade, livre-comércio, democracia ganharam um novo tom.

Logo após a 2GM, com a ameaça comunista e a debilidade da Europa, os EUA perceberam o caminho livre para assumir de vez a liderança internacional. Nesse período foram criadas diversas organizações internacionais pautadas nos valores liberais estadunidenses que foram primordiais para que este país pudesse consolidar sua hegemonia. Igualmente, essas organizações foram de suma importância para os EUA exportarem e legitimarem seus valores visto que, por meio delas, este país pode intensificar suas políticas imperialistas e influenciar todos os processos decisórios. Esse cenário implicou a formação do palco para a Guerra Fria, se de um lado os EUA estavam impondo seus valores por ter assumido uma posição importante no pós-guerra, por outro, a URSS estava emergindo e caminhando na mesma direção. A Guerra Fria impulsionou os embates ideológicos entre as duas potências e gerou o início da disputa por zonas de influência. Ao longo da pesquisa, nota-se que a América Latina sempre esteve na órbita dos EUA desde o processo de independência de seus países. O intercâmbio entre a potência estadunidense e os países latino-americanos era antigo e consolidado, bem como as intervenções daquele país (BANDEIRA, 2009; AYERBE, 2004; AYERBE, 2002).

Dada a emergência da URSS e a contraposição de seus valores com os valores liberais dos EUA, este país implementou diversas medidas agressivas na América Latina para assegurar sua hegemonia na região. Assim, os EUA reacenderam aspectos da Doutrina Monroe e os aplicou em sua política externa para minar a influência soviética e os valores socialistas contidos nela. Os EUA tinham interesses bastante enraizados na região: primeiro, econômico, este país via na América Latina oportunidades de expandir suas empresas e seu capital da forma mais vantajosa para eles, tendo em vista que os países latino-americanos são grandes fornecedores de matérias-primas e recursos naturais. Logo, a exportação das empresas para os países latino-americanos garantiam a eles controle econômico de manipulação e acesso aos mercados, assim como garantiu o monopólio dos recursos naturais. Necessariamente os interesses econômicos implicam interesses políticos, por isso que, por vezes, observa-se os EUA intervindo nestes países para garantir que seus representantes continuem com a política interna alinhada às diretrizes estadunidenses. Ademais, esses interesses políticos também se

fixaram nas organizações internacionais e se tornaram instrumentos valiosos para os EUA (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; CASANOVA, 2005).

Assim opera o imperialismo dos EUA, como eles concentram monopólios em diversas indústrias, além da concentração do monopólio político, visto que os valores liberais regem o sistema internacional, este país concentra ainda mais o poder de impor suas diretrizes aos países. Essa prática é fortalecida, pois as organizações internacionais criadas no pós-2GM serviam para que os EUA pudessem exportar seus objetivos, valores e sua política. A hegemonia aparece concomitantemente. Para que eles continuassem tendo o poder de monopolizar as decisões políticas e econômicas, precisariam manter o consenso que foi criado em torno de seu paradigma. Essa manutenção do consenso é imprescindível para a manutenção de sua hegemonia, dessa forma, os EUA buscam sempre manter a sua hegemonia, principalmente regional, onde há maior dependência por parte dos países latino-americanos.

Como visto, a questão da segurança era muito importante para os EUA, por isso, para eles, resguardar o mar do caribe era fundamental. Ao longo da história estadunidense houve diversas intervenções nos países centro-americanos e caribenhos e muitas interferências políticas e econômicas. Ocorre que, durante a Guerra Fria, essas preocupações foram acentuadas de forma que levou este país a adotar políticas mais duras aos países do entorno. Cuba, decerto, foi o país mais atingido pelas políticas imperialistas estadunidenses tendo em vista sua importância geoestratégica para a segurança dos EUA, além da política e econômica. Nota-se que a relação entre ambos os países foi marcada pela submissão da ilha aos EUA. Se este país apoiou a independência de Cuba frente a Espanha, após, o eixo de dominação mudou da Espanha para os EUA, tornando Cuba sua dependente. Devido a proximidade da ilha com os EUA, este país, ainda sob aspectos da expansão territorial e da Doutrina Monroe, interviu por diversas vezes nos assuntos internos cubanos, e consolidou sua dominação por meio da exportação de suas empresas, que passaram a exercer forte controle econômico e político (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; AYERBE, 2004; LEON, 2003; WOOD, 2004).

O objetivo principal dos EUA em Cuba foi o acesso aos mercados e às matérias-primas. Como eles passaram por um processo de rápida industrialização, consumiam cada vez mais matérias-primas e, conseqüentemente, demandavam ainda mais delas. Além disso, como os EUA tinham interesses estratégicos na região, manter Cuba dentro dessa dominação iria ajudá-lo nas rotas comerciais em relação às saídas do mar do Caribe. Devido à concentração de empresas em setores estratégicos em Cuba, os EUA possuíam bastante influência econômica na ilha, o que levou o país a exercer o domínio político, com alta capacidade de manipulação política e dos processos decisórios da ilha. Isso facilitou com que perpetuasse a posição

subalterna de frente aos EUA, pois tanto os governantes cubanos quanto as elites cubanas até a Revolução de 1959 tinham interesse em continuar com a política alinhada aos EUA. As interferências estadunidenses na política chegaram a tal ponto que este país financiou e ajudou a ditadura de Fulgêncio Batista (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; AYERBE, 2004).

Diante disso, alguns setores da sociedade começaram a ficar insatisfeitos com as intervenções dos EUA na ilha, além das políticas de Batista, e decidiram se juntar e tentar tomar o poder na segunda metade da década de 1950. Apenas no ano de 1959 a Revolução conseguiu ser vitoriosa. Ao assumir o poder, o governo revolucionário objetivou superar a condição de dependência de Cuba, bem como implementou políticas nacionalistas visando o crescimento autônomo e soberano da ilha. O governo revolucionário tinha muitos desafios, ele estava diante de um país com alto índice de analfabetismo, com severos abismos sociais e desigualdade entre as classes, com sistema de saúde pública que não funcionava, além da presença da pobreza e da fome. Frente a isso, o lema do novo governo era educar para emancipar. Com isso, realizaram diversas campanhas bem-sucedidas para tirar sua população do analfabetismo, criou um sistema de saúde integrado com foco na prevenção das doenças, criou mecanismos de participação popular e aumentou os níveis de escolaridade do país, aumentando, conseqüentemente, a qualidade de vida de Cuba (CHOMSKY, 2015; BANDEIRA, 2009; GONZÁLEZ; VELÁZQUEZ, 2009; GORDON, 2016; MARKS, 1999).

Na esfera econômica, desejando sair da dependência dos EUA e superar a baixa diversificação da pauta exportadora, efetuou políticas de diversificação da pauta exportadora usando a *expertise* em seus programas de saúde e educação, buscou novos mercados para diversificar parceiros e criou subsídios para os mercados agrícolas a fim de diminuir as assimetrias entre a área rural e a urbana (BANDEIRA, 2009; CHOMSKY, 2015; LEON, 2003; AYERBE, 2004; AYERBE, 1998). Além disso, para conseguir maior eficácia de seus programas, Cuba aprovou duas leis de Reforma Agrária, as quais nacionalizaram todas as terras e empresas de países estrangeiros, sendo os EUA o país mais atingido dada a concentração de empresas deste país. Essas medidas iam de encontro aos interesses econômicos dos EUA, pois elas atingiram certamente no eixo de dominação estadunidense, fazendo com que seu nível de influência na ilha diminuísse. Por conseguinte, os EUA não poderiam mais apelar para o âmbito político visto que o governo revolucionário tinha posições contrárias à permanência dos EUA na ilha. Assim, no ano seguinte da Revolução, os EUA começaram oficialmente o embargo econômico contra Cuba (VASCONCELOS, 2016a; VASCONCELOS, 2016b; BANDEIRA, 2009).

As sanções econômicas impostas a Cuba vieram como resposta às políticas nacionalistas e, principalmente, da nacionalização das empresas estadunidenses. Tendo em vista as dificuldades de Cuba em se manter economicamente após essas medidas coercitivas, a ilha se aproximou da URSS para suprir a lacuna que os EUA tinham deixado. Soma-se ao fato de Fidel Castro ter oficializado o *status* socialista da ilha. Diante desse cenário, os EUA reacenderam a Doutrina Monroe e perceberam que poderiam perder não só sua zona de influência em uma localização superestratégica, mas, também, acarretaria diminuição de sua hegemonia regional. Assim sendo, o país endureceu as sanções econômicas a níveis desproporcionais gerando efeitos severos na sociedade cubana. Proibições das trocas comerciais, do uso do dólar nas transações internacionais, de financiamentos internacionais e tantas outras estavam listadas nas leis sancionatórias dos EUA. As medidas chegaram em seu ápice na década de 1990, as quais os EUA acrescentaram o caráter extraterritorial e expandiram os bloqueios a praticamente todos os níveis (ESTADOS UNIDOS, 1961; ESTADOS UNIDOS, 1963; ESTADOS UNIDOS, 1965; ESTADOS UNIDOS, 1992; ESTADOS UNIDOS, 1996).

A principal motivação desse país na imposição das sanções foi o desequilíbrio causado em seu imperialismo na região devido às medidas nacionalistas de Cuba. Percebendo a diminuição de seu poder na ilha, eles temeram que a partir disso sua hegemonia também pudesse ser questionada pelos demais países latino-americanos que passavam por um contexto de ebulição social. Logo, as sanções econômicas vieram à tona para que pudessem punir Cuba por sair da influência dos EUA e, conseqüentemente, iria servir de exemplo para as demais nações que seguissem os rumos de Cuba. Igualmente tiveram outra motivação: expulsar interferências estrangeiras dentro de seu próprio hemisfério. Com a aproximação da ilha com a URSS e as políticas públicas de Cuba dando certo e tirando o país do atraso social, econômico e político, os EUA não poderiam deixar que isso continuasse se perpetuando “em sua casa” (WOOD, 2004; PAZ, 2005; AYERBE, 1998; BANDEIRA, 2009; AMIN, 2005; CASANOVA, 2005).

Inferre-se, portanto, que dado o cenário, o custo da inércia dos EUA era muito mais alto do que o custo de impor as sanções. Deixar Cuba continuar com as suas políticas alternativas às políticas liberais significava, para os EUA, que sua hegemonia seria diminuída. Para eles, se outros países latino-americanos comesçassem a seguir o exemplo de Cuba, isso iria acarretar transformações na formação do consenso e geraria novas disputas pela hegemonia na região. Portanto, a única saída que os EUA viram foi de sufocar economicamente Cuba para que os países latino-americanos pudessem verificar que o socialismo não dá certo, mas, sim, os valores

liberais (HOFER, 2020; JONES; PORTELA, 2020; BALDWIN, 2020; HUFBAUER et al., 2007; WOOD, 2004).

Em síntese, argumenta-se que as sanções econômicas impostas pelos EUA são práticas imperialistas que visam assegurar sua hegemonia na região. Entretanto, para que os EUA possam continuar com a sua política imperialista, eles precisam manter sua influência constantemente por meio de sua política externa. Assim, como forma de justificativa da manutenção de sua política imperialista, eles instrumentalizaram os conceitos de garantia dos direitos humanos e da defesa da democracia. Dessa forma, os EUA, usando esses conceitos, ganham legitimidade para reforçar suas sanções econômicas, como fizeram na década de 1990 com as leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996) que continham, na letra da lei, as afirmações “proteção aos direitos humanos” e “defesa da democracia” (ESTADOS UNIDOS, 1992; ESTADOS UNIDOS, 1996).

De modo a não gerar maiores constrangimentos nos seus atos imperialistas, os EUA conseguiram aparelhar as instituições internacionais com seus valores liberais e, assim, asseguram certa legitimação internacional, e até apoio, sem serem muito questionados⁶⁰. Conforme explica Casanova (2005), os EUA foram a principal força para o processo de reestruturação do imperialismo ao exportar e enraizar seus ideais tanto liberais e, depois, neoliberais, para as instituições. À exemplo da ONU, os EUA possuem o poder de veto no órgão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, então, mesmo com algum tipo de constrangimento internacional, eles continuam hegemônicos o suficiente para não sofrer com as consequências. Com isso, a ONU funciona como um aparelho ideológico, segundo a visão de Althusser (1983), que tem como objetivo reforçar as ideias dominantes dos EUA (CASANOVA, 2005; ALTHUSSER, 1983).

Diante desses importantes pontos, conclui-se que (i) as sanções são medidas imperialistas, (ii) o objetivo dos EUA é manter sua hegemonia, principalmente no âmbito regional, (iii) as sanções foram impostas porque a Revolução de 1959 modificou as estruturas de dominação política e econômica dos EUA e (iv) foram agravadas por conta do caráter socialista da ilha sob as justificativas da defesa da democracia e dos direitos humanos. Contudo, com as sanções ora em curso e analisados os efeitos colaterais que elas trazem, infere-se que as sanções causaram efeitos severos e nocivos à sociedade cubana. De acordo com Vasconcelos

⁶⁰ É necessário fazer a ressalva de que os EUA sofrem com condenações no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em razão da continuidade do embargo econômico a Cuba. Entretanto, as condenações não surtem muitos efeitos práticos e políticos frente a mudança de comportamento desse país uma vez que as sanções seguem em vigor até a presente publicação dessa pesquisa.

(2021), devido a essas dificuldades econômicas, a Revolução não encontrou condições internacionais para romper com a condição de dependência nem para prosperar, como era esperado por Fidel Castro. Ayerbe (1998) também salienta que nenhum governo consegue se desenvolver plenamente quando a sua capacidade econômica e política são impactadas.

Conforme percebe-se na pesquisa, as sanções atingiram a sociedade cubana porque a capacidade do governo em executar suas políticas públicas foi drasticamente diminuída. Com tantas dificuldades econômicas, o governo revolucionário, apesar de ter tentado manter os mesmos níveis nos setores da saúde e da educação, estes não saíram ilesos das consequências das sanções. À vista disso, a pesquisa se propôs a analisar de forma mais aprofundada ambos os setores e mostrou que seus indicadores sociais diminuíram consideravelmente no período mais crítico das sanções econômicas, doravante a década de 1990. Assim sendo, depreende-se que diferentemente da justificativa dos EUA de proteção aos direitos humanos, este país violou constantemente os direitos humanos dessa sociedade. Todas as políticas que o governo conseguiu implementar não foram mantidas devido ao desabastecimento interno, crises de combustíveis e elétrica, à escassez de produtos e alimentos, além de ter também impactado na dinâmica social da ilha, fazendo com que a interação entre sociedade e Estados se modificasse, gerando problemas extras para o governo cubano.

Com isso, infere-se que a falta de divisas e investimentos, consequência direta das sanções, assim como os exemplos supracitados, fizeram com que o governo cubano cessasse ou diminuísse drasticamente suas políticas públicas, ocasionando danos severos a sua sociedade. Assim sendo, pode-se afirmar que as sanções econômicas, medidas coercitivas e imperialistas dos EUA, tiveram relações diretas com a diminuição dos direitos humanos da ilha, além de gerar implicações severas tanto para a sociedade quanto para o governo (AMIN, 2005; BANDEIRA, 2009; CASANOVA, 2005).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, J. **Cuba**: de la construcción del socialismo. Economía y Desarrollo, n.19. La Habana, 1973.

AGUIAR, Brunno Henrique Kill; SILVA, Juliana Moura da; LIBARDI, Mônica Beatriz Ortolan; PASSOS, Juliana de Andrade; ANDRADE, Silvia Caixeta de; PARENTE, Priscila Batista Corrêa; ARRAIS, Alessandra da Rocha; OLIVEIRA, Aline Mizusaki Imoto de. **A legislação sobre o Aborto nos Países da América Latina**: uma Revisão Narrativa. Revista de Ciências Saúde, v. 29, n. 1. 2018 p.36-44.

ALFONSO, Haroldo Dilla. Actores larvados, escenarios inciertos y guiones críticos ¿Hacia dónde va la sociedad civil cubana? *In.*: **Cambios en la sociedad cubana desde los noventa**. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005 p.37-53.

ALONSO, Aurelio. **Cuba**: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. Revista Estudos avançados, n.25, v.72. 2011. p.7-18.

ALONSO, Emma Domínguez; Zacca, Eduardo. **Sistema de salud de Cuba**. Salud Publica do México, v. 52, n.2. 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Editora Presença. 1983.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Direitos Humanos, cidadania e globalização**. Revista Lua Nova, n.50. 2000. p.185-242.

AMIN, Samir. **O imperialismo, passado e presente**. Tempo. Dossiê: Impérios e Imperialismos. v.9. n. 18. 2005. p.77-123.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Cuba**: the US embargo against Cuba: it's impact on economic and social rights. 2009. <https://www.amnestyusa.org/reports/cuba-the-us-embargo-against-cuba-its-impact-on-economic-and-social-rights/>. Acesso em 27 jul. 2023.

AUGELLI, E.; MURPHY, C. N. Gramsci e as relações internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo Enrico.*In.*: **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. GILL, Stephen (org.). Ed. UFRJ. 2007. p.201-226.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. Editora Unesp: São Paulo. 2004.

AYERBE, Luis Fernando. **A política externa dos EUA e a trajetória do desenvolvimento cubano**. Revista Perspectivas, n.20-21, São Paulo. 1998. p.197-221.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. Editora Unesp: São Paulo. 2002.

BALDWIN, David. A. **Economic Statecraft**. New Edition. Princeton University Press. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **de Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Editora Civilização Brasileira, 2ª Edição. 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação no império americano:** da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque. Editora Civilização Brasileira, 5ª Edição. 2016.

BARBER, J. **Economic sanctions as a policy instrument.** International Affairs, v. 55. 1979. p.367-368.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1999.

BLANCO, Juan Antonio. **Talking about revolution.** 1994. p.65.

BOBES, Velia Cecilia. Ciudadanía y derechos en Cuba, su evolución y actualidad. *In.:* **Cambios en la sociedad cubana desde los noventa.** Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p.-65-85.

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos.** Editora Elsevier: Rio de Janeiro. 2004.

BOIRAL, Olivier. **O clube dos ricos.** Le Monde diplomatique. Edição 192: julho. 2003. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-clube-dos-ricos/>. Acesso em 17 jul. 2023.

BORON, Atilio. Alexis de Tocqueville, la democracia y el estatismo de la sociedad burguesa. *In.:* **Estado, capitalismo y democracia en América Latina.** CLACSO. 2005. p.173-203.

BOSSUYT, Marc. **Consecuencias negativas de las sanciones económicas para el disfrute de los derechos humanos.** Documento de trabalho apresentado na Subcomisión de Promoción y Protección de los Derechos Humanos, Comisión de Derechos Humanos, doc. ONU E/CN.4/Sub.2/2000/33. Ginebra: Conselho Econômico e Social da ONU. 2000.

CATANI, Afranio Mendes. **O que é imperialismo.** Editora Brasiliense, 8ª edição. São Paulo. 1989.

CARRANZA, J. **Cuba:** situación actual y proceso de cambio. Nueva Sociedad, n. 108. 1990. p. 168-173.

CASANOVA, Pablo González. **O imperialismo hoje.** Tempo. Dossiê: Impérios e Imperialismos. v.9. n. 18. 2005. p.65-75.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 13ª Edição. Cortez Editora, São Paulo. 2017.

CHOMSKY, Aviva. **História da Revolução Cubana.** Editora Serpente, 1ª Edição. 2015.

COCKCROFT, James. **América Latina y Estados Unidos.** México: Siglo XXI. 2001.

COELHO, B. J.; COLBERT, C. R. T.; FERREIRA, L. F.; BARREIROS, D. P. **As relações cubano-americanas (1825-2018):** continuidades e reconfigurações estratégicas. Revista OIKOS: Rio de Janeiro. v.19, n.2. 2020. p.62-78.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **El desarrollo social de América Latina en la postguerra**. Décimo Período de Sesiones. Mar del Plata: CEPAL. 1963.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas. 1990.

CORREA, Andry Matilla. **Estudios sobre Historia del Derecho en Cuba**. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales. 2009.

COSTAS, Douzinas. **O fim dos Direitos Humanos**. Editora Unisinos. 2009.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre método. *In.*: **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. GILL, Stephen (org.). Ed. UFRJ. 2007. p.101-123.

DILLA, Haroldo. Cuba: **¿Transición o continuidad?**. Revista Herramienta, Buenos Aires, n. 35, 2009. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/?id=478>. Acesso em 10 mar. 2023.

DOMÍNGUEZ, Maria Isabel. **Acceso a la educación y cuestiones de genero en Cuba**. Revista Bimestre Cubana, n.11. La Habana, 1999.

DOMÍNGUEZ, Maria Isabel. La juventud cubana: aspiraciones, percepciones sociales e identidad. *In.*: **Cambios en la sociedad cubana desde los noventa**. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p.169-184.

EIDE, Asbjorn. ROSAS, Allan. **Economic, Social and Cultural Rights: A Universal Challenge**. 1995.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Foreign Assistance Act of 1961**. 1961. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/2022-05/faa.pdf>. Acesso em 05 mai. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Public Law 88-205**. Dec. 16. 1963. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/link/statute/77/379>. Acesso em 25 nov. 2022

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Public Law 89-171**. Sept. 6. 1965. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/link/statute/79/653>. Acesso em 25 nov. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Cuban Democracy Act of 1992**. 1992. Disponível em: https://1997-2001.state.gov/www/regions/wha/cuba/democ_act_1992.html. Acesso em 15 jun. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Cuban Liberty and Democratic Solidarity (LIBERTAD) Act of 1996**. 1996. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/104th-congress/house-bill/927>. Acesso em 27 jun. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **United State Code**. 2006. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCODE-2009-title28/pdf/USCODE-2009-title28-partIV-chap97-sec1603.pdf>. Acesso em 05 mai. 2023.

FEITOSA, Emilly Couto. **As assembleias de poder popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba**. 2011. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Padrões de dominação externa da América Latina**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 11, n. 1. 2019. p. 310-324.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**. Editora Expressão Popular, 1ª Edição. 2007.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os EUA no século XIX. *In.: História dos EUA: das origens ao século XXI*. Editora Contexto. 2007. p.99-173.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 1961–1963, **Cuban missile crisis and aftermath**, vol. XI, p. 346 Paper Prepared by the Central Intelligence Agency for the Standing Group of the National Security Council. 1963.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 1964–1968, Volume XXXII, **Dominican Republic; Cuba; Haiti; Guyana 226**. Paper prepared in the U. S government Washington, undated. Review of current program of covert action against Cuba. 1964.

FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. 1ª Edição. Editora Boitempo. 2020.

FRASER, Nancy. Redistribución, reconocimiento y participación: hacia un concepto integrado de la justicia. *In: UNESCO: Informe Mundial sobre la Cultura*, 2000.

GARFIELD, Richard; SANTANA, Sarah. **The Impact of the Economic Crisis and the US Embargo on Health in Cuba**. *American Journal of Public Health* v.87, n.1. 1997.

GILL, S.; LAW, D. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. *In.: Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. GILL, Stephen (org.). Ed. UFRJ. 2007. p.157-197.

GONZÁLEZ, José Pedro González; VELÁZQUEZ, Raul Reyes. **Desarrollo de la educación en Cuba después del año 1959**. *Revista Electronica Actualidades Investigativas en Educación*, v.9, n.2. 2009.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Acanda. Cambios en la sociedad civil cubana y su reflejo en el pensamiento cubano desde los noventa al momento actual. *In.: Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p.137-150.

GORDON, Joy. **Sanciones económicas como desarrollo negativo: El caso de Cuba**. *Journal of international Development*. n. 28. 2016. p. 473-484.

GORDON, Joy. **The Hidden Power of the New Economic Sanctions**. *Current History*, v. 118, n. 804. 2019. p. 3–10. JSTOR: disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48614403>. Acesso em 24 jul. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Selections of prison's notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

HALL, Stuart. **A centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2). 1997. p.15-46.

HANSING, Katrin. OPTENHÖGEL, Uwe. **Cuba**: las desigualdades se tornam visibles. *Revista Nueva Sociedad*, n.255. 2015. p.6-18.

HANANIA, Richard. **Ineffective, Immoral, Politically Convenient: America's Overreliance on Economic Sanctions and What to Do about It**. Cato Institute, 2020. JSTOR: disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48614403>. Acesso em 24 jul. 2023.

HARVEY, David. **O problema da globalização**. *Revista Novos Rumos*. n. 27. 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1954>. Acesso em: 8 nov. 2022.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. 1ª Edição. Editora Boitempo. 2018.

HENRIQUEZ, Hugo Azcuy. **Derechos humanos**: una aproximación a la política. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

HERNÁNDEZ, Rafael. **El muro del bloqueo**: ¿demolición o desmoronamiento?. *Nueva Sociedad*, n. 216. julio-agosto. 2008. p.150-167.

HERNÁNDEZ, Rafael. Espejo de paciencia: notas sobre cubanos, ciencias sociales y pensamiento en Cuba contemporánea. *In.: Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p.151-167.

HERRERA, David. **El siglo del Americanismo**: una interpretación histórica y geoestratégica de la hegemonía de los E.U. 1ª Edição. Coleção Akadémica. Editora Akai. 2020.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

HOVELER, Rejane. **Hegemonia compartilhada e organizações internacionais**: a proposta trilateralista dos anos de 1970. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2017, p. 55-75.

HOFER, Alexandra. **Creación y contestación de la jerarquía**: efecto punitivo de las sanciones en un sistema horizontal. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.125. 2020. p.15-37.

HOFFMANN, Bert. **¿Helms-Burton a perpetuidad?** Repercusiones y perspectivas para Cuba, Estados Unidos y Europa. Nueva Sociedad, n. 151, sep-oct. 1997. p. 57-72.

HUFBAUER, Gary. Clyde; SCHOTT, Jeffrey; ELLIOTT, Kimberly Ann; OEGG, Barbara. **Economic Sanctions Reconsidered**, 3ª Edição. Washington DC. 2007.

JONES, Lee; PORTELA, Clara. **La evaluación del éxito de las sanciones internacionales:** una nueva agenda investigadora. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, n.125. 2020. p.39-60.

LÊNIN, Vladimir. I. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. Centauro Editora, 3ª edição. São Paulo. 2010.

LEON, Arnaldo Silva. **Breve historia de la Revolución Cubana.** Editorial de Ciencias Sociales. Instituto Cubano del Libro. Ciudad de La Habana, 2003.

LIPSZYC, Olga, Stolik. **Exportaciones de servicios de salud en Cuba: situación actual.** Revista Cubana de Economía Internacional, n. 2. 2017. p.81-106.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo:** triunfo e decadência do sufrágio universal. Editora Unesp: Rio de Janeiro. 2004.

LUTJENS, Sheryl L. **Cambios perdurables:** la educación superior en Cuba en la década de los noventa. Perfiles Educativos, n. 70. Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación México. 1995.

MARIUTTI, E. B. EUA: fundamentos e tendências gerais da hegemonia estadunidense no pós-Guerra Fria. *In.:* **Trajetórias Recentes do Desenvolvimento:** estudos e experiências internacionais selecionadas. CARDOSO, J. C. JR. et al. (orgs.). Livro 2, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília. 2009. p. 53-86.

MARKS, Stephen P. **Economic Sanctions as Human Rights Violations:** Reconciling Political and Public Health Imperatives. American Journal of Public Health, v.89, n.1., 1999, p.1509-1513.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. Editora Boitempo. São Paulo. 2014.

MÁRQUEZ, Miguel. OCHOA, Francisco Rojas. LÓPEZ, Cándido. **La Salud en Cuba:** Un Pueblo Rompe el Cerco del Imperio. Informe Alternativo sobre la salud en América Latina. Observatorio Latinoamericano de Salud. 2005. p. 206-213.

MESA-LAGO, Carmelo. **Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación.** Revista da CEPAL, n.86. 2005. p.183-205.

MONTEQUÍN, Zoila C. Fernández. NEGRÍN, José G. Sanabria. RODRÍGUEZ, Yunit Hernández. RODRÍGUEZ, Pedro Alexis Díaz. GUTIÉRREZ, José Angel Véliz. **Fuga de cerebros:** el mercado de talentos y sus secuelas. Revista de Ciencias Médicas, v.13, n.4. 2009.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. 1ª Edição. Verso, Nova York. 2000.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. Editora Companhia das Letras, 4ª Edição. São Paulo. 2020.

MUTUA, M. **Human Rights: a political & culture critique**. University of Pennsylvania Press. 2002.

NOSSAL, Kim Richard. **International Sanctions as International Punishment**. *International Organization*, v.43, n.2. 1989. p.301-322.

OCHOA, Francisco Rojas. **Situación, sistema y recursos humanos en salud para el desarrollo en Cuba**. *Revista Cubana Salud Pública*, v.29, n.2. 2003. p.157-169.

OLIVEIRA, D. DE. **Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: políticas militares estadunidenses para a América Latina (1943-1947)**. *Diálogos*, v. 22, n. 1, p. 157 - 175, 7. jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

O'ROURKE, P. J. **A Riqueza das Nações de Adam Smith**. Editora Zahar. 2008.

PAPE, Robert. **Why do economic sanctions do not work**. *International security*, v. 22, n.2. 1997.

PAUTASSO, Diego. O imperialismo como sistema complexo de dominação: uma abordagem a partir de Domenico Losurdo. *In.: Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas*. 1ª edição. Editora Anita Garibaldi. 2021. p. 79-95.

PAZ, Juan Valdés. Cuba en el “Periodo Especial”: de la igualdad a la equidad. *In.: Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p.87-108.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011.

ANDERSON, Perry. **A política externa americana e seus teóricos**. 1ª Edição. Editora Boitempo. 2015.

PINO-SANTOS, Oscar. **Cuba: Historia y Economía. La Habana**: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos**. *Revista Internacional de Direitos Humanos Sur*. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452004000100003>. Acesso em 24 ago. 2023.

PRENSA LATINA. Se convierte Cuba en un destino cada vez más atractivo para el turismo de salud. Doctor Osvaldo Héctor. 2015. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/09/27/se-convierte-cuba-en-un-destino-cada-vez-mas-atractivo-para-el-turismo-de-salud/print/>. Acesso em 01 set. 2023.

PRIETO, Mayra P. Espina. Cambios estructurales desde los noventa y nuevos temas de estudio de la sociedad cubana. *In.*: **Cambios en la sociedad cubana desde los noventa**. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin America Program. 2005. p. 109-133

PURDY, S. O século americano. *In.*: **História dos EUA: das origens ao século XXI**. Editora Contexto. 2007. p.235-260.

RODRÍGUEZ, Raúl Rodríguez. **Las sanciones económicas como pilar de la política de Estados Unidos hacia Cuba a partir de 1959**. Études caribéennes, n.54. 2023.

RODRÍGUEZ, Justo Alberto Chávez. **A educação em Cuba entre 1959 e 2010**. Revista Estudos Avançados, v.25, n.72. 2011. p.45-54.

RODRÍGUEZ, Gonzalo Meza. **El proceso de industrialización de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980

SADER, Emir. **A revolução Cubana**. Editora Moderna, 2ª edição. 1985.

SANTANA, Torres Aylinn. **Actores económicos y sujetos de la política: la reforma cubana y los trabajadores autónomos**. Miradas sobre Cuba. Observatorio Social de América Latina. ano XIV, n.36. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2014. p.61-80.

SANTOS, S. B.; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. Editora Cortez. 1ª Edição, São Paulo. 2014.

SUÁREZ-SALAZAR, Luis. **La “crisis cubana”**. Un análisis desde la Habana. Nueva Sociedad, n. 121. 1992. p.164-172.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. Libery of America. 2004.

TORRES, Néstor Marimón; MARTÍNEZ, Esther Torres. **Efectos del bloqueo económico, financiero y comercial de Estados Unidos en el Sistema Nacional de Salud**. Revista Cubana de Salud Pública, v.39, n.2.. 2013. p. 298-313.

VALÉRIO, Marco Aurélio G. **Sanções Econômicas Internacionais**. Editora Saraiva. 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Cuba e a dependência externa: passado e presente**. Revista brasileira de estudos latino-americanos, v.6, n.1. 2016a. p.107-143.

VASCONCELOS, Joana Salém. **História Agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia**. Editora Alameda. 2016b.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Cuba, protestos e caminhos da revolução**. Journal of Latin American Geography, n.20, v.3. 2021. p.175-185.

WOOD, Ellen Meiksins. **Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar**. Crítica Marxista, v.1, n.19. São Paulo. Ed. Revan. 2004. p.49-61.

YAMATO, Roberto Vilchez. **Relendo a construção (negativa) dos Direitos Humanos Internacionais**. Carta Internacional, v.9, n.2. 2014. p.3-30.

ZALDÍVAR, Julio César Guanche. A democracia em Cuba. Estudos Avançados, n.25, v.71. 2011. p.19-28.

ZANELLA, Cristine Koehler. **Pressões Intransferíveis**: uma análise do funcionamento interno das sanções econômicas. Revista Conjuntura Austral, v.2, n.3-4. 2011.